

BRASIL – USA

Coletânea – P.Timm (Org.) – Para discussão da visita da Pres. Dilma aos Estados Unidos – 28-30 junho - 2015

Ver também :

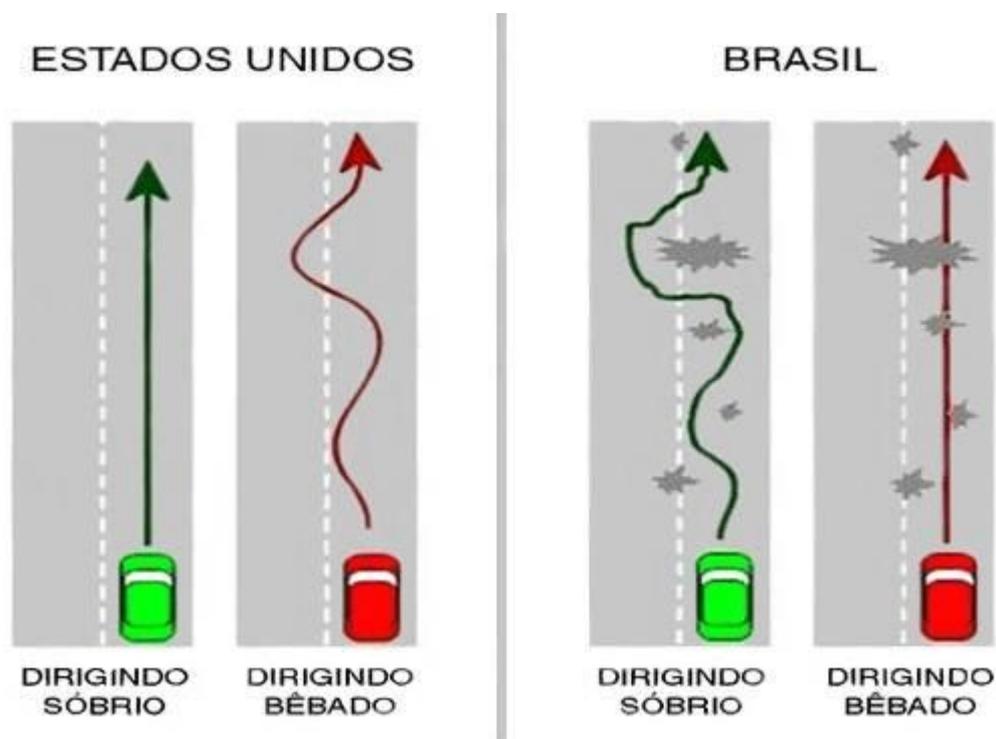
USA AT STAKE -

http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obbras%20do%20Timm/140621092756USA_AT_STAKE_2014.pdf

USA – PESSACH, A travessia da crise

http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obbras%20do%20Timm/120411020823ESTADOS_UNIDOS_PESSACH - A TRAVESSIA DA CRISE Paulo Timm Org.pdf

NOSSAS DIFERENÇAS



INTRODUÇÃO

Para uma comparação entre as culturas do Brasil e Estados Unidos – Ler, especialmente **“O espelho de Próspero”** - Richard Morse –

o Espelho de Morse e Outros Espelhos (- Sistema de ...
bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2270/1409

•
•
de O Velho - [Citado por 11](#) - [Artigos relacionados](#)

As RAÍzes do BRAsil no espelho de pRóspeRo - SciELO
www.scielo.br/pdf/nec/n83/09.pdf

•
•
de PM Monteiro - [Citado por 11](#) - [Artigos relacionados](#)

O espelho de Próspero é um passo a mais na paixão latino- ... Próspero, parece razoável supor que o livro de Richard Morse seja uma espécie de reescritura ...

Richard Morse, Alex de Tocqueville e os Estados Unidos¹
www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/viewFile/.../6437

de BH Domingues - 2012

Em 1988, quando da publicação de **O espelho de Próspero** no Brasil, Richard ... particularmente instigante: se Morse não teria escrito o seu O espelho de trás.

A Redescoberta da Cultura - O Espelho de Morse
Resenha - <http://www.schwartzman.org.br/simon/redesc/morse.htm>

Simon Schwartzman

Resenha de Richard M. Morse, *O Espelho de Próspero*. Publicado em *Novos Estudos CEBRAP*, 22, outubro de 1988, pp 185-192, como "O Espelho de Morse", e *Novos Estudos CEBRAP* vol 25, outubro de 1989 pp. 191-203. Incluído em *A Redescoberta da Cultura*, São Paulo. EDUSP, 1997.

"Importantes executivos, decanos universitários, subsecretários e até mesmo presidente são traídos por uma pele facial manchada ou azulada, pelo cabelo quase imperceptivelmente tingido, por uma vitalidade tão semelhante à vida quanto a de um cadáver maquiado" (Richard Morse, *O Espelho de Próspero*, São Paulo, Editora Schwarcz, 1988, p. 126).

"Eles estão convencidos que nós temos o segredo da vida" (dito por uma latinoamericana sobre a fascinação que ela exercia sobre os homens europeus e norte-americanos)

Próspero Morse se olha no espelho da América Ibérica, e pouco a pouco a imagem refletida vai entrando em foco. Por trás da nuvem espessa de estados nacionais frustrados, etnias e sociedades desgarradas, caudilhos grotescos e trágicos, insurreições que terminam em sangue e desespero, projetos abortados de modernização e industrialização, parece ser possível vislumbrar uma realidade mais sólida, uma verdade mais profunda, e, ao mesmo tempo, a razão do equívoco do espelho: a América Ibérica está desfocada porque ela se contempla no espelho da próspera América inglesa e, na busca inútil da imitação do outro, perde sua própria essência. Os latinos não percebem que o liberalismo, a democracia representativa, o racionalismo, o empirismo científico, o pragmatismo, todos estes ideais alardeados pelos ricos irmãos do Norte não só são incompatíveis com a realidade mais profunda da América Ibérica, como também marcam a decadência e a falta de sentido da própria sociedade capitalista e burguesa que os criou.

Se os latinos olhassem melhor, no entanto, talvez vissem que existe um outra imagem do mundo próspero, a imagem daqueles que, como Morse, se desesperam e conseguem até zombar das aflições e mesquinhas de seus compatriotas, de sua obsessão com as coisas miúdas e materiais, e transcender sua falta de sentido histórico, seu desprezo pelas questões de espírito e sua aridez. Eles talvez se espantassem ao perceber que este outro próspero encontra sua redenção na contemplação do mundo latino, ou mais precisamente, na busca quase heróica de sua essência perdida. É na tradição ibérica, nos diz Morse, pela sua fidelidade à busca de uma visão abrangente e unificadora do mundo, pela crença profunda, mesmo que inconsciente, em uma realidade social que transcende o indivíduo e é mais que o somatório dos interesses individuais e suas servidões, que se poderia encontrar uma resposta adequada à crise moral e existencial do mundo anglo-saxão, e, por reflexo, da América Latina. Não haveria, no entanto, razões para espanto, porque disto se trata, afinal, no jogo de espelhos: de buscar constituir a própria imagem na contemplação do outro, e dar ao outro, ao mesmo tempo, a ilusão de que, porque ele se percebe no primeiro, ele também existe.

É fácil deixar-se fascinar pela inteligência, erudição, elegância e agudeza deste livro, fruto de um trabalho de *scholarship* dificilmente encontrável fora dos circuitos acadêmicos do Norte. É difícil também não deixar-se seduzir pela mensagem que nos transmite este espelho, que confirma aquilo que sempre pensamos, ou ansiamos, no recôndito de nossas almas: apesar de nossa pobreza, de nossas tragédias, de nossos horizontes truncados, e da riqueza e segurança de si que "eles" exibem todo o tempo, nós somos superiores, temos o segredo da vida e do futuro. Agora, finalmente, eles reconhecem. Não importa que toda a evidência empírica, toda a vivência do dia a dia, sugiram o contrário; que é o empírico, afinal, senão o aspecto mais superficial da realidade, "um mosquito" que pode até nos ser inacessível e nos importunar, mas que é indigno do "rolo compressor" de nossa atenção (p.115)?

E no entanto, é preciso não cair na tentação deste jogo de espelhos traiçoeiro, e dizer, com todas as letras, de que se trata de um livro profundamente equivocado e potencialmente danoso em suas implicações. Não é uma tarefa fácil, para quem não dispõe da erudição e da facilidade expressiva de Morse. Mas não é uma tarefa impossível, e acredito que deve ser tentada.

O primeiro movimento do *Espelho de Próspero* é a pré-história das Américas, quando Morse trata, em grandes pinceladas, de construir uma visão idealizada da "escolha" política espanhola na constituição do que ele denomina de "Grande Designio Ocidental", um projeto milenar hegeliano cujo sentido profundo caberia ao historiador decifrar. Este "grande desígnio" consistiria na liberação das forças da "ciência" e da "consciência" - do conhecimento empírico e do conhecimento ético e filosófico - para a constituição do mundo moderno. A virtude hispânica teria consistido, essencialmente, em sua capacidade em manter-se fiel à noção medieval de um Estado vinculado à Igreja e, por isto, dotado de conteúdo moral e ético, e que servia como ponto de referência externo e firme para os indivíduos. Traços que hoje seriam usualmente considerados totalitários são recuperados com sinais positivos. As universidades eram integradas aos propósitos gerais do Estado; o humanismo castelhano era nacionalista e monárquico; a incorporação do tomismo era um sinal de modernidade do Estado espanhol, abrindo o campo para a especulação e a controvérsia na filosofia política, moral e natural (p. 43). Dentro de seus limites, esta teria sido uma sociedade livre, tolerante e progressista, e mesmo a tristemente famosa Inquisição teria tido "conotação muito menos negativa" (p. 38) do que aquela provocada pela liberação das forças do mercado na Inglaterra. Mais tarde, os espanhóis - como também os portugueses - tratariam de transpor para a América a preocupação com a implantação de uma ordem política transcendente aos indivíduos, fundada na ética e na religião, preocupação que não teria como existir ao Norte, dada a opção individualista, subjetivista e contratualista que caracterizou a "escolha" inglesa.

Não importa que a realidade ibérica tivesse sido menos harmônica, que a Inquisição não tivesse nada de benigna para suas vítimas, que as civilizações ameríndias tivessem sido exterminadas, e que o homem comum daqueles anos não compartilhasse, a não ser pelo terror ou pela subserviência, os valores que compunham a justificação doutrinária do estado despótico. Os ingleses não eram melhores, e a realidade empírica, de qualquer forma, é irrelevante: "o que está em jogo", diz Morse, "são os princípios organizadores do corpo político, não os resultados: uma sociedade baseada no pacto [a inglesa] em contraste com uma sociedade orgânica, um princípio nivelador ou individualista em contraste com um princípio arquitetônico" (p. 49-50). Morse não esconde sua simpatia pela cultura política baseada no princípio arquitetônico, na hierarquia, na existência de uma Gemeinschaft que precede aos indivíduos e lhes dá identidade e pertencimento, em contraste com as alienações e o vazio das sociedades industrializadas do norte, descritas através de antigos textos mais pessimistas (e hoje já bastante superados) de Horkheimer e Adorno. Nem o percurso trágico seguido pela Alemanha da Gemeinschaft nacionalista ao nazismo, nem a ressurreição macabra dos princípios integristas espanhóis no regime franquista (a história se refazendo em tragédia), nem a transformação

do hegelianismo marxista em stalinismo, parecem ser suficientes para colocar em dúvida esta nostalgia pela totalidade e pelo transcendente.

Seria um equívoco e uma injustiça, no entanto, identificar a Morse com os tradicionalistas da "Tradição, Família e Propriedade", para os quais o mundo teria entrado em decadência com a revolução industrial e científica, e só voltaria a se redimir com a restauração da ordem medieval. Ele não para no tempo, e em "história", a segunda parte do livro, ele examina como o projeto civilizatório espanhol se desmonta com a independência dos países latinoamericanos, e como este continente lida com as três grandes influências culturais que lhe chegam do Norte, o liberalismo, a democracia política e o marxismo.

A crise, na realidade, já se iniciara antes, na dificuldade que teriam tido os espanhóis em conciliar os princípios de uma ordem política arquetípica e fundada na ética cristã com os imperativos da política quotidiana, onde prevalece a virtu maquiavélica e a razão de estado. A acrobacia requerida para esta conciliação explicaria a constituição da "monarquia barroca" espanhola no século XVIII; com a independência das colônias, só restariam os escombros do edifício, e o maquiavelismo oportunista, liberado, correria solto, desprovido de qualquer sustentação moral. Os novos países hispanoamericanos poderiam absorver, como absorveram, algumas das idéias e mecanismos do liberalismo econômico, assim como alguns dos princípios formais da organização política democrática; mas jamais os incorporariam como valores, como fundamentos éticos de sua constituição como nação. Havia, certamente, razões poderosas de ordem econômica e social que dificultavam a incorporação destas modalidades de organização social, a começar pela heterogeneidade étnica das populações, e incluindo os padrões de colonização e organização da atividade econômica (fatores, diga-se de passagem, que estiveram também presentes, e com conseqüências semelhantes, nas colônias inglesas ao sul da América do Norte e no Caribe). Para Morse, porém, o maior impedimento era o cultural, a barreira que a tradição da "dialética entre cálculo do poder e bem comum" interpunha à emergência da nova dialética entre liberdade e ordem (p. 89). Com o agravante de que, desfeito o edifício imperial, a antiga sociedade hierarquizada, integrada e comunitária só existia agora no inconsciente coletivo, ressurgindo em explosões como a Guerra de Canudos, na palavra da mulher brasileira do interior que ainda achava que Cabral era o presidente do Brasil, ou, finalmente, na intuição genial do marxista Mariátegui e dos escritores do realismo fantástico latinoamericanos, que teriam o dom de, pela intuição e a experiência estética, entrar em contato direto com a alma profunda de nossa latinidade.

Chama a atenção, nesta versão das coisas, a ausência de uma reflexão mais aprofundada sobre algumas das grandes contradições que marcaram o desenvolvimento de nossos países, e que acredito que devam fazer parte de qualquer interpretação efetivamente dialética de sua formação política e ideológica. A primeira é a da tensão secular entre Igreja e Estado, que atingiu seu clímax no período colonial com a expulsão dos jesuítas dos impérios ibéricos, no século XIX com a questão religiosa no Brasil, e no século XX com o anti-clericalismo virulento da revolução mexicana. O estado teocrático

idealizado pelo pensamento conservador provavelmente nunca existiu, quando não seja pelo fato, denunciado por Marx na "Questão Judáica", de que "o chamado estado Cristão é um estado imperfeito, para qual o cristianismo serve como *suplemento* e *santificação* de sua imperfeição. Assim, a religião se torna, necessariamente, um de seus *meios*; este é, pois, um estado *hipócrito*"⁽¹⁾. Duas conseqüências importantes decorrem desta hipocrisia congênita da religião estatizada. A primeira é que, usada como instrumento de legitimação e controle social, a religião não desenvolve sua potencialidade como fundamentação efetiva de uma ética do comportamento quotidiano, e contribui para a manutenção de mentalidades que oscilam entre o terror da punição e o gozo irresponsável dos pequenos e clandestinos pecados, sem jamais assumirem valores alternativos que lhes sejam próprios. Isto explica, sem dúvida, o solo fértil que a América Latina tem sido para as religiões fundamentalistas, que oferecem a alternativa de uma ética para a vida quotidiana, o mesmo valendo para o revivalismo católico das últimas décadas como teologia da libertação. A segunda dimensão da dialética Igreja-Estado tem sido o desenvolvimento de uma liderança política leiga e iluminista no mundo hispano-americano, que, em diversos momentos, expulsou os jesuítas, colocou D. Vital na cadeia, e proibiu aos padres mexicanos de andarem de batina. Não há dúvida que estas reações ao estado clerical nunca chegaram a constituir uma ordem social semelhante à do Norte ou à dos países europeus, mas não acredito que elas possam ser vistas como, simplesmente, frustradas, ou movimentos que, "no fundo", buscam uma volta à *Gemeinschaft* perdida da sociedade integral. Parte da dificuldade em sair desta antinomia vem do fato de que freqüentemente nos esquecemos (e Morse nos induz a isto) que a Europa continental representa uma alternativa ao "grande desígnio ocidental" que não se reduz à experiência anglo-saxã, e que sempre teve uma influência muito maior sobre a América Latina do que a inglesa ou norte-americana. O que a Europa continental tem de significativo é que, lá, o conceito de Estado nunca chegou a desaparecer, a ordem política e econômica jamais deixou-se dissolver integralmente no jogo imediatista das conveniências individuais, e a história esteve sempre presente - mas com o pano de fundo clerical definitivamente expurgado ou posto sob controle pela herança da Reforma. A busca de uma alternativa "européia", muito mais do que anglo-americana, tem sido desde o início um elemento constitutivo da cultura política da América Latina, e um de seus elementos dinâmicos centrais.

A segunda contradição que marca muitos países da América Latina, e principalmente o Brasil, é entre suas estruturas burocrático-patrimoniais e a alternativa racional-legal de modernização política, que procurei dramatizar, no caso brasileiro, com o contraste entre São Paulo e o Estado Nacional⁽²⁾. É uma contradição que antecede a expansão do café, tendo suas origens no próprio padrão contraditório de colonização estabelecido pelos portugueses no nosso continente, que abria espaço para uma sociedade de base contratual; e que se consolidou e se expandiu com a industrialização e o surto migratório deste século, freqüentemente em conflito com o centro hierarquizado. Esta antinomia faz parte indiscutível da cultura política brasileira, e como tal tem sido objeto de uma extensa reflexão na historiografia e no pensamento político do país, sem, no entanto, chegar a comover a um dos principais historiadores da metrópole paulista. O relativo fracasso político e ideológico da alternativa racional-legal na

história brasileira, que parece reafirmar-se com intensidade na Assembléia Constituinte de 1988, não significa que esta alternativa não continue presente, tanto na vida política quanto no mundo das representações ideológicas, expressas, tanto uma quanto a outra, no contraste cada vez mais forte entre o dinamismo da sociedade moderna paulista e "sua licenciosa rival, o Rio de Janeiro" (p. 136).

O que Morse ressalta sobre São Paulo, em sua discussão de Mário de Andrade, no entanto, não é o contraste, mas a semelhança com o Rio de Janeiro, e a exorcização andradeana da nascente burguesia paulista, "personagens farsescos e secundários, sem penetração hegemônica no mundo social" (p. 136). Por entrar em contato com o autêntico e vivo da realidade paulista, com sua natureza ainda misteriosa, não anestesiada, Mário de Andrade seria o precursor, não de uma literatura moderna e urbana, que a América Latina nunca chegou a ter, mas do realismo mágico que, saltando os obstáculos do pensamento pretensamente racional e "científico", tocava diretamente a essência mais profunda da cultura hispanoamericana, mantida latente no inconsciente coletivo desde a decadência do império colonial.

Mais farsescos e secundários do que os burgueses são, para Morse, os pretensos intelectuais do sul que tratam de macaquear as decadentes universidades do norte, e desenvolver, pela via da profissionalização acadêmica, um conhecimento mais aprofundado e rico de suas realidades. A condenação à morte dos cientistas sociais latinoamericanos, suas instituições, suas pesquisas, seus dados, suas metodologias empíricas e comparadas, seus congressos acadêmicos e revistas científicas, não decorre da simples inautenticidade da cópia, mas da própria inadequação do modelo que se trata, inutilmente, de implantar, dada a decadência que Morse percebe no ambiente acadêmico de seu país⁽³⁾. Se em Mariátegui as sensibilidades estética e científica ainda estavam unidas, elas se cindiriam completamente a partir então, e só aos poetas, romancistas e artistas restaria a tarefa de expressar seu mundo "como centro e não como periferia" (p. 137). A eles e, talvez, a uns poucos intelectuais que, aqui e lá, conseguem transcender a mesmice da burocratização e da banalidade da vida acadêmica e entrar em contato com a profundidade do pensamento filosófico e a sensibilidade da experiência estética, e, assim, vivenciar diretamente a essência de sua civilização superior.

A valorização que faz Morse do pensamento marxista e revolucionário de Mariátegui poderia induzir à idéia de que sua proposta é, afinal, mais progressista do que estes comentários sugerem. O que Morse valoriza em Mariátegui, no entanto, é a dimensão mitológica e soreliana de suas teses, a tentativa de fundar um populismo místico baseado no apelo direto a um "direito natural normativo" que se vincularia às fontes históricas mais profundas e inconscientes da tradição hispânica, a esta altura impregnado, não se sabe bem como, por um forte componente indígena, e tendo sua barroca arquitetura reduzida ao chão de uma comunidade rousseauiana. É claro que este caminho não serve para países como Brasil, México ou Argentina, que já avançaram demais na rota da incorporação bastarda dos modelos do Norte; mas ele se ajustaria como uma luva aos países pequenos "com regimes brutais e instituições imprestáveis", que seriam, por isto mesmo, aqueles onde os

ideais rousseauianos de Mariátegui têm maior chance de se desenvolver, levando, ao mesclar-se com a cultura política ibérica, à plena realização do Grande Desígnio Ocidental que o Norte já não pode mais pretender (p. 111). Em outras palavras, quanto pior, melhor.

Há que dizer que o jogo de espelhos que nos propõe Morse, apesar de brilhante e sedutor, é tão ilusório quanto qualquer outro. É claro que existem problemas graves nas sociedades ocidentais, vinculados, entre outras coisas, ao esgotamento dos valores evolucionistas do iluminismo, ao crescimento descontrolado do conhecimento como técnica e à cultura de massas.. As críticas e denúncias dos textos frankfurtianos mais antigos às sociedades ocidentais, no entanto, pecavam pela generalização excessiva, pela incapacidade de perceber a potencialidade de inovação e mudança que estas sociedades possuem, e, acima de tudo, pelo irracionalismo e elitismo que apresentavam como alternativas implícitas ou explícitas à suposta vulgaridade e pobreza mental do mundo burguês, e que também perpassa o *Espelho de Próspero*⁽⁴⁾. Talvez seja necessário tomar distância de Washington para perceber que, como um todo, estas sociedades ainda preservam um repertório de criatividade, pluralismo e capacidade de compromisso moral e ético incomparáveis, por exemplo, com o provincianismo e corporativismo sem horizontes que assolam a América Latina, com o esgotamento precoce a que chegaram os regimes socialistas, ou com os horrores que presenciamos como decorrência dos novos fundamentalismos. É um dinamismo que se funda no pluralismo, que faz com que os processos de massificação sejam compensados pelo surgimento constante de novos grupos capazes de refletir criticamente sobre si mesmos e suas sociedades, sem comprometer, e freqüentemente consolidando, sua capacidade de manter e expandir a qualidade de vida para suas populações, e preservar os mecanismos institucionais que asseguram as liberdades e os direitos individuais. O desenvolvimento do conhecimento técnico e científico, apoiado em sistemas educacionais de massas, tem significado não só a garantia do padrão de vida das pessoas, e o gradual controle da agressão ao meio ambiente, como um processo efetivo de democratização do saber. Tudo isto, a começar pelo controle das doenças e da fome, passando pela monotonia do igualitarismo democrático, e culminando na produção em massa de Ph.D.'s, poucos dos quais (mas na realidade não tão poucos) com o brilho e o poder iconoclástico de Richard Morse, pode parecer inútil e moribundo para quem busca vivências mais intensas. Para nós, porém, que ainda não chegamos perto destas conquistas, talvez não seja aconselhável instaurarmos desde já nossa revolução cultural, buscando o contato direto com as massas (cuja contrapartida, de Sorel a Mao, é culto ao Chefe)⁽⁵⁾ e renunciando de vez ao racionalismo e às pesquisas sociais, fechando nossas universidades e programas de pós-graduação, desmantelando nossas indústrias incipientes, desmontando nossos precários sistemas democráticos e seus nascentes partidos modernos, e colocando toda nossa esperança na última versão do milenarismo soreliano que nos bata à porta, estimulado e legitimado, quem sabe, pela intuição genial de intelectuais criativos do norte, em nome do reencontro de nossa essência milenar perdida.

O futuro próspero da América Latina, se existir, dificilmente estará nos

senderos luminosos ou em outros movimentos milenaristas que surgem nas regiões mais atrasadas ou sob os governos mais tiranos do continente, e cuja pureza e contato imediato com a "essência" ameríndia geralmente só existe para quem os contempla de longe. Ele depende, para ser construído, do encaminhamento de um processo histórico que está sendo forjado por homens e mulheres de carne e osso, onde se busca a resolução adequada das contradições que hoje vivemos entre as servidões da herança colonial e periférica e os esforços de abrir lugar para a racionalidade e a modernidade. Ele deverá incluir, necessariamente, valores comunitários, processos de reafirmação étnica, religiosa, lingüística e regional, heranças hispânica, africanas, indígenas e européias, em uma realidade pluralista que não tem por que ser incompatível com os valores iluministas e os que venham a emergir em seu lugar. Não é um caminho fácil. Basta olhar com olhos abertos para o resto do mundo para termos a certeza de não termos a chave secreta do futuro, e que as próximas décadas não serão, ainda, da América Latina. Mas ainda é possível manter a esperança, e não ser alijados de todo para limbo da história, se conseguirmos manter de pé nossos compromissos com os valores iluministas e com o uso da razão, sem sucumbir ao canto de sereia da contemplação estética de nossos umbigos.

* * *

A resposta de Richard More a esta crítica⁽⁶⁾, tanto quanto o próprio livro, refletem uma preocupação que todos compartilhamos, que é a da possível incompatibilidade entre uma agenda de modernidade e o que se poderia denominar, para usar alguma expressão, de "tradições culturais latinoamericanas". A "questão cultural", que no passado vinha envolta em especulações mais ou menos brilhantes sobre "caráter nacional", "identidade cultural" ou "personalidade básica" de povos e sociedades, cobrou nova notoriedade com o aparente fracasso dos projetos modernizadores e democratizantes da maior parte dos países do terceiro mundo e o ressurgimento do nacionalismo em todas as suas formas, assim como do novo fundamentalismo islâmico. Em um primeiro momento, esta preocupação fazia parte de uma pergunta mal respondida sobre a capacidade de determinadas sociedades em incorporar de maneira adequada as instituições e valores das sociedades ocidentais. Depois, ela evoluiu para um questionamento destas instituições e valores: se o ocidente não é nenhuma maravilha, porque querer que todos os povos se assemelhem a ele? Será que outras sociedades e culturas não apresentariam, ainda que perdidas e dormentes, formas culturais superiores, ou de qualquer forma distintas, das ocidentais?

A redescoberta da questão cultural traz uma contribuição benéfica para as ciências sociais, ao questionar o etnocentrismo ocidental que as caracterizam em grande parte, e chama a atenção, também, para o fato de que ainda não sabemos como lidar com esta questão de forma realmente satisfatória, abrindo assim novos horizontes para a pesquisa, e uma nova fronteira para a teoria. Ela traz também, no entanto, velhos equívocos que pareciam haver sido sepultados nas últimas décadas: o do "etnocentrismo às avessas", que começa pelo reconhecimento e valorização das diferenças culturais, e pode terminar

com noções como as de que talvez não tenha sentido, por exemplo, pretender que os países latinoamericanos queiram se modernizar e sejam democráticos, dada sua tradição e cultura autoritárias; e a ressurreição dos velhos fantasmas da identidade e do caráter nacional, acompanhados de toda sua parafernália anti-intelectual, irracionalista e freqüentemente totalitária. O que começa com um gesto de genuíno respeito e reconhecimento da cultura alheia (veja como estes índios têm uma cultura tão rica e autêntica, superior à nossa!) termina com uma atitude de discriminação (só são bons índios os que não tentam imitar os brancos)⁽⁷⁾.

Morse discute a questão da tradição vs. modernidade, em sua resposta, ao se perguntar sobre os eventuais substitutos, na América Latina, da reforma protestante e do movimento operário, elementos centrais na constituição da cultura racionalista e democrática européias, e inclusive na universalização da educação básica no velho continente. Ele assinala que estes movimentos não chegaram a ter impacto similar na região, o que é verdade, apesar da óbvia importância das tradições sindicais da Argentina, Chile, México e São Paulo, que ele não chega a considerar. O fato, de qualquer forma, é que a reforma protestante e os movimentos operários perderam sua vitalidade como focos de mobilização e aglutinação moral e social inclusive nos países onde sua presença foi mais forte, na Europa ocidental; e não foram substituídos de forma satisfatória nem pelo pragmatismo esperado pelos teóricos do "fim das ideologias", nem pelos novos movimentos sociais que são objeto de atenção dos teóricos do pós-modernismo. Neste sentido, a questão das formas de sustentação ética, emotiva e simbólica da civilização pós-industrial não é um problema somente latinoamericano, mas universal, tanto quanto o das formas que esta civilização irá tomar.

Minha discordância com Morse não é quanto à importância desta questão, mas com a resposta que ele oferece -- a volta a uma "verdadeira comunidade" perdida nas penumbras do passado -- e com a forma em que ele justifica esta resposta. Ao tratar com desprezo as modernas ciências sociais e tudo aquilo que lhe parece associado ao racionalismo empobrecido das academias ocidentais e seus imitadores, Morse termina por olhar a realidade latinoamericana de forma extremamente simplificada e maniqueísta, apesar de adornada por proclamações de sutileza, complexidade e sentido de humor. Não há nada em sua resposta que refute o argumento principal de meu comentário, em relação aos equívocos de sua tentativa de buscar, em um utópico passado ibérico, as fontes para uma civilização latinoamericana que mostraria sua profunda superioridade em relação ao ocidente em decadência. Em compensação, tenho agora a oportunidade de expandir a discussão sobre os temas do "atraso" e da modernidade, e sobre a natureza e a responsabilidade no trabalho intelectual.

É necessário não confundir minhas objeções às propostas de Morse com uma eventual incapacidade de perceber a importância dos problemas da cultura. Não há nada na "questão cultural" que a torne particularmente intratável pelas ciências sociais contemporâneas, desde que a livremos da penumbra das "tradições culturais" qualitativamente irreduzíveis entre si, e aceitemos que os fenômenos de identificação, integração coletiva e referenciais éticos podem

mudar com grande velocidade, por mecanismos que seguramente não conhecemos bem, mas que estão sem dúvida associados a certos momentos de transição histórica mais significativos. José Joaquín Brunner, que tem tratado estas questões com bastante propriedade, identifica em Octávio Paz a fonte principal da tentativa de voltar às fontes primitivas da latinidade hispânica, e expressa com clareza tudo aquilo que eu gostaria de poder dizer a respeito. Diz Brunner que a América Latina é tributária e parte da cultura ocidental, acima de tudo, por sua incorporação à experiência traumática da modernidade.

Por sua busca contraditória, desigual, com vezes fracassada mas com vezes retomada, da modernização e do modernismo, não mais apenas como fenômeno de intelectuais e tecnocratas, mas como processo de massas cujo imaginário chegou a se expressar e a se esgotar quase que completamente nas figuras fugazes de modernidade que vêm do norte. Por isto se pode dizer que a América Latina é parte desta cultura menos pelo seu passado, ainda que também por causa dele, do que pelo seu presente e seu futuro: como projeto. Existem os que discordam desta forma de abordar as coisas latinoamericanas. Para os quais, com efeito, é mais importante a religião trazida pelos espanhóis e portugueses a estas terras do que a utopia modernizadora, que teve muito mais que ver, certamente, com a França, Inglaterra e os Estados Unidos. Para os quais subsiste, ainda hoje, uma América Latina profunda, real-mágica, mestiça e ancestral; que se sacrifica e cumpre seus ritos e que assume a modernidade como uma mentira sociológica, algo espúrio, uma casca imposta, um produto fantasmagórico da razão que percorre o continente sacrificando-o às exigências de sua utopia. Octávio Paz, a quem não fazemos justiça com estas breves referências, o disse de maneira gráfica: "o povo mexicano, depois de mais de dois séculos de experimentos e fracassos, não crê senão na Virgem de Guadalupe e na Loteria Nacional⁽⁸⁾."

Brunner não acredita, no entanto - como eu também não - que esta volta ao passado seja possível. "Os homens e mulheres [da América Latina] estão envolvidos, de maneiras diversas e conflitivas, com maior ou menor consciência, nas aventuras de modernização do continente, nas pugnas em torno de sua direção política e de sua organização sócio-econômica. Neste processo multiforme eles refletem, nas contradições de sua identidade e de seu contexto vital, os problemas de uma modernidade cuja significação tem estado e continua estando referida para fora; inevitavelmente para o norte" (p. 196-7).

II

Em seu novo texto, Richard Morse faz minha caricatura como a de um empirista primitivo e empedernido, que não reconhece lugar para a literatura nem de nada além da "montagem metódica de conhecimentos verificáveis"; um reacionário, que tem medo do povo e de suas manifestações espontâneas e criativas; um racionalista ingênuo, que acredita que os Ph.D.'s resolverão os problemas do mundo; e um defensor encarniçado do statu quo acadêmico. O mesmo simplismo maniqueísta, surpreendente para quem se declara atraído pelas "explorações lúdicas da percepção humana", e capaz de captar, pela

empatia, as camadas mais profundas da história, como "carregada de persistências, ressonâncias, novidades, surpresas e resultados inesperados", surge em sua visão da América Latina, assim como da atividade intelectual de uma maneira geral. De um lado, estão "as elites", que falharam miseravelmente em sua agenda modernizadora, e às quais estão associados os cientistas sociais que "nos traíram" (é difícil não perguntar: a "nós", quem, cara-pálida?), junto com todos aqueles que se apoiam nas ciências empíricas para fazer previsões históricas de curto prazo, de acordo com suas preferências subjetivas; de outro está a América Latina autêntica (que exclui, entre outras coisas, os imigrantes e a industrialização), que tem suas raízes no passado hierárquico e monolítico da Espanha antiga, e se volta hoje à busca da "verdadeira comunidade", através das manifestações espontâneas e vivas que vão "dos Tupamaros aos cultos de Umbanda, da teologia da libertação às associações de vizinhança, dos revolucionários que se declaram marxistas aos invasores de terra" (cuja relação com o passado ibérico realmente me escapa). Tudo isto teria um sentido único e profundo, inacessível aos comuns mortais e intelectuais domesticados pelas universidades ocidentais que só conseguem pensar a curto prazo; mas claramente inteligível, como tendência a longo prazo, para os literatos e intelectuais indômitos capazes de "empatia com as camadas profundas da mudança social, e dispostos a aceitar indicadores metafóricos e analógicos, além dos mensuráveis". Estes intelectuais e literatos, presumivelmente, não fazem parte daquelas elites que "nos traíram", e contribuem positivamente para a marcha da história na conquista da "comunidade verdadeira". Enquanto isto não se dá, eles podem, confortavelmente, se valer dos benefícios e do prestígio que nossos sistemas acadêmicos, apesar de irremediavelmente ultrapassados e estéreis (ou, quem sabe, exatamente por isto), ainda proporcionam aos que melhor expressam os modismos intelectuais correntes, do desconstrutivismo às versões locais do populismo intelectual.

Richard Morse tirou do contexto uma frase em que eu dizia que "talvez não seja aconselhável instaurarmos desde já nossa revolução cultural, buscando o contato direto com as massas" para dizer que eu penso que as massas devem esperar o fim do projeto iluminista (como, no tempo do governo militar, se dizia que era necessário fazer o bolo crescer antes de dividi-lo), e que cabe aos intelectuais universitários comandar e domesticar as diversas formas de participação popular e comunitária no processo político em que vivemos e no qual continuaremos a viver. Minha frase sobre o "contato com massas", acompanhada pela referência à revolução cultural chinesa e ao estudo clássico de Bendix sobre o autoritarismo no sistema industrial da Alemanha Oriental na década de 50, deveria ter sido suficiente para deixar claro que não proponho este tipo de "contato" nem agora nem nunca. No caso da Alemanha Oriental, a consigna partidária do "contato com as massas" funcionava como uma forma de reforçar a autoridade do poder central sobre as organizações de produção econômica, e forçar os operários a se submeter às diretrizes do partido, único intérprete aceito, afinal, do que "as massas" realmente queriam ou pretendiam ser. Em relação à "revolução cultural", creio que já existe bastante consenso sobre o que ela significou como período de centralização política extrema, terrorismo e retrocesso político, econômico e cultural.

Chamar a atenção para a associação íntima e freqüente entre os apelos ao "contato com as massas" e as formas mais abjetas de autoritarismo não é o mesmo que ser contra as diferentes formas de organização e ação popular, que extravazam os marcos institucionais estabelecidos e trazem para nossas sociedades novas fontes potenciais de dinamismo e renovação. Para quem tem a perspectiva do milênio, talvez não valha a pena perder tempo com separar uma coisa da outra. Afinal, se o Terror fez parte da revolução francesa, o Gulag da revolução soviética, se o militarismo japonês precedeu sua entrada triunfante no mundo do capitalismo moderno e da alta tecnologia, se o próprio nazismo, dialeticamente, purificou a Alemanha de seu nacionalismo xenófobo e fez dela, depois da guerra, uma democracia exemplar, porque se preocupar com as bombas dos Tupamaros, os assassinatos do Sendero Luminoso ou o populismo demagógico de um ou outro político mais inescrupuloso? Pode ser que, em relação a esta atitude, o lugar aonde moramos e vivemos faça alguma diferença.

Penso que a atitude de Morse em relação às ciências sociais, sua visão dogmática e simplificada da América Latina, e até mesmo a caricatura que tenta fazer de meus pontos de vista, decorram da função praticamente exclusiva que ele atribui ao trabalho intelectual, que seria a da elaboração de uma ideologia capaz de sacudir e mobilizar o continente latinoamericano, e daí, que sabe, o mundo. Exemplo disto é a tese da superioridade dos novelistas sobre os cientistas sociais, reforçada pelo uso abundante de referências, imagens e licenças literárias. Ninguém negaria, evidentemente, a importância de muitos novelistas latinoamericanos na crítica e desvendamento de aspectos e dimensões insuspeitas de nossa realidade; poucos negariam, também, a possível riqueza de uma exploração da realidade dentro das tradições da crítica literária, tal como proposto por Clifford Geertz. No entanto, o que Morse espera é que estes escritores possam "ajudar a renovar o discurso de uma ideologia obsoleta", e nisto residiria sua superioridade sobre os cientistas sociais. Além da obsessão com a ideologia (de minha parte, eu diria que a desmitificação das ideologias é ainda uma dos grandes propósitos das ciências sociais, sem que para isto seja necessário retornar à ingenuidade da "ciência neutra"), surpreende que haja quem acredite que autores tão herméticos e quase incompreensíveis como Cortázar, Borges ou Guimarães Rosa possam ter algum papel na constituição de novas ideologias de alcance popular. A falsa polarização entre "novelistas" e "cientistas sociais" que Morse introduz só pode produzir efeitos no mundo restrito dos círculos acadêmicos de elite, para consumo dos quais, afinal, ela parece ter sido feita.

III

Morse se espanta por eu dizer que alguns países são mais atrasados do que outros. E no entanto, não é difícil definir o que seja um país ou uma região "atrasada": é onde as pessoas passam fome e morrem prematuramente, onde não existem sistemas educacionais minimamente satisfatórios, onde os governos não funcionam com um mínimo de competência, onde os direitos humanos não têm vigência. Existem países latinoamericanos mais e menos atrasados, e estas diferenças refletem, em grande parte, a capacidade que

tiveram de incorporar não somente os malefícios e as deformações que acompanham a modernidade, mas também algumas de suas instituições e valores mais centrais, como as instituições democráticas, os sistemas educacionais de massas e de elite, e as formas modernas de organização da atividade econômica.

Não é preciso ser um evolucionista ingênuo para entender isto. Quem viu "Bye Bye Brasil" sabe que o atraso no mundo de hoje não se caracteriza pela permanência de valores e formas de comportamento ditos tradicionais, mas pela incorporação distorcida e caótica dos produtos mais aparentes e assimiláveis das modernas tecnologias: a televisão, os automóveis, os meios de comunicação e de transporte, as estruturas de dominação e de poder, e as armas de fogo, não tão modernas assim. Reagir aos efeitos devastadores desta modernidade pela volta ao primitivo, ao popular, à alma da civilização perdida, no entanto, é um caminho sem saída. Viajando anos atrás pelo interior da Guatemala, fiquei impressionado pelas vestes dos indígenas, seus panos coloridos, padrões diferentes para cada aldeia, e sua aparente capacidade de preservar suas culturas e tradições. Depois aprendi que estas roupas, e as cores diferentes, haviam sido impostas pelos espanhóis nos tempos coloniais, como forma de separar os índios entre as diferentes "encomiendas", que os mantinham em regime de servidão. Para quando, ou onde, estas populações deveriam voltar?

V. S. Naipaul, escrevendo sobre a Índia independente e suas perplexidades ante o artificialismo da modernização ocidental e a busca do passado perdido, observava dez anos atrás que

A turbulência da Índia desta vez não vem da invasão estrangeira ou da conquista, mas é gerada de dentro. A Índia não pode responder da forma antiga, pela volta ao arcaísmo. Suas instituições emprestadas funcionaram como instituições emprestadas; mas a Índia arcáica não tem substitutos para a imprensa, o parlamento e as cortes. A crise da Índia não é só política e econômica. É uma crise maior de uma antiga civilização ferida que finalmente está tomando consciência de suas inadequações, mas não encontra os meios intelectuais necessários para ir adiante⁽⁹⁾.

E, ao final:

Nos textos antigos os homens olhavam para o passado e falavam da atual Idade das Trevas; hoje eles olham para os dias de Gandhi e da luta contra os ingleses, e vêm tudo que ocorreu depois como um desvio, antes que uma evolução da história. Enquanto a Índia tratar de voltar a seu passado, ela não conquistará este passado, nem será por ele enriquecida. O passado só pode se conquistar, agora, pela pesquisa *escolarship*, pela disciplina intelectual, e não pela via espiritual. O passado deve ser visto como morto; senão, o passado matará (p. 174).

Não existe volta ao passado, nem sequer um passado para voltar, na Índia como na América Latina. Correndo de novo o risco de ser acusado de "positivista pombalino do século XVIII", ou de idealizar os Ph.D.'s com os heróis do mundo moderno, eu reafirmaria que existe uma agenda fundamental a ser cumprida na América Latina, em alguns países de forma mais dramática do que em outros, que recoloca as questões da educação em todos os níveis (popular, média, superior, continuada) e da ciência e tecnologia como uma das

preocupações fundamentais. Não é possível participar de forma adequada no mundo de hoje, e principalmente no de amanhã, sem uma população minimamente capaz de conviver de forma ativa e produtiva com as novas formas de comunicação, produção e interação social que estão se generalizando. Esta agenda intelectual e cultural não substitui, mas é homóloga, à do estabelecimento de novas formas de organização e participação social e instituições políticas modernas, como os partidos, o parlamento, o poder judiciário e um serviço público competente. As tradições autoritárias de alto a baixo de nossas sociedades, o fracasso dos projetos modernizadores do passado, o vazio e a burocratização de nossa educação básica, o corporativismo e a baixa qualidade de nosso ensino superior, o provincianismo dos horizontes intelectuais de nossas elites, tudo isto torna nossos problemas extremamente difíceis, mas não permitem a postura cômoda de declarar que a agenda da modernidade já teve seu tempo, e que agora é chegada a hora de abandoná-la como lixo inútil. E tampouco que se diga, de quem se preocupa com estas questões, de ser um "ardente defensor do statu quo".

IV

Porque eu disse que seu livro era "potencialmente danoso em suas implicações", Morse me acusa que querer jogá-lo na fogueira. E no entanto, se idéias não tivessem conseqüências que mereçam ser avaliadas, nem eu nem ele poderíamos justificar nossos salários no fim do mês. O princípio da liberdade de expressão, uma das grandes conquistas da tradição liberal, não supõe que as idéias sejam inconseqüentes. Ao contrário, a suposição é que elas são tão importantes que vale a pena garantir sua manifestação, mesmo que muitas vezes elas produzam resultados que não agradem a uns ou outros. Acredito que esta liberdade, da qual todos nos beneficiamos, deve ter como contrapartida que as idéias possam ser livremente criticadas, inclusive em suas conseqüências, e que não tratemos de escapar da responsabilidade pelas implicações do que dizemos ou propomos.

É difícil dizer, no entanto, que poder é este que as idéias têm. Como bem lembra Morse, esta é uma questão que se tornou clássica a partir do tema espinhoso da responsabilidade dos intelectuais alemães pelo surgimento do nazismo; e a lembrança é tanto mais oportuna quanto os grandes temas do debate intelectual alemão na virada deste século, que se intensificou nos anos da República de Weimar, têm muito em comum com aqueles levantados por Morse: a crítica da ciência formal, em nome da intuição e da vida; a busca de interpretações globais do sentido profundo da história e da natureza das civilizações e das culturas, mais além do que poderia ser captado pela mera empiria; a valorização do popular e do comunitário, em detrimento das construções artificiais da civilização; a obsessão com a ideologia, que é vista como a única razão de ser do trabalho intelectual e cultural.

Vale a pena descrever algo deste debate, para desfazer de uma vez por todas a idéia de que Morse está propondo algo de novo, ou que minhas críticas tenham, por sua vez, muita originalidade. A batalha entre a vida e a

esterilidade, a intuição criativa e o empirismo obsessivo, a intuição profunda do sentido das coisas e o acúmulo gradual de pequenos cadáveres de evidência dissecados pela razão analítica, a ideologia e a ciência, foi disputada à exaustão mais de meio século atrás, e hoje já conhecemos bastante bem tanto as limitações do positivismo e academicismo ingênuos quanto aonde podem chegar os delírios do intuicionismo e do vitalismo. Fritz Ringer, autor de um estudo clássico sobre o mandarinato intelectual alemão do século XIX até o período do Nazismo, usa uma citação de Ernst Troeltsch, colega e contemporâneo de Max Weber, para caracterizar a força da crítica ao positivismo e ao *establishment* universitário em seu tempo:

É a revolta contra a memorização e disciplina, contra as ideologias do sucesso e do poder, contra o excesso e a superficialidade dos conhecimentos que nos impingem nas escolas, contra o intelectualismo e a auto-suficiência dos literatos, contra a grande metrópole e o anti-natural, contra o materialismo e o ceticismo, contra o poder do dinheiro e do prestígio, contra a especialização e o mandonismo, contra o peso sufocante da tradição e o evolucionismo historicista... Além disto, existe uma profunda revolução intelectual dentro do mundo acadêmico que ainda não foi devidamente notada. A necessidade de síntese, sistema, visão de mundo, organização e juízos de valor é extraordinária. A matematização e a mecanização de toda a filosofia européia desde Galileu e Descartes é vista com crescente ceticismo... Nas disciplinas históricas e culturais, as pessoas se defendem contra a tirania dos conceitos evolutivos, contra as compilações e as avaliações críticas⁽¹⁰⁾.

Uma parte importante desta "revolução" foi a chamada "filosofia da vida", que, como tudo no ambiente acadêmico alemão daqueles anos, ia do mais sofisticado e complexo, como por exemplo em Dilthey, ao mais simplista e vulgar. Ringer descreve desta forma a "filosofia da vida", a partir do trabalho de Ludwig Klages, autor de uma obra alentada e já esquecida sobre "*Geist* como o inimigo da alma":

Em um sentido muito geral, a filosofia da vida era a doutrina segundo a qual a vida, em sua forma mais imediata, é a realidade primária do homem. Esta idéia podia ser interpretada de muitas formas diferentes. Ela podia ser tratada como verdade metafísica, em cujo caso liberdade, criatividade, "totalidade" na experiência, e coisas semelhantes, surgiam como as características mais gerais da realidade. Klages aparentemente defendia algumas destas teorias. Ele também se expandia a respeito de temas tais como a vivência, a compreensão, *Einfühlung* (empatia), e *Anschauung* (percepção, intuição), para sugerir uma bateria de maneiras superiores ao "meramente conceitual" para chegar à realidade imediata da vida. A 'experiência imediata' de Dilthey adquiria as características de um procedimento místico na filosofia da vida. Na pedagogia, 'vivenciar' [experiencing] assumia as vezes o sentido de aprendizagem ativa, pela participação direta [acting out] em uma seqüência de eventos e reações. Em um sentido mais amplo, o ato de vivenciar envolvia a imaginação e a emoção do sujeito, e não somente seu intelecto. Tanto quanto "empatia" e "percepção", o conceito de vivência (*Erleben*) sugeria que as impressões individuais da experiência ingênua são menos enganosas, de muitas maneiras, do que o material que nos chega pelo filtro da abstração analítica e da classificação científica. Em algumas variedades da filosofia da vida, todo conhecimento conceitual e o próprio *Geist* eram descritos como obstáculos ou inimigos da vida" (p. 337)⁽¹¹⁾.

Conforme relata Ringer, Troeltsch "se impressionava por esta 'revolução intelectual', mas não confiava totalmente nela. Preocupava-se com suas tendências nihilistas. Advertia quanto ao perigo de descartar 'os métodos críticos e exatos, o rigor do pensamento e da pesquisa, que haviam sido estabelecidos por várias gerações de estudiosos'. As alternativas que propunha, ligadas a uma tentativa de reconstrução racional da cultura alemã, são demasiado complexas e historicamente datadas para serem descritas aqui. Mais atual, acredito, é a forma que o debate assumiu com Max Weber e um obscuro crítico e oponente, Ernst Krieck.

A principal referência, aqui, é a famosa conferência de Weber de 1919, sobre "*Wissenschaft* [erroneamente traduzido por 'ciência'] como Vocaçãõ". Na síntese de Ringer,

"Weber não hesitou em desafiar a grita geral contra a especialização. Nas condições modernas, dizia, era impossível fazer contribuições genuínas ao conhecimento sem pesquisas detalhadas em um campo delimitado de estudo. "Inspiração" (*Eingabe*) não era menos nem mais necessária no trabalho acadêmico do que em qualquer outra atividade; mas só poderia surgir como resultado do trabalho persistente. Intuições brilhantes eram de qualquer forma praticamente inúteis, a não ser que alguém fosse capaz de explorá-las e substanciá-las de forma metódica. (...) Ele se espantava com o culto da intuição e da 'experiência' (*Erleben*) imediatas. Estava cansado de ouvir que o *scholar* tinha que ter personalidade. Admitia que o artista poderia ter a esperança de criar coisas de valor permanente. Mas o pesquisador não poderia ter esta esperança; todas suas contribuições estavam destinadas a ser superadas mais cedo ou mais tarde. Pesquisar era simplesmente participar do processo de "intelectualização" que, por milhares de anos, vinha abrindo caminho contra as interpretações mágicas da realidade. Este processo parecia não ter fim, e suas conseqüências nem sempre eram agradáveis." (Ringer, p. 352).

Resumindo a posição de Weber, Ringer ressalta sua militância nas questões políticas de seu tempo, e observa que, "ao propor a separação entre *Wissenschaft* e juízos de valor, Weber na realidade buscava limpar o terreno para políticas públicas mais progressistas. Ele parecia limitar o âmbito de competência do trabalho acadêmico, mas lhe reservava três importantes funções: confrontar os "fatos", pesar suas conseqüências, e avaliar a consistência interna das políticas públicas. Na prática, este programa reduzia muito pouco o escopo do discurso acadêmico e científico, seja em política, em ética ou em qualquer outro campo. Tudo o que excluía era a busca de valores últimos da filosofia cultural dos idealistas alemães. Weber não era tampouco um positivista, propriamente falando. Na atmosfera da revolução espiritual, suas recomendações metodológicas poderiam parecer vagamente cautelosas e ultrapassadas. Na realidade, ele de fato incluía as explorações mais grosseiras da falácia do sentido comum entre as ilusões de uma época já ultrapassada" (Ringer, p. 356).

Ringer contrasta as posições de Weber com a de Ernst Krieck, personagem que não deixaria memória, a não ser pelo extremismo de suas posições e sua ulterior adesão ao nazismo. Eis o que dizia Krieck in *Die Revolution der Wissenschaft*, em 1920:

A Alemanha tinha perdido seu sentido de grandeza. Não haviam idéias suficientemente fortes para guiá-la, e ela caía vítima da democracia e do marxismo. As grandes tradições haviam sido esquecidas; a sociedade se dissolvia em átomos; a nação tinha perdido sua alma; a crise cultural se aproximava. Como não havia espírito comunitário, os indivíduos se sentiam sem poder e isolados; prevalecia um fatalismo sem esperanças; a literatura era pobre, e a arte sem estilo. Um renascimento religioso poderia ser de alguma ajuda, mas não poderia se dar nas igrejas estabelecidas, que haviam se tornado totalmente decadentes. Uma espiritualidade esotérica também seria inútil, porque não poderia produzir aquele espírito de solidariedade nacional que era tão urgentemente necessário. Só uma religião nacional comum poderia produzir uma nova sensação de unidade moral e renovação de propósitos, elevando o estado acima do nível de uma máquina utilitária. (...)

Não havia lugar para intelectuais desenraizados na nova sociedade de Krieck. Ele propunha dismantelar todo o *establishment* acadêmico, a não ser que ele pudesse justificar sua existência contribuindo para a vida espiritual da Nação. A pose da objetividade, a recusa em emitir juízos de valor, pareciam para ele fraquezas e vícios. A vida acadêmica alemã havia se transformado em um mecanismo sem sentido, preocupado somente em se perpetuar a si mesmo. Excessivamente especializada e esotérica, era uma espécie de sinecura para uma clique cansada de pesquisadores. Seus métodos, da mesma forma, eram irrecuperavelmente estéreis. O historicismo tinha sido fatal para as ciências sociais, impedindo que o passado influenciasse o presente. Um racionalismo empobrecido havia se espalhado das ciências naturais para as humanidades. Quando os economistas declaravam que não fariam julgamentos de valor, eles entregavam o futuro de seu país aos políticos dos partidos. Na filosofia, o livre arbítrio era consistentemente desenfocado, como que pedindo aos alemães que se resignassem à impotência nacional.

Na base destes argumentos, Krieck propunha uma revolução no trabalho intelectual. Suas propostas seguiam uma linha previsível. A atitude passiva da objetividade deveria ser abandonada. Deveria haver esforços de combinar pedaços de informação em perspectivas totais. Ao olhar para o passado da nação, os historiadores deveriam descobrir seu caráter, e conseqüentemente seu futuro. Clamava por mais ênfase nas verdades fundamentais da vida e do espírito. (...) Era dever dos acadêmicos se elevar acima das estreitas doutrinas de classe e partido; mas acima disto, os acadêmicos deveriam recuperar suas raízes na comunidade nacional. Só desta maneira eles poderiam se salvar tanto das perspectivas partidárias quanto do ecletismo estéril" (Ringer, pp. 357-358).

A história mostraria o triunfo político das idéias de Krieck, e o fracasso de Weber e de Troeltsch. Que responsabilidade tiveram os vitoriosos pelo que aconteceu a seguir? É assim que Ringer trata a questão da responsabilidade: Em princípio, os mandarins tinham tanto desprezo pelos demagogos nacionalistas quanto pelos parlamentaristas e líderes partidários do liberalismo democrático. Tudo que eles diziam sobre **Geist** e sobre política, eles o diziam como intelectuais, como porta-vozes da minoria dos homens cultos, e não como representantes dos interesses industriais ou agrários, e certamente não como propagandistas das políticas de massas do nacional socialismo. Não

tomar isto em consideração é não entender nada de toda a intenção e as tendências das ideologias dos mandarins.

E no entanto, depois de tomarmos em conta todas as sutis diferenças de intenção, todos os diferentes níveis de vulgaridade intelectual, e todas as nuances de opinião baseadas em diferenças de classe e status, permanece ainda uma similaridade residual entre os pontos de vista dos professores e dos estudantes nas universidades alemãs. O 'idealismo' dos movimentos chauvinistas e *volkish* acompanharam o idealismo dos mandarins como um eco ligeiramente distorcido; a anti-modernidade do *Geist* projetava sua sombra na anti-modernidade do *Volk*. Insistir que não havia nenhuma conexão entre os dois seria dizer que professores não influenciam seus alunos. Os mandarins seriam os últimos a aceitar tal julgamento" (Ringer, p. 252).

Em que medida, no entanto, a América Latina de hoje se assemelha à Alemanha do pré-guerra, para que este paralelo possa ser feito? Não existem sinais claros de que marchemos para o fascismo, e, se isto ocorrer, não será provavelmente por culpa de intelectuais e escritores. Estamos vivendo, no entanto, em meio a uma batalha quase perdida pela modernidade em nossas sociedades, que tem como uma de suas arenas principais nossos sistemas educacionais, culturais e científicos. Tal como na Alemanha, o anti-intelectualismo e irracionalismo ocupam espaço em nossas universidades, seja pela demanda por resultados práticos e imediatos, seja pelo repúdio ao trabalho acadêmico e sistemático de longo prazo. Tal como na Alemanha, o ataque à mediocridade da educação formal é feito ao mesmo tempo em nome do "povo", e pela utilização das formas mais extremas de elitismo intelectual, que substitui a clareza das idéias pelo abuso dos jogos semânticos, frases enigmáticas e uso de expressões e citações da moda, que alguns privilegiados dizem entender e dominar, e os demais, simplesmente, admiram; tal como lá, em nome do complexo e do profundo, visões simplistas da realidade ameaçam predominar sobre as mais complexas, que encontram cada vez menos espaço e condições de se manifestar. Talvez seja impossível reverter esta tendência; no entanto, acho que faz parte da responsabilidade do trabalho intelectual não esquecer os equívocos do passado, e não voltar a embarcar neles com tanta facilidade e gosto.

Notas

1. Traduzido do inglês de "Bruno Bauer, 'Die Judenfrage' ", em T. B. Bottomore, ed., *Karl Marx Early Writings*, p. 17.
2. S. Schwartzman, *São Paulo e o Estado Nacional*, São Paulo, Difel, 1973, revisto e republicado como *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, ed. Campus, 1982 e 1988.
3. Nesta crítica generalizada, entra tanto o empirismo mais grosseiro quanto a tradição historicista comparativa de inspiração weberiana, que, como sabemos, comparava a Índia, a China e a Palestina antiga com o Ocidente. Para uma visão mais complexa dos contrastes entre as ciências sociais positivistas e historicistas, e da contraposição entre elas e

o irracionalismo, veja Reinhard Bendix, *Force, Fate & Freedom: On Historical Sociology*, Berkeley, University of California Press, 1984.

4. Para uma visão crítica do pensamento irracionalista contemporâneo e seu impacto pernicioso em nosso meio, veja os ensaios de Sérgio Paulo Rouanet em *As Razões do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1987.

5. Veja, sobre os paradoxos inerentes à busca do "contato com as massas" em regimes totalitários, a análise clássica de Reinhard Bendix em *Work and Authority in Industry* (New York, Wiley, 1956), um exemplo de análise histórica comparada entre a Inglaterra, a Rússia, os Estados Unidos e Alemanha, em períodos históricos distintos. Vale lembrar ainda que, no Brasil, o principal leitor e divulgador das idéias de Sorel tenha sido Francisco Campos.

6. "A Miopia de Schwartzman", *Novos Estudos CEBRAP* 24, julho de 1989, pp. 166-178.

7. Já tive a ocasião de discutir esta mesma postura, em relação à questão do corporativismo, em outra ocasião. Veja. "As Dificuldades do Antietnocentrismo", *Dados - Revista de Ciências Sociais* (Rio de Janeiro) 25, 2, 1982.

8. José Joaquin Brunner, *Un espejo trizado - ensayos sobre cultura y políticas culturales*, Santiago, FLACSO, 1988, p. 198. A referência é a Octávio Paz, *El ogro filantrópico*, Joaquin Mortiz, México, 1989.

9. *A Wounded Civilization*, Penguin, 1979, p. 18.

10. Ernst Troeltsch, "Die geistige Revolution", 1921, citado por F. Ringer, *The Decline of the German Mandarins*, Harvard University Press, 1969, p. 346).

11. É claro que a validade destas concepções não poderia ser medida, simplesmente, por suas conseqüências como munição ideológica para a batalha do irracionalismo que ia ganhando forma. No entanto, também não seria o caso de ignorar este aspecto. A este respeito, diz Ringer que "as doutrinas do movimento [da filosofia da vida] não podem ser atribuídas com segurança a ninguém em particular, mas elas certamente tiveram uma certa influência. Na verdade, a filosofia da vida popular tinha muito em comum com boa parte da literatura populista [volkish], anti-semita e neo-conservadora da anti-modernidade. Ambos surgiram na periferia do mundo acadêmico ou fora dele; ambos exageraram as atitudes que existiam entre os próprios mandarins intelectuais; e ambos ameaçavam superar os professores em sua disputa pela atenção dos semi-educados e dos jovens" (p. 337).

Índice

INTRODUÇÃO

Escolhas Divinas – José Luis Fiori

O Capitalismo Americano – José Luis Fiori

Destino Manifesto : origen - Antonio Flores Gavilán

O Mito do Colapso Americano (Fiori)- J.França Belém

**Perdendo o mundo”: o declínio dos EUA em perspectiva-
Noam Chomsky**

Uma nação em declínio - Jon Queally

**21 charts that explain how the US is changing - Danielle
Kurtzleben**

**O mundo sobreviverá à ambição arrogante de Washington?
- Paul Craig Roberts**

**Fracasso fiscal nos EUA obriga a trabalhar para um mundo
des-Americanizado - Liu Chang, Xinhuanet**

**O nascimento do mundo “des-Americanizado” - Pepe
Escobar**

**Los EE.UU. promueven la desestabilización de las
democracias en América Latina - Luiz Alberto de Vianna
Moniz Bandeira**

**INVASÕES AMERICANAS NO MUNDO- Alberto da Silva
Jones**

Visita Pres. Dilma aos USA/2012 – Balanço

O Barão do Rio Branco e a americanização da política externa brasileira - Nathália Heinrich

Visão geral das relações Brasil-EUA em perspectiva histórica- Paulo Roberto de Almeida

Moniz Bandeira: O Brasil e as ameaças de projeto imperial dos EUA

A definição do Brasil como alvo de espionagem dos EUA não é de hoje, diz o historiador e cientista político Moniz Bandeira, em entrevista à Carta Maior.- Marco Aurélio Weissheimer

A setor privado dos EUA, Dilma enfatiza a 'nova' política econômica - VALOR/06/2015

ESCOLHAS DIVINAS

José Luís Fiori

“Agradecemos a Deus pela bomba atômica ter vindo para nós, e não para os nossos inimigos; e oramos para que Ele possa nos guiar para usá-la em Seus caminhos, e para Seus propósitos”.

Presidente Harry, S. Truman, cit in P. Anderson, “A política externa norte-americana e seus teóricos”, Ed. Boitempo, SP, 2015 p:42

Do ponto de vista estritamente lógico, é impossível de imaginar um Deus que seja único e absoluto, e que ao mesmo tempo faça escolhas de qualquer tipo que seja. Mas esta ideia da monopolização unilateral da “vontade divina”, por alguns povos, parece ser muito antiga e persistente, sobretudo entre os que professam religiões monoteístas. O exemplo mais conhecido talvez seja o do povo hebreu, como aparece descrito num dos cinco livros de Moises, o Êxodo: “Então Javé chamou a Moisés e lhe disse: agora, se ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, sereis para mim uma propriedade peculiar entre todos os povos, porque a terra é minha. Vós sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa” (Êxodo, 19). Mas esta mesma convicção pode ser encontrada no Zoroastrismo, e na relação preferencial de Ahura Mazda com o povo persa e com o Império Aquemênida, da Ciro, Dario e seus descendentes; na relação de Ala, com os sucessivos impérios islâmicos, desde o século VII d.C; ou na relação do Deus cristão, com os povos europeus e seu projeto de expansão e conversão do mundo, a partir do século XVI. E esta mesma ideia está por trás da certeza norte-americana a respeito do seu “destino manifesto” à liderar a humanidade. Uma visão construída pelos seus “*founding fathers*”, e que permanece viva até hoje, como se pode ler na epígrafe do presidente Truman; ou na ideia do presidente Kennedy, de que “os EUA deviam seguir em frente para liderar a terra ... sabedores de que aqui na Terra a obra de Deus deve, em verdade, ser obra nossa” (op cit p 43); ou ainda, na certeza do presidente Bush, de que “a nação americana foi escolhida por Deus e comissionada pela história para ser um modelo para o mundo” (idem, p:43).

Esta monopolização da “verdade divina” pode ser absurda do ponto de vista lógico, mas de fato se transformou numa “ideia-força” que cumpriu um papel decisivo através de toda a história humana, tanto dos “povos escolhidos”, como dos “povos não escolhidos” por Deus. Sem esta imagem de si mesmo, talvez o povo hebreu não tivesse conseguido resistir ao assédio dos assírios, dos romanos e de tantos outros povos mais poderosos, superando seu sentimento milenar de inferioridade e de cerco; os persas não tivessem conquistado seu gigantesco império de oito milhões de quilômetros quadrados, na África, Europa e Ásia, o Islã não tivesse se expandido de forma tão contínua e vitoriosa, a partir do século VII; e os europeus não tivessem conseguido impor sua dominação colonial ao redor do mundo, a partir do século XVI. Sempre movidos pela mesma certeza ética que levou George Kennan a afirmar, olhando para a destruição alemã, depois da II Guerra Mundial, “que ele se tranquilizava com o fato de que os EUA tivessem sido os escolhidos pelo Todo-Poderoso para ser os agentes daquela destruição”. (op cit, p:42)

Nesta história, entretanto, é fundamental distinguir o papel decisivo das religiões na construção das civilizações humanas, da sua monopolização e instrumentalização pelos poderes territoriais e pelos grupos humanos que se autoproclamam superiores e com o direito exclusivo a impor os seus valores aos demais que forem sendo submetidos, convertidos, ou exterminadas pelo avanço e pela “tranquilidade ética” dos “povos escolhidos”. Esta visão unilateral

e monopolista da “escolha divina” sempre está - e segue estando - por trás de todos os fundamentalismos religiosos, em qualquer tempo e lugar, e que sempre levou à demonização, à desqualificação, à humilhação e à exclusão dos que pensam diferente. Uma radicalização que parece se repetir através da história, em todos os grandes momentos de ruptura e “perda de horizonte” por parte da humanidade, como está acontecendo de novo, neste início do século XXI.

Depois do fim da Guerra Fria, e em particular nesta segunda década do século XXI, os EUA estão vivendo um momento sem precedente de fragmentação do seu establishment, do seu sistema político e da sua sociedade mobilizada por um fundamentalismo religioso cada vez mais agressivo e excludente. E o mesmo está acontecendo na Europa, onde o esvaziamento ideológico do projeto de unificação abriu portas para um aumento contínuo da intolerância dentro do seu próprio território e dentro de toda sua antiga zona de dominação colonial, em particular no Grande Oriente Médio. Um panorama regional que se agrava ainda mais com o distanciamento recente entre EUA e Israel, dois povos que se consideram “escolhidos” e que compartilham a mesma genealogia divina. Mas esta fragmentação e esta radicalização não se restringem mais a estes pontos estratégicos da geopolítica mundial, e tem avançado mesmo em sociedades que pareciam imunes a este tipo de fundamentalismo e que agora aparecem divididas pela intolerância e pela proposta explícita de negação do diálogo e da convivência, e de exclusão – muitas vezes - da própria pessoa física dos adversários. Como é o caso mais recente da sociedade brasileira, que até hoje se considerava “cordial”, e apenas “abençoada por Deus”. Frente a esta situação que tende a se agravar em todo mundo só cabe resistir à intolerância com a tolerância, à irracionalidade com a razão, ao fanatismo com a tranquilidade dos que sabem que não existem os “escolhidos” nem existem pessoas superiores aos demais. Junto com a defesa intransigente, no plano internacional, de que chegou a hora de enterrar de uma vez por todas, a fantasia arrogante dos “povos escolhidos”, na relação entre as nações.

Fevereiro de 2015

O capitalismo americano

Por José Luís Fiori

Years before the Declaration of Independence Benjamin Franklin, George Washington and Thomas Jefferson, as well as a considerable ratio of New England's most prominent Congregationalist ministers already talked of America reaching the Mississippi or even the Pacific to become the next century great empire. Kevin Phillips, "The Cousins' Wars", Basic Books, New York, 1999, p.116

A publicação, em 1894, do livro do economista inglês, John A. Hobson (1858-1940), "A Evolução do Capitalismo Moderno", transformou-se numa referência obrigatória para a interpretação do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos. Depois de Hobson, vários historiadores e economistas retomaram sua tese sobre a originalidade radical do capitalismo americano, vis-à-vis o desenvolvimento europeu. Em particular, depois da Guerra de Secessão (1861-1865), com o surgimento das grandes corporações e do capital financeiro que teriam revolucionado a organização microeconômica, e mudado a face do capitalismo mundial. Do nosso ponto de vista, entretanto, estas transformações ajudam a entender o "milagre econômico" americano do início do século XX, mas não explicam as próprias transformações.

Os Estados Unidos foram o primeiro estado nacional que nasceu fora da Europa, mas não nasceu fora do sistema geopolítico e econômico europeu. Pode-se dizer, inclusive, que a "Guerra da Independência" americana foi, em grande parte, um capítulo da disputa entre a Inglaterra e a França pela supremacia mundial. E sua conquista definitiva ocorreu entre as duas grandes guerras ("Dos 7 Anos" e "Bonapartista") que definiram a hierarquia de poder internacional, e a supremacia inglesa, dentro e fora da Europa, a partir de 1815. Durante esse período de guerras, os Estados Unidos sempre se sentiram "cercados" e ameaçados - simultânea ou sucessivamente - pela Inglaterra, França e Espanha, e tiveram que negociar seu reconhecimento e suas fronteiras com o "núcleo duro" das Grandes Potências europeias.

A "guerra contínua" foi estratégica às políticas industrial e agrícola e no desenvolvimento científico dos EUA

Assim mesmo, os EUA acabaram se transformando no único estado nacional extra-europeu que nasceu de um império e de uma economia em plena expansão vitoriosa. Mais do que isto, durante a chamada "revolução industrial" que transformou os Estados Unidos - imediatamente - na primeira periferia "primário-exportadora" de sucesso da economia industrial inglesa. Situação econômica privilegiada que se consolidou e expandiu durante todo o século XIX, antes e depois da Guerra de Secessão, enquanto a Inglaterra abria espaços de expansão comercial para sua ex-colônia, e assumia a responsabilidade - em alguns momentos - por cerca de 60% do investimento direto dentro de todo o território americano, que passou a fazer parte de uma espécie de "zona de co-prosperidade" anglo-saxônica, ou mesmo, num caso "avant la lettre", de "desenvolvimento a convite", da Inglaterra.

Por outro lado, desde sua independência, os Estados Unidos foram governados por uma elite coesa e com um "intense commitment" imperial, e mantiveram um ritmo de expansão política e territorial contínua, por meio da guerra, da diplomacia e do comércio. Antes da Guerra Civil, foram 37 "guerras indígenas", e mais as Guerras do Texas e do México, em 1837 e 1846, responsáveis pela duplicação do território americano. Mais a frente, vieram a Guerra Civil e a Guerra Hispano-Americana, e uma sucessão de intervenções militares no Caribe, num movimento de expansão que se acelerou no século XX, alcançando Europa, Ásia, Oriente Médio e África.

De forma que nos cerca de 250 anos de história independente, os EUA iniciaram - em média- uma guerra a cada três anos, exatamente como a Inglaterra. Contando com a vantagem de ser "membro por nascimento" da pequena comunidade dos estados produtores da "ética internacional" que arbitram as "guerras justas" e o "livre-comércio". A história segue e é extensa, mas já se pode dizer que ela fornece fortes indícios de que:

- 1- o desenvolvimento econômico dos EUA não foi uma exceção, pelo contrário, foi uma parte essencial da expansão e das contradições do sistema interestatal e do capitalismo europeu;
- 2- o sucesso do capitalismo americano não foi puramente endógeno, nem foi apenas uma obra das grandes corporações e do capital financeiro que nasceram à sombra da Guerra Civil;
- 3- o "apoio externo" foi decisivo para o sucesso da economia americana, que foi sempre a principal "fronteira de expansão" do capital financeiro inglês;
- 4- a "guerra contínua" teve um papel estratégico no desenho das políticas industrial e agrícola, e no desenvolvimento científico e tecnológico dos EUA; e por fim, a expansão política, territorial e bélica dos EUA foi na frente do processo de internacionalização das grandes corporações, do capital financeiro e da moeda americana.

Uma história de desenvolvimento econômico como a das demais potências do sistema mundial, mas muito diferente da interpretação economicista de Hobson e seus discípulos.

José Luís Fiori é professor titular do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, e autor do livro "O Poder Global", da Editora Boitempo, 2007. Escreve mensalmente às quartas-feiras.

© 2000 – 2012. Todos os direitos reservados ao Valor Econômico S.A. .
Verifique nossos Termos de Uso em <http://www.valor.com.br/termos-de-uso>.

Este material não pode ser publicado, reescrito, redistribuído ou transmitido por broadcast sem autorização do Valor Econômico.

Leia mais em:

<http://www.valor.com.br/opinia0/2807674/o-capitalismo-americano#ixzz24xCy6pED>

DESTINO MANIFESTO

El origen del Destino Manifiesto

Articulo e Infografias por : Antonio Flores Gavilán

Email: floresgavilan@hotmail.com

A continuación aquí en el presente artículo se trata de tener una visión histórica de lo que ha sido el expansionismo norteamericano, aquí se explica algunos alcances del famoso concepto del Destino Manifiesto, eje central de la doctrina ideológica de la potencia Norteamericana, que se evidencia desde el Siglo XIX hasta la actualidad, donde se tiene muy en claro el lugar que tiene los Estados Unidos en el mundo y su relación con los otros pueblos a lo largo de la historia desde que fueron trece colonias hasta nuestros días, **el Destino Manifiesto ha mantenido la convicción nacional de que Dios eligió a los Estados Unidos para ser una potencia política y económica, una nación superior.**

La frase “**Destino Manifiesto**” apareció por primera vez en un artículo que escribió el periodista John L. O’Sullivan, en 1845, en la revista Democratic Review de Nueva York. En su artículo, O’Sullivan explicaba las razones de la necesaria expansión territorial de los Estados Unidos y apoyaba la anexión de Texas. Decía: “**el cumplimiento de nuestro destino manifiesto es extendernos por todo el continente que nos ha sido asignado por la Providencia para el desarrollo del gran experimento de libertad y autogobierno. Es un derecho como el que tiene un árbol de obtener el aire y la tierra necesarios para el desarrollo**

pleno de sus capacidades y el crecimiento que tiene como destino

Muy pronto, políticos y otros líderes de opinión aludieron al “**Destino Manifiesto**” para justificar la expansión imperialista de los Estados Unidos. **A través de la doctrina del Destino Manifiesto se propagó la convicción de que la “misión” que Dios eligió para al pueblo estadounidense era la de explorar y conquistar nuevas tierras, con el fin de llevar a todos los rincones de Norteamérica la “luz” de la democracia, la libertad y la civilización.** Esto implicaba la creencia de que la república democrática era la forma de gobierno favorecida por Dios. Aunque originalmente esta doctrina se oponía al uso de la violencia, desde 1840 se usó para justificar el intervencionismo en la política de otros países, así como la expansión territorial a través de la guerra, como sucedió en 1846-48 en el conflicto bélico que concluyó con la anexión de más de la mitad de territorio mexicano.



Guerra Estados Unidos – México

Fue el Primer Gran paso para la Consolidación Guerra Estados Unidos - México

Texas proclamó su independencia en marzo de 1836 y fue una República independiente hasta 1845, cuando se anexó a los Estados Unidos. Esta anexión provocó la guerra entre México y Estados Unidos, misma que terminó cuando se firmaron los

Tratados de Guadalupe Hidalgo. En 1848 Estados Unidos se apropió de 2 millones 500 mil kilómetros cuadrados de territorio mexicano, a cambio de los cuales se comprometió a pagar 15 millones de dólares. Este enorme territorio comprendía los actuales estados de California, Nevada, Utah, la mayor parte de Arizona, Nuevo México, Texas, así como partes de Kansas, Oklahoma, Colorado y Wyoming. En 1853 México se vio obligado a vender a los Estados Unidos el territorio de La Mesilla (con 110 mil kilómetros cuadrados), para que se construyera ahí una ruta de ferrocarril a California. Con esta adquisición, la República transoceánica de los Estados Unidos quedó completa. para ser un país transoceánico.



Texas proclamó su independencia en marzo de 1836 y fue una República independiente hasta 1845, cuando se anexó a los Estados Unidos. Esta anexión provocó la guerra entre México y Estados Unidos, misma que terminó cuando se firmaron los Tratados de Guadalupe Hidalgo. En 1848 Estados Unidos se apropió de 2 millones 500 mil kilómetros cuadrados de territorio mexicano, a cambio de los cuales se comprometió a pagar 15 millones de dólares. Este enorme territorio comprendía los actuales estados de California, Nevada, Utah, la mayor parte de Arizona, Nuevo México, Texas, así como partes de Kansas, Oklahoma, Colorado y Wyoming. En 1853 México se vio obligado a vender a los Estados Unidos el territorio de La Mesilla (con 110 mil kilómetros cuadrados), para que se construyera ahí una ruta de ferrocarril a California. Con esta adquisición, la República transoceánica de los Estados Unidos quedó completa.







Otros

Aspectos

Se ha dicho que el aspecto positivo de esta doctrina tiene que ver con el entusiasmo, la energía y determinación que inspiró a los estadounidenses para explorar nuevas regiones, especialmente en su migración hacia el oeste. También dio forma a uno de los componentes esenciales del “**sueño americano**”: la idea de que se pueden obtener la libertad y la independencia en un territorio de proporciones ilimitadas. En cambio, las consecuencias negativas son de lamentar: la intolerancia hacia las formas de organización social y política de otros pueblos, el despojo, exterminio y confinamiento de los pueblos indios de Norteamérica a reservaciones, guerras injustas y discriminación.

Los principios que consolidaron la doctrina del Destino Manifiesto en el siglo XIX, se arraigaron en la mentalidad de los norteamericanos durante la fundación de las colonias inglesas en Norteamérica en el siglo XVII. Aunque la manifestación más evidente de esa doctrina nacionalista se expresa en el campo de la política, su esencia es religiosa. **Los ingleses que colonizaron la costa Este del territorio que sería Estados Unidos estaban profundamente inmersos en su religión (el puritanismo, una de las ramas del protestantismo) y su vida comunitaria y política se desarrollaron en un estricto apego a la ley moral, con el convencimiento de que el Nuevo Mundo era la “Tierra**

Prometida” donde cumplirían la misión encomendada por Dios. Así, en el periodo colonial se encuentra el punto de partida del ideal estadounidense de ser un “pueblo elegido” entre los demás del mundo.

Este sentimiento de **“excepcionalidad virtuosa”** fue uno de los rasgos de identidad que alentó a los colonos a buscar su independencia de Inglaterra en 1776. Desde su origen como nación, el sueño de Estados Unidos ha sido encontrar la perfección social a través de un triple compromiso: con la divinidad (***cumpliendo con el destino impuesto por Dios***), con la religión (***observando una moral intachable***) y con la comunidad (***defendiendo su libertad, su seguridad y su propiedad***). ***A lo largo de la historia, los políticos estadounidenses han invocado el favor de Dios en sus discursos y han insistido en la “misión trascendente” que la nación tiene que cumplir.***

*La imagen nacional que los Estados Unidos tienen de sí mismos, como protectores y defensores de la legalidad, la libertad y la democracia, se funda en la creencia de que poseen una superioridad moral (porque son el “pueblo elegido”). Esta suposición les ha permitido justificar su intromisión en los asuntos internos de otros pueblos (que no son “elegidos de Dios”) o de plano la violencia contra ellos. La primera actitud intervencionista inspirada por el espíritu del “Destino Manifiesto” fue la obsesión de los colonos ingleses por desplazar de sus tierras (o bien exterminar) a los indígenas norteamericanos. En cuanto a su relación con otras naciones, Estados Unidos tiende a manejar sus relaciones exteriores como si se tratara de una cruzada moral. Generalmente justifica sus acciones con dos argumentos, ya sea el de la “**nación fuerte que protege a la débil**”, como pueden constatar la gran mayoría de las naciones americanas; o bien el de “la lucha contra el Mal para defender la libertad y seguridad del mundo”, como actualmente alega respecto de su invasión de Afganistán y el medio oriente, ese concepto es la matriz de su política exterior y su inspiración geopolítica, asegurar el equilibrio de poder en el mundo.*

La historia de las relaciones exteriores de los Estados Unidos provee infinidad de ejemplos de la política del “Destino Manifiesto”. Algunos de ellos son:

- **Doctrina Monroe (1821)** declaró que ninguna nación americana independiente debía volver a ser sometida por Europa y que Estados Unidos intervendría si consideraba que se afectaban sus intereses
- **Anexión de Texas (1845)**, guerra con México (1846-48) y anexión de más de la mitad de su territorio
- **Guerra con España para libertar a Cuba (1898)**
- **Construcción del Canal de Panamá (1901-1914)**
- **Doctrina Truman (1946)**, mediante la que Estados Unidos comprometía su poder militar y su fuerza económica para la defensa de países contra el comunismo (entendido como el “Mal”)
- **John F. Kennedy** expandió la “nueva frontera”, la comercial, a través de la “Alianza por el progreso” en América Latina (1961)
- La multimillonaria inversión en fuerza militar (“Guerra de las galaxias”) de **Ronald Reagan**.
- **La Guerra del Golfo Pérsico en 1991**
- **La Guerra del Medio Oriente 2003** invasión a Irak y Afganistán

Aunque la doctrina del Destino Manifiesto se interpretó especialmente en relación con la expansión territorial, después impulsó otro tipo de destinos: ser potencia mundial a nivel industrial, tecnológico, económico, deportivo, así como en artes y ciencias. Así pues Vemos que los Estados Unidos de Norteamérica desde muy inicio tuvo en claro un visión de ser una nación que tenía que tener un peso en la historia y para ello sus hombres más preclaros idearon este concepto de ser la nación escogida por Dios y para ello en el transcurso del siglo XIX iniciaron un veloz desplazamiento de su frontera vertical se movió rápidamente hacia el Oeste.

El territorio se formó hasta Missouri y luego se saltó hasta California hacia 1824. La parte intermedia, las praderas y montañas ubicadas

entre el río Mississippi y la Sierra Nevada, siguió perteneciendo a algunas tribus indígenas hasta finales del siglo XIX. Louisiana, Florida, Arkansas y Texas comenzaron a poblarse de estadounidenses en la década de 1830. **La primera gran avanzada hacia el Oeste (1824-1848) coincidió con un intenso flujo de migración de europeos a los Estados Unidos. Entre 1830 y 1850 la población de los Estados Unidos casi se duplicó, pasando de 12.9 a más de 23 millones.**

Para finales del siglo XIX los Estados Unidos eran una nación cuyo territorio abarcaba de la costa americana del océano Atlántico a las playas del Pacífico. **Había expandido su poderío al continente asiático, donde se apropió de las Filipinas tras la guerra Hispano-norteamericana y se convirtió en una potencia colonial en el Caribe, aunque sólo ocupó la isla de Puerto Rico. Obtuvo las islas de Hawai* y la península de Alaska.** En Centroamérica, aunque no invadió propiamente ningún país, ejerció enorme poder político y económico en la región, al grado que en 1903 provocó que Panamá se independizara de Colombia para obtener el control sobre la zona del Canal transoceánico. De este modo, Estados Unidos se consolidó como una de las potencias económicas occidentales que definieron el siglo del Imperialismo

A continuación aquí en el presente artículo se trata de tener una visión histórica de lo que ha sido el expansionismo norteamericano, aquí se explica algunos alcances del famoso concepto del Destino Manifiesto, eje central de la doctrina ideológica de la potencia Norteamericana, que se evidencia desde el Siglo XIX hasta la actualidad, donde se tiene muy en claro el lugar que tiene los Estados Unidos en el mundo y su relación con los otros pueblos a lo largo de la historia desde que fueron trece colonias hasta nuestros días, **el Destino Manifiesto ha mantenido la convicción nacional de que Dios eligió a los Estados Unidos para ser una potencia política y económica, una nación superior.**

La frase “**Destino Manifiesto**” apareció por primera vez en un artículo que escribió el periodista John L. O’Sullivan, en 1845, en la

revista Democratic Review de Nueva York. En su artículo, O'Sullivan explicaba las razones de la necesaria expansión territorial de los Estados Unidos y apoyaba la anexión de Texas. Decía: **“el cumplimiento de nuestro destino manifiesto es extendernos por todo el continente que nos ha sido asignado por la Providencia para el desarrollo del gran experimento de libertad y autogobierno. Es un derecho como el que tiene un árbol de obtener el aire y la tierra necesarios para el desarrollo pleno de sus capacidades y el crecimiento que tiene como destino**

Muy pronto, políticos y otros líderes de opinión aludieron al **“Destino Manifiesto”** para justificar la expansión imperialista de los Estados Unidos. ***A través de la doctrina del Destino Manifiesto se propagó la convicción de que la “misión” que Dios eligió para al pueblo estadounidense era la de explorar y conquistar nuevas tierras, con el fin de llevar a todos los rincones de Norteamérica la “luz” de la democracia, la libertad y la civilización.*** Esto implicaba la creencia de que la república democrática era la forma de gobierno favorecida por Dios. Aunque originalmente esta doctrina se oponía al uso de la violencia, desde 1840 se usó para justificar el intervencionismo en la política de otros países, así como la expansión territorial a través de la guerra, como sucedió en 1846-48 en el conflicto bélico que concluyó con la anexión de más de la mitad de territorio mexicano.



Guerra Estados Unidos – México

Fue el Primer Gran paso para la Consolidación Guerra Estados Unidos - México

Texas proclamó su independencia en marzo de 1836 y fue una República independiente hasta 1845, cuando se anexó a los Estados Unidos. Esta anexión provocó la guerra entre México y Estados Unidos, misma que terminó cuando se firmaron los Tratados de Guadalupe Hidalgo. En 1848 Estados Unidos se apropió de 2 millones 500 mil kilómetros cuadrados de territorio mexicano, a cambio de los cuales se comprometió a pagar 15 millones de dólares. Este enorme territorio comprendía los actuales estados de California, Nevada, Utah, la mayor parte de Arizona, Nuevo México, Texas, así como partes de Kansas, Oklahoma, Colorado y Wyoming. En 1853 México se vio obligado a vender a los Estados Unidos el territorio de La Mesilla (con 110 mil kilómetros cuadrados), para que se construyera ahí una ruta de ferrocarril a California. Con esta adquisición, la República transoceánica de los Estados Unidos quedó completa. para ser un país transoceánico.



Texas proclamó su independencia en marzo de 1836 y fue una República independiente hasta 1845, cuando se anexó a los Estados Unidos. Esta anexión provocó la guerra entre México y Estados Unidos, misma que terminó cuando se firmaron los Tratados de Guadalupe Hidalgo. En 1848 Estados Unidos se apropió de 2 millones 500 mil kilómetros cuadrados de territorio mexicano, a cambio de los cuales se comprometió a pagar 15 millones de dólares. Este enorme territorio comprendía los actuales estados de California, Nevada, Utah, la mayor parte de Arizona, Nuevo México, Texas, así como partes de Kansas, Oklahoma, Colorado y Wyoming. En 1853 México se vio obligado a vender a los Estados Unidos el territorio de La Mesilla (con 110 mil kilómetros cuadrados), para que se construyera ahí una ruta de ferrocarril a

California. Con esta adquisición, la República transoceánica de los Estados Unidos quedó completa.







Otros

Se ha dicho que el aspecto positivo de esta doctrina tiene que ver con el entusiasmo, la energía y determinación que inspiró a los estadounidenses para explorar nuevas regiones, especialmente en su migración hacia el oeste. También dio forma a uno de los componentes esenciales del “**sueño americano**”: la idea de que se pueden obtener la libertad y la independencia en un territorio de proporciones ilimitadas. En cambio, las consecuencias negativas son de lamentar: la intolerancia hacia las formas de organización social y política de otros pueblos, el despojo, exterminio y confinamiento de los pueblos indios de Norteamérica a reservas, guerras injustas y discriminación.

Aspectos

Los principios que consolidaron la doctrina del Destino Manifiesto en el siglo XIX, se arraigaron en la mentalidad de los norteamericanos durante la fundación de las colonias inglesas en Norteamérica en el siglo XVII. Aunque la manifestación más evidente de esa doctrina nacionalista se expresa en el campo de la política, su esencia es religiosa. ***Los ingleses que colonizaron la costa Este del territorio que sería Estados Unidos estaban profundamente inmersos en su religión (el puritanismo, una de las ramas del protestantismo) y su vida comunitaria y política se desarrollaron en un estricto apego a la ley moral, con el convencimiento de que el Nuevo Mundo era la “Tierra Prometida” donde cumplirían la misión encomendada por Dios. Así, en el periodo colonial se encuentra el punto de partida del ideal estadounidense de ser un “pueblo elegido” entre los demás del mundo.***

Este sentimiento de **“excepcionalidad virtuosa”** fue uno de los rasgos de identidad que alentó a los colonos a buscar su independencia de Inglaterra en 1776. Desde su origen como nación, el sueño de Estados Unidos ha sido encontrar la perfección social a través de un triple compromiso: con la divinidad (***cumpliendo con el destino impuesto por Dios***), con la religión (***observando una moral intachable***) y con la comunidad (***defendiendo su libertad, su seguridad y su propiedad***). ***A lo largo de la historia, los políticos estadounidenses han invocado el favor de Dios en sus discursos y han insistido en la “misión trascendente” que la nación tiene que cumplir.***

La imagen nacional que los Estados Unidos tienen de sí mismos, como protectores y defensores de la legalidad, la libertad y la democracia, se funda en la creencia de que poseen una superioridad moral (porque son el “pueblo elegido”). Esta suposición les ha permitido justificar su intromisión en los asuntos internos de otros pueblos (que no son “elegidos de Dios”) o de plano la violencia contra ellos. La primera actitud intervencionista inspirada por el espíritu del “Destino Manifiesto” fue la obsesión de los

colonos ingleses por desplazar de sus tierras (o bien exterminar) a los indígenas norteamericanos. En cuanto a su relación con otras naciones, Estados Unidos tiende a manejar sus relaciones exteriores como si se tratara de una cruzada moral. Generalmente justifica sus acciones con dos argumentos, ya sea el de la “**nación fuerte que protege a la débil**”, como pueden constatar la gran mayoría de las naciones americanas; o bien el de “la lucha contra el Mal para defender la libertad y seguridad del mundo”, como actualmente alega respecto de su invasión de Afganistán y el medio oriente, ese concepto es la matriz de su política exterior y su inspiración geopolítica, asegurar el equilibrio de poder en el mundo.

La historia de las relaciones exteriores de los Estados Unidos provee infinidad de ejemplos de la política del “Destino Manifiesto”. Algunos de ellos son:

- **Doctrina Monroe (1821) declaró que ninguna nación americana independiente debía volver a ser sometida por Europa y que Estados Unidos intervendría si consideraba que se afectaban sus intereses**
- **Anexión de Texas (1845), guerra con México (1846-48) y anexión de más de la mitad de su territorio**
- **Guerra con España para libertar a Cuba (1898)**
- **Construcción del Canal de Panamá (1901-1914)**
- **Doctrina Truman (1946), mediante la que Estados Unidos comprometía su poder militar y su fuerza económica para la defensa de países contra el comunismo (entendido como el “Mal”)**
- **John F. Kennedy expandió la “nueva frontera”, la comercial, a través de la “Alianza por el progreso” en América Latina (1961)**
- **La multimillonaria inversión en fuerza militar (“Guerra de las galaxias”) de Ronald Reagan.**
- **La Guerra del Golfo Pérsico en 1991**
- **La Guerra del Medio Oriente 2003 invasión a Irak y Afganistán**

Aunque la doctrina del Destino Manifiesto se interpretó

especialmente en relación con la expansión territorial, después impulsó otro tipo de destinos: ser potencia mundial a nivel industrial, tecnológico, económico, deportivo, así como en artes y ciencias. Así pues Vemos que los Estados Unidos de Norteamérica desde muy inicio tuvo en claro un visión de ser una nación que tenía que tener un peso en la historia y para ello sus hombres más preclaros idearon este concepto de ser la nación escogida por Dios y para ello en el transcurso del siglo XIX iniciaron un veloz desplazamiento de su frontera vertical se movió rápidamente hacia el Oeste.

El territorio se formó hasta Missouri y luego se saltó hasta California hacia 1824. La parte intermedia, las praderas y montañas ubicadas entre el río Mississippi y la Sierra Nevada, siguió perteneciendo a algunas tribus indígenas hasta finales del siglo XIX. Louisiana, Florida, Arkansas y Texas comenzaron a poblarse de estadounidenses en la década de 1830. **La primera gran avanzada hacia el Oeste (1824-1848) coincidió con un intenso flujo de migración de europeos a los Estados Unidos. Entre 1830 y 1850 la población de los Estados Unidos casi se duplicó, pasando de 12.9 a más de 23 millones.**

Para finales del siglo XIX los Estados Unidos eran una nación cuyo territorio abarcaba de la costa americana del océano Atlántico a las playas del Pacífico. **Había expandido su poderío al continente asiático, donde se apropió de las Filipinas tras la guerra Hispano-norteamericana y se convirtió en una potencia colonial en el Caribe, aunque sólo ocupó la isla de Puerto Rico. Obtuvo las islas de Hawai* y la península de Alaska.** En Centroamérica, aunque no invadió propiamente ningún país, ejerció enorme poder político y económico en la región, al grado que en 1903 provocó que Panamá se independizara de Colombia para obtener el control sobre la zona del Canal transoceánico. De este modo, Estados Unidos se consolidó como una de las potencias económicas occidentales que definieron el siglo del Imperialismo

POR EULER DE FRANÇA BELÉM EM 16/02/2009 ÀS 09:06 PM
Colapso americano é um mito criado pela esquerda?

Crítico de especialistas como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, o corajoso e competente José Luís Fiori, pós-doutor por Cambridge, diz que os Estados Unidos devem permanecer como a principal superpotência, apesar das ameaças de China, Rússia e Alemanha. O especialista diz que o nacionalismo econômico está de volta



O livro “O Mito do Colapso do Poder Americano” (Editora Record, 277 páginas), se publicado noutro país de matiz intelectual mais aberto, teria provocado um debate sério e, quem sabe, enriquecedor. No Brasil, pelo menos nos jornais, foi praticamente ignorado ou resenhado episodicamente. O motivo: prova que a tese da decadência dos Estados Unidos é um mito criado artificialmente por teóricos... da esquerda. Isto quer dizer que os três autores da obra são de direita? Nada disso. Um deles, José Luís Fiori, doutor em ciência política e professor de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é conhecido como um dos mais importantes intelectuais da esquerda patropi. Carlos Medeiros e Franklin Serrano, ambos doutores em economia, também não integram quaisquer círculos da direita. Mas mantêm a mente aberta para a crueza dos fatos e avaliam que “desejo” (a queda americana) não pode se confundir com realidade (a vitalidade americana). Os três escrevem ensaios independentes, mas conectados, e com uma análise rigorosa. Neste texto será explorado apenas o ensaio “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”, de José Luís Fiori, sem a transcrição do debate teórico.

Entre os autores criticados por Fiori estão Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, matrizes da tese da decadência americana que reverbera em artigos em todo o mundo, inclusive no Brasil. O debate teórico de Fiori com os dois autores é valioso, mas não cabe traduzi-lo num espaço curto. O brasileiro reconhece o valor de suas interpretações, mas aponta, sugestivamente, que, no geral, não são precisas. O sociólogo sugere que fazem parte mais do debate ideológico, ou seja, do velho e sistêmico combate ao capitalismo.

Na tese de alguns autores, “a crise da década de 1970” enfraqueceu o poder americano. Hoje, diz Fiori, “está claro que isso não ocorreu”. “Mais do que isto, todos os sinais que foram apontados como indicadores do seu declínio se transformaram no seu contrário. (...) É verdade que os Estados Unidos se transformaram no grande ‘devedor’ da economia mundial, a partir dos anos 1970. Mas essa dívida não provocou um desequilíbrio fatal na economia americana, e funcionou como um motor da economia internacional, nesses últimos quarenta anos. (...) O ‘padrão dólar ouro’ foi substituído por um novo padrão monetário internacional — o ‘dólar flexível’ — que permitiu aos Estados Unidos exercerem um poder monetário e financeiro internacional sem precedentes na história da economia e do ‘sistema mundial moderno’”.

Desregulação dos bancos — Num ponto, pelo menos, Fiori destoa inteiramente dos principais críticos do capitalismo e da atual “crise” da economia dos Estados Unidos. Trata-se da desregulação dos bancos. “(...) Na década de 1970, muitos viram na desregulação do mercado financeiro americano uma reação defensiva de uma economia fragilizada, e, no entanto, isto foi apenas o primeiro passo de uma desregulação em cadeia, que se transformou, nos anos 1990, na mola mestra da globalização vitoriosa do capital financeiro norte-americano.”

A Guerra do Vietnã representou uma grande derrota para os Estados Unidos? Do ponto de vista da economia e da geopolítica, segundo Fiori, não. “(...) Foi à sombra da derrota americana no Vietnã, em 1973, que os Estados Unidos e a China negociaram a sua nova parceria estratégica, que contribuiu para o fim da União Soviética e da Guerra Fria e revolucionou a geopolítica mundial deste início do século XXI. (...) A derrota dos Estados Unidos no Vietnã foi um momento de virada estratégica internacional norte-americana e, ao mesmo tempo, o ponto de partida da revolução tecnológico-militar que culminou com a vitória americana na Guerra do Golfo, em 1991. (...) Ou seja, aquilo a que se assistiu depois da ‘crise dos 1970’ não foi o ‘declínio americano’, mas uma mudança estrutural do sistema mundial, e um aumento exponencial do poder dos Estados Unidos.”



Mas, no início do século XXI, pode-se falar em “colapso do poder americano”? “Não existem evidências convincentes”, anota Fiori. “A crise hipotecária e financeira americana de 2007-2008 se aprofundou e se transformou numa crise financeira global, mas ainda não atingiu a centralidade do dólar, dos títulos da dívida e da economia americana. O fracasso político americano no Iraque não diminuiu o poder militar dos Estados Unidos, que segue sendo muito superior ao de todas as demais potências juntas; a economia americana prossegue na condição de a mais poderosa do mundo e mantém sua capacidade de inovação; os Estados Unidos permanecem no controle de cerca de 70% de toda a informação produzida e distribuída ao redor do mundo; a ‘moeda internacional’ ainda é o dólar; o déficit externo não ameaça os Estados Unidos neste novo padrão monetário internacional ‘dólar flexível’; e os Estados Unidos não parecem estar sem ‘os meios e a vontade de continuar conduzindo o sistema de Estados na direção que seja percebida como expandindo não apenas o poder, mas o poder coletivo dos grupos dominantes do sistema’, como pensa Giovanni Arrighi. As dificuldades políticas e econômicas dos Estados Unidos, no final da primeira década do século XXI, poderão se prolongar e aprofundar, mas, do nosso ponto de vista, com certeza não se trata do fim do poder americano, muito menos da economia capitalista”.

Crise de liderança — Fiori admite que “os Estados Unidos estão enfrentando uma crise de liderança”, mas ressalva que “isto não significa, necessariamente, uma diminuição do seu ‘poder estrutural’”. Segundo o doutor em ciência política, especializado em economia, “os Estados Unidos vêm enfrentando uma sucessão de ‘bolhas especulativas’ desde 1987, mas nenhuma delas provocou

ainda uma recessão mais profunda e prolongada da economia americana. (...) No plano das 'longas durações' históricas, onde tudo se transforma de maneira mais lenta, as derrotas militares americanas e a expansão chinesa não significam, necessariamente, uma crise final do poder americano. Pelo contrário, elas fazem parte de uma grande transformação expansiva do sistema mundial, que começou na década de 1970 e se prolonga até hoje, associada, em grande medida, à expansão contínua e vitoriosa do próprio poder americano neste período”.

Os teóricos do anticapitalismo chamam de “crise”, conforme Fiori, “qualquer ‘disfunção sistêmica’, e anunciam ‘crises terminais’ e ‘rupturas históricas’ a cada nova turbulência da vida política e econômica do sistema mundial”. Uma crítica e tanto e, infelizmente, não respondida pelos acadêmicos brasileiros.

Fiori diz que, como os Estados Unidos conquistaram um poder excepcional entre 1945 e 1991 (ano da ruína definitiva da União Soviética), é possível falar, hoje, em “declínio relativo”. Ele nota que, depois de um período de guerra, é natural que alguns países cresçam mais do que a potência líder, mas ressalva: “O que não se percebe é que esta reconstrução e aceleração do crescimento do poder político e econômico dos demais são, ao mesmo tempo, dependentes e indispensáveis para a acumulação de poder e riqueza da própria potência que está — supostamente — em ‘declínio’”. O teórico brasileiro nota que se pode falar em declínio relativo dos Estados Unidos em relação à China e mostra que ocorreu o mesmo com o Japão e a Alemanha, mas nenhum deles conseguiu ultrapassar os americanos. Portanto, “este declínio relativo dos Estados Unidos não significa — necessariamente — um ‘colapso’ do seu poder econômico e da sua supremacia mundial. (...) Este declínio faz parte, neste início do século XXI, das transformações sistêmicas e estruturais em curso, com um papel decisivo do poder americano”.

A análise de Fiori parte do que chama de “uma teoria diferente, que olha para o sistema mundial como um ‘universo’ em expansão contínua, onde todos os Estados que lutam pelo ‘poder global’ — em particular as grandes potências — estão sempre criando, ao mesmo tempo, ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra, sem perder sua preeminência hierárquica dentro do sistema”.

Sistema Interestatal — Numa análise original, Fiori diz que, “no sistema interestatal, toda grande potência está obrigada a seguir expandindo o seu poder, mesmo que seja em períodos de paz, e se possível, até o limite do monopólio absoluto e global. (...) A vitória e a constituição de um império mundial seria sempre a vitória de um Estado nacional específico”. O autor põe em xeque a possibilidade de um mundo multipolar.

Com republicanos, como George W. Bush, ou democratas, como Bill Clinton e Barack Obama (cujo Iraque pode ser o Afeganistão e, mais tarde, o Irã), “a potência hegemônica precisa da competição e da guerra, para seguir acumulando poder e riqueza. E para se expandir, muitas vezes, ela precisa ir além e destruir as próprias regras e instituições que ela mesma construiu, num momento anterior, depois de alguma grande vitória. Por isto, neste ‘universo em expansão’ nunca houve nem haverá ‘paz perpétua’, nem hegemonia estável. Trata-se de um ‘universo’ que precisa da guerra e das crises para

poder se ordenar e 'estabilizar' — sempre de forma transitória — e manter suas relações e estruturas hierárquicas". O problema de Obama não é que, de santo, vai virar demônio, e sim de que, realista, está governando uma potência dominante, que não tem como, no geral, suavizar métodos. É mais fácil suavizar a retórica, que é, possivelmente, o que está ocorrendo.

Fiori ressalta que "o sistema mundial é um 'universo em expansão' contínua, onde todos os Estados que lutam pelo 'poder global' — em particular, a potência líder ou hegemônica — estão sempre criando, ao mesmo tempo, ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. Por isto, crises econômicas e guerras não são, necessariamente, um anúncio do 'fim' ou do 'colapso' dos Estados e das economias envolvidas. Pelo contrário, podem ser uma parte essencial e necessária da acumulação do poder e da riqueza destes Estados, e do próprio sistema mundial. E nesta conjuntura, em particular, as crises e as guerras que estão em curso fazem parte de uma transformação estrutural, de longo prazo, que começou na década de 1970 e que aponta, neste momento, para um aumento da 'pressão competitiva' mundial — geopolítica e econômica — e para o início de uma nova 'corrida imperialista' entre as grandes potências, que já faz parte de mais uma 'explosão expansiva' do sistema mundial, que se prolongará pelas próximas décadas e contará com uma participação decisiva do poder americano". Noutras palavras, depois da retórica de Obama, a realidade.

Em geral, avalia-se que a expansão da economia americana beneficia apenas os Estados Unidos. Não é o que pensa Fiori: "A estratégia imperial americana dos anos 1970 teve um papel decisivo na transformação de longo prazo da geopolítica mundial, ao trazer de volta a Rússia e a Alemanha e ao fortalecer a China, a Índia e quase todos os principais concorrentes dos Estados Unidos neste início de século" .

Os democratas têm um discurso mais moderado do que os republicanos e sua retórica assegura-lhes a imagem de mocinhos. Fiori põe por terra este mito: "Apesar da retórica globalista e pacifista do governo Clinton, na década de 1990 os Estados Unidos consolidaram uma infra-estrutura de poder global, com cerca de 750 bases militares, 340 mil soldados e acordos de ajuda militar com cerca de 130 países, o que permitiu aos Estados Unidos um controle quase monopólico dos oceanos e do espaço aéreo e sideral". O governo Clinton se envolveu em 48 intervenções militares — "muito mais do que em toda a Guerra Fria".

A invasão do Iraque é o começo do fim para os Estados Unidos? De novo, Fiori nada tem de ortodoxo: "O insucesso quase imediato do novo militarismo, no Iraque e na 'guerra global' ao terrorismo, e a dificuldade crescente para manter o controle militar do Afeganistão não são o 'sintoma terminal' do fim do poder e da hegemonia mundial dos Estados Unidos". O mestre em economia ressalva: "Mas sinalizam a existência de limites e contradições numa estratégia que vai provocando resistências na medida em que avança e expande seus instrumentos e espaços de poder". Fiori observa que "os Estados Unidos não têm interesse nem como frear a expansão econômica do leste asiático, nem têm mais como gerir seu poder global sem contar, pelo menos, com a aliança estratégica com a China". Nota também que a Alemanha e a Rússia "estão

reconstruindo suas 'zonas de influência' na Europa e na Ásia Central e confrontando as ambições americanas nestas regiões”.

No entanto, assegura Fiori, “os Estados Unidos seguem sendo o único player global, que está presente e disputa posições em cada uma das regiões do mundo”.

Surpreendentemente, ao contrário da maioria dos analistas, Fiori não vê a intervenção no Iraque como uma derrota total, apesar dos percalços, como o que aponta a seguir. “Do ponto de vista da geopolítica do Oriente Médio, a intervenção americana provocou uma reviravolta impensável, na correlação de forças na região e no próprio campo da luta ideológica ou religiosa, como efeitos diretos ou indiretos no norte da África e na Ásia Central. Ao derrotar os sunitas e entregar o governo do Iraque aos xiitas, os Estados Unidos fortaleceram indiretamente o Irã e o nacionalismo religioso, que são seus principais adversários no Oriente Médio. (...) Os Estados Unidos seguirão tendo influência no Oriente Médio, mas perderam sua posição arbitral, e daqui para a frente terão que conviver com o aumento da 'pressão competitiva' regional, devido à presença cada vez mais ativa da Rússia, da China e de outros países com interesses energéticos no Oriente Médio, além do desafio hegemônico direto, da parte do Irã”.

Em resumo, assegura Fiori, “não estamos vivendo a 'crise terminal' do poder americano, nem assistindo ao nascimento de um sistema pós-estatal. Pelo contrário, os Estados Unidos se mantêm como potência decisiva no sistema mundial, e aumenta a cada dia a 'pressão competitiva' entre os Estados e as economias nacionais ao redor do mundo. Como consequência, o nacionalismo econômico está de volta. (...) Todos os governos estão começando a regular, de novo, seus mercados, incluindo o mercado financeiro norte-americano”. Já “a União Europeia terá papel secundário, ao lado dos Estados Unidos, enquanto não dispuser de poder unificado, com capacidade de iniciativa estratégica autônoma”.



“Fraca”, a União Europeia não tem como substituir os Estados Unidos

Em certos círculos acadêmicos, a Europa é apontada como alternativa ao poder americano, mas não é o prisma analítico de José Luís Fiori. “A Europa se transformou numa sociedade economicamente rica, politicamente pacífica e intelectualmente pasmada neste início do século XXI. E o motivo é claro: a União Europeia não tem um poder central unificado capaz de definir e impor objetivos e prioridades estratégicas aos seus Estados-membros, mantendo-se sob o comando militar e o protetorado atômico dos Estados Unidos. (...) A União Europeia se transformou numa unidade política fraca, com uma moeda supostamente ‘forte’ e com pouca capacidade de iniciativa estratégica autônoma e unificada no sistema mundial”. Trata-se de um “ente político-econômico’ incapaz de ter um estrategema competitivo global”.

Detalhe apontado por Fiori: o fortalecimento da Alemanha da chanceler Angela Merkel assusta a França do marqueteiro Nicholas Sarkozy. A Alemanha “vem fortalecendo seus laços econômicos e financeiros com a Europa Central e a Rússia. Uma estratégia que recoloca a Alemanha no centro da Europa e da luta pela hegemonia na União Europeia, ofuscando o papel da França e desafiando o ‘americanismo’ da Grã-Bretanha. A médio prazo, não é improvável uma aliança mais estreita entre a Alemanha e a Rússia, que é a maior fornecedora de energia da Alemanha e de toda a Europa, além de ser a segunda potência atômica do mundo”. Fiori diz que a Alemanha tende a assumir “o comando da política externa da União Europeia, uma vez que já detém o comando da sua política macroeconômica”. A França aparece mais, por sua longa tradição mediadora e midiática, mas tudo indica, segundo Fiori, que a balança começa a pender para a Alemanha.

Papel da Rússia — A Rússia, aposta Fiori, está voltando com força ao cenário internacional, apesar de ter perdido território (5 milhões de quilômetros quadrados) e população (140 milhões de habitantes) para os países que se retiraram, como Ucrânia e Geórgia. Fiori nota que os Estados Unidos e a União Europeia, com o objetivo de enfraquecer política e economicamente a Rússia, contribuíram decisivamente para a desmontagem do império soviético.

Mesmo assim, a Rússia reagiu. “O presidente [Vladimir] Putin manteve a economia de mercado, mas recentralizou o poder e reconstruiu o Estado e a economia russa, refazendo seu complexo militar-industrial e nacionalizando seus recursos energéticos. A Rússia ainda detém o segundo maior arsenal atômico do mundo, e o governo Putin aprovou uma nova doutrina militar que autoriza o uso de armamento nuclear mesmo no caso de um ataque convencional ao território russo, na eventualidade de fracassarem os outros meios para repelir o agressor. (...) Depois de 2001, a economia russa se recompôs e começou a acelerar o crescimento, liderada pelas grandes empresas estatais do setor energético e de produção de armamentos. E, no início de 2007, a Rússia já havia alcançado o nível de atividade econômica anterior à sua grande crise da década de 1990. (...) A Rússia retornou ao ‘grande jogo geopolítico’, aumentando sua pressão sobre a Europa e sua presença nos conflitos da Ásia Central e do Oriente Médio. Além de retomar sua posição como grande fornecedora de armas e tecnologia militar para China, Índia, Irã e vários outros países ao redor do mundo, incluindo recentemente a Argentina e a Venezuela”.

Os analistas erram ao avaliar que, depois da grande derrota da União Soviética, em 1991, só os Estados Unidos sagraram-se vitoriosos. A Alemanha e a China, registra Fiori, também ganharam.

A Rússia, porém, mais viva do que nunca, segundo Fiori, vai se tornar “a grande questionadora da nova ordem mundial, até que recupere seu velho território conquistado por Pedro, o Grande, e Catarina II”. Depois do conflito com a Geórgia, Fiori acredita que outros vão surgir. A Rússia de Putin e Dmitri Medvedev quer de volta a União Soviética, ainda que sem os bolcheviques.

Ásia pressiona por mais espaço na economia mundial

A Ásia está se tornando o maior incômodo mundial, e não apenas por conta das bugigangas chinesas que os brasileiros, entre outros, adoram comprar em camelódromos. “O leste asiático é a região de onde vem a maior parte da ‘pressão competitiva’ e ‘expansiva’ que se faz sentir em todos os cantos do mundo neste início do século XXI. A Ásia se transformou no subsistema interestatal onde está situado um dos polos fundamentais da acumulação capitalista e do desenvolvimento da economia mundial. (...) É na Ásia que está em curso a disputa mais explícita pela hegemonia regional, envolvendo as suas velhas potências imperiais, a China, o Japão e a Coreia, além da Rússia, mas também os Estados Unidos e a Índia”. Fiori constata que China e Rússia estão mais próximos, o que certamente levou os Estados Unidos a incentivarem, “discretamente, a reativação militar do Japão, e já não está mais excluída a possibilidade de que os japoneses venham a ter, em breve, seu próprio arsenal atômico”.

O problema da China e da Índia é petróleo, ainda que o preço tenha caído. “A China deverá aumentar em 150% o seu consumo energético, a Índia em 100%, até 2020. A China já foi exportadora de petróleo, mas hoje é o segundo maior importador de óleo do mundo”. A questão energética aproxima China e Índia tanto da Rússia quanto do Irã e mesmo da Venezuela.

A questão é: até onde a China vai? “Não é provável que a China se mantenha por muito tempo” na posição atual, de crescimento forte (caiu um pouco, devido à crise internacional) e sem brigar com algum país do leste asiático, “sobretudo porque sua economia está cada vez mais atrelada à estratégia expansiva do poder nacional”.

Fiori sustenta que “é” a “nova relação de complementaridade e competição, entre Estados Unidos e China, que está por trás da grande transformação estrutural em curso no sistema mundial, e do aumento gigantesco da ‘pressão competitiva’ que extravasa por todos os lados nesta conjuntura internacional do início do século XXI”.

A África está crescendo e, sobretudo, por conta da pressão do crescimento das economias de países como China e Ásia. “Hoje existem no continente africano mais de 800 companhias, com 900 projetos de investimento e 80 mil trabalhadores chineses.” Mas os Estados Unidos estão com os pés fincados na região. Fiori assinala que “todos os sinais indicam que a África será — pela terceira vez — o território privilegiado da nova ‘corrida imperialista’ que está começando”.

Brasil e EUA devem disputar supremacia na América do Sul

José Luís Fiori diz que o crescimento da América do Sul tem sido impulsionado pela demanda asiática, principalmente da China, “que tem sido a grande compradora das exportações sul-americanas de minérios, energia e grãos. (...) Os novos preços internacionais das commodities fortaleceram a capacidade fiscal dos Estados sul-americanos e estão financiando políticas de integração da infra-estrutura energética e de transportes do continente”.

“O Brasil”, nota Fiori, “será na próxima década o maior produtor mundial de alimentos, e um dos grandes produtores e exportadores mundiais de petróleo. (...) A América do Sul é hoje uma região essencial para o funcionamento e a expansão do sistema mundial, e por isto deve sofrer uma pressão econômica e política cada vez maior, de fora e de dentro da própria região”. Fiori acredita em conflitos entre países sul-americanos e entre eles e os Estados Unidos.

A integração econômica da América do Sul não será fácil, avalia Fiori, “porque suas economias não são complementares, porque não existe um país que cumpra o papel de ‘locomotiva’ da região, e porque a América do Sul não tem um inimigo externo comum”.

“De qualquer maneira”, afirma Fiori, “a longa ‘adolescência assistida’ da América do Sul acabou. E o mais provável é que esta mudança provoque, no médio prazo, uma competição cada vez mais intensa entre o Brasil e os Estados Unidos pela supremacia na América do Sul”.



José Luís Fiori

Fiori avalia que os dados não permitem, porém, avaliar que China, Índia, África do Sul e Brasil têm condições de assumir o papel de superpotência. Fiori diz que, no geral, faltam a eles controle da tecnologia de ponta, poderio militar e “capacidade de iniciativa estratégica autônoma no sistema mundial”. China e Índia mal se toleram e competem passo a passo. Uma informação preocupante: “O expansionismo chinês fora da Ásia tem sido quase estritamente diplomático e econômico. Mas, na Ásia, o projeto chinês já é claramente hegemônico e competitivo, também do ponto de vista militar. E muito em breve a China também deverá projetar seu poder para fora do continente asiático”.

A Índia “não apresenta as características de uma potência expansiva. (...) Mas desenvolve e controla tecnologia militar de ponta”. Trata-se de uma potência nuclear. Brasil e África do Sul não “tem uma estratégia internacional expansiva ou um inimigo externo claro, sequer são potências militares relevantes. (...) O mais provável é que o Brasil e a África do Sul mantenham-se por algum tempo ainda na condição de ‘Estados relevantes’, mas sem uma estratégia nacional claramente defensiva, como a Índia, ou expansiva, como a China”.

Perdendo o mundo”: o declínio dos EUA em perspectiva

O declínio dos Estados Unidos entrou, há algum tempo, em uma nova fase: a do declínio autoinfligido. Desde os anos 70 tem havido mudanças significativas na economia dos EUA, à medida que estrategistas, estatais

e do setor privado, passaram a conduzi-la para a financeirização e à exportação de plantas industriais. Essas decisões deram início ao círculo vicioso no qual a riqueza e o poder político se tornaram altamente concentrados, os salários dos trabalhadores ficaram estagnados, a carga de trabalho aumentou e o endividamento das famílias também. O artigo é de Noam Chomsky.

Noam Chomsky - Al Jazeera

Aniversários significativos são comemorados solenemente – o do ataque japonês à base da Marinha norteamericana de Pearl Harbor, por exemplo. Outros são ignorados, e podemos sempre aprender importantes lições que eles nos dão de como é possível seguir mentindo adiante. Na verdade, agora.

No momento, estamos errando em não comemorar o 50º aniversário da decisão do presidente John F Kennedy de promover a mais assassina e destrutiva agressão do período pós-Segunda Guerra: a invasão do Vietnã do Sul, e depois de toda a Indochina, deixando milhões de mortos e quatro países devastados, com perdas ainda crescentes causadas pela exposição do país aos carcinogênicos mais letais de que se tem conhecimento, que comprometerem a cobertura vegetal e a produção de alimentos.

O primeiro alvo foi o Vietnã do Sul. A agressão depois se espalhou para o Norte, e então para a sociedade remota do nordeste do Laos, até finalmente chegar ao rural Camboja, que foi bombardeado de tal maneira que chegou ao nível impressionante de ser alvo de todas as operações aéreas aliadas da região do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial, incluindo as duas bombas lançadas em Hiroshima e Nagasaki. Aí, as ordens de Henri Kissinger estavam sendo obedecidas – “qualquer coisa que voe ou se mova”; uma rara convocação para o genocídio na história.

Pouco disso tudo é lembrado. A maior parte desses massacres é escassamente conhecida para além dos estreitos círculos de ativistas.

Quando a invasão teve início, há cinquenta anos, a preocupação era tão pouca que havia poucos esforços de justificação; dificilmente iam além do impassível apelo do presidente de que “estamos nos opondo, ao redor do mundo, a uma conspiração monolítica e brutal que opera principalmente em meios disfarçados de expansão de sua esfera de influência” e se a conspiração consegue realizar seus objetivos no Laos e no Vietnã, “os portões estarão amplamente abertos”.

Em outro lugar, ele alertou em seguida que “as sociedades leves, complacentes e autoindulgentes estavam para ser varridas para os escombros da história [e] só a força... pode sobreviver”, neste caso refletindo a respeito do

fracasso da agressão e do terror estadunidenses para esmagar a independência cubana.

Quando os protestos começaram a crescer, meia dúzia de anos depois, o respeitado historiador militar e especialista em Vietnã Bernard Fall, nenhum pacifista, previu que “o Vietnã como uma entidade histórica e cultural...está ameaçada de extinção...[enquanto]...a sua área rural literalmente morre sob as explosões da maior máquina militar jamais em operação numa área deste tamanho”. Ele estava, mais uma vez, referindo-se ao Vietnã do Sul.

Quando a guerra acabou oito horrendos anos depois, a opinião dominante estava dividida entre aqueles que a descreviam como uma “causa nobre” que poderia ter sido vencida com mais dedicação e o extremo oposto, os críticos, para quem se tratou de “um erro” que se provou altamente custoso. Por volta de 1977, o Presidente Carter chamou pouca atenção quando explicou que “não havia dívida” nossa com o Vietnã porque “a destruição foi mútua”.

Há lições importantes em tudo isso para hoje, mesmo deixando de lado os fracos e derrotados que são chamados para responder por seus crimes. Uma lição é que para entender o que está acontecendo devemos buscar não apenas criticar os acontecimentos no mundo real, frequentemente dispensados pela história, mas também aquilo em que os líderes e a opinião da elite acreditam, mesmo que com tintas de fantasia. Uma outra lição é que, ao lado dos frutos da imaginação fabricados para aterrorizar e mobilizar o público (e talvez acreditados por aqueles enganados pela própria retórica), há também planejamento geoestratégico baseado em princípios que são racionais e estáveis em longos períodos, porque estão enraizados em instituições estáveis e na agenda destas. Isso também é verdade no caso do Vietnã. Eu voltarei a isso, só destacando aqui que os elementos persistentes na ação estatal são geralmente bastante opacos.

A guerra do Iraque é um caso instrutivo. Ela foi vendida para um público aterrorizado com as ameaças usuais da autodefesa contra uma formidável ameaça à sobrevivência: a “única questão” que George W. Bush e Tony Blair declararam foi se Saddam Hussein iria encerrar o seu programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa. Quando a única questão recebeu a resposta errada, a retórica do governo mudou rapidamente para o nosso “anseio por democracia”, e a opinião pública educada seguiu devidamente o curso; o de sempre.

Mais tarde, à medida que a escalada da derrota no Iraque se tornou difícil de esconder, o governo quietamente concedeu o que estava claro para todo mundo. Em 2007-2008, a administração anunciou oficialmente que um acordo final deve assegurar a permanência de bases militares dos EUA e o direito de operações de combate, no país, e deve privilegiar os investidores estadunidenses na exploração de seu rico sistema energético – demandas que

mais tarde foram relutantemente abandonadas diante da resistência iraquiana. E tudo ficou bastante escondido da maioria das pessoas.

Padronizando o declínio americano

Com essas lições em mente é útil dar uma olhada ao que é destacado na manchete dos maiores jornais de política e opinião, hoje. Peguemos a mais prestigiada das publicações do establishment, *Foreign Affairs*. A manchete estrondosa da capa de dezembro de 2011 estampava em negrito: “A América acabou?”.

O artigo da capa pedia “corte de gastos” nas “missões humanitárias” no exterior, que estavam consumindo a riqueza do país, para impedir o declínio americano, que é o maior tema nos discursos do ambiente de negócios, que frequentemente vem acompanhado do corolário de que o poder está mudando para o Leste, para a China e (talvez) a Índia.

Agora os principais artigos são a respeito de Israel e Palestina. O primeiro, de autoria de dois altos oficiais israelenses, é intitulado “O Problema é a Rejeição Palestina”: o conflito não pode ser resolvido porque os palestinos se recusam a reconhecer Israel como Estado Judeu – então em conformidade com a prática diplomática padrão: estados são reconhecidos, mas não seus setores privilegiados. A demanda é dificilmente outra coisa que um novo dispositivo para deter a ameaça de solução política para os assentamentos ilegais que minaria os objetivos expansionistas israelenses.

A posição oposta é defendida por um professor estadunidense tem o título “O Problema é a Ocupação”. No subtítulo se lê: “Como a Ocupação está Destruindo a Nação”. Qual nação? A de Israel é claro. Ambos os artigos aparecem com o título, em cache: “Israel sitiado”.

A edição de janeiro de 2012 lança ainda um outro chamamento para o bombardeio do Irã, agora, antes que seja tarde demais. Alertando contra “os perigos da dissuasão”, o autor sugere que “céticos com relação à ação militar falham em avaliar o verdadeiro perigo que um Irã com armas nucleares imporá aos interesses dos EUA no Oriente Médio e além. E em suas previsões sombrias imaginam que a cura pode ser pior do que a doença – quer dizer, que as consequências de um ataque estadunidense ao Irã seriam tão ruins ou piores do que se o país conseguisse levar a cabo suas ambições nucleares. Mas essa é uma suposição falsa. A verdade é que um ataque militar visando a destruir o programa nuclear iraniano, se for feito com cuidado, poderia significar para a região e para o mundo uma ameaça muito real e melhorar dramaticamente a segurança nacional dos Estados Unidos no longo prazo”.

Outros argumentam que os custos seriam altos demais e no limite alguns chegam a dizer que um ataque [ao Irã] violaria o direito internacional – como o

fazem os moderados, que regularmente fazem ameaças de violência, em violação à Carta das Nações Unidas.

Vamos rever cada uma dessas preocupações dominantes

O declínio americano é real, embora a visão apocalíptica reflita a percepção bastante familiar da classe dominante de que algum controle menor ou total implica o desastre total. Apesar desses lamentos piedosos, os EUA persevera como poder dominante mundial por larga margem, e não há competidores à vista, não apenas em dimensões militares, a respeito das quais os EUA reina supremo.

A China e a Índia registraram crescimento rápido (embora altamente desigual), mas permanecem países muito pobres, com problemas internos enormes não enfrentados pelo Ocidente. A China é o maior centro industrial do mundo, mas majoritariamente como uma linha de montagem para as potências industriais avançadas em sua periferia e para as multinacionais ocidentais. É provável que isso mude com o tempo. A indústria em regra provê as bases para a inovação e a invenção, como vem ocorrendo às vezes, na China. Um exemplo que impressionou os especialistas ocidentais foi a tomada chinesa da liderança no mercado crescente de painéis solares, não apenas com base na mão de obra barata, mas no planejamento coordenado e, crescentemente, na inovação.

Mas os problemas que a China enfrenta são sérios. Alguns são demográficos, reportados na Science, o líder dos semanários estadunidenses de divulgação científica. O estudo mostra que a mortalidade caiu bruscamente na China durante os anos maoístas, “principalmente um resultado do desenvolvimento econômico e das melhorias nos serviços educacionais e de saúde, especialmente ao movimento de higiene pública que resultou num golpe drástico à mortalidade por doenças infecciosas”. Esse progresso acabou com o início das reformas capitalistas no país, há 30 anos, e a taxa de mortalidade desde então tem aumentado.

Além disso, o crescimento econômico chinês recente contou substancialmente com um “bônus demográfico”, uma grande população em idade economicamente ativa. “Mas a janela para o uso desse bônus pode fechar logo”, com um “impacto profundo no desenvolvimento”: “o excesso de mão de obra barata, que é um dos maiores fatores de condução do milagre econômico chinês não estará mais disponível”. A demografia é apenas um dos muitos problemas sérios pela frente. No que concerne a Índia, os problemas são ainda mais graves.

Nem todas as vozes proeminentes antevêm o declínio americano. Na mídia internacional, não há nada mais sério e respeitável que o Financial Times. O jornal recentemente dedicou uma página inteira às expectativas otimistas de que nova tecnologia para extrair combustível fóssil norteamericano pode fazer

com que os EUA se torne energeticamente independente, mantendo portanto sua hegemonia por um século. Não há menção ao tipo de mundo que os EUA comandará nesse acontecimento feliz, mas não por falta de evidência.

Quase ao mesmo tempo, a Agência Internacional de Energia reportou que, com o aumento rápido das emissões de carbono dos combustíveis fósseis, o limite de uso seguro será atingido por volta de 2017, se o mundo continuar no atual curso. “A porta está fechando”, disse o economista-chefe da AIE, e em muito breve “fechará de vez”.

Pouco antes, o Departamento de Energia dos EUA informou que as imagens mais recentes das emissões de dióxido de carbono, com “a elevação para o maior índice já registrado”, chegaram num nível mais elevado do que os piores cenários antecipados pelo Painel Internacional de Mudanças Climáticas (IPCC). Isso não é surpresa para muitos cientistas, inclusive os do programa do MIT para mudança climática, que por anos alertou que os prognósticos do IPCC eram conservadores demais.

Esses críticos das previsões do IPCC receberam virtualmente atenção pública nenhuma, ao contrário dos grupos denegadores do aquecimento global, que são apoiados pelo setor corporativo, juntamente a imensas campanhas de propaganda que tem levado os americanos para fora do espectro internacional dessas ameaças. O apoio das corporações também se traduz diretamente no poder político. A denegação é parte do catecismo que deve ser entoado pelos candidatos republicanos na ridícula campanha eleitoral em curso, e no Congresso eles são poderosos o suficiente para abortar até investigações sobre o efeito do aquecimento global, deixando de lado qualquer ação séria a respeito. Numa palavra, o declínio americano pode talvez ser interdito se abandonarmos a esperança pela sobrevivência decente, prognóstico também bastante real, dado o equilíbrio de forças no mundo.

“Perdendo” a China e o Vietnã

Deixando de lado essas coisas desagradáveis, um olhar de perto para o declínio americano mostra que a China na verdade joga um grande papel nele, tanto como o jogava há 60 anos. O declínio que agora gera tanta preocupação não é um fenômeno recente. Ele remonta ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando os EUA tinha metade da riqueza do mundo e dispunha de níveis globais de segurança incomparáveis. Os estrategistas políticos estavam naturalmente bastante conscientes dessa enorme disparidade de poder e pretendiam mantê-la assim.

O ponto de vista básico foi apresentado com admirável franqueza num grande documento de 1948. O autor era um dos arquitetos da Nova Ordem Mundial da época, o representante da equipe de Planejamento Político do Departamento de Estado dos EUA, o respeitado estadista e acadêmico George Kennan, um

pacifista moderado, dentre os estrategistas. Ele observou que o objetivo político central era manter a “posição de disparidade” que separava a nossa enorme riqueza da pobreza dos outros. Para alcançar esse objetivo, advertiu, “nós deveríamos para de falar de objetivos vagos e... irrealis, como direitos humanos, a elevação do padrão de vida e a democratização”, e devemos “lidar com conceitos estritos de poder”, não “limitados por slogans idealistas” a respeito de “altruísmo e o benefício do mundo”.

Kennan estava se referindo especificamente à Ásia, mas as observações dele se generalizam, com exceções, aos participantes do atual sistema de dominação global dos EUA. Ficou bastante claro que os “slogans idealistas” deveriam ser apresentados sobretudo quando dirigidos aos outros, inclusive às classes intelectualizadas, das quais se esperava que os disseminassem.

O plano de Kennan ajudou a formular e a implementar a tomada de controle dos EUA do Hemisfério Oeste, do Extremo Leste e das regiões do ex-império britânico (incluindo os incomparáveis recursos energéticos do Oriente Médio), e o quanto foi possível da Eurásia, sobretudo seus centros comerciais e industriais. Esses não eram objetivos irrealis, dada a distribuição do poder. Mas o declínio foi então definido de vez.

Em 1949, a China declarou independência, um evento conhecido no discurso do Ocidente como “a perda da China” – nos EUA, com algumas recriminações amarguradas e o conflito interpretativo a respeito de quem tinha sido o responsável por essa perda. A terminologia é reveladora. Só é possível perder o que em algum momento se teve. A assunção tácita era que os EUA tinham a China, por direito, juntamente à maior parte do resto do mundo, tanto como os estrategistas do pós-guerra pensavam.

A “perda da China” foi o primeiro grande passo do “declínio americano”. Foi o que teve grandes consequências políticas. Uma delas foi a decisão imediata de apoiar o esforço francês de reconquista da sua ex-colônia da Indochina, para que esta também não fosse “perdida”.

A Indochina mesma não era motivo de preocupação maior, a despeito das afirmações de suas riquezas naturais por parte do presidente Eisenhower e outros. A preocupação maior era antes com a “teoria do efeito dominó”, a qual é frequentemente ridicularizada quando os dominós não caem, mas permanece um princípio regulador da política, porque é bastante racional. Para adotar a versão Henri Kissinger dele, uma localidade que cai fora do controle pode se tornar um “vírus” que irá “contagiar”, induzindo outros a seguirem o mesmo caminho.

No caso do Vietnã, a preocupação era que esse vírus do desenvolvimento independente pudesse infectar a Indonésia, que de fato é rica em recursos. E isso pode levar o Japão – o “superdominó”, como o proeminente historiador da

Ásia John Dower chamava – a “acomodar” uma Ásia independente como seu centro tecnológico e industrial num sistema que escaparia do alcance do poder dos EUA. Isso significaria, com efeito, que o EUA tinha perdido a fase Pacífico da Segunda Guerra, na qual lutou para tentar impedir que o Japão estabelecesse uma Nova Ordem na Ásia.

O modo de lidar com um problema desse é claro: destruir o vírus e “inocular” aqueles que podem ser infectados. No caso do Vietnã, a escolha racional era destruir qualquer esperança de desenvolvimento independente bem sucedido e impor ditaduras brutais nos arredores. Essas tarefas foram levadas a cabo com sucesso – embora a história tenha sua própria astúcia, e algo similar ao que foi temido desde então tenha se desenvolvido no Leste da Ásia, a maior parte para consternação de Washington.

A vitória mais importante das guerras da Indochina deu-se em 1965, quando um golpe de estado militar, com o apoio dos EUA, liderado pelo general Suharto significou crimes massivos comparados pela CIA aos de Hitler, Stalin e Mao. A “assombrosa matança massiva”, como descreveu o New York Times, foi acuradamente reportada nos meios dominantes, e com euforia desenfreada.

Foi um “brilho de luz na Ásia”, como observou o comentarista liberal James Reston, no Times. O golpe encerrou as ameaças à demoracia ao demolir o partido político de massas, dos pobres, estabelecendo uma ditadura que registrou as piores violações aos direitos humanos no mundo, e deixou as riquezas do país abertas aos investidores ocidentais. Poucos questionaram que depois de tantos horrores, inclusive a quase genocida invasão do Timor Leste, Suharto ter sido bem recebido pela administração Clinton, em 1995, como “nosso tipo de cara”.

Anos após os grandes eventos de 1965, o Conselheiro para Assuntos de Segurança Nacional de Kennedy e Johnson, McGeorge Bundy refletiria que teria sido sensato acabar com a guerra do Vietnã a tempo, com o “vírus” virtualmente destruído e, o principal, o dominó solidamente no lugar, no esteio de outras ditaduras apoiadas pelos EUA pela região.

Procedimentos similares são rotineiramente seguidos em outros lugares. Kissinger estava se referindo especificamente à ameaça da democracia socialista no Chile. Essa ameaça acabou em outra data esquecida, que os latino-americanos chamam de “O Primeiro 11 de Setembro”, que em violência e efeitos nefastos excedeu em muito o 11 de Setembro comemorado no Ocidente. Uma ditadura viciosa foi imposta ao Chile, como uma parte da praga de repressão brutal que se espalhou pela América Latina, chegando até a América Central, nos anos Reagan.

Esse vírus tem gerado preocupações profundas aqui e ali, inclusive no Oriente Médio, onde a ameaça de um nacionalismo secular tem consternado os

estrategistas britânicos e estadunidenses, induzindo-os a apoiar o fundamentalismo islâmico a opor-se a isso.

A concentração da riqueza e o declínio americano

Mesmo com essas vitórias, o declínio americano continuou. Por volta de 1970, a parte da riqueza do mundo dos EUA saltou para 25%, basicamente onde está hoje, concentração ainda colossal, mas bastante inferior àquela de fins da Segunda Guerra. Nessa época, o mundo industrial era “tripolar”: a base norte americana, dos EUA, a europeia, da Alemanha, e a do Leste da Ásia, já a região industrial mais dinâmica, naquele tempo com base no Japão, mas hoje incluindo as ex-colônias japonesas de Taiwan e o Sul da Coreia, e mais recentemente a China.

Nesse período o declínio americano entrou numa nova fase: a do declínio autoinfligido. Desde os anos 70 tem havido mudanças significativas na economia dos EUA, à medida que estrategistas, estatais e do setor privado, passaram a conduzi-la para a financeirização e à exportação de plantas industriais, levada a cabo em parte pelo declínio da taxa de lucro na indústria doméstica. Essas decisões deram início ao círculo vicioso no qual a riqueza se tornou altamente concentrada (dramaticamente nos 0,1% da população), levou à concentração de poder político, e então a uma legislação que o levou adiante, no que concerne à tributação e outras políticas fiscais, à desregulação, às mudanças nas regras da administração corporativa - o que permitiu imensos ganhos para os executivos - e por aí vai.

Enquanto isso, para a maioria, os salários reais foram majoritariamente estagnados e ao povo só restou aumentar a carga de trabalho (muito além da europeia), a dívida insustentável e as repetidas bolhas, desde os anos Reagan; criando riquezas de papel que desapareceram inevitavelmente quando a bolha estourou (e os perpretadores foram resgatados pelos contribuintes). Em paralelo a isso, o sistema político foi cada vez mais fragmentado, enquanto ambos os partidos mergulharam cada vez mais nos bolsos das corporações, com a escalada do custo das eleições (os republicanos ao nível do absurdo e os democratas – agora majoritariamente os “ex-republicanos moderados” – não ficaram muito atrás).

Um estudo recente do Instituto de Política Econômica, que tem sido a maior fonte de dados respeitáveis sobre o desenvolvimento, intitula-se Failure by Design [no contexto, algo como Fracasso por Ecomenda]. A frase “by design” é acurada. Outras escolhas eram certamente possíveis. E como mostra o estudo, o “fracasso” tem um corte de classe. Não há fracasso para os “designers”. Longe disso. Antes, as políticas fracassaram para a imensa maioria, os 99% na imagem dos movimentos Occupy – e para o país, que tem declinado e irá continuar a fazê-lo, sob essas políticas.

Um fator que o explica é a transferência das plantas industriais. Como ilustra o exemplo do painel solar, mencionado acima, a industrialização tem a capacidade de promover as bases e o estímulo para a inovação, levando a estágios mais avançados de sofisticação na produção, no design e na invenção. Isso, também, está sendo terceirizado, o que não é um problema para os “mandarins do dinheiro”, que cada vez mais mandam na política, mas é um sério problema para o povo trabalhador e as classes médias, e um desastre real para os mais oprimidos, os afroamericanos, que nunca escaparam do legado da escravidão e de sua mais feia consequência, cuja magra riqueza desapareceu virtualmente depois do colapso da bolha imobiliária, em 2008, originando a mais recente crise financeira, a pior até agora.

(*) Noam Chomsky é professor emérito do Departamento de Linguística e Filosofia do MIT. É o maior linguista do mundo e um dos mais, senão o mais rigoroso e consequente anarquista vivo.

Tradução: Katarina Peixoto

Fonte:

<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2012/02/2012215773268827.html>

<http://www.brasil.gov.br/sobre/historia/republica/um-radical-a-ferro-e-fogo>

'EUA, uma nação em declínio': maioria dos estudantes de escolas públicas vive na pobreza

<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FInternacional%2FEUA-uma-nacao-em-declinio-maioria-dos-estudantes-de-escolas-publicas-vive-na-pobreza-%2F6%2F32685>

Relatório devastador revela trajetória descendente para a geração atual de alunos. Pesquisadores falam do impacto da pobreza no aprendizado dos alunos.

Jon Queally, Common Dreams



Um novo estudo divulgado na sexta-feira mostra que mais da metade dos estudantes matriculados nas escolas públicas americanas vive na pobreza, um cálculo que o autor do relatório diz colocar os EUA no caminho para o declínio social geral.

Publicado pela Fundação Educacional do Sul, a nova análise usou o censo nacional mais recente disponível para confirmar que 51% dos estudantes ao redor das escolas públicas da nação eram de baixa renda em 2013.

De acordo com o relatório:

Em 40 dos 50 estados, estudantes de baixa renda constituem não menos que 40% de todas as crianças de escola pública. Em 21 estados, crianças que ganhavam almoços gratuitos ou com preço reduzido eram a maioria dos estudantes em 2013.

A maior parte dos estados com uma maioria de estudantes de baixa renda é encontrada no Sul e no Oeste. 13 dos 21 estados com uma maioria de estudantes de baixa renda em 2013 localizavam-se Sul, e 6 dos outros 21 estados no Oeste.

O Mississippi liderou a nação com a taxa mais alta: 71%, quase 3 em cada 4 crianças de escola pública no Mississippi eram baixa renda. A segunda taxa mais alta da nação foi encontrada no Novo México, onde 68% de todos os estudantes de escola pública eram de baixa renda em 2013.

Em adição à documentação do número de estudantes que recebem alguma forma

de assistência do governo durante seu dia escolar, incluindo programas chave que oferecem almoços gratuitos ou com preço reduzido, o relatório deixa claro que a pobreza dentre os mais jovens da nação está impactando diretamente e negativamente o aprendizado dos alunos e a habilidade do sistema público educacional de alcançar sua meta em fornecer educação adequada para todos.

“Não podemos mais considerar os problemas e as necessidades dos estudantes de baixa renda simplesmente como uma questão de justiça,” diz o relatório. “Seus sucessos ou falhas nas escolas públicas vão determinar o corpo inteiro do capital humano e do potencial educacional que a nação possuirá no futuro. Sem aprimorar o apoio educacional que a nação fornece aos seus estudantes de baixa renda - estudantes com as maiores necessidades e usualmente o menor apoio - as tendências da última década serão prolongadas para uma nação não em risco, mas uma nação em declínio.”

Falando com o Washington Post, Michael A. Rebell da Campanha por Igualdade Educacional na Faculdade de Professores na Universidade de Columbia notou como a taxa de pobreza tem aumentado mesmo com alguns indicadores econômicos tendo melhorado. “Nós sempre sabemos que esta é a tendência, que chegaríamos a uma maioria, mas está aqui mais cedo do que o esperado,” disse Rebell. “Muitas pessoas no topo estão se saindo muito bem, mas as pessoas na base não estão se saindo bem mesmo. Essas são as pessoas que têm mais filhos e que os mandam para as escolas públicas.”

As descobertas mais recentes aparecem enquanto o Departamento de Educação e os legisladores no Congresso começam um novo debate acerca da reautorização do Ato da Educação Secundária e Elementar (ASEA), mais conhecido pelas versões atualizadas ou programas apoiados por aquela lei - Nenhuma Criança Deixada Para Trás (NCLB) sob o presidente George W. Bush e o Corrida Para o Topo (RTTT) sob o presidente Obama.

Aqueles contrários ao programa, tanto democratas quanto republicanos, por causa de seus testes padronizados buscando um alto rendimento, estão esperando que a reautorização da ASEA seja sua próxima oportunidade para apontar as falhas das solicitações codificadas em ambos NCLB e RTTT.

Como Randi Weingarten, chefe da Federação Americana de Professores, disse no início da semana passada em resposta a um discurso do Secretário de Educação Arne Duncan: “Qualquer lei que não se refira aos nossos maiores desafios - financiar desigualdade, segregação, os efeitos da pobreza - irá falhar ao tentar

transformar as nossas crianças e escolas, que tanto necessitam.”

Ela continuou, “a política educacional federal atual - Nenhuma Criança Deixada Para Trás, Corrida Para o Topo e desistências - consagrou um foco no teste, não no aprendizado, especialmente testes com alta participação e as consequências e sanções que surgem disso. Isso é errado, e é por isso que existe uma chamada pela mudança. A estratégia de abandono e a Corrida para o Topo exacerbaram a fixação por testes que foi colocada pela NCLB, permitindo que as sanções e as consequências ofuscassem todo o resto. [Baseado no discurso de Duncan], parece que o secretário queira justificar e consagrar o status quo e isso é preocupante.”

Em um artigo para a revista *The Nation* ano passado, os experts em educação e pobreza Greg Kauffmann e Elaine Weiss descreveram um corpo enorme de pesquisa que mostrou os vários fatores associados com como a pobreza afeta o aprendizado, incluindo: a realização educacional dos “familiares”; como os pais lêem, brincam e respondem às suas crianças; a qualidade do cuidado e da educação antecipados; acesso consistente à serviços de saúde mental e física e alimentos saudáveis.”

O que está faltando do debate amplo, de acordo com Kauffmann e Weis, é a compreensão do “impacto da pobreza concentrada - e da segregação econômica e racial - nas conquistas estudantis” e um contexto muito mais amplo. “É hora de pararmos de ignorar [os impactos da pobreza e da desigualdade educacionais],” eles escreveram. “As últimas décadas viram a polarização do crescimento de renda, com o 1% do topo colhendo a grande maioria dos ganhos sociais, a classe média diminuindo, e os da base perdendo o chão. Como resultado, a pobreza concentrada é mais potente e relevante do que nunca.”

E de acordo com uma análise da SEF pela *Education Week*, as taxas em crescimento de pobreza dentre os estudantes serão, e deveriam ser, uma parte mais ampla do debate atual sobre políticas de educação:

As escolas têm sido confrontadas com os desafios da pobreza por anos, mas cruzar o limiar da maioria certamente cria um ponto de conversação poderoso em debates nos níveis local, estatal e federal sobre assuntos que falam desde igualdade e responsabilidade a apoios estudantis.

“Essa pobreza aprofundada irá complicar as discussões políticas sobre como educar os estudantes americanos, como pesquisas anteriores mostraram, os estudantes estão em risco acadêmico mais significativo em escolas com 40% ou

mais de concentração de pobreza,” escreveu a *Education Week* quando cobriu as tendências de crescimento da pobreza em 2013.

E, como a Rules for Engagement já reportou, famílias pobres estão cada vez mais se mudando para os subúrbios e vivendo em áreas com altas concentrações de pobreza, criando dimensões para o debate.

A nova maioria de estudantes de baixa renda é outra realidade para os educadores americanos.

Créditos da foto: Thomas Hawk

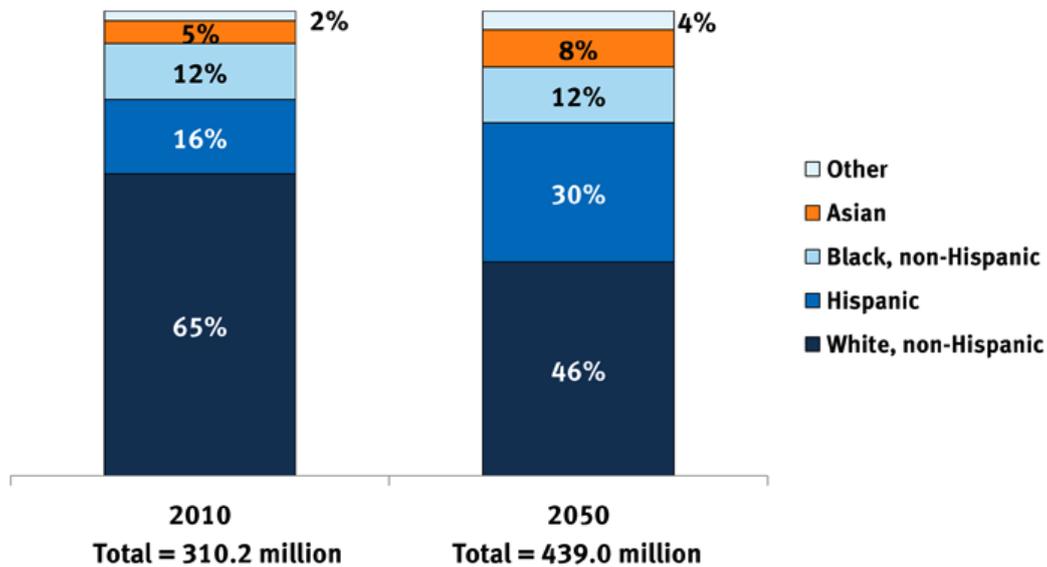
21 charts that explain how the US is changing

by [Danielle Kurtzleben](#) on June 18, 2014

The US is a big, complicated place that has undergone some big changes over its 238 years, and even in the last few decades. Here are 21 charts that explain what life is like today in the US — who we are, where we live, how we work, how we have fun, and how we relate to each other.

Who we are

Distribution of U.S. Population by Race/Ethnicity, 2010 and 2050



NOTES: All racial groups non-Hispanic. Other includes Native Hawaiians and Pacific Islanders, Native Americans/Alaska Natives, and individuals with two or more races. Data do not include residents of Puerto Rico, Guam, the U.S. Virgin Islands, or the Northern Mariana Islands.

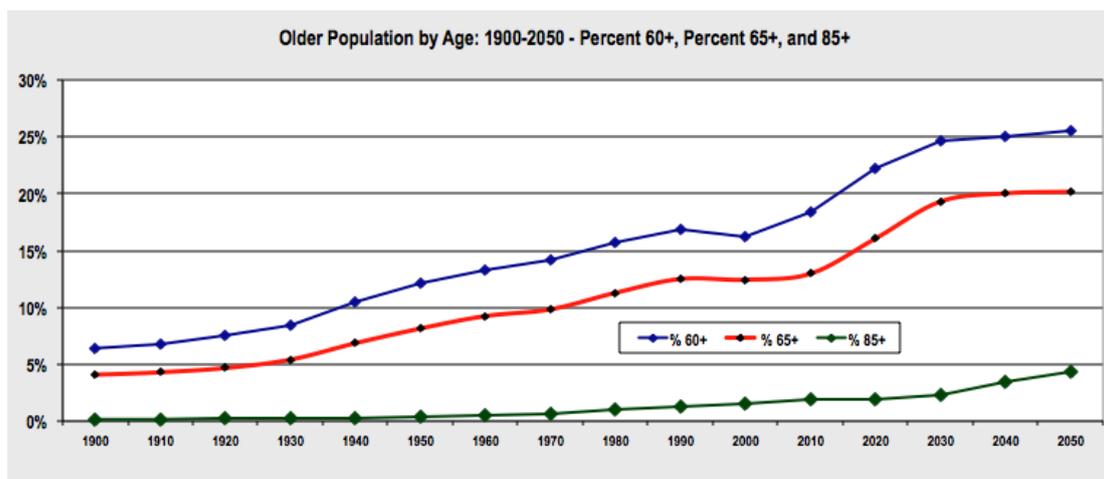
SOURCE: U.S. Census Bureau, 2008, Projected Population by Single Year of Age, Sex, Race, and Hispanic Origin for the United States: July 1, 2000 to July 1, 2050. <http://www.census.gov/population/www/projections/downloadablefiles.html>.



1.

Kaiser Family Foundation We're becoming more diverse

The US population is changing drastically, particularly in the areas of race and ethnicity. By 2050, white non-Hispanics will be a minority of the American population, according to Census projections. The biggest reason for that decline is the growth of the Hispanic population, whose share is set to nearly double between 2010 and 2050, from 16 to 30 percent. Though immigration is one reason for this shift, a large part of it is that white non-Hispanics aren't having as many babies as minorities. [As of 2012](#), the majority of all babies born in the US were minorities.



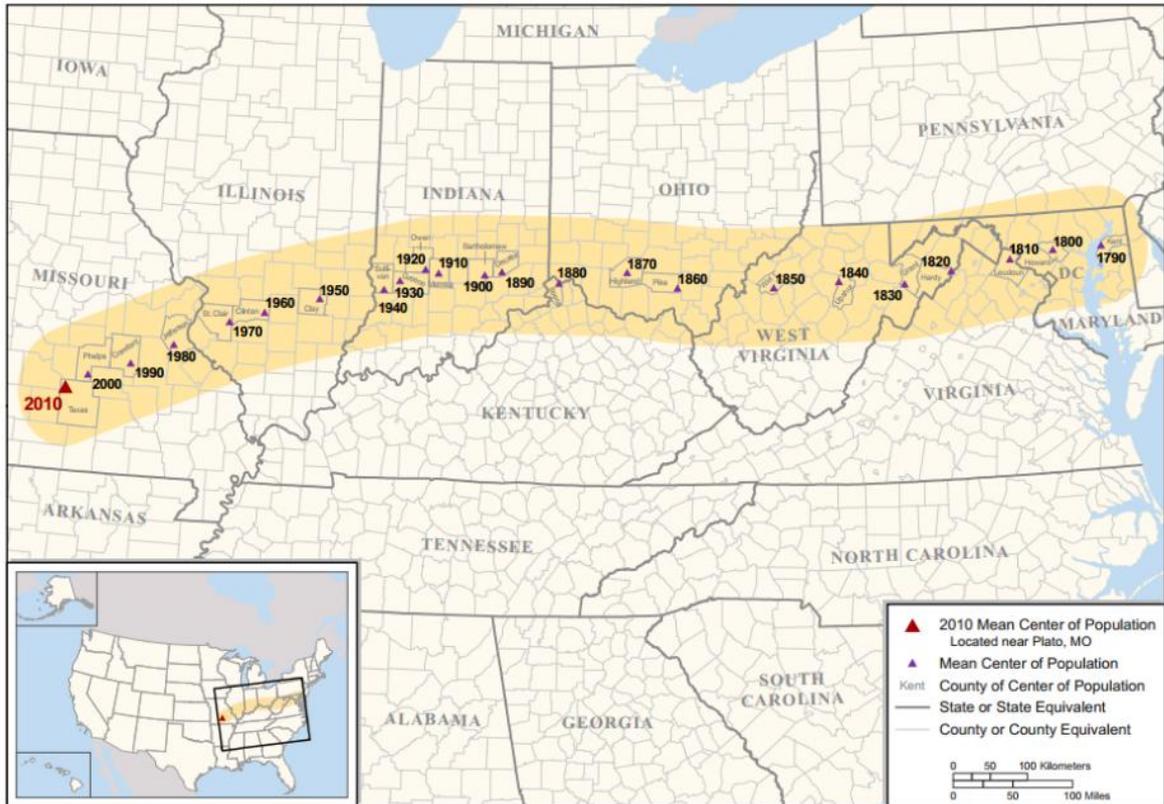
2.

U.S. Census Bureau We're getting older

The Baby Boomers have only just started retiring, and they will help continue to grow the elderly share of the population in the coming decades. But it's not just

that population bulge that has made the American population older; extending life expectancies have helped drive this trend as well. According to the latest data from the CDC, as of 2010, the US life expectancy at birth was 78.7 years, up from 78.5 in 2009. However, those gains haven't been even; women have gained more than men from health advances, and it's only women in [certain parts of the country](#).

Mean Center of Population for the United States: 1790 to 2010



3.

U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE Economics and Statistics Administration U.S. Census Bureau

Prepared by the Geography Division

U.S. Department of Commerce

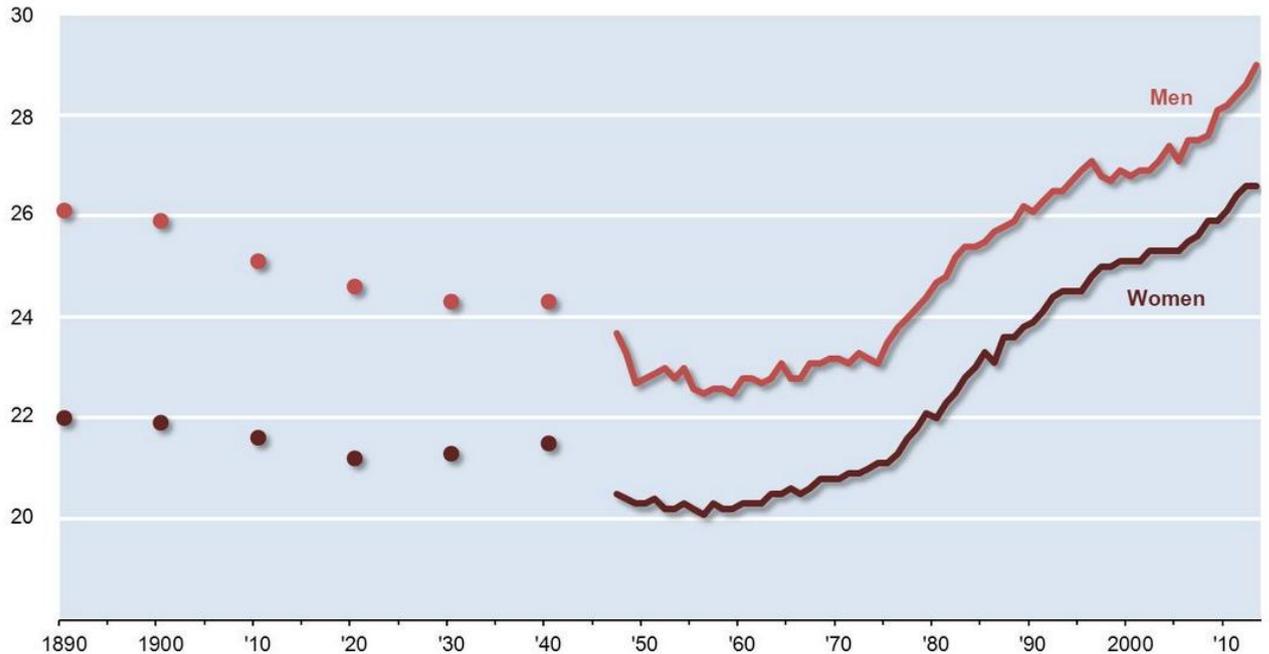
We're moving farther and farther west, plus a little south

Yes, the 1800s were the age of westward expansion, but the trend never really stopped. One way the Census Bureau measures geographic shifts is by measuring the US's "mean center of population" — that is, "the place where an imaginary, flat, weightless and rigid map of the United States would balance perfectly" if all Americans weighed exactly the same. As of 2010, that point was near the village of Plato, Missouri. But this westward and southward doesn't necessarily mean that lots of Americans are packing up and moving west and south...rather, it simply means that the populations of the West and South [keep growing faster](#) than the Northeast and Midwest. That includes people moving, but also shifts in birth rates and immigration.

The rising age at marriage

Marrying at young ages during the 1950s and 1960s was the exception, not the norm.

Median age
at 1st marriage



Source: U.S. Census Bureau, Decennial Censuses, 1890–1940, and Current Population Survey, Annual Social and Economic Supplements, 1947–2013. See also the Census data product on [estimated median age at marriage](#) and the Census [working paper](#) on historical marriage trends.

4.

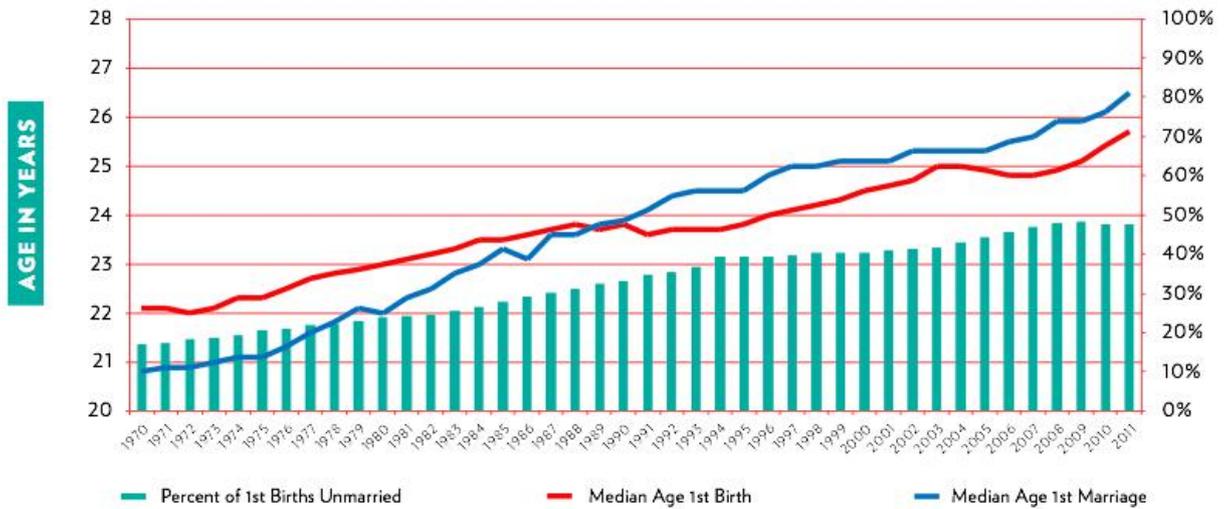
US Census Bureau

We're getting married later and later...sort of

Conventional wisdom says that Americans are getting married later and later. But that's only true if you look at it from the standpoint of the 1950s and 60s. But that period, when Americans more often than not married in their early 20s, itself came after a decline in the age of first marriage. Not only that, but American life expectancy has grown longer and longer, as the Census Bureau pointed out in a [blog post](#) earlier this year. So while people waited half their lives to marry in 1890, today they wait only around one-third.

FIGURE I. THE GREAT CROSSOVER

Median Age at First Marriage and First Birth and the Proportion of First Births to Unmarried Women, 1970-2011



5.

National Marriage Project

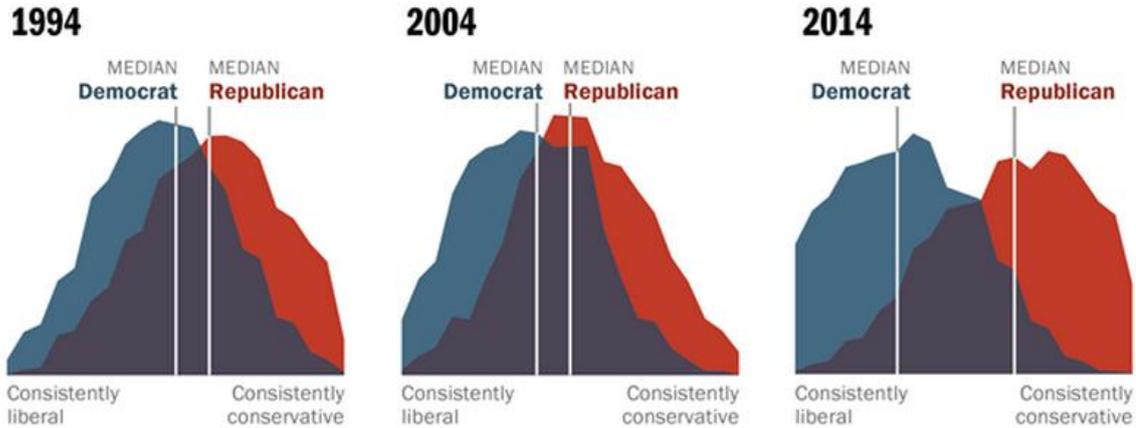
Even while we delay marriage, we're not delaying having kids

Americans have been delaying marriage since the middle of the 20th century, but in the late 1980s, something interesting happened: as a nation, we started having babies before we were married. Today, almost half of all babies are born to unmarried mothers, and the median first birth happens around one year earlier in a woman's life than her median age of first marriage.

What we believe

Democrats and Republicans More Ideologically Divided than in the Past

Distribution of Democrats and Republicans on a 10-item scale of political values



Source: 2014 Political Polarization in the American Public

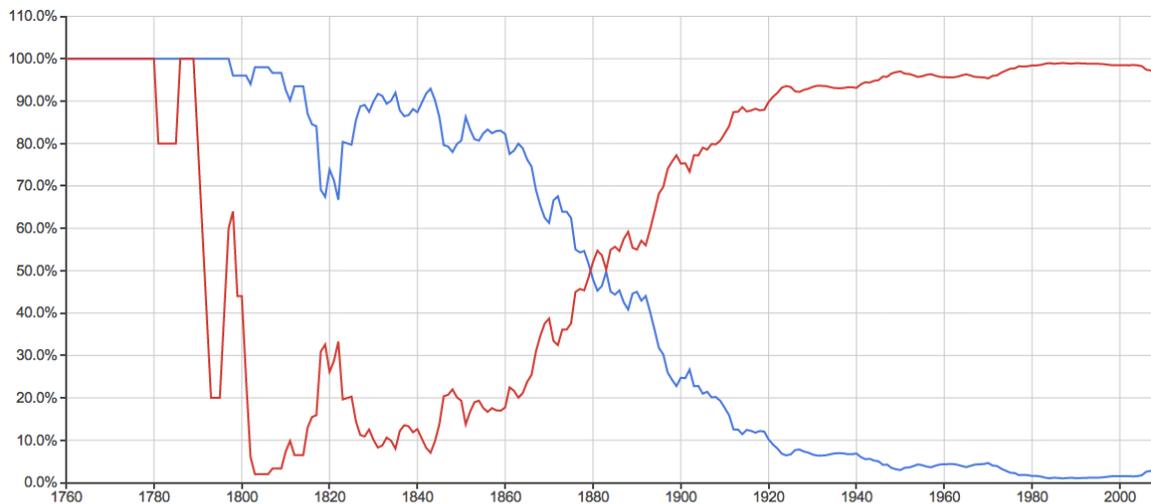
Notes: Ideological consistency based on a scale of 10 political values questions (see Appendix A). The blue area in this chart represents the ideological distribution of Democrats; the red area of Republicans. The overlap of these two distributions is shaded purple. Republicans include Republican-leaning independents; Democrats include Democratic-leaning independents (see Appendix B).

6. PEW RESEARCH CENTER

Pew Research Center

We're more polarized politically

A 2014 report from the Pew Research Center found that the two main political parties are drifting further from each other ideologically. Americans are far more likely to be consistently conservative or consistently liberal than they were 10 or 20 years ago.



7.

(The United States is) / (The United States are + The United States is)

(The United States are) / (The United States are + The United States is)

109

We think of our country as a single, unitary nation. That wasn't always the case.

It may not strike us now as odd that we use "The United States" as a singular noun, but this wasn't always the way everyone spoke. Google N-gram data, which tracks words across Google Books, shows that in the mid-1800s, it was roughly as common to refer to the United States in the singular sense as it was to refer to the United States as a plural group of states that were united. It reveals a profound shift in how Americans think. In the late 19th century,

Americans appear to have started thinking of the US as one big actor instead of many smaller ones.

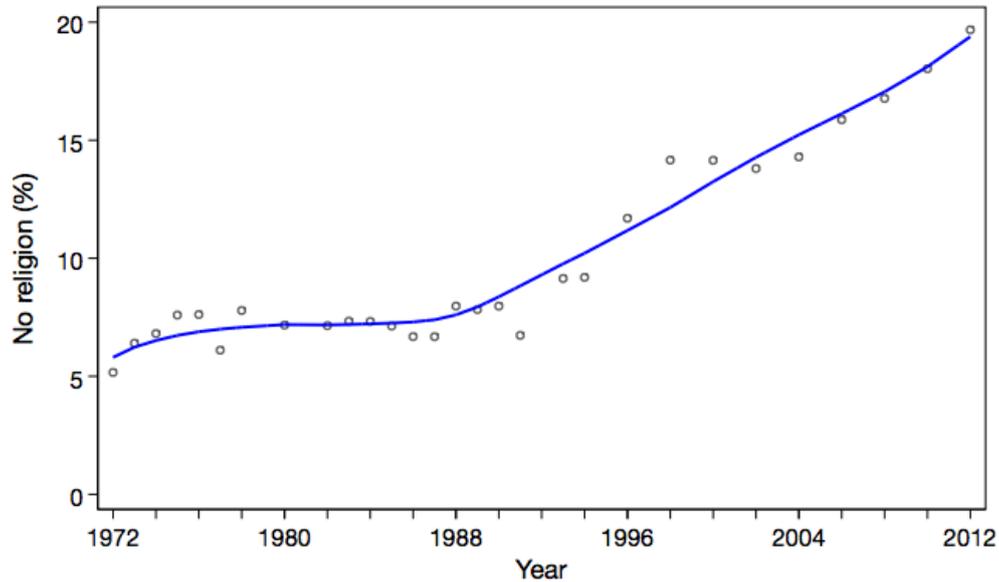


Figure 1. Percentage Preferring No Religion by Year, 1972-2012

Note: Data smoothed using locally estimated regression (loess); trend line shown in blue. Circles show raw data.

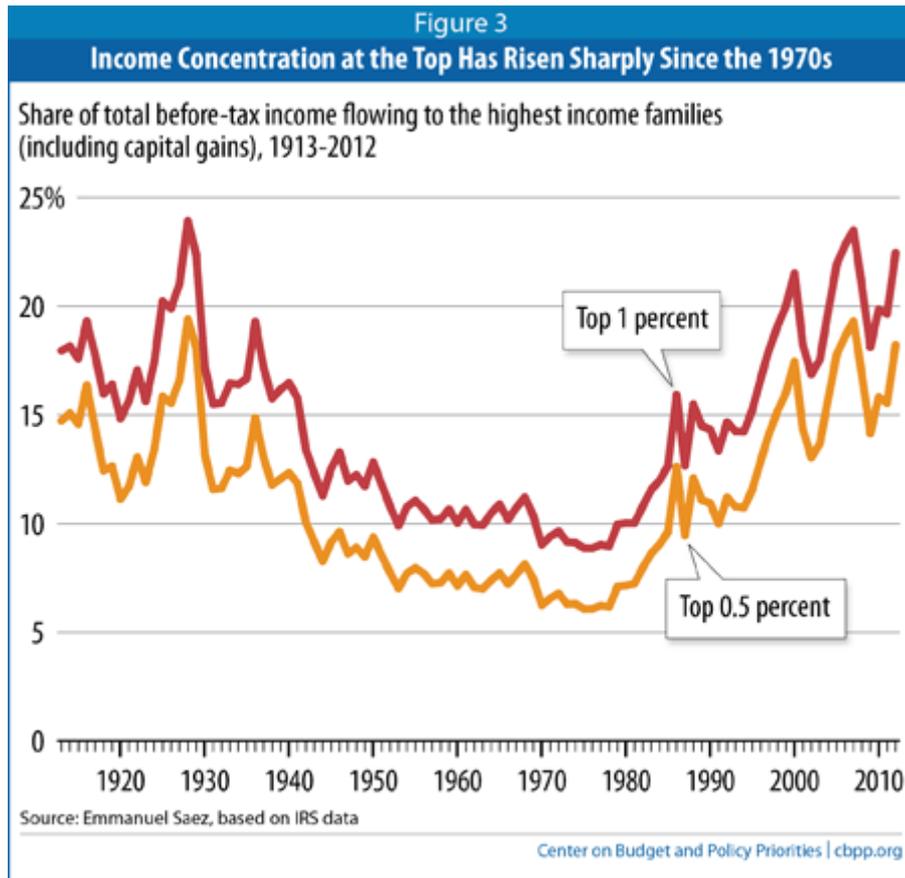
8. Source: General Social Surveys, 1972-2012.

University of California, Berkeley

We're growing less and less religious

As of 2013, the US was the least religious it had ever been since the 1930s, according to an analysis from University of California, Berkeley researchers. In that year, 20 percent of Americans said they had "no religious preference," up from just 8 percent in 1990.

Our economy



9.

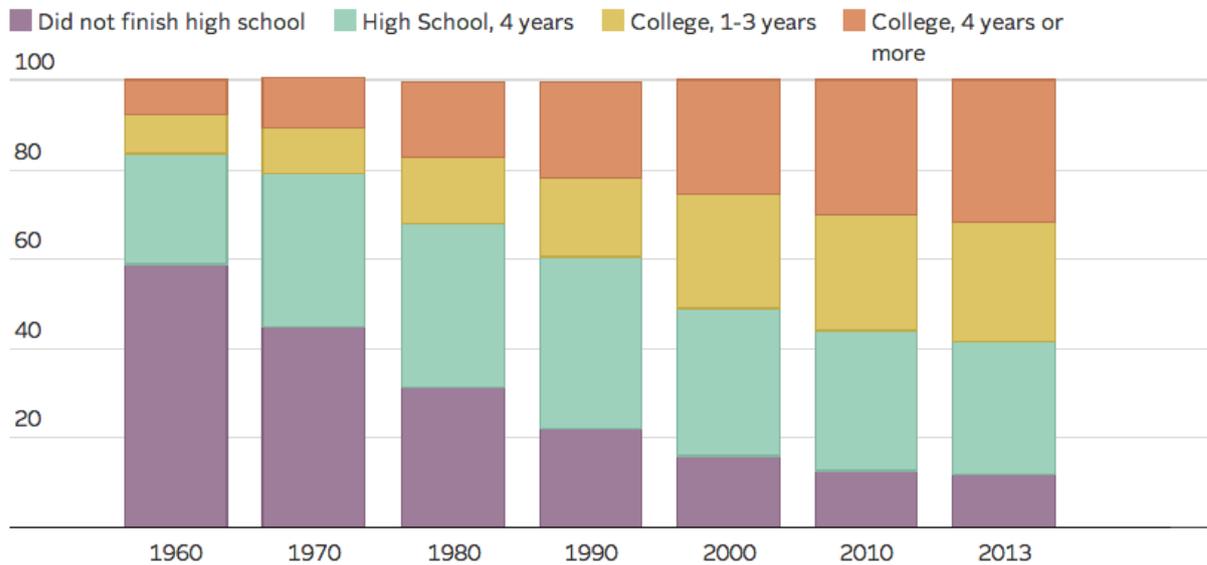
Center on Budget and Policy Priorities

We're getting more unequal

Thanks to the efforts of people like Occupy protesters, Robert Reich, and Thomas Piketty, inequality has over the last few years become central in both economic and political discussions. And one of the most striking facts about inequality is that the wealthiest Americans now have as high a concentration of the national income as they did during the early 20th century. While the share of income the richest Americans received was muted throughout the middle of the 1900s, it skyrocketed after the 1980s.

The US's ever-growing educational attainment

Share of adults age 25+ at given educational attainment levels



10. Source: US Census Bureau



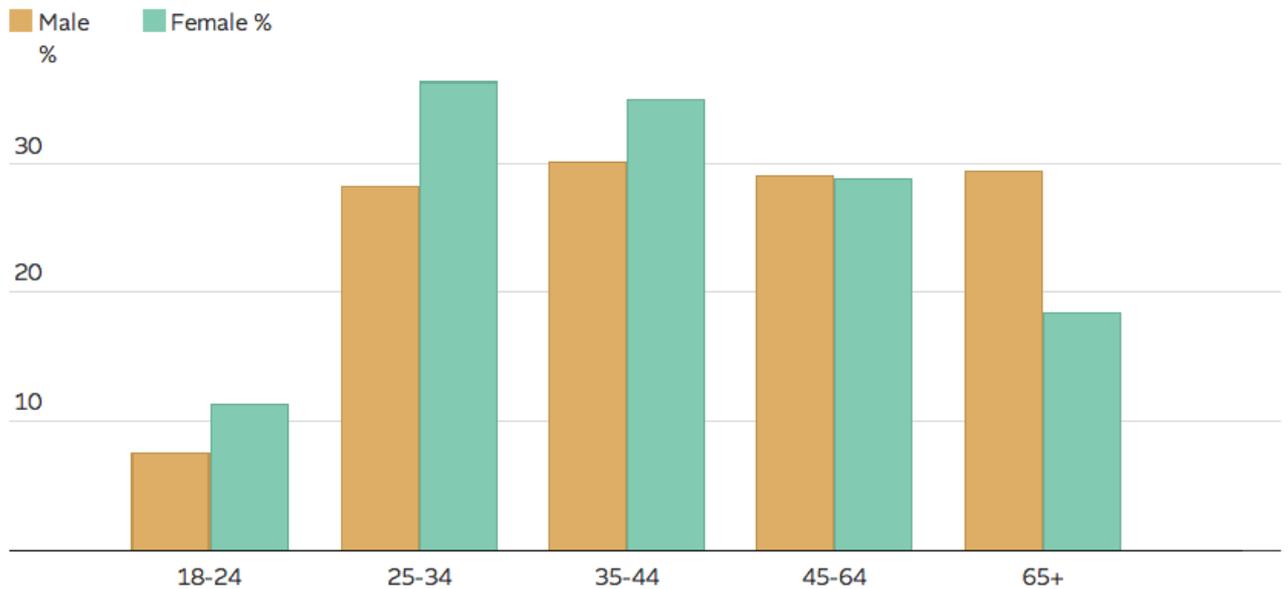
US Census Bureau

Educational gains have been steady and long-standing

Inequality and social immobility are areas where the US could use some improvement. So if you want some good news, here it is: the US population has become far more educated than it once was. True, there are some problems with the education system — inequality between schools, for example, not to mention skyrocketing college tuition costs — but that the majority of the population over 25 went from not having a high school diploma to at least having some college in the span of 40 years is astonishing.

Educational achievement by sex

Percent of age group with a bachelor's degree or higher



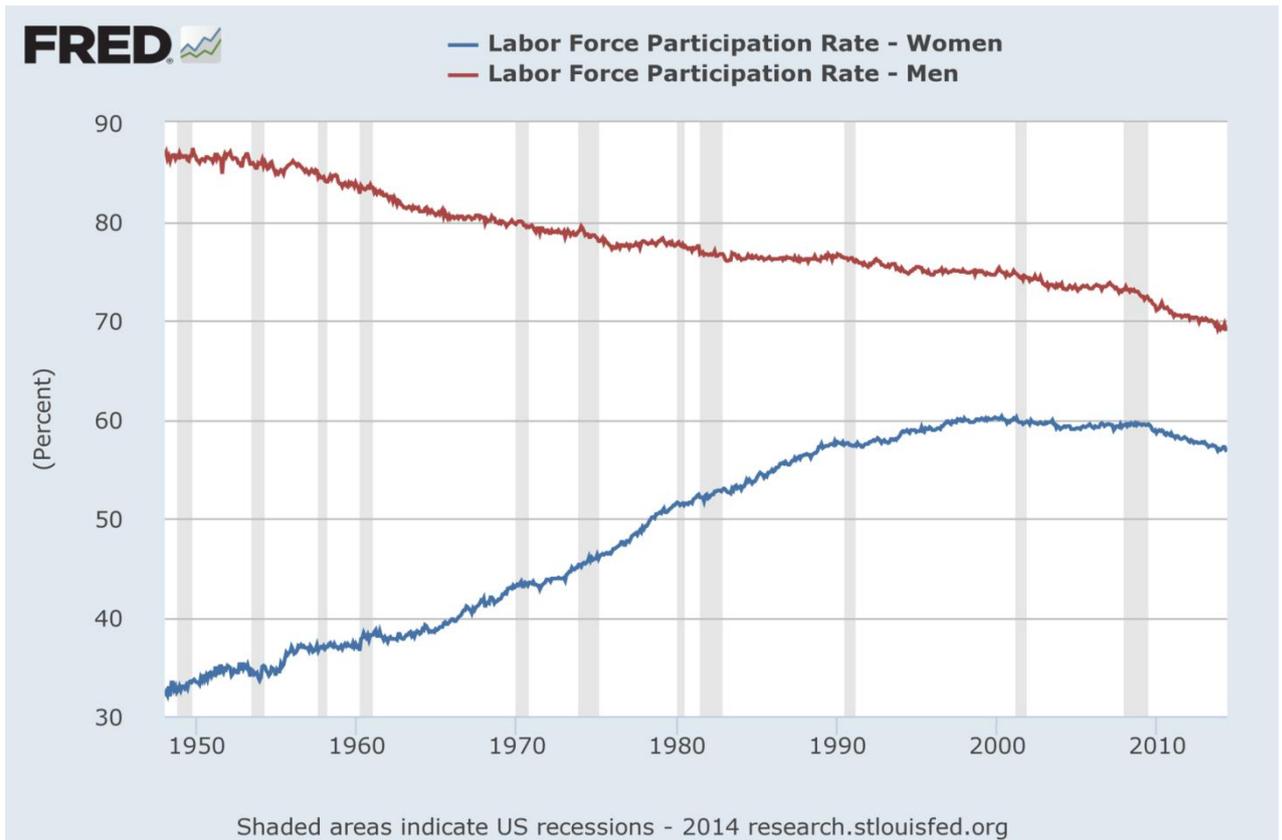
11. Source: US Census Bureau



US Census Bureau

Young females are far more educated than their male peers

Women have a lot to do with the most recent educational gains. Among people 45 and older, men have the majority of bachelor's degrees. But look at younger adults and it's clear women are outstripping men.



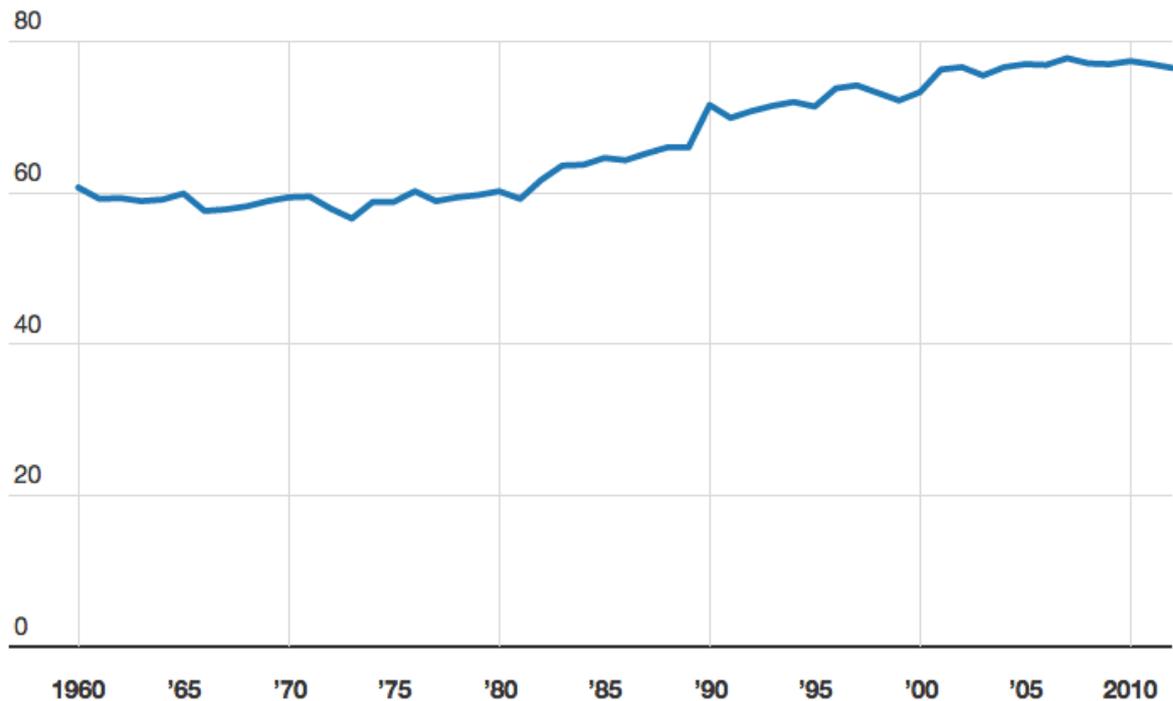
12.

Federal Reserve Bank of St. Louis

Women's rush to work has stalled

Throughout the 1950s, 1960s, and 1970s, women flooded into the labor force, but that has leveled off and, post-recession, started to decline. There are a few theories out there about why this is happening — a leading one is that childcare is getting so expensive that mothers are choosing to stay home instead of working. But another interesting phenomenon is that we are currently in the first sustained period since WWII in which both women's and men's labor force participation are falling off. That's in part because older Americans are retiring, but it also may be a sign of an ugly job market.

Women's annual earnings, as a percent of men's



13. Created with [Datawrapper](#)

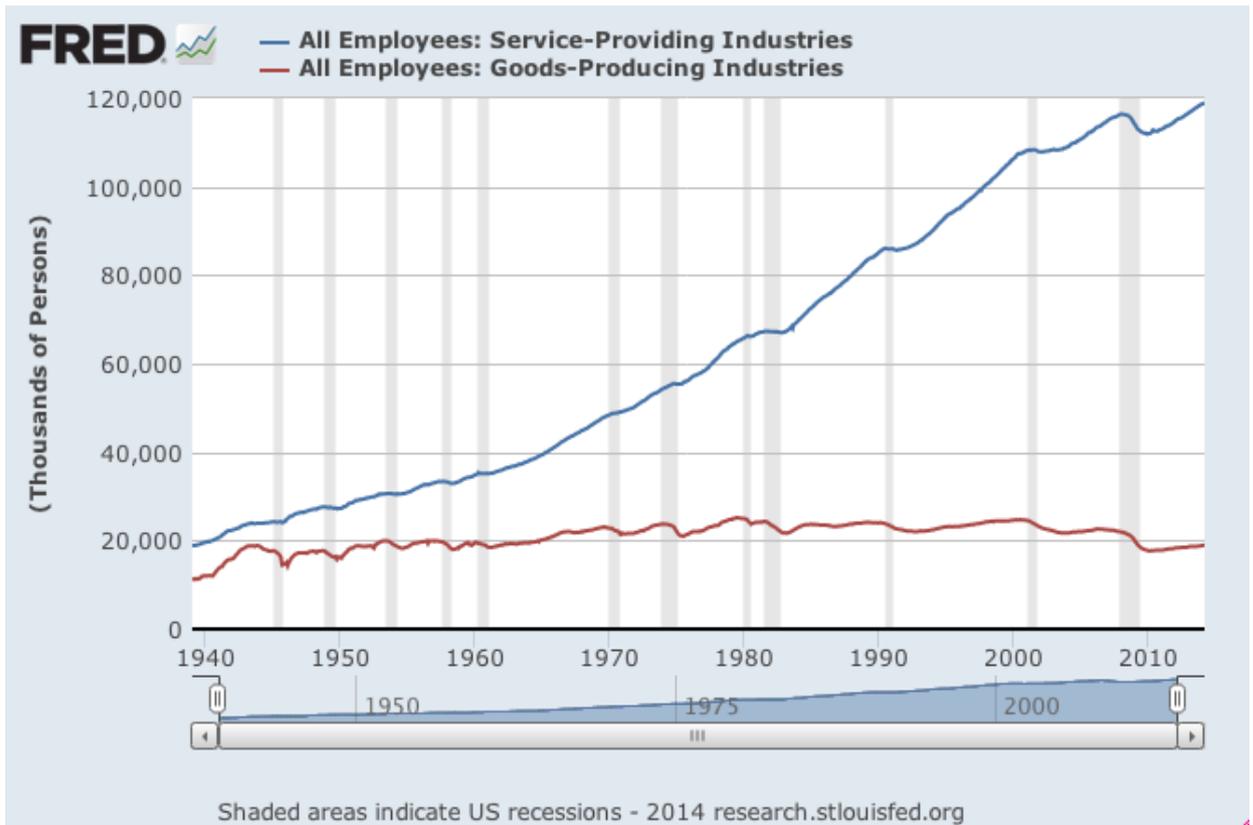
Source: NCPE, [Get the data](#)

NCPE

The gender wage gap has stopped shrinking

Average pay for a full-time, year-round, working woman has stalled as a percentage of men's pay. The reasons why women persistently earn less than men are many and complicated: women tend to get into less lucrative fields than men, they take time off to raise children (which halts their upward earning trajectories), and they also tend to negotiate less than men. Recent proposed congressional legislation has attempted to shrink this gap by trying to eliminate pay secrecy and allowing workers to more easily discuss their pay grades.

However, in decades of trying, proponents have failed to pass this sort of legislation.



14.

Federal Reserve Bank of St. Louis
Fewer Americans are making stuff

The US economy has undergone a fundamental shift: it has moved from a more goods-focused economy to a service-based economy. The number of Americans working in goods-producing industries like manufacturing, construction, and mining has held relatively steady for decades, while service jobs have skyrocketed. But that's not to say that goods-producing industries have fallen off the map; rather, industries like manufacturing are simply able to produce more with fewer workers than they could a few decades ago.

FIGURE A [VIEW INTERACTIVE on epi.org](#)

Real average hourly compensation and productivity growth, 2000–2013



Note: Productivity series reflects the total economy, while ECI and ECEC reflect the compensation of all private workers. ECEC data are linearly interpolated between 2000Q1–2001Q1 and 2001Q1–2002Q1 (no formal data exist for quarters two, three, or four in 2000 or 2001). Only the ECI had data available for 2013Q2.

Source: Authors' analysis of the Bureau of Labor Statistics unpublished Total Economy Productivity data, and Employment Cost Index and Employer Costs for Employee Compensation public data series

ECONOMIC POLICY INSTITUTE

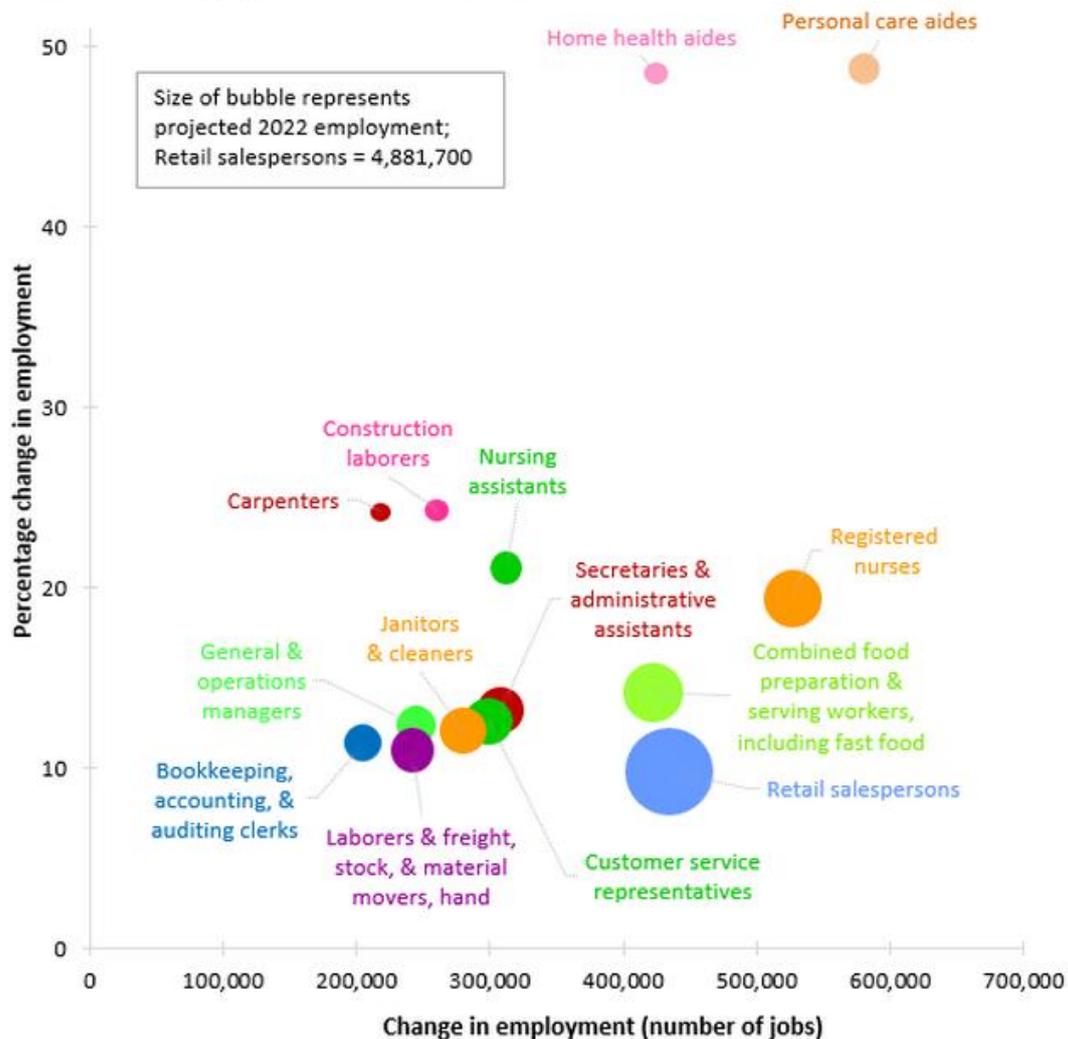
15.

Economic Policy Institute

We're better workers than we used to be, but we're not paid like it.

Speaking of productivity, the American worker just keeps getting better and better at boosting the economy, thanks largely to technology. American workers are creating more and more economic value, but they're not getting paid accordingly. Productivity has climbed steadily over the last decade, but compensation hasn't followed suit.

Change in employment and projected 2022 employment for occupations with largest numeric projected growth in jobs, 2012 to 2022



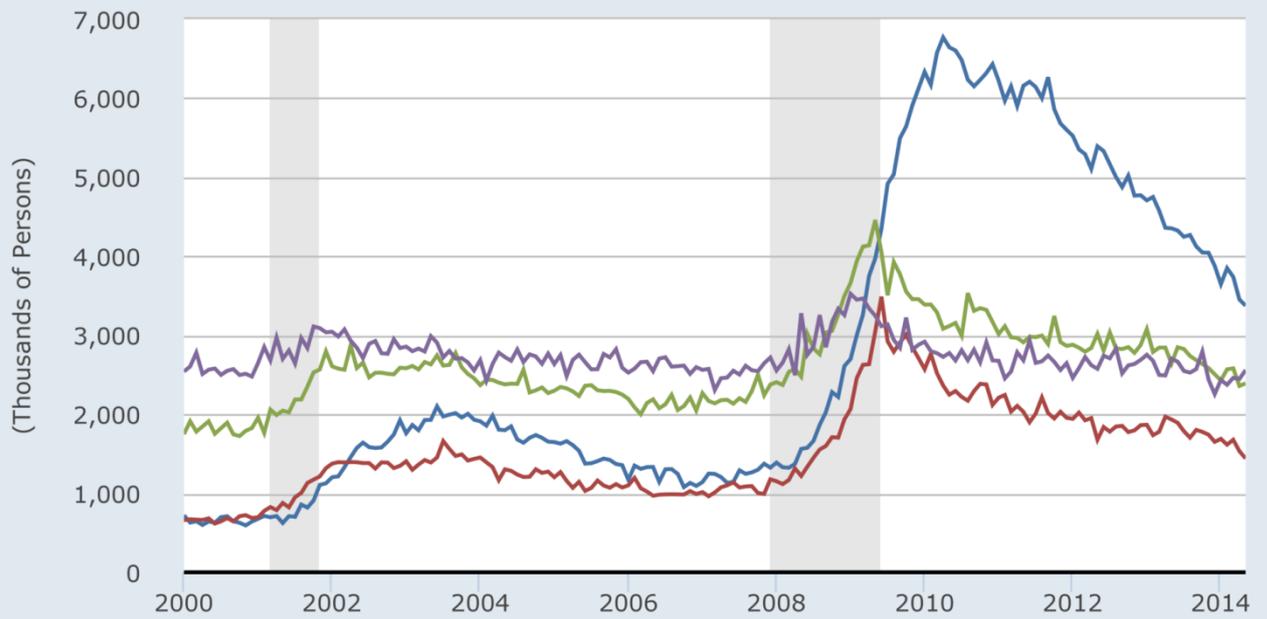
16. Source: U.S. Bureau of Labor Statistics.

Bureau of Labor Statistics

We're going to need more healthcare workers, and fast

Largely because of our aging population, there's going to be a growing need for more healthcare workers in the US economy over the next 10 years. But these aren't going to be high-paid workers like neurosurgeons and anesthesiologists. Home health aides and personal care aides, both of which are going to grow by around 50 percent, are also remarkably low-paid jobs, with median annual pay of around \$20,000 each.

- Number of Civilians Unemployed for 27 Weeks and Over
- Number of Civilians Unemployed for 15 to 26 Weeks
- Number of Civilians Unemployed for 5 to 14 Weeks
- Number of Civilians Unemployed - Less Than 5 Weeks



Shaded areas indicate US recessions - 2014 research.stlouisfed.org

17.

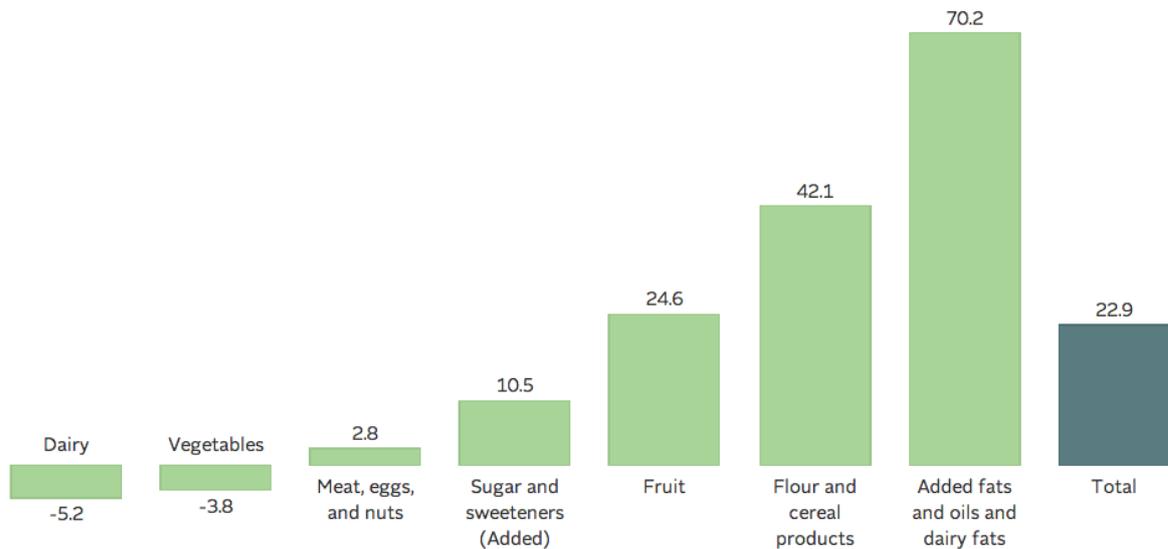
Federal Reserve Bank of St. Louis

We're staying unemployed for an unusually, terribly long amount of time.

A strange, awful thing happened after the Great Recession: the people who had been unemployed the longest stayed unemployed for even longer. In healthier economic times before the recession, being unemployed for 6 months or longer (represented by the blue line) was much rarer than shorter stints of unemployment. Today, that's not the case. Though long-term unemployment has come down drastically since 2010, the long-term unemployed still make up just over one-third of all unemployed Americans. That's still unusually high.

Changing eating habits in the US

Percent change in calorie consumption by food category, 1970-2010



18. Source: USDA,

USDA

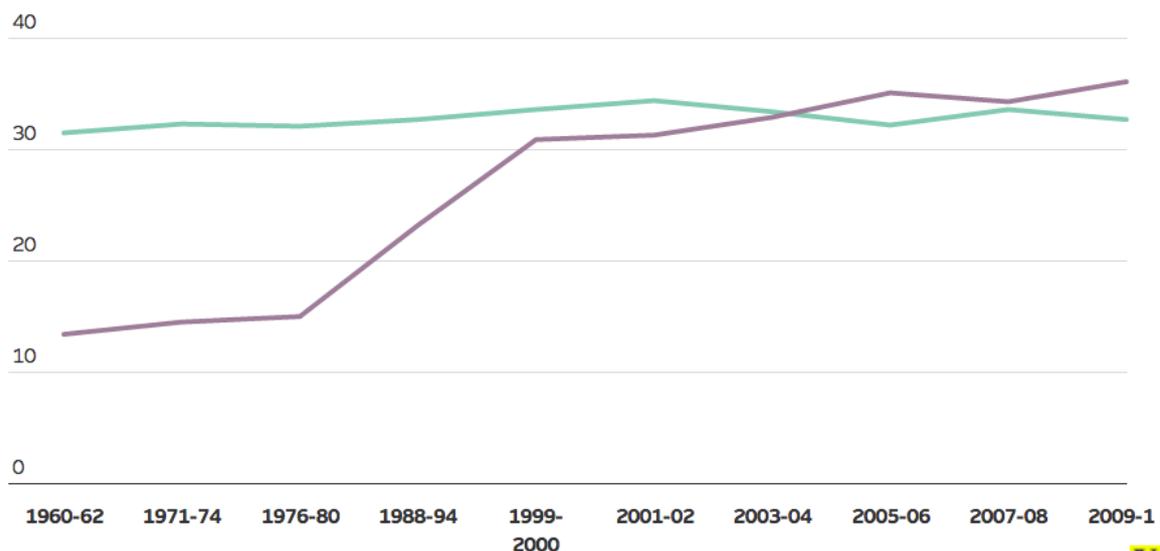
Americans are eating more (mostly carbs and fats).

The total amount of calories that Americans consume on average has grown by more than 20 percent between 1970 and 2010. And it's not that Americans started shoveling in lots more broccoli; the amount of calories Americans received from vegetables declined. Meanwhile, the amount of calories that come from added fats soared by 70 percent.

The US's growing weight problem

Share of population obese or overweight (people age 20-74, age-adjusted)

■ Obese ■ Overweight



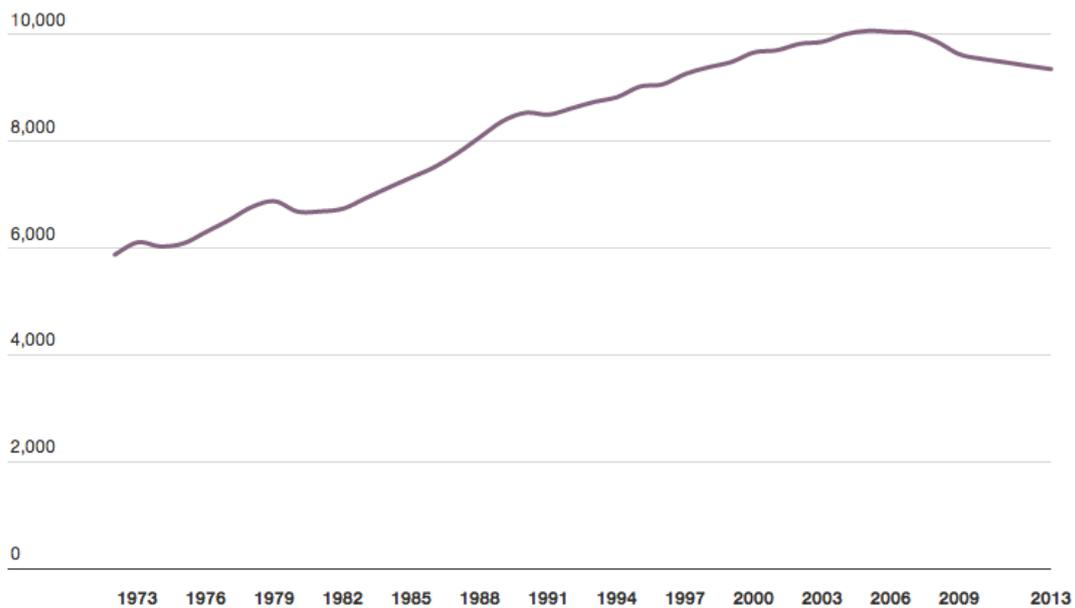
19. Source: CDC,

CDC

We're getting more and more overweight

Since we're swallowing so much more Crisco and donuts than we used to, it's no surprise that Americans are getting fatter and fatter. Obesity rates have skyrocketed, from around 13 percent in the 1960s to 36 percent today. And the share of the population that's extremely obese — that is, with a BMI of 40 or more — is also its highest on record, at nearly 7 percent.

U.S. vehicle-miles traveled per person, 1970-2013



20. Created with [Datawrapper](#)

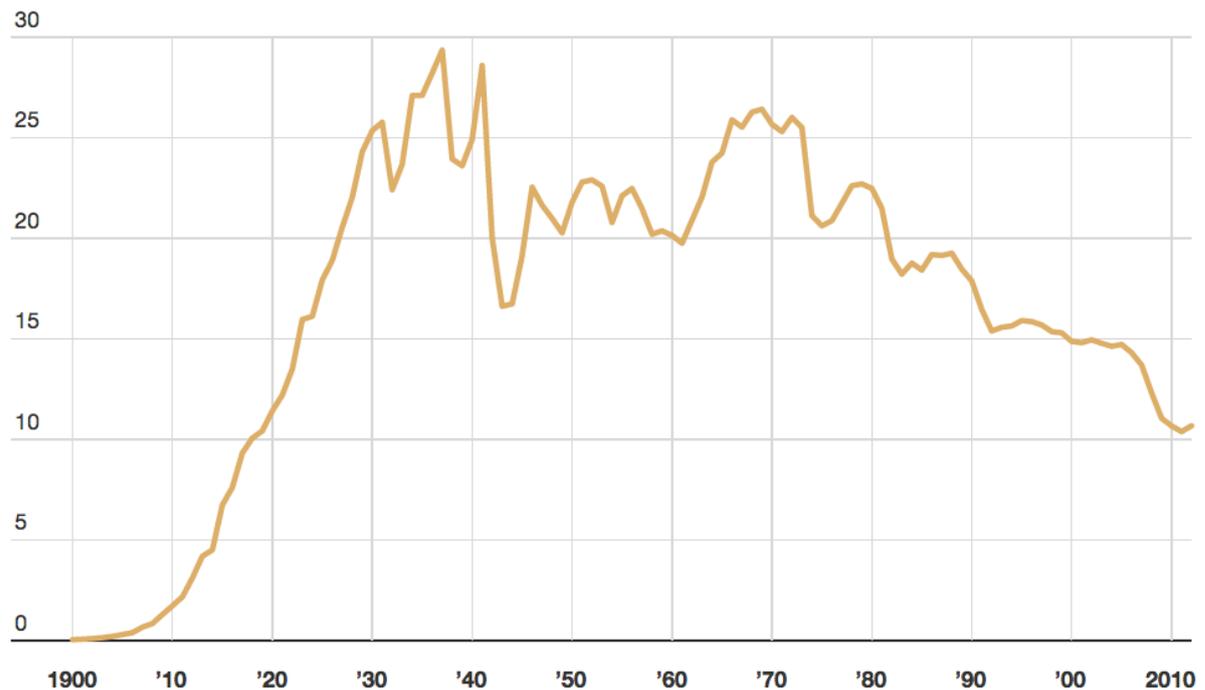
Source: Federal Reserve Bank of St. Louis

Federal Reserve Bank of St. Louis

We're starting to drive less

Americans' driving peaked in 2005 and has fallen off since then, as [Vox's Susannah Locke reported](#) in April. There are a few reasons behind this: higher oil prices, an aging population, and a recession all helped keep people off the roads. In addition, [technology like Facebook and Skype](#), which allow people to connect without traveling, might substitute for some trips, and young people also increasingly favor places where cars are less necessary, like walkable cities or places with good public transit.

US motor vehicle deaths per 100,000 people, 1900–2012



21. Created with [Datawrapper](#)

Source: US Department of Transportation, US Census Bureau, FRED

US DOT, Census Bureau, Federal Reserve Bank of St. Louis

And driving less is helping us become safer drivers

That decline in driving is helping bring down the number of traffic fatalities in the US. In addition, Americans are driving drunk less often, wearing seat belts more than they used to, and driving safer cars, all of which keep us alive on the roads.

O mundo sobreviverá à ambição arrogante de Washington?

Paul Craig Roberts, Institute of Political Economy

<http://www.paulcraigroberts.org/2012/06/28/can-the-world-survive-washingtons-hubris/>

Quando o presidente Reagan nomeou-me para o cargo de vice-secretário do Tesouro para Política Econômica, disse-me que tínhamos de restaurar a economia dos EUA, resgatá-la da estagflação, para voltarmos a ter economia forte, para enfrentar os soviéticos e convencê-los a negociar o fim da Guerra Fria. Reagan disse que não havia motivo algum para continuarmos a viver sob a ameaça de uma guerra nuclear. O governo Reagan alcançou os dois objetivos.

Mas, imediatamente depois, esses dois sucessos do governo Reagan foram descartados pelos governos que vieram depois dele. Foi o próprio vice-presidente de Reagan e seu sucessor na presidência, George Herbert Walker Bush, quem primeiro violou o acordo Reagan-Gorbachev: ao incorporar à OTAN partes do Império Soviético; e ao instalar bases militares ocidentais junto à fronteira da Rússia.

O processo de cercar a Rússia com bases militares prosseguiu sem descanso a longo de vários governos nos EUA, com inúmeras “revoluções coloridas” pagas pelo Fundo Nacional dos EUA para a Democracia [orig. US National Endowment for Democracy, NED] que, para muitos, não passa de fachada para ações clandestinas da CIA. Washington tentou ‘mudança de regime’ na Ucrânia, para instalar ali um governo controlado por Washington; e na Geórgia ex-soviética, terra natal de Joseph Stalin, conseguiu.

O presidente da Geórgia, país entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, é rele fantoche de Washington. Anunciou, há pouco tempo, que a Geórgia ex-soviética será incorporada à OTAN, como membro pleno, em 2014.

Os mais velhos ainda lembrarão que a Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN, é aliança criada entre a Europa Ocidental e os EUA, contra o perigo de o Exército Vermelho tomar toda a Europa Ocidental. O Atlântico Norte fica muito, muito longe do Mar Negro e do Mar Cáspio. Por quê a Geórgia seria convertida em membro da OTAN... a menos que se trate de, assim, oferecer a Washington uma base militar no “baixo ventre macio da Rússia” [ing. Russian soft underbelly, expressão criada por Churchill, no início do século 20]?

É absolutamente evidente, evidente demais, que os EUA – os dois principais partidos – já decidiram que Rússia e China são os inimigos ‘da hora’. Ainda não se sabe se o ‘projeto’ é destruir os dois países ou apenas incapacitá-los e torná-los impotentes, para que não se possam opor ao avanço imperial de Washington. **Seja qual for o projeto, todos os caminhos levam à guerra nuclear.**

A prostituída imprensa-empresa norte-americana [orig, presstitute American press] insiste em que um diabólico governo Sírio ‘do mal’ estaria assassinando civis inocentes, que só ansiariam por democracia; que se a ONU não intervier militarmente, os EUA terão de agir, em nome da defesa de direitos humanos. Rússia e China são pintadas como demônios-assessores do demônio mor sírio, até por altos funcionários do governo dos EUA, porque se eopõem ativamente à ideia ensandecida de que a OTAN ‘deve’ atacar a Síria.

Os fatos são muito diferentes e absolutamente não aparecem na prostituída imprensa-empresa norte-americana e nas ‘declarações’ de altos funcionários do governo dos EUA. Os ‘rebeldes’ sírios estão armados com armamento militar. Os ‘rebeldes’ estão lutando contra o exército sírio. Os ‘rebeldes’ massacram civis. Os mesmos ‘rebeldes’, em seguida, ‘informam’ às mídias

prostituídas que lhes prestam o sujo serviço de distribuir propaganda noocidente, que os massacres seriam obra do governo sírio. E subprostitutas da subimprensa-empresa de repetição repetem para todo o ocidente a mesma propaganda.

Dado que as armas que se veem nas mãos dos ‘rebeldes’ não estão à venda nos mercados sírios nem em banca de frutas, é óbvio que alguém está armando os ‘rebeldes’. Os melhores analistas e observadores do mundo têm repetido que aquelas armas são fornecidas aos ‘rebeldes’ pelos EUA ou por subalternos aos quais os EUA atribuem a tarefa (local) de armar ‘rebeldes’ (locais), em vários pontos do mundo.

Assim sendo, já não é segredo que Washington provocou uma guerra civil na Síria, exatamente como fez na Líbia. Apenas que, dessa vez, russos e chineses perceberam a tempo e absolutamente não permitirão que se aprove, no Conselho de Segurança da ONU, resolução-golpe semelhante à que o ocidente conseguiu arrancar do CS e usou contra Gaddafi.

Para contornar esse impedimento, peguem aí um avião Phantom velho, dos anos 1960s, da Guerra do Vietnã, e mandem a Turquia mandar o Phantom voar para dentro das fronteiras sírias. Os sírios derrubarão o jato velho e, então, a Turquia apelará aos seus aliados na ONU, para que acorram em seu socorro contra a Síria. Fracassada a opção ONU, Washington poderá invocar algum neo‘dever-de-atacar’, nos termos do tratado que criou a OTAN, para defender aliado membro da OTAN... contra a Síria já eficazmente demonizada.

A mentira neoconservadora que continua a ser usada como justificativa por trás das chamadas ‘guerras de hegemonia’ de Washington é a mentira de que os EUA estariam levando democracia aos países que invade, ocupa e destrói combombardeios. Mal parafraseando Mao, “a democracia nasce do cano do fuzil”. Contudo, pouca democracia há à disposição da Primavera Árabe; menos ainda, no Iraque e no Afeganistão, dois países que foram “libertados” na invasão-ocupação-bombardeio democráticos dos EUA.

Os EUA estão distribuindo guerras civis e países estilhaçados, pelo mundo. Exatamente o que o presidente Bill Clinton distribuiu na ex-Iugoslávia. Quanto maior o número de países desmontados, reduzidos a cacos e dilacerados por guerras entre grupos locais rivais... maior o poder de Washington.

A Rússia de Putin entende claramente que a própria Rússia está sob ameaças, não só porque Washington paga para criar uma “oposição russa”, mas, também, porque Washington trabalha para criar guerras entre facções islamistas, também em estados seculares de população muçulmana, como o Iraque e a Síria. Essas cisões respingam também sobre a Rússia e fazem despertar questões russas, como o terrorismo checheno.

Quando um estado secular é derrubado, as facções islamistas ficam liberadas para saltar, umas ao pescoço das outras. A guerra interna paralisa o país, torna-o impotente. Como já escrevi outras vezes, o ocidente sempre conseguiu controlar o oriente porque as facções islamistas odeiam-se umas as outras mais do que odeiam o conquistador ocidental. Assim, quando Washington destrói governos seculares não islamistas, como destruiu o Iraque e, agora, tenta destruir a Síria, os islamistas emergem e põem-se a disputar a supremacia entre eles mesmos. Nada melhor, do ponto de vista de Israel e Washington, que esses estados que perdem as condições de agir como adversário resistente coerente.

A Rússia é hoje vulnerável, porque Putin é demonizado pela mídia nos EUA em geral e por Washington em especial, e porque a oposição a Putin, dentro da Rússia é financiada por Washington e trabalha a favor dos interesses dos EUA, não dos russos. O inferno que Washington está construindo e espalhando pelos estados muçulmanos respinga sobre as populações muçulmanas dentro da Rússia.

Já se sabe que é mais difícil para Washington interferir nos assuntos internos da China, embora já haja sinais de que a semente de discórdia já começa a brotar em algumas províncias. Espera-se que, dentro de alguns anos, a economia chinesa suplante, em valores, a economia dos EUA; pela primeira vez na história, uma potência asiática aparecerá à frente das demais economias mundiais e à frente das mais poderosas economias ocidentais .

Essa possibilidade já bem real abala profundamente Washington. Washington, que se deixou derrotar e é hoje governada por Wall Street e outros grupos de negócios específicos, é absolutamente impotente para deter o continuado declínio da economia norte-americana.

Os especialistas que vivem da jogatina em Wall Street, aos quais só interessamos ganhos de curtíssimo prazo; o complexo militar/segurança, que lucra com a guerra; e as empresas que exportaram, com a produção de bens e serviços, também os postos de trabalho dos norte-americanos, e que hoje lucram com isso são as forças que elegem representantes e nomeiam autoridades em Washington. E assim, enquanto a economia norte-americana naufraga, a economia chinesa prospera.

A resposta de Washington a essa situação? Militarizar o Pacífico. A secretária de Estado Hillary Clinton “área de interesse nacional dos EUA”, o Mar do Sul da China. Os EUA estão chantageando o governo das Filipinas, usando lá a “carta chinesa” (a ameaça viria da China) e trabalhando para conseguir que a Marinha dos EUA seja convidada a voltar para a base naval que ocupou, há tempos, na Baía Subic. Recentemente, houve manobras conjuntas entre exércitos e marinhas dos EUA e das Filipinas: treinamento para enfrentar “a ameaça chinesa”.

A Marinha dos EUA está deslocando navios para o Pacífico e construindo nova base naval numa ilha da Coreia do Sul. Os Marines dos EUA já estão baseados na Austrália e estão sendo realocados, do Japão, para outros países asiáticos. Os chineses nada têm de idiotas. Sabem perfeitamente que Washington está tentando encurralar a China.

Para um país incapaz de ocupar o Iraque depois de oito anos de guerra; e incapaz de ocupar o Afeganistão depois de 11 anos de guerra... imaginar-se capaz de tomar e ocupar simultaneamente duas potências nucleares é, simplesmente, ato de insanidade.

A *húbris*, a arrogância enlouquecida, alimentada diariamente em Washington por doidos neoconservadores que ainda não viram, até hoje, o extraordinário fracasso dos EUA no Iraque e no Afeganistão, meteram-se, agora, a provocar duas potências gigantes – Rússia e China. A história do mundo, em todos os tempos, jamais, antes, assistiu a tamanha imbecilidade.

Psicopatas, sociopatas, doidos varridos e idiotas ‘normais’ que mandam em Washington estão arrastando os EUA e o mundo, para vastíssima desgraça. Os governos que se sucedem em Washington – tanto faz que sejam governos Democratas ou Republicanos – , e independente de quem venha a ser o próximo presidente dos EUA são, hoje, a mais grave ameaça à vida nesse planeta, que jamais houve, em todos os tempos. Como se não bastasse, os criminosos de Washington contam com a cumplicidade incondicional da empresa-imprensa.

Em próxima coluna, examinarei a chance que talvez ainda haja de os criminosos de guerra que comandam Washington e sua empresa-imprensa de repetição conseguirem levar a termo o total colapso da economia dos EUA, antes de que os mesmos criminosos de guerra consigam por fogo no mundo.

Tradução: Vila Vudu

Fracasso fiscal nos EUA obriga a trabalhar para um mundo des-Americanizado

13/10/2013, Liu Chang, *Xinhuanet*, China

http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2013-10/13/c_132794246.htm

PEQUIM (*Xinhua*) – Com deputados e senadores norte-americanos dos dois partidos ainda às tontas de um lado para outro entre a Casa Branca e o Capitólio, sem chegar a acordo viável que devolva a normalidade ao corpo político que tanto louvam, parece ser boa hora para que o mundo, desentendido, comece a considerar a construção de um mundo des-Americanizado.

Ao emergir do mar de sangue que foi a 2ª Guerra Mundial como nação mais poderosa do mundo, os EUA, desde então, tentam construir um império global, impondo uma ordem pós-guerra, alimentando a recuperação na Europa e estimulando a mudança de regime em nações que os EUA vejam como pouco amigas de Washington.

Com sua aparentemente invencível força econômica e militar, os EUA declararam que têm interesse nacional vital de proteger, em quase todos os cantos do globo, e habituaram-se a imiscuírem-se nos negócios de outros países e regiões distantes de suas praias.

Ao mesmo tempo, o governo dos EUA muito se tem esforçado para mostrar-se ao mundo como nação que se regeria por altos princípios morais, apesar de, clandestinamente, atrever-se a torturar prisioneiros de guerra, massacrar civis em ataques de *drones* e espionar líderes mundiais.

Sob o que se conhece como uma *Pax-Americana*, não se vê mundo no qual os EUA ajudem a diminuir a violência e os conflitos, a reduzir as populações de pobres e deslocados, e a criar paz verdadeira e duradoura.

Sobretudo, em vez de honrar seus deveres como potência liderante responsável, uma Washington interessada só em si mesma abusa de seu status de superpotência e gera caos ainda mais profundo no planeta, disseminando riscos financeiros para todo o mundo, instigando tensões regionais e disputas territoriais, e guerreando guerras ilegítimas, sob a manto de deslavadas mentiras.

Resultado disso, o mundo ainda se debate para safar-se de um desastre econômico gerado pela voracidade das elites de Wall Street, enquanto os bombardeios e as matanças já se tornaram rotina virtualmente diária no Iraque, anos depois de Washington ter declarado que teria libertado o país de um governo tirânico.

Mais recentemente, a estagnação cíclica em Washington, que não consegue construir solução bipartidária viável em torno de um orçamento, nem consegue aprovar um aumento no teto de suas dívidas, põe outra vez sob ameaça os gigantescos investimentos em dólar de muitas nações e em agonia, a comunidade internacional.

Esses dias alarmantes, quando o destino de outros jazem nas mãos de uma nação hipócrita têm de terminar. E uma nova ordem mundial deve ser criada, segundo a qual todas as nações, grandes ou pequenas, pobres ou ricas, passem a ter respeitados os seus interesses chaves, respeitadas e protegidas em pés de igualdade.

Para tanto, é preciso que se fixem várias pedras angulares, sobre as quais se venha a apoiar um mundo des-Americanizado.

Para começar, todas as nações têm de respeitar os princípios básicos da lei internacional, incluído o respeito à soberania, sem se imiscuírem em assuntos domésticos de outros.

Além disso, a autoridade da ONU, para encaminhar soluções nos *hotspots* globais, tem de ser reconhecida. Significa que ninguém tem direito de empreender qualquer modalidade de ação militar contra outros, sem mandado da ONU.

E o sistema financeiro mundial também tem de passar por reformas substanciais.

As economias de mercado em desenvolvimento e emergentes têm de ter voz mais ativa nas principais instituições financeiras internacionais, inclusive no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional, para que essas instituições possam melhor refletir as transformações pelas quais passa a paisagem econômica e política global.

E também se deve incluir, como item chave de uma efetiva reforma, a criação de uma nova moeda internacional de reserva, a ser criada para substituir o dólar norte-americano hoje dominante, para que a comunidade internacional possa viver permanentemente preservada dos respingos desse sempre

crescente tumulto político doméstico nos EUA.

Evidentemente, o objetivo dessas mudanças não é alijar completamente os EUA, o que é impossível. Em vez disso, trata-se de encorajar Washington para que desempenhe papel mais construtivo, nos assuntos globais.

Dentre várias opções, bom será que os políticos norte-americanos comecem por encontrar saída que ponha fim ao pernicioso impasse atual.

O nascimento do mundo “des-Americanizado”

15/10/2013, Pepe Escobar, *Asia Times Online*

<http://www.atimes.com/atimes/World/WOR-02-151013.html>

É isso. A China decidiu que “basta!” Tirou as luvas (diplomáticas). É hora de construir um mundo “des-Americanizado”. É hora de “uma nova moeda internacional de reserva” substituir o dólar norte-americano.

Está tudo lá, escrito, em editorial da rede Xinhua, saído diretamente da boca do dragão. E ainda estamos em 2013. Apertem os cintos – especialmente as elites em Washington. Haverá fortes turbulências.

Longe vão os dias de Deng Xiaoping de “manter-se discreto”. O editorial de Xinhua mostra, em formato sintético, a gota d’água que fez transbordar o copo do dragão: o atual ‘trancamento’ (*shutdown*) nos EUA. Depois da crise financeira provocada por Wall Street, depois da guerra do Iraque, um mundo “desentendido”, não só a China, quer mudança.

Esse parágrafo não poderia ser mais explícito:

“Sobretudo, em vez de honrar seus deveres como potência liderante responsável, uma Washington interessada só em si mesma abusa de seu status de superpotência e gera caos ainda mais profundo no planeta, disseminando riscos financeiros para todo o mundo, instigando tensões regionais e disputas territoriais, e guerreando guerras ilegítimas, sob o manto de deslavadas mentiras.”[1]

A solução, para Pequim, é “des-Americanizar” a atual equação geopolítica – a

começar por dar voz mais ativa no FMI e no Banco Mundial a economias emergentes e ao mundo em desenvolvimento, o que deve levar à “criação de uma nova moeda internacional de reserva, a ser criada para substituir o dólar norte-americano hoje dominante”.

Observe-se que Pequim não advoga a sumária extinção do sistema de Bretton Woods – não, pelo menos, já; quer, isso sim, mais poder para decidir. Parece razoável, se se considera que a China tem peso apenas ligeiramente superior ao da Itália, no FMI. A “reforma” do FMI – ou coisa parecida – está em andamento desde 2010, mas Washington, como seria de esperar, vetou todas as alterações substanciais, até agora.

Quanto ao movimento para afastar-se do dólar norte-americano, também já está em andamento, com graus variados de velocidade, especialmente no que diga respeito ao comércio entre os países BRICS, as potências emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que já está sendo feito, hoje, predominantemente, nas respectivas moedas. O dólar norte-americano está lentamente, mas firmemente, sendo substituído por uma cesta de moedas.

A “des-Americanização” também já está em curso. Considere-se, por exemplo, a ofensiva de charme dos chineses pelo Sudeste Asiático, que está acentuadamente começando a inclinar-se na direção de mais ação com principal parceiro econômico daqueles países, a China. O presidente Xi Jinping da China, fechou vários negócios com a Indonésia, a Malásia e também com a Austrália, apenas umas poucas semanas depois de ter fechado outros vários negócios com os ‘-stões’ da Ásia Central.

A empolgação chinesa com promover a Rota da Seda de Ferro alcançou nível de febre, com as ações das empresas chinesas de estradas de ferro subindo à estratosfera, ante o projeto de uma ferrovia de trens de alta velocidade até e através da Tailândia já virando realidade. No Vietnã, o premiê chinês Li Keqiang selou um entendimento segundo o qual querelas territoriais entre dois países no Mar do Sul da China não interferirão com mais e novos negócios. Pode-se chamar de “pivotear-se” para a Ásia.

Todos a bordo do petroyuan

Todos sabem que Pequim possui himalaias de bônus do Tesouro dos EUA – cortesia daqueles massivos superávits acumulados ao longo dos últimos 30 anos, mais uma política oficial de manter lenta, mas segura, a apreciação do yuan.

E Pequim, simultaneamente, age. O yuan está também lenta, mas em segurança, se tornando mais conversível nos mercados internacionais.

(Semana passada, o Banco Central Europeu e o Banco do Povo da China firmaram acordo para uma troca de moeda (orig. *swap*) de US\$45-\$57 bilhões, que aumentará a força internacional do yuan e melhorará seu acesso ao comércio financeiro na área do euro.)

A data não oficial para a total conversibilidade do yuan cairá em algum ponde entre 2017 e 2020. A meta é clara: afastar-se de qualquer respingo da dívida dos EUA, o que implica que, no longo prazo, Pequim está-se afastando desse mercado – e, assim, tornando muito mais caro, para os EUA, tomarem empréstimos. A liderança coletiva em Pequim já fechou posição sobre isso e está agindo nessa direção.

O movimento na direção da plena conversibilidade do yuan é tão inexorável quanto o movimento dos BRICS na direção de uma cesta de moedas que, progressivamente, substituirá o dólar norte-americano como moeda de reserva. Até lá, mais adiante nessa estrada, materializa-se o evento cataclísmico real: o advento do petroyuan – destinado a ultrapassar o petrodólar, tão logo as petromonarquias do Golfo vejam de que lado ventam os ventos históricos. Então, o bate-bola geopolítico será outro, completamente diferente.

Pode ser processo longo, mas é certo que o famoso conjunto de instruções de Deng Xiaoping está sendo progressivamente descartado: “Observe com calma; proteja sua posição; lide com calma, com as questões; esconda nossas capacidades e aposte no nosso tempo; seja discreto; e jamais reclame a liderança.”

Uma mistura de cautela e escamoteamento, baseada na confiança que os chineses têm na história, e levando em consideração uma grave ambição de longo prazo – era Sun Tzu clássico. Até aqui, Pequim andou devagar; deixando que o adversário cometa erros fatais (e que coleção de erros de multi-trilhões de dólares...); e acumulando “capital”.

Agora, chegou a hora de capitalizar. Em 2009, depois da crise financeira provocada por Wall Street, ainda havia chineses que resmungavam contra “o mau funcionamento do modelo ocidental” e, em suma, contra o “mau funcionamento da cultura ocidental”.

Beijing ouviu [Bob] Dylan (legendado em mandarim?) e concluiu que, sim, *the times they-are-a-changing* [os tempos estão mudando].[2] Sem que se veja nem sinal de avanço social, econômico e político – o ‘trancamento’ [*shutdown*] nos EUA seria outra perfeita ilustração, se se precisasse de ilustração – de que os EUA deslizam tão inexoravelmente quanto a China, pena a pena, vai abrindo as asas para comandar a pós-modernidade do século 21.

Que ninguém se engane: as elites de Washington lutarão contra, como se estivessem ante a pior das pragas. Mesmo assim, a intuição de Antonio Gramsci precisa ser atualizada: a velha ordem morreu, e a nova ordem está um passo mais perto de nascer.

Los EE.UU. promueven la desestabilización de las democracias en América Latina

Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira
Escritor cientista político, historiador Brasileño

La ONDA digital N°711

23-03-2015

30-03-2015 Uruguay

El cientista político e historiador Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, afirma que los Estados Unidos insisten en el intento de desestabilizar a los gobiernos de izquierda en América Latina y que esto se reflejó en las recientes manifestaciones, las que reclaman el impeachment de la presidenta Dilma Rousseff están lejos de ser espontáneas. Sostiene que los organismos norteamericanos como la CIA, NSA (Agencia Nacional de Seguridad) y las ONG's vinculadas a ellos, están actuando activamente en el intento de desestabilizar a los gobiernos progresistas de América Latina.

- El líder del PT en la Cámara, Sibá Machado (AC), comentó en las redes sociales que la CIA ha actuado en intentos de desestabilización de gobiernos democráticos en América Latina. ¿Cómo evalúa usted esto, frente a diversos episodios históricos que muestran a los EE.UU. por detrás de la desestabilización de gobiernos de izquierda y progresistas? – Washington hace mucho tiempo que crea ONGs con el objetivo de promover demostraciones emprendidas, con recursos canalizados a través de la USAID, National Endowment for Democracy (NED) y CIA; Open Society Foundation (OSF), del multimillonario George Soros, Freedom House, International Republican Institute (IRI), bajo la dirección del senador John McCain, etc. Trabajan directamente con el sector privado, municipios y ciudadanos, como estudiantes, reclutados para hacer cursos en los EE.UU. Así lo hicieron en los países de Eurasia, donde desde 1989 al año 2000 se crearon más de 500.000, la mayoría de las cuales se encuentran en Ucrania. Otras fueron organizadas en el Medio Oriente para hacer la Primavera Árabe.

La estrategia consiste en aprovechar las contradicciones internas del país, los problemas internos, con el fin de agravarlos, generar turbulencia y caos hasta

derrocar al gobierno sin recurrir a golpes militares. En Ucrania, dentro del proyecto TechCamp, instructores, al servicio de la embajada de los EE.UU., entonces dirigida por el embajador Geoffrey R. Pyatt, preparaban, desde por lo menos 2012, a especialistas, profesionales en la guerra de la información y descrédito de las instituciones del Estado, a usar el potencial revolucionario de los medios de comunicación modernos – subvencionando a la prensa escrita y oral, a los canales de televisión y sitios en Internet – para la manipulación de la opinión pública, y organización de protestas, con el objetivo de subvertir el orden establecido en el país y derrocar al presidente Viktor Yanukovich.

Esta estrategia se basa en las doctrinas del profesor Gene Sharp y de Political Defiance, es decir, el Desafío Político, término usado por el coronel Robert Helvey, especialista de la Joint Military Attache School (JMAS), operada por la Defense Intelligence Agency (DIA), para describir cómo derrocar a un gobierno y conquistar el control de las instituciones, mediante la planificación de operaciones y movilización popular en el ataque a las fuentes de poder en los países hostiles a los intereses y valores de Occidente (Estados Unidos).

Esta estrategia determinó, en gran medida, la política de regime change, la subversión en otros países, sin golpe militar, incrementada por el presidente George W. Bush, desde las llamadas “revoluciones de colores” en Europa y Eurasia, así como en África del Norte y en el Medio Oriente. Explico, detalladamente y con pruebas fehacientes, como se lleva a cabo esta estrategia en mi libro La Segunda Guerra Fría, y, actualmente estoy investigando y escribiendo otra obra – El Desorden Mundial – donde profundizo el estudio sobre lo que ocurrió y ocurre en varios países, sobre todo en Ucrania.

- Además de la CIA, ¿cómo actúan los EE.UU. contra los gobiernos de izquierda de América Latina?
– No se trata de un tema ideológico, sino de gobiernos que no se someten a las directivas de Washington. Una potencia mundial, como los EE.UU., es más peligrosa cuando comienza a perder la hegemonía que cuando expandía su Imperio. Y el monopolio que adquirió luego de la II Guerra Mundial, produciendo la moneda internacional de reserva – el dólar – está siendo desafiado por China, Rusia y también por Brasil, que está asociado a estos países en la creación del Banco Internacional de Desarrollo, como alternativa al FMI, Banco Mundial, etc.

Además, la presidenta Dilma Rousseff denunció en la ONU el espionaje de la NSA, no compró los aviones caza de los EE.UU., sino de Suecia, no entregó el pre-sal a las petroleras americanas y no se alineó con los Estados Unidos en otros temas de política internacional, como en el caso de los países de América Latina.

- El gobierno de Venezuela viene denunciando la participación de Washington en intentos de golpe. ¿Esto mismo podría estar sucediendo con relación a Brasil?

– Evidentemente existen actores, profesionales muy bien pagos, que actúan tanto en Venezuela, Argentina y Brasil, integrantes o no de ONGs, al servicio de la USAID, Now Endowment for Democracy (NED) y otras entidades americanas. No en vano, el presidente Vladimir Putin determinó que todas las

ONGs fuesen registradas e indicasen el origen de sus recursos y como son utilizados. Brasil debería hacer algo similar. Las demostraciones de 2013 y las últimas, contra la elección de la presidente Dilma Rousseff, no fueron evidentemente espontáneas. Los actores, con el apoyo externo, fomentan y alientan la dura lucha de clases en Brasil, potenciada desde que un líder sindical, Lula, fue electo presidente de la República. Los diarios aquí, en Alemania, destacaron que la mayor parte de los que participaron de las manifestaciones del domingo 15, eran gente de clase media alta para arriba, de los adinerados.

- ¿Qué intereses de Washington se verían contrariados por el gobierno del PT, para justificar la participación de la CIA y de grupos empresariales de derecha, como los hermanos Koch (industria petrolera), en el financiamiento de las movilizaciones contra Dilma? ¿El pre-sal, por ejemplo?

- Los intereses son diversos, como expliqué anteriormente. Es muy raro como comenzó la Operación Lava-Jato, a partir de una denuncia “premiada”, con amplia participación de la prensa, sin que apareciesen documentos que lo comprobaran. El gran presidente Getúlio Vargas ya había denunciado, en su carta-testamento, que “la campaña subterránea de los grupos internacionales se alió a la de los grupos nacionales que estaban en contra del régimen de garantía del trabajo. (...) Contra la justicia de la revisión del salario mínimo se desencadenaron los odios. Quise crear la libertad nacional mediante la potenciación de nuestras riquezas a través de la Petrobrás y, en cuanto esta comienza a funcionar, la ola de agitación se agranda. La Eletrobrás fue obstaculizada hasta la desesperación. No quieren que el trabajador sea libre. No quieren que el pueblo sea independiente”.

- ¿Cómo interpreta usted el surgimiento de grupos de derecha en Brasil, con un programa completamente alineado a los intereses de los EE.UU.? Los grupos de derecha están en Brasil como en otros países. Y despertaron con la crisis económica que estalló en 2007-2008 y que sigue hasta el día de hoy, en diversos países, como Brasil, donde irrumpió con más atraso que en Europa. Y la derecha siempre estuvo fomentada por los intereses de Wall Street y del complejo industrial en los EE.UU., que está dirigido por la corrupción, y donde la puerta giratoria – ejecutivos de empresas/secretarios del gobierno – nunca deja de funcionar, en todas las administraciones.

- Hay entre los organizadores de las manifestaciones de protesta, gente francamente a favor de la privatización de la Petrobras y de las riquezas nacionales, con un evidente complejo de inferioridad ante los intereses extranjeros. ¿Cómo analizar este movimiento a la luz de la historia brasileña? ¿Nuevamente estamos ante la disyuntiva nacionalismo versus entreguismo? Está claro que, por detrás de la Operación Lava-Jato, el objetivo es desacreditar a la Petrobras y a las empresas estatales, como una forma de crear las condiciones para privatizarlas. Sin embargo, estoy seguro que las Fuerzas Armadas no lo van a permitir, no intervendrán en el proceso político ni existen fundamentos para un golpe de Estado, mediante el impeachment de la presidenta Dilma Rousseff, contra la cual no existe ninguna prueba de corrupción, fraude electoral, etc., elemento siempre usado en la liturgia subversiva de las entidades y líderes políticos que la USAID, NED y otras entidades de los EE.UU. patrocinan.

Traducido para LA ONDA digital por Cristina Iriarte

INVASÕES AMERICANAS NO MUNDO

(tudo em nome da democracia)

Organizado por Alberto da Silva Jones (professor da UFSC):

Entre as várias INVASÕES das forças armadas dos Estados Unidos fizeram nos séculos XIX, XX e XXI, podemos citar:

1846 - 1848 - MÉXICO - Por causa da anexação, pelos EUA, da República do Texas

1890 - ARGENTINA - Tropas americanas desembarcam em Buenos Aires para defender interesses econômicos americanos.

1891 - CHILE - Fuzileiros Navais esmagam forças rebeldes nacionalistas.

1891 - HAITI - Tropas americanas debelam a revolta de operários negros na ilha de Navassa, reclamada pelos EUA.

1893 - HAWAII - Marinha enviada para suprimir o reinado independente anexar o Hawaí aos EUA.

1894 - NICARÁGUA - Tropas ocupam Bluefields, cidade do mar do Caribe, durante um mês.

1894 - 1895 - CHINA - Marinha, Exército e Fuzileiros desembarcam no país durante a guerra sino-japonesa.

1894 - 1896 - CORÉIA - Tropas permanecem em Seul durante a guerra.

1895 - PANAMÁ - Tropas desembarcam no porto de Corinto, província Colombiana.

1898 - 1900 - CHINA - Tropas dos Estados Unidos ocupam a China durante a Rebelião Boxer.

1898 - 1910 - FILIPINAS - As Filipinas lutam pela independência do país, dominado pelos EUA (Massacres realizados por tropas americanas em Balangica, Samar, Filipinas - 27/09/1901 e Bud Bagsak, Sulu, Filipinas 11/15/1913) - 600.000 filipinos mortos.

1898 - 1902 - CUBA - Tropas sitiaram Cuba durante a guerra hispano-americana.

1898 - Presente - PORTO RICO - Tropas sitiaram Porto Rico na guerra hispano-americana, hoje 'Estado Livre Associado' dos Estados Unidos.

1898 - ILHA DE GUAM - Marinha americana desembarca na ilha e a mantém como base naval até hoje.

1898 - ESPANHA - Guerra Hispano-Americana - Desencadeada pela misteriosa explosão do encouraçado Maine, em 15 de fevereiro, na Baía de Havana. Esta guerra marca o surgimento dos EUA como potência capitalista e militar mundial.

1898 - NICARÁGUA - Fuzileiros Navais invadem o porto de San Juan del Sur.

1899 - ILHA DE SAMOA - Tropas desembarcam e invadem a Ilha em consequência de conflito pela sucessão do trono de Samoa.

1899 - NICARÁGUA - Tropas desembarcam no porto de Bluefields e invadem a Nicarágua (2ª vez).

1901 - 1914 - PANAMÁ - Marinha apóia a revolução quando o Panamá reclamou independência da Colômbia; tropas americanas ocupam o canal em 1901, quando teve início sua construção.

1903 - HONDURAS - Fuzileiros Navais americanos desembarcam em Honduras e intervêm na revolução do povo hondurenho.

1903 - 1904 - REPÚBLICA DOMINICANA - Tropas norte americanas atacaram e invadiram o território dominicano para proteger interesses do capital americano durante a revolução.

1904 - 1905 - COREIA - Fuzileiros Navais dos Estados Unidos desembarcaram no território coreano durante a guerra russo-japonesa.

1906 - 1909 - CUBA - Tropas dos Estados Unidos invadem Cuba e lutam contra o povo cubano durante período de eleições.

1907 - NICARÁGUA - Tropas americanas invadem e impõem a criação de um protetorado, sobre o território livre da Nicarágua.

1907 - HONDURAS - Fuzileiros Navais americanos desembarcam e ocupam Honduras durante a guerra de Honduras com a Nicarágua.

1908 - PANAMÁ - Fuzileiros Navais dos Estados Unidos invadem o Panamá durante período de eleições.

1910 - NICARÁGUA - Fuzileiros navais norte americanos desembarcam e invadem pela 3ª vez Bluefields e Corinto, na Nicarágua.

1911 - HONDURAS - Tropas americanas enviadas para proteger interesses americanos durante a guerra civil, invadem Honduras.

1911 - 1941 - CHINA - Forças do exército e marinha dos Estados Unidos invadem mais uma vez a China durante período de lutas internas repetidas.

1912 - CUBA - Tropas americanas invadem Cuba com a desculpa de proteger interesses americanos em Havana.

1912 - PANAMÁ - Fuzileiros navais americanos invadem novamente o Panamá e ocupam o país durante eleições presidenciais.

1912 - HONDURAS - Tropas norte americanas mais uma vez invadem Honduras para proteger interesses do capital americano.

1912 - 1933 - NICARÁGUA - Tropas dos Estados Unidos com a desculpa de combaterem guerrilheiros invadem e ocupam o país durante 20 anos.

1913 - MÉXICO - Fuzileiros da Marinha americana invadem o México com a desculpa de evacuar cidadãos americanos durante a revolução.

1913 - MÉXICO - Durante a Revolução mexicana, os Estados Unidos bloqueiam as fronteiras mexicanas em apoio aos revolucionários.

1914 - 1918 - PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL - Os EUA entram no conflito em 6 de abril de 1917 declarando guerra à Alemanha. As perdas americanas chegaram a 114 mil homens.

1914 - REPÚBLICA DOMINICANA - Fuzileiros navais da Marinha dos Estados invadem o solo dominicano e interferem na revolução do povo dominicano em Santo Domingo.

1914 - 1918 - MÉXICO - Marinha e exército dos Estados Unidos invadem o território mexicano e interferem na luta contra nacionalistas.

1915 - 1934 - HAITI - Tropas americanas desembarcam no Haiti, em 28 de julho, e transformam o país numa colônia americana, permanecendo lá durante 19 anos.

1916 - 1924 - REPÚBLICA DOMINICANA - Os EUA invadem e estabelecem

um governo militar na República Dominicana, em 29 de novembro, ocupando o país durante oito anos.

1917 - 1933 - CUBA - Tropas americanas desembarcam em Cuba, e transformam o país num protetorado econômico americano, permanecendo essa ocupação por 16 anos.

1918 - 1922 - RÚSSIA - Marinha e tropas americanas enviadas para combater a revolução Bolchevista. O Exército realizou cinco desembarques, sendo derrotado pelos russos em todos eles.

1919 - HONDURAS - Fuzileiros norte americanos desembarcam e invadem mais uma vez o país durante eleições, colocando no poder um governo a seu serviço.

1918 - IUGOSLÁVIA - Tropas dos Estados Unidos invadem a Iugoslávia e intervêm ao lado da Itália contra os sérvios na Dalmácia.

1920 - GUATEMALA - Tropas americanas invadem e ocupam o país durante greve operária do povo da Guatemala.

1922 - TURQUIA - Tropas norte americanas invadem e combatem nacionalistas turcos em Smirna.

1922 - 1927 - CHINA - Marinha e Exército americano mais uma vez invadem a China durante revolta nacionalista.

1924 - 1925 - HONDURAS - Tropas dos Estados Unidos desembarcam e invadem Honduras duas vezes durante eleição nacional.

1925 - PANAMÁ - Tropas americanas invadem o Panamá para debelar greve geral dos trabalhadores panamenhos.

1927 - 1934 - CHINA - Mil fuzileiros americanos desembarcam na China durante a guerra civil local e permanecem durante sete anos, ocupando o território chinês.

1932 - EL SALVADOR - Navios de Guerra dos Estados Unidos são deslocados durante a revolução das Forças do Movimento de Libertação Nacional - FMLN - comandadas por Martí.

1939 - 1945 - SEGUNDA GUERRA MUNDIAL - Os EUA declaram guerra ao Japão em 8 de dezembro de 1941 e depois a Alemanha e Itália, invadindo o Norte da África, a Ásia e a Europa, culminando com o lançamento das bombas atômicas sobre as cidades desmilitarizadas de Hiroshima e Nagasaki.

1946 - IRÃ - Marinha americana ameaça usar artefatos nucleares contra tropas soviéticas caso as mesmas não abandonem a fronteira norte do Irã.

1946 - IUGOSLÁVIA - Presença da marinha americana ameaçando invadir a zona costeira da Iugoslávia em resposta a um avião espião dos Estados Unidos abatido pelos soviéticos.

1947 - 1949 - GRÉCIA - Operação de invasão de Comandos dos EUA garantem vitória da extrema direita nas "eleições" do povo grego.

1947 - VENEZUELA - Em um acordo feito com militares locais, os EUA invadem e derrubam o presidente eleito Rómulo Gallegos, como castigo por ter aumentado o preço do petróleo exportado, colocando um ditador no poder.

1948 - 1949 - CHINA - Fuzileiros americanos invadem pela última vez o território chinês para evacuar cidadãos americanos antes da vitória comunista.

1950 - PORTO RICO - Comandos militares dos Estados Unidos ajudam a esmagar a revolução pela independência de Porto Rico, em Ponce.

1951 - 1953 - CORÉIA - Início do conflito entre a República Democrática da Coreia (Norte) e República da Coreia (Sul), na qual cerca de 3 milhões de pessoas morreram. Os Estados Unidos são um dos principais protagonistas da

invasão usando como pano de fundo a recém criada Nações Unidas, ao lado dos sul-coreanos. A guerra termina em julho de 1953 sem vencedores e com dois estados polarizados: comunistas ao norte e um governo pró-americano no sul. Os EUA perderam 33 mil homens e mantém até hoje base militar e aero-naval na Coréia do Sul.

1954 - GUATEMALA - Comandos americanos, sob controle da CIA, derrubam o presidente Arbenz, democraticamente eleito, e impõem uma ditadura militar no país. Jacobo Arbenz havia nacionalizado a empresa United Fruit e impulsionado a Reforma Agrária.

1956 - EGITO - O presidente Nasser nacionaliza o canal de Suez. Tropas americanas se envolvem durante os combates no Canal de Suez sustentados pela Sexta Frota dos EUA. As forças egípcias obrigam a coalizão franco-israelense-britânica, a retirar-se do canal.

1958 - LÍBANO - Forças da Marinha americana invadem apóiam o exército de ocupação do Líbano durante sua guerra civil.

1958 - PANAMÁ - Tropas dos Estados Unidos invadem e combatem manifestantes nacionalistas panamenhos.

1961 - 1975 - VIETNÃ. Aliados ao sul-vietnamitas, o governo americano invade o Vietnã e tenta impedir, sem sucesso, a formação de um estado comunista, unindo o sul e o norte do país. Inicialmente a participação americana se restringe a ajuda econômica e militar (conselheiros e material bélico). Em agosto de 1964, o congresso americano autoriza o presidente a lançar os EUA em guerra. Os Estados Unidos deixam de ser simples consultores do exército do Vietnã do Sul e entram num conflito traumático, que afetaria toda a política militar dali para frente. A morte de quase 60 mil jovens americanos e a humilhação imposta pela derrota do Sul em 1975, dois anos depois da retirada dos Estados Unidos, moldou a estratégia futura de evitar guerras que impusessem um custo muito alto de vidas americanas e nas quais houvesse inimigos difíceis de derrotar de forma convencional, como os vietcongues e suas táticas de guerrilhas.

1962 - LAOS - Militares americanos invadem e ocupam o Laos durante guerra civil contra guerrilhas do Pathet Lao.

1964 - PANAMÁ - Militares americanos invadiram mais uma vez o Panamá e mataram 20 estudantes, ao reprimirem a manifestação em que os jovens queriam trocar, na zona do canal, a bandeira americana pela bandeira e seu país.

1965 - 1966 - REPÚBLICA DOMINICANA - Trinta mil fuzileiros e pára-quedistas norte americanos desembarcaram na capital do país São Domingo para impedir a nacionalistas panamenhos de chegarem ao poder. A CIA conduz Joaquín Balaguer à presidência, consumando um golpe de estado que depôs o presidente eleito Juan Bosch. O país já fora ocupado pelos americanos de 1916 a 1924.

1966 - 1967 - GUATEMALA - Boinas Verdes e marines americanos invadem o país para combater movimento revolucionário contrario aos interesses econômicos do capital americano.

1969 - 1975 - CAMBOJA - Militares americanos enviados depois que a Guerra do Vietnã invadem e ocupam o Camboja.

1971 - 1975 - LAOS - EUA dirigem a invasão sul-vietnamita bombardeando o território do vizinho Laos, justificando que o país apoiava o povo vietnamita em sua luta contra a invasão americana.

1975 - CAMBOJA - 28 marines americanos são mortos na tentativa de resgatar a tripulação do petroleiro estadunidense Mayaquez.

1980 - IRÃ - Na inauguração do estado islâmico formado pelo Aiatolá Khomeini, estudantes que haviam participado da Revolução Islâmica do Irã ocuparam a embaixada americana em Teerã e fizeram 60 reféns. O governo americano preparou uma operação militar surpresa para executar o resgate, frustrada por tempestades de areia e falhas em equipamentos. Em meio à frustrada operação, oito militares americanos morreram no choque entre um helicóptero e um avião. Os reféns só seriam libertados um ano depois do seqüestro, o que enfraqueceu o então presidente Jimmy Carter e elegeu Ronald Reagan, que conseguiu aprovar o maior orçamento militar em época de paz até então.*

1982 - 1984 - LÍBANO - Os Estados Unidos invadiram o Líbano e se envolveram nos conflitos do Líbano logo após a invasão do país por Israel - e acabaram envolvidos na guerra civil que dividiu o país. Em 1980, os americanos supervisionaram a retirada da Organização pela Libertação da Palestina de Beirute. Na segunda intervenção, 1.800 soldados integraram uma força conjunta de vários países, que deveriam restaurar a ordem após o massacre de refugiados palestinos por libaneses aliados a Israel. O custo para os americanos foi a morte 241 fuzileiros navais, quando os libaneses explodiram um carro bomba perto de um quartel das forças americanas.

1983 - 1984 - ILHA DE GRANADA - Após um bloqueio econômico de quatro anos a CIA coordena esforços que resultam no assassinato do 1º Ministro Maurice Bishop. Seguindo a política de intervenção externa de Ronald Reagan, os Estados Unidos invadiram a ilha caribenha de Granada alegando prestar proteção a 600 estudantes americanos que estavam no país, as tropas eliminaram a influência de Cuba e da União Soviética sobre a política da ilha.

1983 - 1989 - HONDURAS - Tropas americanas enviadas para construir bases em regiões próximas à fronteira, invadem o Honduras

1986 - BOLÍVIA - Exército americano invade o território boliviano na justificativa de auxiliar tropas bolivianas em incursões nas áreas de cocaína.

1989 - ILHAS VIRGENS - Tropas americanas desembarcam e invadem as ilhas durante revolta do povo do país contra o governo pró-americano.

1989 - PANAMÁ - Batizada de Operação Causa Justa, a intervenção americana no Panamá foi provavelmente a maior batida policial de todos os tempos: 27 mil soldados ocuparam a ilha para prender o presidente panamenho, Manuel Noriega, antigo ditador aliado do governo americano. Os Estados Unidos justificaram a operação como sendo fundamental para proteger o Canal do Panamá, defender 35 mil americanos que viviam no país, promover a democracia e interromper o tráfico de drogas, que teria em Noriega seu líder na América Central. O ex-presidente cumpre prisão perpétua nos Estados Unidos.

1990 - LIBÉRIA - Tropas americanas invadem a Libéria justificando a evacuação de estrangeiros durante guerra civil.

1990 - 1991 - IRAQUE - Após a invasão do Iraque ao Kuwait, em 2 de agosto de 1990, os Estados Unidos com o apoio de seus aliados da Otan, decidem impor um embargo econômico ao país, seguido de uma coalizão anti-Iraque (reunindo além dos países europeus membros da Otan, o Egito e outros países árabes) que ganhou o título de "Operação Tempestade no Deserto". As hostilidades começaram em 16 de janeiro de 1991, um dia depois do fim do

prazo dado ao Iraque para retirar tropas do Kuwait. Para expulsar as forças iraquianas do Kuwait, o então presidente George Bush destacou mais de 500 mil soldados americanos para a Guerra do Golfo.

1990 - 1991 - ARÁBIA** SAUDITA - Tropas americanas destacadas para ocupar a Arábia Saudita que era base militar na guerra contra Iraque.

1992 - 1994 - SOMÁLIA - Tropas americanas, num total de 25 mil soldados, invadem a Somália como parte de uma missão da ONU para distribuir mantimentos para a população esfomeada. Em dezembro, forças militares norte-americanas (comando Delta e Rangers) chegam a Somália para intervir numa guerra entre as facções do então presidente Ali Mahdi Muhammad e tropas do general rebelde Farah Aidib. Sofrem uma fragorosa derrota militar nas ruas da capital do país.

1993 - IRAQUE -No início do governo Clinton, é lançado um ataque contra instalações militares iraquianas, em retaliação a um suposto atentado, não concretizado, contra o ex-presidente Bush, em visita ao Kuwait.

1994 - 1999 - HAITI - Enviadas pelo presidente Bill Clinton, tropas americanas ocuparam o Haiti na justificativa de devolver o poder ao presidente eleito Jean-Bertrand Aristide, derrubado por um golpe, mas o que a operação visava era evitar que o conflito interno provocasse uma onda de refugiados haitianos nos Estados Unidos.

1996 - 1997 - ZAIRE (EX REPÚBLICA DO CONGO) - Fuzileiros Navais americanos são enviados para invadir a área dos campos de refugiados Hutus onde a revolução congoleza ?Marines evacuam civis? iniciou.

1997 - LIBÉRIA - Tropas dos Estados Unidos invadem a Libéria justificando a necessidade de evacuar estrangeiros durante guerra civil sob fogo dos rebeldes.

1997 - ALBÂNIA - Tropas americanas invadem a Albânia para evacuarem estrangeiros.

2000 - COLÔMBIA - Marines e "assessores especiais" dos EUA iniciam o Plano Colômbia, que inclui o bombardeamento da floresta com um fungo transgênico *fusarium axyporum* (o "gás verde").

2001 - AFGANISTÃO - Os EUA bombardeiam várias cidades afegãs, em resposta ao ataque terrorista ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001. Invadem depois o Afeganistão onde estão até hoje.

2003 - IRAQUE - Sob a alegação de Saddam Hussein esconder armas de destruição e financiar terroristas, os EUA iniciam intensos ataques ao Iraque. É batizada pelos EUA de "Operação Liberdade do Iraque" e por Saddam de "A Última Batalha", a guerra começa com o apoio apenas da Grã-Bretanha, sem o endosso da ONU e sob protestos de manifestantes e de governos no mundo inteiro. As forças invasoras americanas até hoje estão no território iraquiano, onde a violência aumentou mais do que nunca.

Na América Latina, África e Ásia, os Estados Unidos invadem países ou para depor governos democraticamente eleitos pelo povo, ou para dar apoio a ditaduras criadas e montadas pelos Estados Unidos, tudo em nome da "democracia" (deles).

Visita Pres. Dilma aos Estados Unidos 2012 - Balanço

BRASIL x USA : Parceria Para o Século XXI

Rubens Barbosa, Presidente do Conselho de Comércio Exterior da
Fiesp
ESP 24 abril 2012

A recente visita da presidente Dilma Roussef a Washington foi mais um passo (discreto) na difícil construção de uma agenda positiva que conecte os interesses do Brasil e dos EUA e faça ampliar nossa cooperação bilateral.

Na visita de Obama a Brasília, em marco de 2011, foram lançadas as bases de um trabalho conjunto para os próximos anos, o que implicará na gradual diferenciação do Brasil pelos EUA no contexto latino-americano.

Dando seguimento a esse processo, o Governo brasileiro levou para o encontro de Washington uma agenda clara, embora pouco ambiciosa, para o presente momento das relações com os EUA. A principal prioridade foi a busca de parcerias na área de inovação, responsável, em grande parte, pela recuperação da economia norte-americana. Nos encontros oficiais e empresariais, foi dada grande ênfase à busca de diferentes formas de cooperação nas áreas de educação e ciência e tecnologia.

Nesse contexto, o lado brasileiro ressaltou o interesse em contar com o apoio de universidades norte-americanas para o programa Ciência Sem Fronteiras, tal como discutido nos encontros em Boston, com a direção do MIT e da Universidade de Harvard, em Boston.

Nas reuniões empresariais foram examinadas essas e outras áreas (energia fóssil/renovável, espaço) onde os investimentos de empresas dos EUA no Brasil poderiam ser ampliados. Em vários momentos, entretanto, a política de conteúdo nacional, importante para fortalecer a indústria nacional em setores críticos para o Brasil, foi questionada como empecilho para a ampliação dos investimentos.

Embora na área de aviação continuem pendentes licitações para a compra, pelo Pentágono, de aviões da Embraer e, pelo governo brasileiro, dos caças, formalizou-se acordo de cooperação na área de negócios que deverá beneficiar a Embraer e a Boeing.

O que seria difícil imaginar alguns anos atrás, o diálogo de defesa foi expandido e haverá reunião no Brasil nesta semana com a presença do Secretário da Defesa Leon Panetta. No encontro entre Dilma e Obama, segundo transpirou das conversas na Casa Branca, ao examinar a evolução da crise da economia global, foram reiteradas as preocupações brasileiras com relação às políticas monetárias expansionistas adotadas nos EUA e na Europa, acarretando a depreciação do yuan e do dólar, e seu efeito negativo sobre o crescimento dos países em desenvolvimento. A resposta pública de Washington veio por meio de declaração da Diretora

Gerente do FMI, Christine Lagarde, contestando a afirmação de Dilma. Quanto à política externa, foram reiteradas as posições em relação a Síria (apoio às propostas de Kofi Anan para o cessar fogo e respeito aos direitos humanos), ao Irã (preocupação com a escalada retórica e a necessidade de se encontrar uma solução pacífica para a questão do programa nuclear iraniano), a Cuba (fim do embargo) e quanto à reforma do Conselho de Segurança da ONU (pretensão do Brasil por assento permanente).

A posição cautelosa das autoridades de Washington não chega a surpreender pela inibição derivada das dificuldades econômicas e pelo foco na política interna com a aproximação das eleições presidenciais. “Foi como falar para uma parede”, ouvi de alto funcionário brasileiro. É possível prever, contudo, que, caso vença a eleição e consiga maioria nas duas Casas do Congresso - o que hoje parece pouco provável - Obama adote no segundo mandato uma atitude diferente naqueles temas,.

Contrastando com a limitada cobertura na mídia local sobre a visita presidencial (comparada com as visitas dos chefes de governo da China, Índia ou da Rússia), foi positiva a reação nos setores empresarial e acadêmico. Despertou interesse a visão pró-ativa na busca de investimentos em inovação e no envio de cerca de 20.000 estudantes para os EUA, parte dos 100.000 previstos no programa Ciência sem Fronteiras. E o encontro da presidente com intelectuais e formadores de opinião lançou sementes para o melhor entendimento a respeito do novo papel do Brasil no mundo.

Nesse particular, não poderia ter sido mais inadequado, ao final da visita, o anúncio, de decisão burocrática menor, relativo à classificação da cachaça no mercado americano. Na superficial cobertura da visita presidencial pela imprensa internacional, a cachaça virou a notícia mais importante e, em alguns casos, a única. Para um país que pretende ocupar crescente papel no cenário internacional e ter sua voz ouvida, temos muito que aprender sobre comunicação e briefings, antes e depois das visitas presidenciais.

A presidente Dilma, de público, varias vezes sublinhou o interesse brasileiro em estreitar e aprofundar a "importante relação" com os EUA na base do respeito mútuo e do "diálogo entre iguais". E disse saber da relevância do desenvolvimento de uma parceria com os EUA no século XXI. Mais específico, o ministro Fernando Pimentel ressaltou ser a relação com a China apenas comercial, enquanto que, com os EUA, era mais abrangente e diversificada. Hillary Clinton qualificou o Brasil como “responsável”, fazendo clara distinção em relação à alguns vizinhos e a outros países em desenvolvimento.

A mudança de tom e de ênfases nas relações com os EUA parece, sem dúvida, a principal evolução na política externa brasileira se comparada com os oito anos anteriores. A atitude ideológica foi substituída pela visão pragmática que poderá trazer resultados positivos para o Brasil.

Resta saber se os dois países saberão conectar, oficial e empresarialmente, os interesses recíprocos para efetivamente desenvolver uma parceria para o século XXI, reconhecendo que os EUA não vão perder a posição de liderança no mundo e que eles dispõem de conhecimentos tecnológicos que poderão, por nós, ser absorvidos com vantagem.

**A VISITA DE DILMA AOS ESTADOS UNIDOS - Balanço e
Perspectivas - Abril 2012
Comunicado Presidencial Brasil-EUA: 9 de abril de 2012**

A convite do Presidente Barack Obama, a Presidenta Dilma Rousseff realizou visita oficial aos Estados Unidos em 9 de abril de 2012 para tratar do estado do relacionamento entre os dois países em amplo leque de assuntos de natureza bilateral, regional e multilateral. Os dois líderes manifestaram sua satisfação com a parceria construtiva e equilibrada, baseada nos valores comuns e confiança mútua que existem entre os dois países, as duas maiores democracias e economias das Américas.

Para a formação de uma Parceria Estados Unidos-Brasil para o século XXI, os líderes passaram em revista o progresso dos principais diálogos elevados ao nível presidencial em março de 2011 – o Diálogo Econômico e Financeiro, o Diálogo de Parceria Global e o Diálogo Estratégico de Energia. Com vistas a contribuir para a Parceria do Século XXI, os Presidentes determinaram a criação de novo Diálogo de Cooperação em Defesa entre seus Ministros da Defesa, que também se reportará regularmente aos Presidentes. Saudaram o trabalho e reconheceram a importância de outras numerosas interações e consultas entre seus governos para aprimorar a cooperação bilateral.

Coincidiram sobre a importância das contribuições da sociedade civil e do setor privado para criar as bases para a Parceria Estados Unidos-Brasil. Os Presidentes participaram do Fórum de Altos Executivos, sublinhando o papel importante que o setor privado desempenha no relacionamento comercial, e saudaram as atividades da conferência “Parceria Estados Unidos-Brasil para o Século XXI”, realizada em 9 de abril de 2012, em Washington, centrada em comércio e investimento, energia, inovação, competitividade e educação.

Os líderes enfatizaram que parcerias entre governos estaduais e locais contribuem para promover a amizade e o entendimento entre seus países e para a promoção de objetivos nacionais compartilhados. Saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento para Apoiar Cooperação Estadual e Local, estimulando entidades subnacionais a unir esforços para alcançar objetivos em áreas de interesse comum que complementem o fortalecimento das relações bilaterais Estados Unidos-Brasil, tais como comércio e investimento, oportunidade econômica, ciência, tecnologia e inovação, inclusão social, sustentabilidade ambiental e a preparação para a Copa do Mundo da FIFA de 2014, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e outros megaeventos.

Os líderes destacaram as importantes tratativas que têm ocorrido no marco do Diálogo Econômico e Financeiro (DEF). Os Presidentes manifestaram sua satisfação com a ampliação do foco do DEF para infraestrutura e investimentos nos dois países e saudaram a criação do diálogo sobre

investimento no âmbito do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica. Os líderes ressaltaram igualmente a importância do Diálogo Comercial e do Diálogo de Parceria Econômica entre os dois países. O Presidente Obama anunciou a visita do Presidente do Conselho de Exportação ao Brasil em setembro de 2012 e a Presidenta Rousseff salientou que serão organizadas missões setoriais comerciais de alto nível para os Estados Unidos, em áreas como serviços de alimentação, tecnologia de informação, saúde e maquinaria.

A Presidenta Rousseff sublinhou a importância do investimento em infraestrutura – inclusive tendo em vista a próxima Copa do Mundo da FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 – assim como no setor de energia, em particular o desenvolvimento de tecnologia e capacidade produtiva no Brasil.

Saudaram o crescimento da relação em comércio e investimentos entre Estados Unidos e Brasil, ilustrada pelo recorde de US\$ 74 bilhões de fluxo de comércio em 2011. Enfatizaram, ainda, a importância dos benefícios mútuos de estimular o aumento do comércio e dos investimentos. Reiteraram seu compromisso com o sistema multilateral de comércio e com o trabalho conjunto para garantir que a Organização Mundial do Comércio contribua para o crescimento econômico global e para a criação de empregos. Os Presidentes reafirmaram o compromisso de ambos os países em promover o comércio de serviços e bens manufaturados e reforçar a cooperação em política e pesquisa agrícolas, medidas sanitárias e fitossanitárias com base científica, assim como em se empenhar, nos foros bilaterais e multilaterais, para a remoção de barreiras ao comércio de produtos agrícolas.

Realçaram a educação como uma prioridade estratégica de importância crescente para fortalecer e apoiar todos os aspectos da parceria EUA-Brasil, particularmente em ciência, tecnologia, inovação e competitividade. Reconhecendo as vantagens econômicas, para ambos os países, de incrementar os contatos entre norte-americanos e brasileiros, os Presidentes saudaram o dinamismo e o apoio obtidos pelas iniciativas de intercâmbio “100.000 nas Américas”, norte-americana, e “Ciência sem Fronteiras”, brasileira. Exaltaram o início das atividades do primeiro grupo de estudantes e pesquisadores participantes do programa “Ciência sem Fronteiras”, e esperam receber milhares de outros estudantes em ambos os países.

Os Presidentes saudaram o apoio do VII Fórum de Altos Executivos às iniciativas “100.000 nas Américas” e “Ciência sem Fronteiras”, assim como suas recomendações conjuntas e seu compromisso com um maior engajamento para fortalecer o ambiente de negócios, aumentar o comércio e os investimentos bilaterais, melhorar a infraestrutura, reforçar o empoderamento econômico das mulheres, encorajar a cooperação em energia e aviação e acompanhar o progresso em direção àqueles objetivos.

No contexto do Diálogo Econômico e Financeiro, os Presidentes discutiram uma maior colaboração no âmbito das instituições financeiras internacionais e, com a perspectiva da Cúpula do G-20 no México, para a redução dos desequilíbrios globais, para a promoção da estabilidade e inclusão financeiras, e para a criação de condições para um crescimento robusto, sustentado e equilibrado. Ressaltaram a necessidade de aprofundar a reforma das instituições financeiras internacionais, as quais precisam refletir as novas realidades econômicas e, nesse sentido, sublinharam a importância de trabalharem conjuntamente nas reformas das cotas e da governança do Fundo Monetário Internacional.

Saudaram a consolidação do G-20 como o mais alto foro para a coordenação de políticas econômicas internacionais e reafirmaram o papel do G-20 na promoção de medidas de incentivo ao crescimento inclusivo, à criação de empregos e à superação dos desequilíbrios globais. Recomendaram que os altos representantes dos dois países no G-20 continuem a manter consultas bilaterais regulares. Notaram a persistência das incertezas na economia internacional, ao mesmo tempo em que ressaltaram os importantes passos recentemente adotados pelos formuladores de políticas na Europa. Saudaram os continuados sinais de recuperação econômica nos Estados Unidos. Os líderes também ressaltaram a oportunidade para cooperação mais estreita nos bancos de desenvolvimento multilaterais.

Os Presidentes notaram a convergência de posições a respeito da aplicação do “Regime de Comércio de Emissões” (ETS) da União Européia sobre o transporte aéreo internacional. Enfatizaram ainda que questões relacionadas às emissões da aviação civil internacional devem ser resolvidas multilateralmente.

Os Presidentes sublinharam a importância da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Brasil, como oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável por meio da inovação e do amplo engajamento das partes interessadas. Enfatizaram a importância de ampla participação no Segmento de Alto Nível da Conferência, de 20 a 22 de junho de 2012. Em apoio a esta cooperação ampliada, reconheceram progressos na mobilização de investimentos em infraestrutura inteligente e sustentável no Rio de Janeiro e na Filadélfia, no âmbito da Iniciativa Conjunta EUA-Brasil em Sustentabilidade Urbana.

Os líderes elogiaram o fortalecimento do diálogo Estados Unidos-Brasil em desenvolvimento sustentável e saudaram a adoção de um Memorando de Entendimento entre a Agência de Proteção Ambiental e o Ministério do Meio Ambiente, com foco em avaliação de impacto ambiental, análise de risco, inclusão social e justiça ambiental. Os líderes também elogiaram a assinatura de um Memorando de Entendimento sobre Moradias Sustentáveis e Desenvolvimento Urbano para estimular esforços cooperativos e aprofundar o intercâmbio de aprendizagem no campo da habitação sustentável e desenvolvimento urbano em apoio à Parceria das Américas em Clima e Energia (EPCA).

Saudaram os resultados da 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática realizada em Durban, em dezembro de 2011, que alcançou um resultado abrangente e equilibrado. Sublinharam ainda a importância do sistema multilateral no tratamento da mudança do clima por meio da implementação eficaz dos resultados de Durban.

Os líderes elogiaram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre a Parceria em Aviação, bem como o progresso feito em direção à facilitação de um maior fluxo turístico e de viajantes entre seus países ao mesmo tempo em que é mantida e melhorada a segurança em suas fronteiras. Notaram que a Parceria Estados Unidos-Brasil em Aviação promoverá cooperação bilateral em infraestrutura, transporte aéreo e tráfego aéreo, o que contribuirá para o crescimento, competitividade e desenvolvimento socioeconômico em ambos os países. Essa cooperação pode incluir áreas como intercâmbio de melhores práticas, pesquisa e desenvolvimento, inovação, novas tecnologias, sustentabilidade, treinamento, logística, cadeias produtivas e outros tópicos.

Os Presidentes revisaram a implementação de medidas para facilitar o fluxo de turistas e executivos entre os dois países. Comprometeram-se a trabalhar em estreita colaboração para atender aos requisitos do Programa de Dispensa de Vistos dos Estados Unidos e da legislação brasileira aplicável, de maneira a possibilitar que cidadãos dos EUA e do Brasil viagem entre os dois países sem necessitar de visto. Discutiram o programa-piloto “Global Entry” e elogiaram os esforços de ambos os Governos para facilitar viagens, para o benefício de seus respectivos cidadãos. O Presidente Obama recordou sua instrução de que seja acelerada em 40%, nesse ano, a capacidade dos Estados Unidos de processar vistos no Brasil, bem como o recente anúncio do Departamento de Estado de sua intenção de abrir novos consulados em Belo Horizonte e Porto Alegre.

Expressaram sua satisfação com o avanço de um projeto-piloto de “Green-Lane” em transporte aéreo de cargas, destinado à adoção de um amplo programa de reconhecimento mútuo de operadores econômicos autorizados, para facilitar o comércio entre os dois países.

Os Presidentes saudaram a adoção do Plano de Ação Estados Unidos-Brasil em Cooperação em Ciência e Tecnologia, que reflete o resultado da reunião de março de 2012 da Comissão Mista em Ciência e Tecnologia (CMCT) e ressaltaram a criação de um grupo de trabalho em inovação para explorar o papel da inovação na promoção da competitividade e criação de empregos. A CMCT também abordou a cooperação em ciências do mar, tecnologia e observação, prevenção e mitigação de desastres, ciência básica, padrões de medidas, inclusive para biocombustíveis avançados, e a importância do acesso aos dados do Sistema de Observação da Terra. Também saudaram as discussões sobre saúde, biomedicina e ciências da vida, mulheres na ciência e nanotecnologia, durante a III CMCT.

Os líderes ressaltaram a importância da cooperação espacial bilateral e instruíram as agências apropriadas a examinar a viabilidade de desenvolver projetos espaciais conjuntos. Tomaram nota da recente reunião em Brasília do Diálogo de Segurança Espacial.

Ressaltaram a crescente importância de assuntos relacionados à Internet e às tecnologias de informação e comunicação (TICs), bem como a necessidade de aprofundar discussões e aumentar a cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil em assuntos tão vitais para suas economias e sociedades. Notaram com apreço a duradoura colaboração nessas áreas e saudaram o estabelecimento de novo mecanismo para consultas em temas como governança da Internet, políticas para Internet/TICs e segurança cibernética.

Os Presidentes conversaram detidamente sobre temas globais e saudaram o continuado progresso do Diálogo de Parceria Global (DPG). Saudaram os avanços em cooperação educacional, científica e trilateral no âmbito do DPG. Os líderes assinalaram seu compromisso de promover democracia, respeito aos direitos humanos, conscientização cultural e inclusão socioeconômica no mundo.

Os Presidentes concordaram que, da mesma forma que outras organizações internacionais precisaram mudar para se tornarem mais aptas a responder aos desafios do Século XXI, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) também precisa ser reformado, e expressaram seu apoio a uma expansão limitada do Conselho de Segurança que aprimore suas efetividade e eficiência, bem como sua representatividade. O Presidente Obama reafirmou seu apreço à aspiração do Brasil de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança e reconheceu as responsabilidades globais assumidas pelo Brasil. Os dois líderes concordaram em manter consulta e cooperação contínuas entre os dois países com vistas a alcançar a visão delineada na Carta das Nações Unidas de um mundo mais pacífico e seguro.

Ao trocar impressões sobre recentes desafios na África e no Oriente Médio, os Presidentes ressaltaram a importância de esforços cooperativos para produzir resolução de conflitos que seja sustentável e contribua para a paz e a estabilidade. Manifestaram seu compromisso de apoiar, com urgência, soluções multilaterais abrangentes e duradouras para as prementes questões e crises globais atuais.

Os líderes reafirmaram seu compromisso com a transparência e a prestação de contas dos Governos e com o engajamento dos cidadãos como elementos-chave para o fortalecimento da democracia, dos direitos humanos e da boa governança, bem como para a prevenção da corrupção. Celebraram o lançamento conjunto da Parceria sobre Governo Aberto (PGA), em Nova York, no último mês de setembro, saudaram a estreita colaboração dos dois países como co-presidentes da Parceria e discutiram a próxima reunião da PGA em Brasília, durante a qual mais de quarenta

novos países deverão lançar seus Planos de Ação Nacionais com novos compromissos concretos para combater a corrupção, promover a transparência e desenvolver novas tecnologias para empoderar seus cidadãos.

O Presidente Obama felicitou a Presidenta Rousseff pela promulgação da Lei de Liberdade da Informação no Brasil e por seu papel de liderança regional e global, no engajamento da sociedade civil e na atração de grupo diversificado de países para a segunda reunião de alto nível da PGA. A Presidenta Rousseff também felicitou o Presidente Obama pela implementação do plano de ação dos EUA na PGA, incluindo o recente lançamento do Ethics.gov e da nova iniciativa “Green Button”, que garante aos consumidores acesso sobre seus próprios dados de consumo de energia.

Os líderes também revisaram e notaram os progressos alcançados em sua cooperação trilateral para o desenvolvimento na América Latina, no Caribe e na África, em temas como segurança alimentar, energia, agricultura, saúde, trabalho decente e cooperação humanitária. Os líderes recordaram o trabalho em colaboração já desenvolvido e determinaram maiores esforços na área de cooperação trilateral em segurança alimentar. Saudaram a assinatura de acordo sobre atividades de cooperação técnica para aprimorar a segurança alimentar em terceiros países.

Encorajaram maior cooperação trilateral em segurança e saudaram o recente lançamento do projeto-piloto de sistema de monitoramento integrado para a redução do cultivo de coca na Bolívia.

Os Presidentes elogiaram a cooperação promovida pelo Plano de Ação Conjunta para a Promoção da Igualdade Étnico-Racial e Promoção da Igualdade Racial nas áreas de saúde, justiça ambiental, acesso à Justiça, educação e empreendedorismo na área de megaeventos esportivos. Notaram que, à medida que suas economias crescem, é importante que os benefícios alcancem todos os setores, incluindo crianças e idosos e grupos historicamente vulneráveis como mulheres, afrodescendentes, povos indígenas, deficientes físicos e pessoas LGBT. Também saudaram a colaboração adicional sobre o tema LGBT nos fóruns multilaterais de direitos humanos. Ressaltaram o progresso na cooperação bilateral para a igualdade de gêneros e o avanço na condição da mulher, incluindo os esforços voltados para maior participação política e econômica das mulheres na área de ciência e tecnologia, bem como a priorização da prevenção e combate à violência baseada em gênero, em nível global.

Os Presidentes reafirmaram o compromisso de ambos os países com a conclusão de um instrumento internacional efetivo na Organização Mundial da Propriedade Intelectual que assegure que os direitos autorais não sejam uma barreira ao acesso igualitário à informação, à cultura e à educação para pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência para leitura.

Expressaram sua satisfação com o resultado propiciado pelo diálogo a propósito da Convenção da Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças na implementação desse instrumento nos Estados Unidos e no Brasil.

Os líderes expressaram seu apoio ao tema da próxima Cúpula das Américas, "Conectando as Américas: Parceiros para a Prosperidade", a qual tem como foco o papel da integração física, cooperação regional, pobreza e desigualdades, segurança cidadã, desastres e acesso a tecnologias como meios para alcançar níveis superiores de desenvolvimento e superar os desafios das Américas.

Os Chefes de Estado discutiram a importância de progresso econômico continuado e estabilidade política no Haiti, incluindo a formação de um novo governo e a realização tempestiva de eleições. Sublinharam os resultados alcançados pela Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti e encorajaram o governo do Haiti a trabalhar para o fortalecimento da governança e do estado de direito. Encorajaram também o Haiti a continuar a buscar o desenvolvimento da Polícia Nacional Haitiana. Com vistas a promover novas parcerias público-privadas para o setor energético do Haiti, os líderes comprometeram-se a trabalhar com o governo do Haiti no desenvolvimento e implementação de um plano nacional de energia, incluindo seus planos de modernização dos serviços elétricos e de desenvolvimento de novas fontes renováveis de energia, como a Hidrelétrica Artibonite 4C, para garantir suprimento de energia para o desenvolvimento futuro do Haiti.

Os Presidentes tomaram nota do lançamento do Diálogo Estratégico em Energia (DEE) com significativa colaboração entre os órgãos responsáveis dos dois países. Sublinharam a cooperação crescente em petróleo e gás natural, biocombustíveis, energia renovável e eficiência energética, ciência e energia limpa. Ao ressaltar a importância do desenvolvimento destes recursos-chave para a segurança energética global, os líderes instruíram seus governos a buscar maiores oportunidades de trabalho com parceiros do setor de maneira a contribuir para estabilizar os mercados de petróleo e gás, aumentando o acesso à energia, aprofundando e promovendo o desenvolvimento e uso de tecnologias de energia limpa, renovável e de baixo uso de carbono.

Os líderes tomaram nota da importância de uma colaboração mais ampla em matéria de exploração de petróleo e gás; em particular da produção segura, limpa e eficiente das reservas de petróleo e gás de seus países. Enfatizaram seu compromisso em proporcionar oportunidades para incentivar empresas a investir em produção e a compartilhar tecnologias e experiências para desenvolver capacidades no setor de petróleo e gás. Realçaram a importância de que seus governos e indústrias compartilhem informações sobre melhores práticas, inclusive sobre desenvolvimento de gás não-convencional e por meio da colaboração técnica em andamento sobre operações de petróleo e gás em águas profundas.

Os líderes se comprometeram a continuar a avançar na colaboração de seus países em pesquisa, desenvolvimento e sustentabilidade de tecnologia de bioenergia; incluindo biocombustíveis para aviação e cooperação em terceiros países, como a promoção de capacidades na África Ocidental no âmbito da Parceria Global de Bioenergia. Exaltaram os esforços conjuntos que resultaram na conclusão da primeira fase dos estudos de viabilidade para produção de bioenergia em terceiros países no âmbito do Memorando de Entendimento para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis.

Os Presidentes realçaram a importância de sua cooperação regional em energia renovável por meio da identificação de potenciais recursos financeiros de organizações multilaterais. Em relação a eficiência energética, comprometeram-se a apoiar esforços regionais para aumentar a cooperação no setor de energia e incrementar a colaboração sob os auspícios da Parceria em Energia e Clima das Américas.

Como parte dos diálogos presidenciais, os líderes determinaram o estabelecimento de um Diálogo de Cooperação em Defesa (DCD) e anunciaram sua primeira reunião para o dia 24 de abril, no Brasil. Tomaram nota da importância de um diálogo aprimorado para permitir uma cooperação bilateral em defesa mais próxima entre os dois países, baseada no respeito mútuo e na confiança. Observaram também que o DCD servirá como um foro para o intercâmbio de visões e para identificar oportunidades de colaboração em assuntos de defesa no mundo.

Reiteraram a forte determinação dos dois países em apoiar esforços internacionais para o desarmamento e a não-proliferação, com vistas a alcançar a paz e a segurança em mundo sem armas nucleares. A esse respeito, expressaram apoio ao ciclo de revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e aos objetivos identificados no Plano de Ação adotado pela VIII Conferência de Revisão do TNP, que inclui a entrada em vigor do Tratado Abrangente para a Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), o início de negociações de um tratado para proibir a produção de materiais físséis para armas nucleares ou outros propósitos explosivos, e iniciativas correlatas. Decidiram intensificar a cooperação bilateral e multilateral na área de proteção física e segurança nuclear, bem como no uso de energia nuclear para fins pacíficos.

Balanco consolidado por P. R. Almeida-2012

The New York Times, April 9, 2012
Brazil and U.S. Accentuate the Positive
By SIMON ROMERO and JACKIE CALMES

RIO DE JANEIRO — Dilma Rousseff's first visit to Washington as Brazil's president was certainly cordial enough.

She had lunch at the White House on Monday with President Obama. The United States said it was opening two new consulates in Brazil in an effort to lure more free-spending Brazilian tourists. And the two countries even forged an agreement to bolster the trade of cachaça, Brazil's signature sugarcane tipple, and Tennessee whiskey.

But the friendliness belied a sense that the United States, whose once-dominant sway in Latin America is ebbing, and Brazil, the hemisphere's rising power, still do not see eye to eye on a range of important issues, from Middle East diplomacy to trade with Cuba and Brazil's ambitions of obtaining a permanent seat on the United Nations Security Council.

"Brazil sees itself as having arrived or close to arriving," said Peter Hakim, president emeritus of the Inter-American Dialogue, a research and policy organization in Washington. "The United States sees Brazil as big, the most important country in Latin America, but not anything like a global power."

This disconnect was revealed in one account after another in the news media here about the visit, in which commentators lamented the fact that Ms. Rousseff was not received with the pomp of a White House state dinner, recognition granted by the Obama administration to the leaders of South Korea, India and Britain.

"The bilateral reality is far from being a disgrace, despite the points in dispute, but there's a considerable lack of mutual respect," Caio Blinder, a columnist for the magazine *Veja*, said in an essay describing the "downgrade" of Ms. Rousseff's visit.

Still, both governments emphasized the positive aspects of Ms. Rousseff's visit, which came a year after Mr. Obama visited Brazil. The level of diplomatic exchanges, sharing of classified military and defense information and overall trade is far more expansive than in some other parts of Latin America, like Venezuela and Ecuador, where relations remain at a low point.

The United States does not have a trade agreement with Brazil, despite reaching such deals with 11 other countries in Latin America, but trade with Brazil, which recently surpassed Britain as the world's sixth-largest economy, is nevertheless thriving.

At one point this year, the United States surpassed China as Brazil's top export market, because of rising purchases of Brazilian oil and manufactured goods. By the end of the first quarter of this year, China regained the top spot, but the relationship is not without problems, with

tensions emerging over cheap Chinese imports and land acquisition by Chinese investors.

Meanwhile, the United States had a trade surplus of over \$8 billion with Brazil in 2011, reflecting a surge of American exports into Latin America's largest country. Faced with rising land and labor costs, Brazil, biofuels powerhouse, even imported a record 1.1 billion liters, about 264 million gallons, of ethanol from the United States last year.

But these trade patterns disguise tension. The strength of Brazil's currency, the real, has been a blessing for Brazilians snapping up properties in Miami and New York. At the same, the real's vigor has limited the competitiveness of Brazilian exporters by making their products costlier in foreign markets.

Mr. Obama and Ms. Rousseff met privately for two hours at the White House, and afterward sat in the Oval Office to speak briefly with reporters. Mr. Obama effused about "the extraordinary progress that Brazil has made under President Rousseff." Ms. Rousseff echoed his calls for continued economic cooperation between the countries.

Ms. Rousseff also cited oil and gas production as "a tremendous opportunity for further cooperation," with the United States both supplying equipment and know-how to extract the energy sources, and then buying some of the product. She welcomed the recent American reductions in tariffs on Brazil's ethanol.

Yet the leaders' eyes rarely met, and Ms. Rousseff rarely looked at Mr. Obama as he spoke. He looked intently at her during her remarks, nodding in agreement at times. But he seemed to bristle when she expressed concern that America's "monetary expansion policy" could impair growth in emerging economies like Brazil's. Monetary policy is the responsibility of the Federal Reserve; the White House and Congress deal with fiscal policy.

No breakthroughs were revealed regarding Brazil's policies in the Middle East, which seem to have undergone some fine-tuning under Ms. Rousseff from those of her predecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, who in 2010 tried to forge an ambitious uranium exchange deal with Iran.

While Iran's president, Mahmoud Ahmadinejad, notably bypassed Brazil on a recent tour of Latin America, and Brazil voted recently in the United Nations to censure President Bashar al-Assad of Syria, qualms persist in Brasília about intervening in Middle East conflicts.

Meanwhile, Washington has been reluctant to explicitly support Brazil's bid for a permanent seat on the Security Council, even after the United States backed India's bid two years ago.

Brazil also supports India's bid and argues that the Security Council should be expanded to include various new members. But Susan E. Rice, the United States ambassador to the United Nations, criticized Brazil, as well as

India and South Africa, during their temporary tenures on the Council after they blocked efforts last year to pressure Mr. Assad's government.

Other issues weigh on relations, like a new Florida law targeting companies that do business with Cuba by preventing local governments from hiring them. The law could complicate matters for Odebrecht, one of Brazil's largest construction companies, which is upgrading the Port of Miami at the same time it is building Cuba's Port of Mariel.

Ms. Rousseff will focus on higher education, one of the brightest areas of cooperation between Brazil and the United States, in a visit on Tuesday to Harvard and M.I.T., where she will discuss Science Without Borders, a program that aims to send about 100,000 Brazilians to study at foreign universities. As many as half are expected to study in the United States.

"Science Without Borders will do more to advance relations between the two countries," said Maurício Santoro, a professor of international relations at Fundação Getúlio Vargas, an elite university here, "than every other diplomatic agreement under discussion."

Simon Romero reported from Rio de Janeiro, and Jackie Calmes from Washington

Em reunião com empresários nos EUA, Dilma propõe 'diálogo entre iguais'

Discurso animou empresários prejudicados pelo discurso antagonista aos EUA do governo Lula

08 de abril de 2012 | 22h 29

Denise Chrispim Marin e Vera Rosa, de O Estado de S. Paulo

WASHINGTON - Em reunião com 23 empresários brasileiros, na noite deste domingo, 8, a presidente Dilma Rousseff afirmou que seu governo pretende construir um "diálogo entre iguais" e uma relação mais ampla com os Estados Unidos. Em mais de uma hora de conversa, com um longo beija-mão ao final, Dilma salientou a oportunidade aberta pela recuperação gradual do mercado americano e por seu elevado potencial no campo da inovação tecnológica. Alertou os empresários, porém, sobre a necessidade de o Brasil recuperar os níveis históricos de exportação de manufaturas aos EUA, conforme relato de um participante da reunião.

Veja também:

Nos EUA, Dilma testará discurso mais conciliador

Dida Sampaio/AE

Dilma recebeu empresários brasileiros no hotel onde está hospedada

Para a presidente, será imprescindível para o setor privado brasileiro aprofundar sua parceria com o americano. Sua mensagem animou especialmente os empresários mais prejudicados pelo discurso antagonista aos EUA do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. "O tom político mudou. Voltamos aos tempos anteriores ao Lula", festejou um empresário ao Estado. "O mundo está se dividindo em blocos regionais. Há o asiático e o europeu, e não nos resta alternativa senão integrar as Américas. A resistência do governo em se aliar aos EUA é ridícula", afirmou outro líder empresarial.

Dilma elogiou ainda a capacidade de os EUA enfrentar a crise econômica mundial e sair de turbulências e disse que, nesse capítulo, todos têm muito a aprender com os norte-americanos. Do lado dos empresários, Dilma ouviu queixas pelo menos cinco temas específicos. Em especial, um pedido para insistir, na conversa de segunda-feira, 9, com o presidente dos EUA, Barack Obama, na necessidade de conclusão do acordo para eliminar a bitributação das empresas.

O presidente da Coteminas, Josué Gomes da Silva, insistiu na demora no processo de emissão de patentes de novos produtos no Brasil e na inexistência de um acordo para evitar a bitributação entre os dois países. O primeiro depende da reforma dos procedimentos adotados pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), e o segundo diz respeito a uma negociação iniciada no final dos anos 90 e sem chances de ser concluída por impasse entre as posições da Receita Federal e do americano IRS.

Marco Stefanini, presidente da Stefanini IT, insistiu na necessidade de investimento em inovação no campo da tecnologia de informação. Mas, no debate, foi acentuada a via da maior presença das empresas nas pesquisas das universidades brasileiras e da mudança dos critérios para medir a produtividade dos cientistas. Dilma concordou e afirmou ser preciso o aumento do "apetite" das empresas por inovação. O presidente da Braskem, Fernando Musa, acentuou os benefícios do investimento, neste momento, nos EUA.

Descontraída, Dilma lembrou que participa dos fóruns de altos executivos (CEOs) dos dois países desde que era ministra-chefe da Casa Civil, no governo Lula. Um empresário observou, então, que o fórum "dá sorte" porque Dilma era chefe da Casa Civil e hoje é presidente. Antônio Patriota, por sua vez, era embaixador do Brasil nos Estados Unidos na época e, agora, é o ministro das Relações Exteriores.

"Quando Lula esteve aqui, havia problema com o suco de laranja, que hoje não tem mais, e também da carne, que hoje está diminuindo", comentou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade. "Hoje, o Brasil é a sexta economia do mundo e queremos que seja considerado como um país de primeira classe mundial."

Para Andrade, a mensagem de Dilma foi a de que é preciso unir esforços com os Estados Unidos para enfrentar a crise econômica. "A América tem de liderar a recuperação mundial", argumentou Andrade.

Dilma visita universidades e convida MIT para se instalar no Brasil

Rosana Hessel - Enviada Especial - Publicação: 10/04/2012 17:31
Atualização: 10/04/2012 17:35

Boston -- A presidente Dilma Rousseff iniciou a agenda do segundo dia de visita aos Estados Unidos em Boston, Massachusetts, com o objetivo de fazer parcerias com dois centros de excelência em educação norte-americanos: o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a Universidade de Harvard.

Nas duas instituições, a presidente será recebida por pouco mais de 50 estudantes brasileiros na cidade, sendo 34 bolsistas do programa "Ciência sem Fronteiras". Lançado por Dilma em julho de 2011, o "Ciência sem Fronteiras" tem como objetivo oferecer, até 2015, 100 mil bolsas de estudo para brasileiros no exterior nas áreas de ciências, dos quais 25 mil patrocinadas pela iniciativa privada. Desse total, 20 mil serão para os Estados Unidos. Os 555 primeiros bolsistas selecionados pelo programa chegaram aos EUA em janeiro. A previsão é que até o segundo semestre deste ano outros um mil alunos sejam selecionados, totalizando 1,5 mil alunos de graduação sanduíche. Atualmente, existem 8,7 mil estudantes brasileiros nos EUA com recursos próprios e 791 bolsistas, conforme dados do Itamaraty.

Logo que chegou a Boston, por volta das 10h30, Dilma se reuniu com a presidente do MIT, Susan Hockfield. "Para o Brasil é muito importante o que estamos fazendo aqui. Abre um caminho que eu estou certa de que irá expandir cada vez mais", disse Dilma antes da assinatura de dois acordos de cooperação para aumentar o número de estudantes brasileiros e o intercâmbio de conhecimentos tecnológicos. Um deles foi a renovação da colaboração com o Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA), de São José dos Campos (SP). A previsão do reitor do ITA, Carlos Palermo, é que ela será uma oportunidade para melhorar ainda mais a qualidade do ensino do instituto além de dobrar o número de vagas de pouco mais de 100.

A presidente teve um encontro com 20 acadêmicos do MIT. Entre eles, o ex-ministro do governo Lula e ex-professor do presidente dos EUA, Barack Obama, Mangabeira Unger. No encontro a presidente fez um convite para que o MIT se instale no Brasil e houve uma sinalização positiva, de acordo com um dos presentes.

Depois do MIT, a presidente seguiu para a State House, sede do governo de Massachusetts, onde foi recebida pelo governador Deval Patrick para

um almoço. Durante o brinde, ele elogiou a economia brasileira, hoje a sexta maior do mundo. “O Brasil é um dos nossos parceiros internacionais mais importantes”, afirmou.

Dilma procurou destacar a importância de sua visita ao estado por dois motivos: pela excelência acadêmica e pela enorme comunidade brasileira nos EUA. Somente na jurisdição de Boston, moram 350 mil brasileiros. Em seu discurso, Dilma ressaltou que durante a visita ao presidente norte-americano, Barack Obama, em Washington, teve uma rica e diversificada agenda bilateral. “Nos encontros de hoje com a comunidade acadêmica vejo delinear-se essa parceria para o século XXI”, afirmou.

Mais tarde, às 16h30, Dilma vai para Cambridge, para se encontrar com a doutora Drew Faust, presidente da Universidade de Harvard, onde as duas também assinarão atos. Às 18h (19h de Brasília), a presidente brasileira fará uma palestra para uma plateia de 700 pessoas na Harvard Kennedy School of Government.

A presidente Dilma veio a Boston acompanhada dos sete ministros que estão com ela desde Washington: Antonio Patriota (Relações Exteriores), Fernando Pimentel (Desenvolvimento), Aloizio Mercadante (Educação), Marco Antonio Raupp (Ciência e Tecnologia), Agnaldo Ribeiro (Cidades), Gleisi Hoffman (Casa Civil) e Maria Helena Chagas (Secretaria de Comunicação). O avião presidencial deverá retornar ao Brasil ainda hoje, por volta das 23h (24h de Brasília).

A "agenda do século 21" entre Brasil e EUA
Enviado por luisnassif, ter, 10/04/2012 - 10:16

Por Marcia - Da BBC Brasil

Nos EUA, Dilma defende 'agenda do século 21', mas velhos temas ainda incomodam

Pablo Uchôa

A presidente Dilma Rousseff encerrou nesta segunda-feira à noite a primeira perna de sua visita de dois dias aos EUA, reunindo-se com empresários e com o presidente americano, Barack Obama, na capital, Washington.

A presidente dedicou praticamente toda sua programação pública a defender uma "agenda do século 21" entre Brasil e Estados Unidos. Mas não conseguiu evitar que os temas da velha política internacional continuassem presentes, como lembretes dos obstáculos para a relação bilateral.

p>No encontro de Dilma e Obama, tão importantes quanto os assuntos que foram discutidos são os que não foram sequer mencionados: o programa

nuclear do Irã, a posição de Cuba na política continental e a vaga permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Foi a própria Dilma quem disse a jornalistas, em uma entrevista no meio da tarde, que nenhum dos três temas – fontes de desconforto no passado – havia sido discutido na reunião de trabalho ou no almoço entre os dois líderes.

A agenda positiva de Dilma nos EUA se centrou na cooperação em áreas em que Brasil e Estados Unidos têm maior potencial de integração: aeroespacial, energia e biocombustível, defesa, atuação em segurança alimentar em terceiros países, entre outras.

Além dessas, a grande aposta desta visita são as possibilidades de parcerias nas áreas de educação, ciência e tecnologia – foco da continuação da viagem de Dilma nesta terça-feira em Boston.

Ela vai visitar as universidades de Harvard e a sede do Massachusetts Institute of Technology, instituições que receberão bolsistas do programa Ciência Sem Fronteiras.

A iniciativa brasileira é complementada pelo programa 100.000 Strong (algo como, "Fortes como 100 mil"), que tem a ambição de levar 100 mil estudantes americanos a estudar na América Latina e Caribe dentro dos próximos dez anos, e receber nos EUA igual quantidade de bolsistas da região.

No plano empresarial, as iniciativas bilaterais têm por objetivo fortalecer a cooperação entre empresas, para que as brasileiras possam avançar em termos de inovação, absorvendo o ímpeto da "grande criatividade e grande competitividade" da economia americana, nas palavras da presidente.

Em sua conversa com os jornalistas, Dilma disse que tem com o presidente Barack Obama "uma relação de alta qualidade, muito sensível". Obama, que qualificou o antecessor de Dilma, Luiz Inácio Lula da Silva, de "o cara", já se encontrou três vezes com a colega brasileira como presidentes.

Ele foi ao Brasil em março do ano passado, quando Dilma tinha pouco tempo de governo – o que analistas consideraram um gesto importante.

"Foi a primeira vez que um diálogo entre os EUA e um país latino-americano começou com um presidente americano fazendo a primeira visita", resumiu o o diretor do Brazil Institute, do Woodrow Wilson Center, Paulo Sotero, em conversa com a BBC Brasil.

Na declaração à imprensa após a reunião na Casa Branca, Dilma lembrou daquela visita, quando teve a "oportunidade" de conhecer Michelle Obama e o resto da família.

Descompasso

Ternura à parte, como a própria Dilma lembrou, "temos muitos pontos de convergência, e muitos em que não convergimos em nossas posições".

"Representamos nações diferentes e não podemos acreditar que todo mundo é Joãozinho-do-passo certo, aquele que só anda no passo certo. Nós não somos Joãozinho-do-passo certo", disse Dilma, "nem errado".

Entre os temas em que os dois não acertaram o passo está Cuba. Respondendo a uma pergunta sobre se houve um pedido formal para a inclusão de Cuba na próxima Cúpula das Américas – a ilha está fora do evento no fim desta semana na Colômbia –, Dilma respondeu que o governo brasileiro havia, sim, levantado a questão.

"Houve uma constatação de que todos os países têm relação formal com Cuba, e que portanto esta era a última cúpula em que Cuba não participaria", afirmou Dilma.

Formatos alternativos

Quando os jornalistas perguntaram o que Obama havia dito, Dilma respondeu: "Nada. Ele não respondeu nada, isso não é uma pergunta."

Se o tema de Cuba caiu no silêncio do interlocutor americano, a da vaga permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU nem sequer foi mencionada, disse Dilma, assim como o programa nuclear iraniano.

Mais cedo, em uma alusão ao papel brasileiro na estabilidade mundial, a secretária de Estado americano, Hillary Clinton, disse apenas que o Brasil "é um ator responsável".

Desde o início do governo Dilma, o Brasil passou a ter uma atuação de oposição menos frontal a propostas americanas de sanções nos fóruns internacionais e organizações multilaterais.

Em fevereiro deste ano, o país inclusive votou contra a repressão violenta a opositores por parte do regime sírio. A resolução aprovada por outros 136 países pede a renúncia de Bashar al-Assad.

Mas o apoio brasileiro para aí. Relatando a jornalistas que discutiu com Obama questões a respeito "do Oriente Médio e Norte da África", Dilma disse que "não temos posições coincidentes a esse respeito".

"O Brasil sempre prefere esforços diplomáticos determinados, no sentido de que a gente deve evitar sempre o conflito", resumiu a presidente.

Relação especial

Tudo isto mostra que existem duas vias de relação entre o Brasil e os EUA: a agenda positiva abunda em prospectos de integração; a de discordância, não dá sinais de que possa mudar.

Analistas em Washington especulam se estes desentendimentos são a razão por que o governo americano não dedicou à presidente Dilma uma recepção de Estado, o que elevaria de vez a relação entre os dois países a "especial" – palavra que tem sido usada nas últimas semanas para descrevê-la.

Os EUA deram esse tratamento à Índia e à China, por exemplo, países com os quais dificilmente se pode falar em concordância de agendas. Analistas também apontaram que o premiê britânico David Cameron recebeu, semanas atrás, esse status – apesar de o Brasil ter recentemente ultrapassado a Grã-Bretanha como 6ª maior economia do mundo.

Há poucos indícios de que Dilma, pragmática e centrada nos resultados do seu trabalho, dê importância a questões deste tipo. Na declaração à imprensa, enquanto Obama fez um curto discurso diplomático, Dilma criticou o que chama de "protecionismo cambial" – as medidas de expansão monetária tomadas pelos países ricos que desvalorizam suas moedas, tornando suas exportações mais competitivas.

Um analista crê que, ao focar o relacionamento com os EUA nos aspectos positivos de cooperação e inovação, Dilma ajudará o país a se desenvolver. Crescendo, mais cedo ou mais tarde o país se tornará um ator indispensável no cenário internacional – tal e qual ocorreu com Índia e China.

É um pouco, ele admite, a estratégia do Lobo Zagallo à frente da seleção brasileira: "Vocês vão ter que me engolir".

What Brazil wants from White House visit: dinner
By Brian Winter | Reuters – Fri, Apr 6, 2012

Related Content - Brazil's President Dilma Rousseff ...

WASHINGTON (Reuters) - Brazilian President Dilma Rousseff will have a long wish list when she visits the White House on Monday, but there's one goal that stands above the rest:

Dinner with Barack Obama.

It's not likely to happen. The U.S. president's decision not to fully roll out the red carpet for Rousseff in Washington symbolizes the relationship between two giant democracies that by most accounts want to become better allies, but have yet to find the common cause - or magic personal moment between leaders - that brings them closer together.

More weighty topics such as Syria, U.S. monetary policy, multi-billion-dollar defense deals, and Brazil's offshore oil boom will also be on the agenda for the bilateral meeting.

But the real buzz has centered on what Brazilian officials perceive as a snub of protocol, which they say represents Washington's failure to fully recognize their country's recent economic rise and growing clout in global affairs.

Rousseff's schedule on Monday - which consists of a White House meeting with Obama, a working lunch and a conference with business leaders - contrasts with the reception given to British Prime Minister David Cameron last month.

Cameron was treated to a formal, black-tie state dinner, although his trip was not a full state visit. Obama also flew Cameron to a college basketball game in Ohio where the two leaders were photographed smiling, eating hot dogs and chatting with fans.

Brazilian officials, speaking on condition of anonymity to frankly discuss diplomatic issues, say they realize their country does not enjoy the "special relationship" long afforded to Britain. But they pointed out that Brazil did officially surpass Britain last year to become the world's sixth-biggest economy, neatly capturing why their country should be treated as just as important a partner in years to come.

"There's a feeling that most people in Washington don't appreciate what's happening in Brazil," said one official close to Rousseff. "It didn't have to be a state visit, but Obama could have taken her to dinner, or to the Kennedy Center."

Rousseff is scheduled to have a formal dinner at the Brazilian embassy in Washington on Monday night.

Asked about Monday's agenda, White House spokeswoman Erin Pelton said the meeting will be Obama's third bilateral encounter with Rousseff since she took office in January 2011. The meeting "will deepen a partnership that has never been stronger," Pelton said.

State visits are generally not given during presidential election years, another U.S. official said. Leaders from other key U.S. allies such as Japan, Canada, Australia, Turkey and South Korea have also visited Washington in recent years without receiving a full state visit.

A COUNTRY ON THE RISE

Still, recognition is particularly important to Brazil because of the relatively recent nature of its rise.

Just a decade ago, its economy was barely average by Latin American standards, tainted by years of hyperinflation and political instability. Today, it accounts for more than 40 percent of the region's gross domestic product, it is a member of the increasingly influential BRICS group of large emerging markets, and it is actively seeking a commensurate role in global bodies such as the United Nations and World Bank.

The transformation in Brazil's profile has come at a time when the United States is concerned with its own economic problems and with conflicts in the Middle East, feeding Brazilians' fears that Washington is simply too distracted to notice.

Meanwhile, Brazil's rise has generated some skepticism, especially among Republicans, because of its independent and sometimes obstructionist stance on hot-button foreign policy issues. Rousseff's predecessor, Luiz Inacio Lula da Silva, tried to mediate talks over Iran's nuclear program in 2010, irking the West. Brazil has more recently been a critic of sanctions against Syria and Iran.

Rousseff and Lula both hail from a leftist party that has traditionally distrusted the United States, and has focused on building so-called "South-South" ties among poorer nations. But Rousseff has surprised some observers by distancing herself somewhat from Iran since taking office while placing greater emphasis on human rights.

Indeed, senior officials from both Brazil and the United States told Reuters they believe they have much more in common, and that they are actively looking for ways to work together more closely on issues such as trade, energy and investment.

Moises Naim, a senior associate at the Carnegie Endowment for International Peace, said Brazil is in an early stage of its development in which the United States should be working overtime to ensure that it solidifies a strategic relationship for the next 20 to 30 years, instead of allowing Brazil to drift closer to China and other members of the BRICS.

That group, which met last week in New Delhi, also includes Russia, India and South Africa.

"There should have been a dinner for Brazil," Naim said. "Symbols and gestures in interactions among heads of state matter just as much as what's actually on the agenda."

VISAS AND OIL

The United States does plan to make at least one gesture that will please Brazil. Washington will announce new steps that will make it easier for Brazilians to obtain visas to visit the United States, a second U.S. official told Reuters, without providing details.

The issue has been high on Rousseff's agenda because of the symbolic value, and also because it will further facilitate growing tourism and trade between the two countries.

The rest of the agenda will be more complicated, with areas of possible cooperation stymied by recent events.

For example, Obama administration officials are eager to discuss how the United States can play a greater role in extracting oil off Brazil's coast. But the issue has been tainted by Chevron's recent oil spills off Brazil's coast, which have resulted in lawsuits worth a potential \$22 billion and criminal charges against the company and its executives.

Brazil, meanwhile, wants to deepen its military and strategic ties with the United States but was frustrated by the U.S. Air Force's decision in February to cancel a major contract with Brazilian aircraft maker Embraer. The Air Force said an error in the contract's paperwork was to blame and has launched an investigation.

Rousseff is also likely to lodge a complaint over the United States' expansionary monetary policy, which she blames for creating a glut of global liquidity that has made Brazil's exports less competitive abroad.

Dealing with such thorny issues in private may increase the need for a symbolic gesture when it's all over, Naim said.

"They're not really going to accomplish anything," he said. "That would have a more formal reception even more effective ... as a message that the United States really gets Brazil."

El precio de la gasolina ronda el dólar por litro en varias regiones de EE UU. Se calcula que si sigue así, los conductores gastarán 75.000 millones más en gasolina en 2012, lo que equivale a un 0,5% del PIB. El problema es que ese precio se superará fácilmente durante el verano, sobre todo con la temporada de huracanes en el golfo de México. >>>>>>

EE UU, despegue incierto

Obama debe convencer a los votantes de que la economía mejora si quiere ser reelegido

Sandro Pozzi Nueva York 8 ABR 2012 - 01:41 CET1

O Barão do Rio Branco e a americanização da política externa brasileira

NATHÁLIA HENRICH 1

1 Mestre em Ciência Política (Universidad de Salamanca), Mestre em Sociologia Política (UFSC),
Doutoranda em Sociologia Política (UFSC). Bolsista do CNPq.

2 A Revista Fon-Fon!, de 17/09/1912 esclarece que “ninguém o conhecia senão por Barão. A simples enunciação das palavras – o Barão – já todo o mundo sabia que se tratava de Rio Branco. O Barão era ele, exclusivamente ele”. Assim, ao longo do trabalho ao citar o Barão, sempre se estará referindo ao Barão do Rio Branco.

Introdução

A chamada Era Rio Branco compreende o período entre 1902 e 1912, quando o Brasil teve como Ministro dos Estrangeiros José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco. Durante os quase dez anos ininterruptos em que esteve à frente do Ministério, Rio Branco deixou marcas profundas na história política brasileira e também no imaginário popular. Foi um período de afirmação do Brasil no cenário internacional, de tentativa de consolidação de uma imagem que negasse a anarquia após a mudança de regime e mostrasse ao mundo que a República brasileira merecia seu lugar entre as “grandes nações civilizadas”. Este era o grande projeto de Rio Branco, a elevação do Brasil à categoria de país civilizado aos olhos da comunidade internacional e para logr -lo, atuou em diversas

frentes, com uma política cultural intensa, mas também através da realização de obras públicas, como foi o caso da reforma do Palácio do Itamaraty. Outro ponto fundamental de sua obra diplomática, iniciada antes mesmo de que assumisse o cargo de Ministro, foi a consolidação definitiva das fronteiras nacionais sem recorrer ao uso da força e logrando manter uma relação pacífica com os vizinhos envolvidos. Além disso, ele foi responsável pela mudança radical no padrão de atuação externa do Brasil, voltando-se para os Estados Unidos em detrimento dos parceiros históricos europeus.

A figura do Barão ocupou, assim, papel fundamental na construção da imagem da república nascente e fornecia material para o fomento de um nacionalismo crescente em época de prosperidade no país. Isto o elevou à categoria de herói nacional e o fez gozar de um prestígio praticamente inabalável entre seus contemporâneos. Esta aura quase mítica chegou aos dias atuais e elevou Rio Branco ao papel de personagem histórico e político sobre o qual não restava nada a ser dito. Ou, pior, sobre o qual era melhor não dizer mais nada e não correr o risco de manchar uma trajetória baseada no sucesso, na coerência e na infalibilidade. Não por acaso, em contraposição às inúmeras biografias – algumas bastante duvidosas do ponto de vista histórico ou que levam muito longe a ideia de história como mestra da vida – não há tantos estudos recentes sobre sua obra. Foi este “interdito informal”, em muito fomentado pelo culto a Rio Branco promovido pelos meios diplomáticos que motivou o tema da dissertação de mestrado que serve de base para este artigo.

Neste trabalho buscou-se contribuir para suprir esta lacuna de estudos sobre Rio Branco ao trazer à luz um dos temas mais importantes dentro de sua atuação, a saber, a questão da aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Esta reorientação da política externa brasileira promovida pelo Ministro foi uma das marcas da sua administração e gerou um intenso debate, razão pela qual foi eleito entre tantos outros temas que poderiam ser trabalhados, já que o tema permite problematizar a imagem de unanimidade atrelada a Rio Branco.

Uma das preocupações do trabalho é a reconstituição o mais fiel possível dos debates em torno do tema das relações Brasil-Estados Unidos, a fim de demonstrar que várias posições tomadas pelo então Ministro das Relações Exteriores, foram, sim, alvo de críticas e geraram polêmicas.

A hipótese inicial que norteou a pesquisa foi a de que as diretrizes da política externa na chamada Era Rio Branco (1902-1912) para as relações entre Brasil e Estados Unidos foram afetadas pelas visões de mundo, formação e trajetória político-intelectual de Rio Branco. porém, chegou-se à conclusão de que não foram determinantes. Apesar de sua sólida formação europeísta, Rio Branco era também um pragmático que reconhecia as mudanças ocorridas na geopolítica mundial e suas ações consistiam em uma tentativa de equilibrar simpatias e aspirações pessoais com um aguçado sentido da realidade. Trabalha-se ainda com a ideia de que as posições tomadas pelo Ministro não deixaram de ser contestadas e

foram influenciadas pelo debate gerado no contexto histórico e intelectual do qual fazia parte.

Como parte da preocupação de promover um estudo das ideias políticas de maneira historicamente orientada e com uma abordagem contextual, busca - se estudar as ideias em seu contexto sociológico, do qual o contexto intelectual é parte constitutiva. Neste sentido, há uma aproximação com postulados do Contextualismo Lingüístico, também conhecido como Escola de Cambridge de história do pensamento político, da qual autores como John Dunn, J.G.A. Pocock e Quentin Skinner são expoentes.

O pressuposto básico desta Escola foi o de rechaçar as interpretações meramente filosóficas das ideias políticas. Foi, entretanto, Quentin Skinner quem deu a maior contribuição para a sistematização da metodologia do que é genericamente³ chamado de Escola de Cambridge. Em 1966, em *The limits of historical explanation*, o autor já começava a criticar um dos alvos de estudo preferido dos historiadores de Cambridge: as grandes ideias e autores, tomados de forma desvinculada de seus contextos e partindo da suposição de uma coerência interna inerente e permanente, bem como repudiava a construção de narrativas que explicavam as “grandes ideias” destes “grandes autores” pela influência recebida de outras “grandes ideias” de outros “grandes autores”.

(SILVA, 2010, p.5). Em, *Meaning and understanding in the history of ideas* (1969), Skinner critica o “textualismo”, especialmente na sua ideia central, de que o texto teria autonomia em relação ao contexto em que é produzido, o que embasaria o pressuposto de que determinados textos, os “grandes”, teriam um conteúdo atemporal e apenas ele seria digno do interesse histórico. Para ele, o “textualismo” levaria mais a criação de mitologias do que de história propriamente dita.

3 Não cabe aqui explorar as diferenças importantes entre os autores mencionados, fica apenas a ressalva de que nem sempre suas ideias podem ser tomadas como um todo homogêneo. Dada a natureza do seu objeto, a pesquisa encontrou respaldo na abordagem contextualista. Embora tenha sido uma figura histórica importante para o Brasil, Rio Branco não costuma ser considerado um “pensador político” no sentido mais estrito do termo. Mais do que tudo, sua obra política - e seu significado - foi mitificada e entendida como portadora da tal “infalível coerência interna” de que trata Skinner.

Ainda seguindo Skinner, buscou-se a mobilização daqueles “autores menores” que estavam inseridos no debate da época de forma relevante. A importância da reconstituição do debate e identificação das posições mais relevantes adotadas sobre este assunto está no suporte que proporciona para o entendimento da motivação de Rio Branco em aproximar-se da “grande irmã do norte”.

O debate sobre a “americanização” da política externa brasileira

Embora a reorientação da política externa brasileira da Europa para os Estados Unidos seja apontada como um traço marcante da Era Rio Branco, este movimento teve início já com a proclamação da República. Dada a identificação do novo regime brasileiro com a república implantada nos Estados Unidos, o país tornou-se referência para parte da intelectualidade e dos políticos no Brasil. Quando ministro, Rio Branco apostou na correção deste movimento de aproximação e o intensificou através de diferentes expedientes, o que não significa que tomava os Estados Unidos como modelo a ser imitado à perfeição ou que tenha praticado uma política de alinhamento.

Obviamente, entre os monarquistas a aproximação não era bem vista e para os reformistas a influência norte-americana era tida como um grande obstáculo as suas aspirações. Eduardo Prado, monarquista convicto e entusiasta da Restauração no Brasil, foi dos primeiros críticos sistemáticos do regime republicano e do estreitamento das relações com os Estados Unidos. Ainda que não tenham sido encontrados indícios de um debate direto sobre os Estados Unidos entre ele e Rio Branco, dada a estreiteza dos laços que os uniam, parece plausível entender que em algum momento tenham trocado ideias sobre o tema. É muito provável que Rio Branco conhecesse o posicionamento de Prado sobre os Estados Unidos, da mesma forma que conhecia e compartilhava suas posições sobre a república, a ponto de escreverem juntos sobre isso. Esta tese ganha força quando se observa a crítica feita “ao ilustre autor de *A Ilusão Americana*” por Rio Branco sob pseudônimo, porque este “mal informado andava” quando escreveu o trecho sobre a falta de solidariedade norte-americana na Proclamação da República no Brasil. (RIO BRANCO, 1948 b, p.135). Assim, mesmo que sem poder determinar até que ponto esta visão de mundo de Prado teve influência sobre Rio Branco, é razoável acreditar que esta era de seu conhecimento. Desta maneira, é importante destacar alguns dos pontos defendidos por Prado e que contribuíram para o debate na época.

A obra mais conhecida de Prado (1980, p.17) – e talvez a mais contundente da época sobre o tema – foi *A Ilusão Americana*, um verdadeiro libelo contra a “insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica”. Embora o grande objetivo da obra seja a denúncia da política exterior republicana, o texto é permeado pela ideia de fundo de que o regime republicano era pernicioso para o país. Desta forma, não havia motivos – aliás, havia motivos de sobra para o contrário – para “imitar” as instituições republicanas norte-americanas, nem para aproximações. Não por acaso, o livro foi apreendido pela polícia no mesmo dia do lançamento. É importante ter em mente que foi uma obra escrita de forma rápida, entre setembro e outubro de 1893, sem que o autor tivesse acesso a fontes. É um texto visceral, escrito no calor dos acontecimentos e que mantém o tom de denúncia até o fim. Era de certa forma, um manifesto, um desabafo de alguém que “foi ferido no cerne da sua alma, no seu ideal político e no seu ideal religioso, porque testemunhava a substituição do Brasil monárquico e católico por uma república anticatólica”. (CASASANTA, 1959, p.9).

A argumentação de Prado tem muito do “sentimentalismo” dos monarquistas, tal como observado por Brito Broca (2005) e tem diversos pontos de contato com as ideias de Rio Branco, o que reforça a hipótese de que este estivesse a par das teses de Prado. A sua preocupação com a questão nacional, com a tradição e com os elementos de uma cultura genuinamente brasileira era também constante. Como aponta Armani (2005), havia em A ilusão americana uma preocupação imediata com os rumos da política externa brasileira diante do processo de americanização. Porém, o discurso tem um cunho culturalista e remete à existência de tradições diferentes e irreconciliáveis entre os dois países, uma questão de fundo muito mais ampla. A impossibilidade de conciliação destas tradições tão distintas se baseava tanto em diferenças de língua, como de história e de índole. Desta maneira, a aproximação representava “um desvio da essência, do ser brasileiro”, já que ameaçava a identidade mesma do Brasil. (ARMANI, 2005, p. 170). Este posicionamento contrário à “imitação” das instituições norte americanas se assemelha à posição de Rio Branco, de que o Brasil não deveria “macaquear” os Estados Unidos ou suas instituições, como haviam feito outros países latino-americanos. (BUENO, 2002, p. 359).

Prado marca a diferença entre imitar e encarnar leis que seriam naturalmente assimiladas. Esta estratégia retórica é utilizada para defender a monarquia que, mesmo sendo uma “imitação” dos regimes europeus, é tratada como expressão legitimamente brasileira em contraposição à república nos moldes norte americana. É interessante que recorra a este expediente, já que era, assim como Rio Branco e tantos outros monarquistas, um profundo admirador da Europa. Mas, inteligentemente percebeu que se escolhesse o caminho do elogio à superioridade moral deste continente, seu argumento contra a “importação” de instituições cairia por terra. Também é fundamental recordar que para Prado e os monarquistas de modo geral, a adesão ao Império tinha um forte componente emocional e dogmático. Neste sentido, era fácil vincular o Brasil à monarquia sem recorrer à herança europeia, o Brasil era de fato monárquico e assim deveria permanecer. Para Armani (2005, p175), Prado não necessitou evocar a ancestralidade do regime monárquico, pois a ideia era apenas retornar ao que o Brasil era, ou seja, ser o que o Brasil era, para continuar sendo alguma coisa. Em última instância “era o Brasil o seu próprio modelo de Brasil”. (ARMANI, 2005, p. 175).

Este modelo aparece em referência a um outro, os Estados Unidos, cujo “exterior constitutivo”, conforme o designa Armani (2005), era formado por aquelas características que não se coadunavam com a tradição brasileira. Não se tratava simplesmente da forma republicana per se, mas da violência, da corrupção, do laicismo e da ruína, que estavam relacionadas a ela. Prado destaca especialmente três circunstâncias para ilustrar sua tese: o caso hispano-americano, o caso norte-americano e, por fim, o Brasil pós-1889. Prado (1980, p.18) entendia que as nações latino-americanas também haviam se corrompido quando se tornaram republicanas e o seu comportamento com os vizinhos apenas serve como

exemplo daquilo que para ele estava claro: “a fraternidade americana é uma mentira”. A própria Doutrina Monroe teria sido mal entendida e supervalorizada, já que “a nunca assaz ludibriada e escarnecida ingenuidade sul-americana viu nesta declaração um compromisso formal, solene e definitivo de aliança com os Estados Unidos”. (PRADO, 1980, p.27). Para Prado (1980, p.17), ainda que houvesse existido em tal expressão o sentido de um compromisso formal, o Brasil não deveria aderir a ele, pois “o fato de o Brasil e os Estados Unidos se acharem no mesmo continente é um acidente geográfico ao qual seria pueril atribuir uma exagerada importância”.

Outro posicionamento importante para o debate acerca do americanismo era o adotado por Manuel de Oliveira Lima. Historiador e diplomata, notório desafeto de Rio Branco, Oliveira Lima viu sua relação com o Barão mudar de uma cordialidade e admiração mútuas até dar lugar à críticas e intrigas. Os componentes deste enredo são, além de diferenças de opinião em relação aos caminhos da política externa brasileira, uma briga de egos igualmente inflados e uma disputa pessoal por prestígio. Os dois compartilhavam o gosto pela pesquisa histórica, tendo sido ambos membros do IHGB. Por este motivo começam a corresponder-se. As disputas internas na Academia Brasileira de Letras e as críticas de Oliveira Lima, especialmente à época da Conferência Pan-americana, foram elementos que ajudaram a azedar a amizade antes promissora. Além disso, pesava o fato de que desde que Rio Branco assumiu o Ministério, Oliveira Lima via postergado seu desejo de nomeação para um posto na Europa.

Não é possível afirmar que Oliveira Lima estivesse totalmente de acordo com a ilusão americana. Embora fosse capaz de observar os problemas dos Estados Unidos e de seu comportamento, inclusive o impulso anexionista, confiava nas virtudes norte-americanas, como o sentido de justiça, a jovialidade, o idealismo religioso e a inspiração democrática. (LIMA SOBRINHO, 1971). Esta atitude transparece em *Nos Estados Unidos*, impressões políticas e sociais, publicado em 1899, onde analisa diversos aspectos da cultura, política e instituições daquele país. Entretanto, não defendia que o país fosse “tomado como figurino”, pois tinha consciência das diferenças que o separavam do Brasil e que deveriam ser levadas em conta na hora de tomar decisões. (LIMA SOBRINHO, 1971, p. 77).

Uma interpretação semelhante faz José Veríssimo (2003, p.144) sobre *Nos Estados Unidos*, classificado por ele como “o melhor manual existente em português para conhecermos os Estados Unidos”. Veríssimo, crítico literário dos mais importantes, escritor, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras, era uma figura proeminente no mundo intelectual da Belle Époque brasileira. Embora não ocupasse nenhum cargo político, sua atividade intensa na imprensa fazia dele um poderoso formador de opinião e divulgador de ideias. Por isso, suas críticas a duas obras de

Oliveira Lima sobre os Estados Unidos, ambas publicadas no *Jornal do Commercio*, servem como fonte relevante para reconstituição da discussão em torno do tema das relações entre os dois países.

No texto intitulado *O país extraordinário*, ele analisa o livro *Nos Estados Unidos* e reconhece que, como “observador inteligente e de boa fé” que era Oliveira Lima, este era incapaz de “esconder que no sol há manchas”. Para ele, o autor apenas não as vê “tão grandes e sensíveis, como a outros se afiguram. E, ganho pelo otimismo ianque, essas mesmas lhe parecem fáceis de ser desfeitas e apagadas”. (VERÍSSIMO, 2003, p.144). O título escolhido para o ensaio de Veríssimo já dá uma certa ideia do juízo que ele próprio fazia dos Estados Unidos, um misto de admiração e receio, compartilhado por parte da opinião pública brasileira naquele momento imediatamente posterior à Proclamação da República. Assim, via duas atitudes dos Estados Unidos como as mais prováveis: “ou nos subjuga e domina, e então tudo admiramos sem restrições e talvez sem reflexão, ou nos ofende os hábitos e ofusca o ânimo e dá-nos, pois, a vontade de negar e deprimir.” (VERÍSSIMO, 2003, p.143).

A sua atitude perante os Estados Unidos é de disposição à compreensão, já que para ele, “como os homens extraordinários, também os países extraordinários precisam talvez de indulgências extraordinárias no modo por que os havemos de julgar”. (VERÍSSIMO, 2003, p.143). Ainda que elogie o esforço de compreensão realizado por Oliveira Lima, afirma que sua “empolgação” com o país “tirou-lhe, raras vezes, é certo, a liberdade espiritual no ajuizar dos próprios fatos americanos e de alguns dos nossos”. (VERÍSSIMO, 2003, p.147). Entre todas as ressalvas, Veríssimo termina por afirmar uma posição otimista em relação aos Estados Unidos, ainda que talvez não tanto quanto a de Oliveira Lima, ao afirmar ser este país “certamente o campo da mais bela, e até agora, mais bem sucedida experiência que a humanidade tem feito nos últimos séculos”. (VERÍSSIMO, 2003, p.151).

Ao longo dos anos, porém, a empolgação de Oliveira Lima foi arrefecendo e dando lugar à desconfiança em relação à Doutrina Monroe. Em 1907, na obra *Pan-americanismo*, ele expressa sua “convicção de que a doutrina Monroe não comporta, sem perigo, o desenvolvimento que recentemente se lhe quis atribuir e que é a projeção da crescente ânsia de centralização do Executivo nacional norte-americano”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 19).

Neste segundo livro tratando dos Estados Unidos, Oliveira Lima claramente assume posições mais duras e frontalmente contrárias ao que ele considera serem as aspirações norte-americanas no continente. Esta obra também mereceu a atenção de José Veríssimo e espaço no *Jornal do Commercio*, através da publicação de uma crítica. Contrastando com o texto de Veríssimo sobre a primeira obra de Oliveira Lima, *Nos Estados Unidos*, que foi intitulada *O país extraordinário*, esta segunda se chama *O perigo americano*. No texto, Veríssimo (2003, p. 557) recorre à geopolítica para explicar a Doutrina Monroe. Assim, segundo ele seria natural que “se sentissem eles chamados ao apel de maior nação do continente”.

(VERÍSSIMO, 2003, p. 558). Ainda sobre a Doutrina, faz uma análise da história política do país, relacionando a ideia do “destino manifesto” ao imperialismo. Conclui que se a declaração de Monroe é de 1823: é positivamente certo afirmar que o pensamento, já imperial, de domínio que essa doutrina continha em potência existia na mente nacional americana. Ao completar sua expansão na parte já ocupada por eles no continente e a força vinda da secessão criou-lhes a consciência do manifesto destino. (VERÍSSIMO, 2003, p. 559).

A análise desta constatação pode levar ao engano. Ao contrário do que poderia parecer, ela não expressa a aprovação do autor. Sua próxima observação o deixará claro. Ele cita no mesmo texto as palavras de John Fiske (VERÍSSIMO, 2003, p. 559), que declara “que um tempo virá em que se realize na terra um tal estado de coisas que seja possível falar dos Estados Unidos estendendo-se de polo a polo”. Ao que responde: Eu por mim piamente acredito que estes tempos não estão muito longe. Tudo na política americana os anuncia próximos. E quando vejo os Estados Unidos romperem com a tradição, muito recomendada pelos veneráveis pais da sua República, de se absterem de quaisquer procedimentos e intervenções exteriores [...] acabo de convencer-me das profecias não só de John Fiske, de Benjamin Kidd e de quase todos os sociólogos norte-americanos, mas dos seus estadistas, os Blaines, os Roosevelts, os Roots, todos ali igualmente capacitados de que o “manifesto destino” da sua grandíssima nação é virtual ou efetivamente avassalar a América. (VERÍSSIMO, 2003, p. 559-560).

Passados oito anos entre a publicação das duas obras, se fazem sentir claramente tanto na perspectiva de Oliveira Lima, como na de Veríssimo, os efeitos do papel crescente jogado pelos Estados Unidos no sistema internacional. Apesar da sensação de desconfiança sobre as pretensões norte-americanas, não deixa de perdurar uma certa admiração pelo país, agora considerado mais “perigoso” que “extraordinário”. Veríssimo e Oliveira Lima parecem fazer a mesma distinção entre a admiração pelas suas conquistas em termos de prosperidade material e liberdade, mas ambos condenam os rumos tomados pela Doutrina Monroe. Não parece correto afirmar que sejam contrários aos Estados Unidos, como forma de organização política e social, visto que veem com bons olhos muitos de seus elementos. Seria mais certo observar em ambos uma posição de franca oposição ao monroísmo, ou seja, aos postulados da Doutrina Monroe e aos seus possíveis efeitos sobre o Brasil e o continente. Para Veríssimo (2003, p. 562), o pan-americanismo, da forma como é entendido e desejado pelos Estados Unidos, inventado por Blaine e principal fator do imperialismo, é “a encarnação do „manifesto destino. de uns Estados Unidos estendendo-se de polo a polo”. Nos textos publicados às vésperas da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, Oliveira Lima sobe o tom das críticas e faz previsões funestas. O comportamento esperado por parte do governo norte-americano é que este tratará de seguir e fazer prevalecer no evento a “pretensão insistentemente aventada pelo Presidente dos Estados Unidos”, que na sua visão era “tornar efetiva a tutela americana, moral até ser material, sobre todo o resto do continente

independente”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 33). Para ele, algumas posições deveriam ser tomadas para evitar que o projeto norte-americano tivesse sucesso e conseguisse estender sua tutela sobre o continente “em nome do puro e sacrossanto credo de Monroe”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 33). Defendia que “a consciência do quanto devemos à Europa é o melhor freio a qualquer quixotismo” com relação ao monroísmo e, portanto, contrapõe o ideal americanista à herança europeia de que o Brasil seria devedor. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 73). Neste sentido, se aproxima de Eduardo Prado com relação às tradições brasileiras e à impossibilidade de adoção de certos valores que seriam estranhos à cultura nacional. Embora Prado estenda o argumento para criticar a República e Oliveira Lima se atenha à política exterior americanista de Rio Branco, ambos lançam mão do mesmo artifício, qual seja, contrapor os laços históricos que unem o Brasil e a Europa à falta de identificação com os valores representados pelos Estados Unidos.

O receio de Oliveira Lima reside ainda na possibilidade de um alinhamento a Washington, capaz de afastar o Brasil das relações mais antigas e já estabelecidas com países europeus e que tolhesse a soberania brasileira. Sua preocupação compreendia também os efeitos da Doutrina Monroe nos vizinhos americanos. No momento em que escreve estes textos está lotado na Venezuela e acompanha o debate sobre o papel dos Estados Unidos no continente não apenas sob a perspectiva do Brasil. Por isso, falava sobre a necessidade de “associação de todas as nações do continente”, a qual “despojará correlativamente a doutrina de Monroe do seu exclusivismo perigoso”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 73). Fazia ainda uma observação fundamental e que deveria ser tomada em conta pelos demais governos americanos como uma advertência à hora de avaliar sua adesão ao projeto dos Estados Unidos: “uma nação nunca se arma por mera generosidade de paladina de uma causa que não é rigorosamente sua e de povos que nem seus irmãos de raça são”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 73). No mesmo sentido vai a observação de Veríssimo, que adverte para os riscos de uma política de alinhamento que determinasse a pauta de atuação exterior brasileira. Para ele, mesmo que o discurso proferido por Rio Branco na abertura da Conferência Pan-Americana – aquele que motivou a dedicatória de Oliveira Lima em seu livro – tenha sido a “única manifestação realmente alta e notável dessa reunião”, esta atitude não seria o bastante para “contrastar o perigo americano”. (VERÍSSIMO, 2003, p. 561). E conclui que, se este perigo “pode ser contrastado, somente o será por uma política que não faça da amizade americana uma questão nacional”. (VERÍSSIMO, 2003, p. 562).

Somente assumindo esta postura de prevenção às intenções “exclusivistas” do governo norte-americano e tendo a firme convicção da herança devida à Europa é que, segundo Oliveira Lima (1980, p. 73), “daremos à famosa doutrina a sua verdadeira e nobre significação de seguridade continental, que o embaixador Nabuco divisa na afirmação da política do governo de Washington”. O diplomata aproveita o ensejo para lançar uma crítica a Joaquim Nabuco e sua defesa entusiasmada da amizade com os Estados Unidos e do monroísmo. Oliveira Lima cita a

declaração de Nabuco em uma reunião da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais da Filadélfia, a que foram convidados todos os representantes latino-americanos acreditados em Washington, a propósito da Conferência Pan-Americana que se realizaria no Rio de Janeiro: Sustentou de fato o sr. Nabuco “que estas democracias não devem absolutamente considerar o papel que os Estados Unidos tenham assumido no manterem a doutrina de Monroe, como de modo algum ofensivo ao orgulho e dignidade de qualquer delas; antes como um privilégio em cuja posse devem os Estados Unidos ser amparados pela simpatia e gratidão latino-americana”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p.67, grifo de Oliveira Lima).

As palavras do representante brasileiro apareceram em reportagem publicada posteriormente no Harper's Week classificadas como interessantes “por evidenciar uma apreciação muito mais viva da doutrina Monroe do que a exibida no Chile, Argentina e outras repúblicas latino-americanas”, conforme registra Oliveira Lima (1980, p.67). Sua resposta ao colega de carreira refuta seu argumento: “não me parece que o caso de gratidão se entenda com todas as repúblicas latino-americanas: para algumas, pelo menos, a expressão não teria significação”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p.67). Também Veríssimo não se havia furtado a crítica a Nabuco. “Ao contrário de seus co-provincianos, o sr. Arthur Orlando e o sr. Joaquim Nabuco, não tem o sr. Oliveira Lima a “ilusão americana”. Ao que acrescenta, para dirimir quaisquer dúvidas: “eu também não a tenho, e creio tê-lo dito primeiro que Eduardo Prado, num capítulo especial do meu livro A educação nacional, em 1891.” (VERÍSSIMO, 2003, p. 561).

A referência a Joaquim Nabuco é recorrente quando se trata do tema do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos. O papel de destaque que adquiriu neste debate traduz-se na sua escolha como primeiro embaixador brasileiro em Washington. À primeira vista, a parceria entre Nabuco e Rio Branco parecia perfeita. Entretanto, apesar de amigos de longa data, sua relação se deteriorou nos anos de Washington, muito em função de divergências com relação aos rumos das relações entre os países. Enquanto no Embaixador, o pan-americanismo era uma paixão crescente, o Ministro via a situação com olhos mais pragmáticos. São diversas as passagens no Diário de Joaquim Nabuco⁴ em que fica evidente seu descontentamento com a postura de Rio Branco, que não estaria dando a prioridade adequada aos Estados Unidos.⁵ Ele chega a enviar uma carta a Rio Branco expressando seu descontentamento e pedindo que lhe encontre substituto, caso estivesse pensando em mudar os rumos da política externa brasileira e a aproximação com Washington não fosse mais prioridade. (NABUCO, 1928). ⁴ Ver NABUCO, 2006, especialmente páginas 595, 596, 603, 638. ⁵ Para as diferentes perspectivas entre Rio Branco e Joaquim Nabuco, ver SILVA, 1995; LIMA, 1996. ⁶ Para Nabuco (2006, P. 588) “a escolha está entre o Monroísmo e a recolonização europeia”.

Havia uma diferença fundamental entre as perspectivas dos dois. Como Nabuco via o sistema internacional de forma imutavelmente hierarquizada,

a associação a Washington seria a única forma de o Brasil obter destaque entre os demais países. Por outro lado, Rio Branco não buscava alinhamento, apenas reconhecia as mudanças no mundo e queria estar ao lado da potência emergente para obter os melhores resultados desta relação. Com o seu apoio o Brasil poderia afirmar-se como um ator relevante na geopolítica mundial e garantir seu lugar como segunda potência na América, onde atuaria mais livremente com a “benção” dos Estados Unidos. Em suma, para Nabuco, o americanismo era um fim em si mesmo, para Rio Branco, um meio. Por isto, Lima (2006, p. 23) chega a identificar Nabuco como um dos precursores do chamado americanismo ideológico enquanto Rio Branco buscava apenas uma associação em pé de igualdade⁶.

As diferenças de perspectiva estavam também no plano simbólico. Mesmo com origens sociais parecidas e formação, filhos de grandes estadistas do Império que passaram pelas Faculdades de Direito e foram Deputados, suas visões sobre o Novo Mundo divergiam bastante. Carolina Nabuco (1928) afirma que diferentemente de seu pai, Rio Branco havia promovido a aproximação com os Estados Unidos contra suas simpatias pessoais, que eram europeias e aristocratas no último nível. Nabuco já vinha de certa forma desiludindo-se com as possibilidades da política na Europa e aprendeu a admirar os progressos da sociedade norte-americana na sua permanência em Washington, mas Rio Branco permaneceu muito ligado ao seu período de formação e longa permanência na Europa, que seguia sendo seu ideal de civilização. Como bem observa Pereira (2006), a aproximação defendida por Nabuco era mais radical, enquanto Rio Branco permanecia preso ao estilo sóbrio do seu temperamento e não buscava fixar problemas com soluções absolutas. Rio Branco via a política praticada pelos Estados Unidos com um misto de desprezo e admiração. Se por um lado, apreciava seus progressos materiais, entendia que sua “civilização” sempre careceria do “espírito europeu”. Os EUA não praticavam a diplomacia que o Ministro conhecia e admirava. Esta opinião transparece em despacho para a Embaixada de Washington, quando observa que “as afirmações da política externa norte-americana são feitas de ordinário, sem ambiguidades, com arrogante franqueza”. (LINS, 1996, p. 332). A despeito de sua simpatia pessoal, entretanto, não estava indiferente às mudanças ocorridas no mundo, como confirma seu despacho à Embaixada de Washington:

A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com quem devem contar e que necessariamente há de ter sua parte na política internacional do mundo inteiro. (LINS, 1996, p. 332).

Rio Branco era um conservador de formação europeísta que via o mundo de forma hierarquizada não só em matéria de poder político, mas de civilidade. O Brasil teria um lugar mais alto nesta escala que os demais países latino-americanos pela sua herança europeia e monárquica. Mais uma prova de que via de forma hierarquizada os países da América é que aceita o Corolário Roosevelt, sendo o único país da região a fazê-lo.

Segundo Fonseca Jr. (2002, p.406), o Ministro aceita os preceitos do Corolário porque que não acredita que ele se aplicaria ao Brasil, Chile ou Argentina, que eram países estáveis. Aliás, estes países eram alguns dos poucos que deveriam ser levados em consideração na sua política para a América:

*Pensamos que um acordo, no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. Assim, estaríamos bem, os Estados Unidos e o Brasil. Entrando muitos, seríamos suplantados pelo número, sempre que se tratasse de tomar qualquer resolução*⁷.

7 Carta de Rio Branco de 10 de março de 1906 em LINS, 1996, p. 512.

8 Carta de Rio Branco de 10 de março de 1906 em LINS, 1996, p. 512.

Aproximar-se de Washington era, portanto, uma forma também de garantir que o Brasil pudesse exercer esta liderança a que teria direito, em uma espécie de concessão dada pela potência do continente. Rio Branco via claramente a situação difícil na América e reconhecia que “um acordo geral, de todas as nações americanas, é mais impossível ainda que entre as europeias”, destacando que “o concerto europeu é formado apenas pelas grandes potências”⁸ e a dificuldade criada pela quantidade de atores no cenário da região. Deste modo, apenas aqueles considerados relevantes faziam parte do seu horizonte de atuação. Assim como o conjunto da sua gestão não deixou de receber críticas, a primeira Embaixada brasileira não passou incólume. O título de Embaixador parecia demasiado para um país do porte do Brasil, especialmente se se toma em conta que Nabuco foi apenas o oitavo diplomata a ter este posto em Washington. Além disso, questionava-se a necessidade de aumento dos já grandes – e já muito debatidos – gastos de representação promovidos pelo Barão. Além, é claro, das duras críticas daqueles setores que condenavam a aproximação com os Estados Unidos e a ênfase dada a estas relações pelo Ministro. A imprensa ironizou, colocando na boca do Barão a explicação: “eu sou ministro dos estrangeiros”.

Figura 1:

Assim não vale, barão!...promova-me à embaixada...por piedade!... Ora deixe-se de tolices. Eu sou ministro...dos estrangeiros.

Fonte: Careta, 04/07/1908. Biblioteca Nacional.

Considerações finais

O Barão do Rio Branco representa o mito fundacional da moderna diplomacia brasileira e, como tal, teve sua vida e obra envoltas em um processo de mitificação que chega praticamente intacto aos dias atuais. Assim, uma das preocupações principais da pesquisa foi mostrar as vozes dissonantes e as críticas recebidas por Rio Branco em diferentes momentos. O esforço por contextualizar o debate sobre a americanização da política externa brasileira buscou suprir a lacuna da falta de questionamento sobre os ditames do Chanceler. Este esforço por tirá-lo da categoria de mito para colocá-lo na de pensador e formulador de política para o Brasil de maneira alguma visou minimizar seu papel na história brasileira.

É fora de dúvida a importância do seu legado para a formação do território brasileiro, para a afirmação internacional do Brasil e para a profissionalização da diplomacia nacional. No plano simbólico, atuou como elemento que ajudou a impulsionar a construção da nova identidade do Brasil moderno. Seja apoiando a realização de obras públicas modernizadoras, fomentando visitas de personalidades internacionais, promovendo a imagem do Brasil no exterior em feiras, congressos e conferências, seja apostando na profissionalização dos quadros do Itamaraty, Rio Branco promoveu uma política de prestígio que tinha o claro intuito de elevar o Brasil à categoria de “nação civilizada” e, com isso, ser capaz de ocupar o espaço de poder que acreditava que competia ao país no mundo e especificamente na América.

Um homem de formação conservadora, monárquica e europeísta, o Barão carregava consigo uma visão muito clara da hierarquia existente entre as nações no mundo. Nunca escondeu sua simpatia pelo Império, acima de tudo pelo Imperador, apesar de jamais ter sido Restaurador. Aceitou o cargo de Ministro na República nascente com a justificativa de trabalhar pela nação e não pelo regime político e, desde então, buscou estar alheio às disputas da política doméstica. Também nunca ocultou sua admiração pela civilização europeia, da qual o Brasil seria devedor. Aliás, creditava a este passado de raízes europeias a herança monárquica e, portanto, o traço distintivo do Brasil no continente em comparação às demais “republicuetas” que queriam “macaquear os Estados Unidos”.

Entretanto, sua formação e visões de mundo não o deixaram alheio à realidade que se apresentava. Ele foi capaz de observar e dimensionar o impacto da ascensão de uma nova potência no cenário mundial. Os Estados Unidos surgiam então como um novo centro de poder mundial e Rio Branco, através de um cálculo racional e até contra suas simpatias pessoais, decidiu estreitar relações com a nova potência. O comércio intenso já naquele momento entre os dois países, além da influência da Doutrina Monroe e, posteriormente, do Corolário Roosevelt, foram elementos tomados em consideração para a decisão da viabilidade de uma política de aproximação com Washington.

É certo que as relações entre os dois países eram já antigas e vinham desde o reconhecimento da independência do Brasil de forma pioneira

pelos Estados Unidos. Porém, ainda que Rio Branco utilizasse com frequência o discurso da continuidade da política exterior brasileira para arrefecer os críticos de sua política americanista, o movimento de estreitamento de laços foi, sem dúvida, muito mais intenso na sua gestão no Itamaraty. Equilibrando o peso do passado com o futuro que se desenhava, além de sua própria formação e visão de mundo com uma realidade totalmente diversa, Rio Branco promoveu uma mudança no eixo diplomático do Brasil da Europa para os Estados Unidos. Não ficou isento de críticas, como buscou-se demonstrar. Tampouco sucumbiu ao entusiasmo americanista, como alguns de seus críticos afirmaram. Sua política de aproximação era pragmática e não significava de maneira alguma alinhamento automático. Na sua visão, interessava ao Brasil aliar-se aos Estados Unidos desde que estabelecida uma parceria em pé de igualdade de onde auferisse ganhos significativos. Esta postura ficou clara quando da criação da Embaixada em Washington, que representou a formalização das intenções brasileiras de intensificar seu relacionamento com o país. Porém não foi uma medida unilateral, na medida em que ambas as legações foram elevadas de categoria.

Referências Bibliográficas

ARMANI, Carlos Henrique. Exterior constitutivo e interior transitivo: os componentes identitários do Brasil e seus outros no pensamento de Eduardo Prado. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXI, n. 1, p. 167-180, junho 2005.

BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, João. (Org.) Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

CASASANTA, Mario. Apresentação. In: PRADO, Eduardo. Antologia. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

FONSECA Jr., Gelson. Rio Branco e o Panamericanismo: anotações sobre a II Conferência Internacional Americana. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, João. (Org.) Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

HENRICH, Nathália. A construção da imagem do barão do Rio Branco por meio de suas biografias. Trabalho apresentado no XII Encontro Estadual de História, Ensino e Pesquisa, Criciúma, 2008.

LIMA SOBRINHO, BARBOSA. Oliveira Lima: sua vida e sua obra. In: LIMA, Oliveira;
LIMA SOBRINHO, Barbosa. Obra seleta. Rio de Janeiro: MEC: INL, 1971.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Do Americanismo ao Universalismo: As Transformações nas Relações Internacionais do Brasil, de 1902 a 1964. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2006.

LINS, Álvaro. Rio Branco (O Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História política. São Paulo: Alfa-Ômega, 1996.

NABUCO, Carolina. A vida de Joaquim Nabuco, por sua filha Carolina Nabuco. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.

NABUCO, Joaquim. Joaquim Nabuco diários, 1873-1910. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. Obra seleta. Rio de Janeiro: MEC: INL, 1971.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. Pan-americanismo: Monroe, Bolivar, Roosevelt. Brasília: Senado Federal,/ Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

PRADO, Eduardo. A ilusão americana. 5ª ed. São Paulo: IBRASA, 1980.

RIO BRANCO, Barão do. Discursos. Obras do Barão do Rio Branco. Vol. IX. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948(a).

RIO BRANCO, Barão do. Estudos históricos. Obras do Barão do Rio Branco. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948(b). SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010.

SKINNER, Quentin. As Fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VERÍSSIMO, José. Homens e coisas estrangeiras 1899-1908. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

Relações Brasil-EUA: um recorrente reinício

Paulo Roberto de Almeida

Diplomata de carreira, professor no Centro Universitário de Brasília (Uniceub)

(www.pralmeida.org; <http://diplomattizando.blogspot.com>)

Visão geral das relações Brasil-EUA em perspectiva histórica

Paulo Roberto de Almeida

[Hartford, 2834: 18 de junho de 2015, 21 p.]

Os Estados Unidos foram, durante praticamente todo o século 20, o principal parceiro econômico do Brasil, quando não, também, o principal aliado político e diplomático, pelo menos desde a grande crise do entre-guerras e especialmente desde a Segunda Guerra Mundial. Essa situação – que muitos historiadores e economistas descreveriam como de dependência financeira e tecnológica – só não era tão intensa nas primeiras décadas do século 20, quando a Grã-Bretanha ainda era responsável por uma parte substancial do comércio exterior e pela fração preponderante dos empréstimos em divisas e dos investimentos diretos, mas se tornou extremamente acentuada nos anos da chamada “americanização do Brasil”, a década e meia que se seguiu imediatamente ao final do segundo conflito mundial, e que se aprofundou esporadicamente nos momentos de crises financeiras – de balanço de pagamentos e de inadimplência virtual ou real em relação às obrigações financeiras externas. No final da primeira década do presente milênio, os EUA

deixam de ser o principal parceiro, mas apenas comercial, do Brasil, tendo o primeiro lugar sido ocupado pela China, mas num formato certamente menos diversificado e ainda mais assimétrico do que tinha sido a relação com o gigante do hemisfério americano nos cem anos anteriores.

O presente trabalho pretende traçar um panorama dessas relações, em suas grandes etapas, e concentrar-se no período recente, que seguramente assistiu a mudanças significativas no caráter e no conteúdo dessa histórica relação que, como já evidenciado no subtítulo, conheceu diferentes situações, de maior ou menor afastamento ou aproximação, segundo as conjunturas econômicas e o quadro geopolítico mundial, mas também em função das lideranças políticas em cada um dos países. Com efeito, essa relação estruturalmente assimétrica, e que pode ser definida ao mesmo tempo como central, para o Brasil, e como de segunda, ou de terceira, prioridade, para os EUA, passou, ao longo da história, por diferentes situações: da aproximação à indiferença, da aliança militar à desconfiança, da cooperação política à competição comercial, nas várias fases de um relacionamento que remonta ao período anterior à independência do Brasil.

A partir de um intercâmbio basicamente comercial desde a segunda metade do século 19, quando os EUA já eram o primeiro comprador do principal produto brasileiro de exportação, a relação evoluiu para muitos outros campos, menos de interdependência recíproca do que de dependência brasileira, sobretudo nos campos industrial e tecnológico. Uma de suas características, desde meados do século 20, se situa no terreno da dependência financeira do Brasil em relação aos fluxos de capitais oriundos dos EUA, tanto privados (capitais negociados em Nova York) como públicos (financiamentos multilaterais ou bilaterais tratados em Washington).

Os Estados Unidos – enquanto primeira potência hemisférica em todo o período, e principal potência planetária desde o final da Segunda Guerra Mundial – estiveram presentes em quase todos os lances importantes da diplomacia brasileira no século 20, assim como ocuparam parte significativa da interface externa do Brasil nos campos econômico, científico, tecnológico e cultural no último meio século, até a ascensão da China no campo comercial (e

possivelmente financeiro e de investimentos a partir do período recente). Obviamente que tanto num quanto noutro caso, as relações foram e ainda são marcadas por uma evidente assimetria nos planos econômico, tecnológico e militar, assim como por um certo descompasso nas prioridades respectivas, dado que nelas o Brasil busca basicamente recursos para o seu processo de desenvolvimento e os EUA mantêm preocupações nos campos da segurança e da estabilidade. A China, por sua vez, tem basicamente uma preocupação centrada no seu abastecimento em matérias primas e outros insumos para o seu povo e para a sua gigantesca máquina industrial, e todos os seus investimentos e parcerias serão feitos exclusivamente nessa perspectiva.

Os anos 1990 foram marcados por características transicionais – pós-Guerra Fria, desaparecimento da União Soviética e fim de alternativas ao sistema capitalista – e pela intensificação do processo de globalização – com grandes turbulências financeiras que atingiram também o Brasil –, coincidindo com um grande crescimento da economia americana e seu distanciamento, absoluto e relativo, de várias outras potências médias, situação evidente no terreno militar. O Brasil conheceu um processo de ajuste macroeconômico bem sucedido ao longo do período, mas teve de socorrer-se financeiramente em Washington, tanto no contexto bilateral, como no quadro do FMI.

Mais recentemente, a postura unilateralista americana em política externa ampliou um fosso de tipo hegemônico em relação aos demais países que talvez não tenha existido em qualquer outra época histórica anterior com outros impérios universalistas. Os ataques terroristas contra os EUA, em setembro de 2001, vieram introduzir novos elementos na agenda internacional, que passou a ser dominada pela luta contra o terrorismo, o que refletiu-se igualmente na região (narcoterrorismo e lavagem de dinheiro). Ademais da cooperação financeira, a agenda bilateral continuou a ser dominada por fricções comerciais persistentes e por concepções diferentes do processo de liberalização, marcado a partir de 1994 pelas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), mas desde 2005 sem qualquer agenda factível.

O regime inaugurado em 2003 no Brasil introduziu mudanças significativas no padrão de relacionamento, ainda que a retórica diplomática tenha procurado manter a aparência de continuidade. Na verdade, muitas das

iniciativas tomadas pelos governos lulo-petistas foram no sentido de consolidar uma orientação dita “anti-hegemônica” na política externa e de constituir organismos de consulta e de coordenação regionais afastados da esfera de influência dos EUA, a começar pelo implosão do projeto americano da Alca. Nesse sentido, o relacionamento passou pelo mesmo ciclo anterior de altos e baixos, com fases de reaproximação seguidas de afastamentos por falta de entendimentos políticos – como no caso da espionagem sobre as comunicações brasileiras feita pela National Security Agency – e por promessas de reativação das relações econômicas e comerciais que nem sempre se traduziram em ações concretas.

A substituição de hegemonias na era do café

Os desníveis de desenvolvimento entre o Brasil e os Estados Unidos já se tinham tornado evidentes desde o final do século 19, quando o Brasil participou, na transição da monarquia para a república, de uma primeira tentativa de integração comercial hemisférica patrocinada pelos EUA, na conferência americana de 1889-90. A partir de 1902, o Barão do Rio Branco, armado de uma concepção diplomática baseada no equilíbrio de poderes (representada basicamente pela competição com a Argentina pela hegemonia regional), opera uma primeira política de aproximação com os EUA. Brasil e Argentina buscarão em vários momentos capturar a atenção dos EUA na busca de uma “relação especial” que sempre revelou-se ilusória. O gigante do Norte tinha proclamado o corolário Roosevelt à doutrina Monroe, justificando suas intervenções no entorno imediato como o exercício de um papel de polícia segundo “padrões de civilização” estabelecidos mediante acordo tácito com as potências europeias. Rio Branco, aliás, acreditava numa espécie de “divisão do trabalho” com a potência setentrional, imaginando poder o Brasil desempenhar papel similar, ou equivalente, no Cone Sul. Desde a segunda metade do século 19, os EUA despontam como o principal comprador do principal produto brasileiro de exportação, ainda que a Grã-Bretanha se mantivesse como o principal fornecedor dos produtos de importação, de serviços e de capitais financeiros e de investimento direto.

A República brasileira introduziu princípios alternativos de política externa, como o pan-americanismo, área na qual o Império manteve relativo isolamento das repúblicas do hemisfério. O relacionamento bilateral foi intensificado nos episódios de afirmação da República, quando, por ocasião das intervenções estrangeiras durante a revolta da Armada, os EUA vêm em auxílio do novo regime, contra as inclinações monarquistas de algumas potências europeias. Pelo resto da primeira República, as relações bilaterais serão distantes, operando-se, contudo, a gradual substituição de hegemonias na esfera financeira e dos investimentos, a partir do momento em os EUA se convertem em exportadores de capitais, inclusive para o Brasil, que passa, a partir do final dos anos 1930, do domínio da libra ao do dólar. Credores americanos já participaram do esquema financeiro do primeiro plano de apoio ao café (1906), para resolver uma crise de superprodução. Essa política de retenção de estoques para sustentação dos preços externos do café despertou a ira de importadores e de grupos de consumidores dos EUA, cujos representantes políticos passam a exigir de seu Governo ações concretas contra as práticas anti-concorrenciais das medidas brasileiras.

Tanto por parte das grandes potências europeias, como no caso dos EUA, o Brasil se vê confrontado a posturas externas que vão do desprezo ao que mais tarde se chamaria de *benign neglect*. No terreno econômico, em todo caso, a fase corresponde a uma intensificação dos investimentos privados dos EUA na região e no Brasil em particular, com a instalação de diversas empresas explorando serviços públicos – em comunicações por exemplo –, na indústria de processamento alimentar ou de bens duráveis e crescentemente em serviços financeiros, situação parcialmente revertida nas fases posteriores de afirmação do nacionalismo brasileiro, seja durante a era Vargas, seja durante o regime militar.

O período da administração de Roosevelt – que coincide grosso modo com a primeira era Vargas – modificará em parte a postura isolacionista de seus predecessores, buscando uma nova relação menos intervencionistas com os vizinhos da América Latina, mas ele também coincide com as crises econômicas e financeiras dos anos 1930, com o fechamento dos mercados e a ruptura dos equilíbrios internacionais, na Europa e depois em escala mundial.

O Brasil passa definitivamente da esfera britânica e da utilização da libra como meio de pagamento e reserva para o âmbito do dólar e dos financiamentos americanos, não sem alguma disputa de mercados e jogo de influências envolvendo as potências nazifascistas europeias e mediante acordos de renegociação da dívida externa com os dois grandes investidores ocidentais.

Tem lugar nesse período uma das mais importantes negociações bilaterais da história das relações entre o Brasil e os EUA, relativa ao financiamento da implantação de uma indústria siderúrgica no Brasil, processo iniciado ainda antes da guerra e concluído já durante a fase de aliança estratégica entre os dois países. Os EUA emergem como a potência militar incontestável do pós-Segunda Guerra e o Brasil fará as apostas corretas ao se aliar aos esforços de guerra (inclusive mediante a cessão de bases militares no Nordeste) e consolidar seu alinhamento ideológico desde o início da Guerra Fria. A cooperação nos campos de batalha da Europa tornaria o *establishment* militar brasileiro bem mais permeável às concepções e doutrinas defendidas pela primeira potência ocidental.

Tio Sam e a americanização do Brasil na era da Guerra Fria

O Brasil participa da construção de uma nova ordem econômica mundial dominada pelos princípios do liberalismo econômico de tipo americano. São marcos importantes desse período a conferência de Bretton Woods (1944), que criou o FMI e o BIRD, a conferência de Havana (1947-48), que criou uma primeira Organização Internacional do Comércio, ainda que não implementada para incorporar o Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), a conferência de Petrópolis (1947), da qual resultou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, antecessor da OTAN, e a conferência de Bogotá (1948) que transformou a velha União Pan-Americana em OEA, perfazendo um arcabouço de acordos e instituições que regulou o relacionamento interestatal no campo ocidental durante a maior parte da Guerra Fria. O imediato pós-guerra também corresponde ao crescimento da influência americana no Brasil, não apenas nos campos político, militar e diplomático, mas igualmente econômico e cultural.

A “opção americana” da era da bipolaridade não impede a emergência de uma diplomacia do desenvolvimento no Brasil. Não obstante a doutrina da segurança nacional, a ideologia pan-americanista sustenta os esforços da diplomacia para a exploração da carta da cooperação com a principal potência hemisférica e ocidental. É nesse quadro de barganhas políticas e de interesse econômico bem direcionado que o Brasil empreenderá sua primeira iniciativa multilateral regional, a Operação Pan-Americana, proposta pelo Governo Kubitschek em 1958 e da qual resultará, numa primeira etapa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, mais adiante, a Aliança para o Progresso.

A prática da política externa independente, nos conturbados anos Jânio Quadros-João Goulart, representa uma espécie de parênteses inovador num *continuum* diplomático dominado pelo conflito Leste-Oeste. O impacto da revolução cubana e o processo de descolonização tinham trazido o neutralismo e o não-alinhamento ao primeiro plano do cenário internacional, ao lado da competição cada vez mais acirrada entre as duas superpotências pela preeminência tecnológica e pela influência política junto às jovens nações independentes. A aliança preferencial com os Estados Unidos passar a ser pensada mais em termos de vantagens econômicas a serem negociadas do que em função do tradicional xadrez geopolítico da Guerra Fria.

Essa situação de ambiguidade dura pouco, uma vez que já em 1964 se opera uma volta ao alinhamento. Entretanto, o reenquadramento do Brasil no conflito ideológico global representou mais uma espécie de “pedágio” a pagar pelo apoio dado pelos Estados Unidos no momento do golpe militar contra o regime populista do que propriamente uma operação de reconversão ideológica da diplomacia brasileira. Em todo caso, observa-se um curto período de alinhamento político, durante o qual o Brasil adere estritamente aos cânones oficiais do pan-americanismo, tal como definidos em Washington: ocorre, numa sequência de poucos meses, a ruptura de relações diplomáticas com Cuba e com a maior parte dos países socialistas, assim como a participação na força de intervenção por ocasião da crise da República Dominicana. A política multilateral, de modo geral, passa por uma “reversão de expectativas”, para frustração da nova geração de diplomatas que tinha sido educada nos anos da

política externa independente. Basicamente, essas atitudes se manifestaram nos primeiros anos do pós-guerra e no seguimento imediato do movimento militar de 1964, para serem logo em seguida substituídas por atitudes mais pragmáticas.

Tem início, a partir de 1967, uma fase de revisão ideológica e de busca de autonomia tecnológica. A atitude contemplativa em relação aos EUA cede lugar a uma diplomacia profissionalizada, preocupada com a adaptação dos instrumentos de ação a um mundo em mutação, e instrumentalizada para o atingimento dos objetivos nacionais de crescimento econômico. Praticou-se uma diplomacia do desenvolvimento, consubstanciada na conquista de novos mercados (abrindo fricções comerciais com os EUA em calçados e café solúvel) e na busca da autonomia tecnológica, inclusive nuclear. Tem lugar, em 1975, a assinatura de um acordo de cooperação com a Alemanha, motivando imediata e intensa oposição dos EUA, basicamente devido a preocupações com a proliferação (o Brasil tinha recusado, em 1968, o tratado de não-proliferação nuclear, por considerá-lo discriminatório e desigual).

A afirmação marcada da ação do Estado no plano interno e externo se fez em grande medida à custa de conflitos com os EUA, como por exemplo na denúncia, em 1977, do acordo bilateral de cooperação militar (de 1952), por motivo de interferência nos “assuntos internos” do País, de fato por causa do contencioso nuclear e da questão dos direitos humanos). Observa-se no período a confirmação da fragilidade econômica do País, ao não terem sido eliminados os constrangimentos de balança de pagamentos que marcaram historicamente o processo de desenvolvimento: as crises do petróleo, em 1973 e 1979, seguida pela da dívida externa, em 1982, marcam, a despeito da cooperação financeira, o começo do declínio do regime militar.

Redemocratização e acirramento de conflitos comerciais

Os elementos mais significativos da postura internacional do Brasil na fase da redemocratização são caracterizados pelos processos de autonomia internacional e afirmação da vocação regional, com o início da integração sub-

regional no Mercosul e de construção de um espaço econômico na América do Sul. Faz-se também, nos anos 1990, a opção por uma maior inserção internacional e a aceitação consciente da interdependência — em contraste com a experiência anterior de busca da autonomia nacional —, com a continuidade da abertura econômica e da liberalização comercial, no quadro de processos de reconversão produtiva e de adaptação aos desafios da globalização. A “carta americana” ainda é importante, mas já não é essencial nesse período e a diplomacia passa a apresentar múltiplas facetas, que não exclusivamente a de tipo bilateral tradicional: são elas a regional, a multilateral e a presidencial.

A manutenção de boas relações com os EUA não impede a existência de conflitos tópicos entre os dois países, geralmente a respeito de questões comerciais (protecionismo no acesso de determinados produtos brasileiros ao mercado americano, como aço ou suco de laranja, diferenças de opinião no que se refere a patentes industriais, acusações de pirataria ou de reservas de mercado, como no caso da informática) ou então em função de problemas mais gerais da agenda multilateral (desarmamento, não proliferação, reforma da ONU etc.).

A política externa do governo José Sarney (1985-1990) foi marcada por transformações importantes, a começar pelo processo de integração com a Argentina, mas também por um irritante conflito comercial com os Estados Unidos. Os EUA se queixavam de uma lei sobre informática que proibia a importação de computadores pessoais assim como associações com o capital estrangeiro neste setor. O código brasileiro de propriedade industrial, ainda que em conformidade com a legislação internacional, constituía outro ponto de controvérsia, já que não reconhecia patentes farmacêuticas. O governo dos EUA adotou, unilateralmente e de maneira ilegal em relação ao direito internacional, medidas de represália comercial ao Brasil, que levou o assunto ao GATT. Outros pontos de tensão nesse período se referiam a posições divergentes nas negociações comerciais multilaterais da Rodada Uruguai, notadamente nos temas de serviços e de propriedade intelectual.

O restabelecimento, em junho de 1986, de relações diplomáticas com Cuba, rompidas pelos militares em 1964, não parece ter introduzido maiores divergências de ordem política entre os dois países, assim como a busca, pelo Brasil, de uma aproximação com os dois gigantes do mundo (então) socialista: pela primeira vez na história do Brasil, um presidente visitou a China e a URSS. Com o gigante asiático, o Brasil estabeleceu um programa de cooperação no domínio científico e tecnológico que previa, entre outros, o lançamento de satélites sino-brasileiros a partir de foguetes chineses. Ao mesmo tempo, tentativas de fazer avançar o programa espacial brasileiro na área de lançamento de vetores eram dificultadas pela obstrução feita pelos EUA à transferência de tecnologia de parceiros potenciais (França).

A cooperação financeira, entretanto, ingressa em uma fase de *stress* a partir da decisão brasileira de decretar a moratória do serviço da dívida comercial, coroamento de um longo processo de deterioração do equilíbrio financeiro externo do Brasil, que tinha sido iniciado com a crise da dívida externa latino-americana em 1982, a partir da moratória mexicana de agosto desse ano, seguida da inadimplência técnica do Brasil. Diversos programas de sustentação financeira foram concluídos a partir de então com o FMI, com a participação mais ou menos voluntária da banca privada, mas a erosão da capacidade de pagamento foi se agravando ao longo de toda a década. O episódio da moratória de 1987 revelou que o crédito político e financeiro do Brasil, junto aos EUA e aos demais credores, era, nessa época, extremamente reduzido.

A gestão Fernando Collor de Mello (1990-92) foi basicamente infeliz no domínio da economia, mas introduziu em contrapartida mudanças significativas na política externa, a começar pelo processo de integração no Cone Sul (com a criação do Mercosul, agregando o Paraguai e o Uruguai ao projeto de mercado comum já concertado com a Argentina), que foi continuado na área nuclear, onde não apenas se observa uma real distensão bilateral, mas também o início da revisão da doutrina de capacitação nuclear adotada algumas décadas antes por militares e diplomatas. A reação do governo brasileiro à proposta do presidente George Bush (pai) de estabelecimento progressivo de uma zona de livre-comércio no hemisfério foi bastante cautelosa, refletindo mais a postura do

Itamaraty do que a disposição do presidente: com efeito, Collor tinha dado início, logo no começo de seu governo, a um processo acelerado de abertura econômica e de liberalização comercial, que seria confirmado por um programa de redução tarifária (entre outubro de 1990 e julho de 1993), coincidente com o estabelecimento da Tarifa Externa Comum prevista no Mercosul.

As relações políticas e econômicas com os EUA conheceram uma melhoria parcial nesse período, como resultado da disposição de Collor em “liquidar” algumas hipotecas herdadas do passado, que serviam como focos dos contenciosos bilaterais. Assim, foram desmantelados os mecanismos protecionistas da Lei de Informática de 1984, ao mesmo tempo em que se revia a lei do software e se dava início à elaboração de um novo Código de Propriedade Industrial, capaz de acolher o patenteamento farmacêutico, centro dos conflitos e das retaliações dos EUA nos anos 1980. A distensão se estendeu ao terreno financeiro, com a ação mais ortodoxa dos responsáveis econômicos. Impedido o presidente Collor pelo Congresso, no final de 1992, seu vice Itamar Franco assume o poder com uma plataforma bem menos reformista, mas ainda assim dá continuidade ao processo de privatizações e de reforma tarifária.

A partir da presença do Senador Fernando Henrique Cardoso na condução dos negócios da Fazenda, a partir de maio de 1993, e uma brilhante equipe de assessores econômicos em postos estratégicos do governo Itamar Franco, foi possível conduzir um processo realista e consistente de ajuste estrutural que, via desindexação planejada da economia, acabaria levando ao plano Real, passando pela solução parcial do problema da dívida externa em abril de 1994 e a suspensão da moratória.

As duas presidências FHC: a boa relação como norma

O relacionamento do Brasil com os EUA durante os oito anos que vão de 1995 a 2002 alcançou, como em nenhuma outra época anterior, uma visível melhoria de qualidade, que pode ser imputada tanto aos dados objetivos das novas realidades econômicas e políticas no Brasil como às personalidades e à

vontade política dos respectivos mandatários, FHC, de um lado, William J. Clinton, de outro. De modo geral, pode-se caracterizar essa fase como de ausência de desentendimentos políticos, de um diálogo substantivo em temas de alcance regional e mesmo de âmbito econômico multilateral, mas também de permanência residual de velhas e novas fontes de contenciosos comerciais, alguns de ordem sistêmica ou estrutural (como o uso abusivo de antidumping ou os subsídios agrícolas), outros de âmbito setorial (salvaguardas em aço, protecionismo localizado em áreas agrícolas, como suco de laranja e tabaco).

FHC sempre ostentou uma visão pragmática das relações econômicas internacionais, desmentindo os temores quanto à ideologia da “dependência” e de um modelo de desenvolvimento baseado no modelo “cepalino”. Importante espaço, em sua ação diplomática, foi ocupado pelo Mercosul e pelo projeto de conformação de um espaço econômico sul-americano: FHC sempre recordou que foi em sua passagem à frente do Itamarati, em 1992-1993, que foi lançada a iniciativa brasileira de uma “zona de livre-comércio sul-americana”, sem tentativas excludentes, entretanto, já que as relações com os EUA, reconhecidos enquanto parceiro econômico mais importante, eram consideradas como prioritárias. Participante, como presidente eleito, da conferência de Miami em dezembro de 1994, FHC revelou que foi “surpreendido pelo prazo prematuro” com que foi lançado o projeto da Alca, tendo, ao final de seu governo, estabelecido na cúpula hemisférica de Québec (abril 2001), as condições pelas quais o Brasil poderia aceitar uma Alca.

Toda a segunda gestão FHC (1999-2002) foi marcada pela administração das crises financeiras internacionais, com a negociação de dois pacotes de sustentação financeira pelo FMI, com o apoio decisivo dos EUA em todas as operações. À diferença dos brutais choques ocorridos na Ásia e na Rússia, elas foram implementadas sempre de maneira preventiva a qualquer crise ou ameaça de *default*, não na sequência de cessação de pagamentos ou de quebras bancárias ou empresariais; o Brasil teve porém de mudar o regime cambial, abandonando o sistema de bandas pela flutuação em janeiro de 1999.

Ainda que o Brasil não tenha conseguido, nesse período, realçar sua posição no plano internacional, como talvez pretendesse FHC, em virtude do

impacto das crises financeiras, o País conquistou, mesmo assim, um alto nível de interlocução nos planos multilateral e bilateral, dada a qualidade de seus dirigentes – em especial da equipe econômica – e o profissionalismo de sua diplomacia. Os EUA também emergiram, no final do período, como o principal parceiro comercial do Brasil (em torno de 25%), superando os países da União (ex-Comunidade) Europeia, que em anos anteriores chegaram a concentrar quase um terço do comércio exterior do Brasil.

Os desenvolvimentos financeiros dos dois últimos anos do governo FHC ocorreram sob a nova administração George Bush, presumivelmente menos propensa a pacotes de socorro financeiro ou a tratamento leniente para países emergentes por parte das instituições financeiras multilaterais. Não obstante, o Brasil continuou a dispor de canais abertos junto aos responsáveis financeiros de Washington, em grande medida dada a seriedade dos compromissos do País com a estabilização macroeconômica e também a credibilidade confirmada das autoridades brasileiras nessa área.

Um dos elementos relevantes da política externa brasileira na segunda metade dos anos 1990 foi, de maneira geral, a prática extensiva da diplomacia presidencial e, de modo particular no plano bilateral, a intensa relação pessoal cultivada pelos presidentes dos dois países, o que trouxe a interação entre o Brasil e os EUA ao melhor ponto de entendimentos políticos alcançado em toda a história passada. Esse novo patamar do relacionamento resultou da coincidência de visões políticas nos dois países (valorização da democracia, dos direitos humanos, do desenvolvimento social, uma filosofia econômica em geral adepta da globalização), mas também do alto grau de envolvimento pessoal logrado ao longo desses anos, com diversos encontros realizados bilateralmente ou à margem de reuniões multilaterais. Merece destaque, nesse particular, a visita bem sucedida de FHC a Camp David, confirmando os laços pessoais travados pelos dois dirigentes e que se prolongaram além e à margem das obrigações estritamente bilaterais, com consultas telefônicas sobre outros temas da agenda internacional.

Na visita oficial de Clinton ao Brasil, em outubro de 1997, assim como na de FHC à casa de campo do presidente americano, menos de um ano depois (junho de 1998), os dois mandatários aproximaram pontos de vista e trocaram

impressões dotadas de uma franqueza raramente igualada nas relações presidenciais, com uma abordagem desprovida de restrições mentais sobre os problemas mais importantes da agenda internacional. Independentemente dos interesses nacionais dos dois países, criou-se entre os dois homens uma mútua simpatia que pode ter repercutido positivamente em mais de um item da agenda oficial (como o pacote de ajuda do FMI e o acordo de salvaguardas para Alcântara). Segundo o parceiro brasileiro, o presidente americano desejava que o Brasil desempenhasse um papel mais importante nos cenários regional e mundial, postura muito bem acolhida por FHC, que todavia tinha plena consciência das limitações estruturais e estratégicas conhecidas, não apenas em função da carência relativa de recursos por parte do Brasil, como também tendo presente nossas prioridades na frente externo: preservação do Mercosul como base importante de negociações para o projeto da Alca, importância prioritária dada ao relacionamento com a Argentina, antes que a uma pretensão a um assento permanente no Conselho de Segurança.

A estabilidade trazida pelo Plano Real e as reformas constitucionais de 1995 e 1996, que abriram setores da economia ao investimento estrangeiro, permitiram adensar as áreas de relacionamento com os EUA. No plano empresarial, por exemplo, os investimentos diretos dos EUA no Brasil aumentaram significativamente. O Brasil passou a ocupar a quinta posição entre os países receptores de investimentos diretos dos EUA, atrás da Alemanha e à frente do Japão. Parte desses investimentos dirigiu-se aos leilões de privatização em áreas de infraestrutura abertos à participação estrangeira (como telefonia e energia), mas um volume crescente também foi aplicado em setores industriais e crescentemente nos serviços. Apesar da intensificação de laços empresariais não foi possível negociar com os EUA um acordo para evitar a bitributação (neste caso por dificuldades meramente técnicas, vinculadas à determinação de algumas fontes de receita) nem um de promoção e garantia dos investimentos (aqui em virtude da oposição de setores políticos no Brasil à cláusula de arbitragem investidor-Estado e da cobertura da proteção a ser concedida).

A evolução foi favorável a ponto de os EUA terem admitido assinar com o Brasil, depois de muita relutância dos responsáveis pela área de segurança,

um acordo de salvaguardas tecnológicas para a utilização da base de Alcântara para o lançamento de satélites e equipamentos contendo tecnologia americana. O Brasil era o *demandeur*, neste caso, e as resistências de alguns setores da administração americana – ainda basicamente motivadas por preocupações de segurança e de não-proliferação, mesmo se considerações comerciais não possam ser excluídas – foram vencidas mediante contato direto de FHC com o presidente Clinton.

Assinado em abril de 2000, o acordo sobre Alcântara foi submetido a duras críticas no Congresso brasileiro, em razão de seus efeitos eventualmente negativos em termos de acesso brasileiro à tecnologia de ponta no setor espacial, adicionalmente a outras considerações de caráter político ou econômico (quando seu objetivo precípua não era a transferência de tecnologia, mas sim, mais precisamente, o seu controle). O novo governo Lula, em maio de 2003, determinou a retirada desse instrumento do Congresso, assim como desistiu de vez de ratificar qualquer um dos muitos acordos de promoção e proteção de investimentos estrangeiros que tinham sido assinados com parceiros tradicionais, muitos dos quais pelo mesmo chanceler que depois serviria durante os oito anos do seu governo. O acordo de salvaguardas de Alcântara foi substituído por um inócuo acordo bilateral com a Ucrânia, que revelou-se inteiramente ineficaz para os fins pretendidos, e todo o exercício pode ser considerado como uma imensa perda de oportunidades pelo Brasil, por razões basicamente ideológicas.

A era Lula e a mudança no caráter do relacionamento

A campanha presidencial de 2002, ao antecipar fortes tendências mudancistas, alimentou certo recrudescimento das preocupações dos mercados financeiros com a manutenção das linhas da política macroeconômica seguida na administração FHC, o que se manifestou nos indicadores de risco, com a sensível deterioração do câmbio, dos preços dos títulos negociados e a diminuição geral das linhas de crédito comercial e dos fluxos de investimentos (diretos e de portfólio). O comportamento moderado do candidato da oposição – que sinalizou seu apoio ao acordo com o FMI em

agosto de 2002 e confirmou a aceitação dos princípios da intangibilidade dos contratos da dívida externa e da responsabilidade fiscal – permitiu desanuviar possíveis tensões com o governo conservador americano, que revelou então boa disposição para o diálogo tão logo confirmada a vitória do candidato Lula. O presidente Bush não apenas telefonou imediata e pessoalmente para cumprimentar o vitorioso desde o anúncio dos resultados, como formulou convite para uma primeira visita de contato e de discussão informal. Numa estratégia diplomática muito bem medida, o candidato eleito definiu poucas viagens externas antes da posse, com destaque para uma visita aos mais importantes líderes do Cone Sul e a aceitação do convite feito pelo presidente americano.

Nessa primeira visita de trabalho a Washington, realizada em 10 de dezembro de 2002 registrou-se visível empatia entre o líder da principal potência mundial e o futuro presidente do maior país da América do Sul, ocorrendo a entrevista em ambiente descontraído e com boa disposição para dar início a uma agenda cooperativa entre os dois países. Partiu do mandatário americano a sugestão de uma reunião de alto nível (envolvendo membros do gabinete) ainda no decorrer do primeiro semestre de 2003 (o que por um momento pareceu ameaçado pelos desenvolvimentos do conflito dos EUA com o Iraque). Em sua primeira viagem a Washington, o presidente eleito do Brasil confirmou o interesse de seu governo em dar início a quatro anos de relações francas, construtivas e mutuamente benéficas para os dois países, desarmando assim os críticos conservadores dos EUA e surpreendendo grupos radicais no próprio Brasil.

De sua parte, os interlocutores americanos, que tomaram conhecimento nesse mesmo dia do nome do ministro da Fazenda designado, na pessoa de Antonio Palocci, um dos acompanhantes da delegação, ficaram positivamente impressionados pela confirmação da manutenção das grandes linhas da política macroeconômica anterior, o que sem dúvida desarmou o grave cenário de deterioração dos indicadores que vinha manifestando-se até então.

De fato, a inauguração e o início do governo Lula foram auspiciosos e mesmo surpreendentes em termos de ativismo diplomático. Confirmando a

atenção especial a ser dada pelo seu governo aos países da região, a começar pelo fortalecimento do Mercosul, assim como a alguns grandes países em desenvolvimento, o presidente Lula afirmou, em seu discurso de posse, que procuraria ter com os EUA “uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo.” O novo chanceler, escolhido na pessoa do experiente diplomata profissional Celso Amorim (já ministro das relações exteriores de Itamar Franco), soube colocar as relações entre os dois países no patamar correto, ao buscar a coordenação e o diálogo em todos os terrenos de interesse comum, sem eludir, porém, as diferenças de posição em torno de pontos concretos (como as negociações comerciais multilaterais e hemisféricas, por exemplo).

Os pontos de divergência pareciam superar os de convergência, manifestando-se em especial em relação aos problemas da Venezuela, dos direitos humanos em Cuba e do problema do Iraque no Conselho de Segurança. A “agenda positiva” prometida por ambos presidentes pareceu algumas vezes comprometida em função do conflito no Iraque, cujo impacto negativo foi temido no Brasil não apenas como resultado de possíveis efeitos recessivos na economia mundial mas também por seus efeitos corrosivos no sistema político multilateral. A eventual incorporação do Brasil como membro permanente do CSNU realizaria um sonho acalentado pelas lideranças políticas e diplomáticas desde a era da Liga das Nações ou, pelo menos, desde a conferência de São Francisco que criou a ONU, mas ele vem sendo postergado desde muitos anos não tanto em função das conhecidas limitações objetivas do Brasil, mas em decorrência das próprias dificuldades em se lograr aceitação de uma reforma da Carta da ONU. Os EUA sinalizaram seu apoio ao ingresso seletivo de novos membros, como sendo a Índia e o Japão e alguns países em desenvolvimento capazes de assumir responsabilidades na frente da segurança internacional, mas preferiram insistir, nos últimos anos, na tese da reforma da ONU enquanto organismo burocrático superdimensionado, deixando o espinhoso tema da reforma da Carta a ocasião mais oportuna.

Mas a relação também foi dificultada pela falta de entendimento em torno de algumas questões importantes, como a da Alca, por exemplo, o que colocou as duas administrações em posições díspares, uma vez que Lula e

Amorim já tinha decidido implodir esse projeto americano, o que finalmente conseguiram, dois anos depois – na conferência de cúpula de Mar del Plata, em novembro de 2005 – com a ajuda dos aliados Kirchner, da Argentina, e Chávez, da Venezuela. O restante da primeira administração Lula e todo o seu segundo mandato foi ocupado, quase inteiramente, por iniciativas e projetos brasileiros de “afastamento” da América do Sul da influência dos EUA, consubstanciados na proposta da Comunidade Sul-Americana de Nações, que representaria, segundo seus promotores, um mecanismo de coordenação próprio à região e sem a “tutela do império”.

De fato, a implosão da Alca significou que muitos países do hemisfério, interessados no acesso de seus produtos ao grande mercado americano e na atração de investimentos dos EUA em suas economias, passaram a negociar diretamente com o gigante americano acordos de livre comércio e de facilitação de investimentos, num esquema não mais hemisférico, mas “minilateralista”, com os EUA determinando o padrão e o conteúdo dessas relações econômicas. Acabaram ficando de fora os países do Mercosul, e os chamados “bolivarianos” que, sob o comando de Hugo Chávez, se decidiram por uma bizarra Aliança Bolivariana dos Povos da América, feira mais de comércio administrado e de intercâmbios estatais do que de integração econômica.

O Brasil e o Mercosul passaram a promover mais ativamente a chamada diplomacia Sul-Sul, pretendendo criar uma “nova geografia do comércio mundial”, que se revelou, no entanto, extremamente modesta em seu escopo e alcance geográfico: apenas três modestos acordos de liberalização limitada do comércio, com parceiros não tradicionais – Israel e Palestina – e com a Índia, que sempre manteve a mesma postura protecionista e dirigista dos dois principais parceiros do Mercosul, o Brasil e a Argentina. Essa postura foi também agravada por desentendimentos persistentes com os EUA no âmbito das negociações comerciais multilaterais da Rodada Doha, que não apenas não foram concluídas durante o mandato originalmente acordado em 2001, como se prolongaram em diversas tentativas frustradas no decorrer dessa década, e se encontra praticamente estagnada desde o início da presente década.

O caráter morno – para não dizer moroso – das relações bilaterais Brasil-EUA durante grande parte da era Lula, a despeito de uma retórica aparentemente amistosa e sempre declarada positiva, pode estar ligada à partidarização evidente da diplomacia brasileira sob a hegemonia do PT e do antiamericanismo indisfarçável de vários dos dirigentes lulo-petistas. Não deixa de ser um fato que o PT se apresenta como um típico partido esquerdista latino-americano, com maiores simpatias por certos aliados ditos “progressistas” – quando não declaradamente comunistas ou socialistas, como os regimes cubano e chavista – do que pelas democracias liberais de mercado, postura que dificulta o estabelecimento ou o reforço de diversas iniciativas diplomáticas que, de outra forma, poderiam estar sendo conduzidas pelo staff profissional do Itamaraty. Esse elemento, sempre negado oficialmente, se mostrou evidente em vários episódios das relações bilaterais ou no tratamento de diversos temas da agenda multilateral. Ainda que Lula procurasse destacar suas boas relações com George Bush, não foi registrada qualquer grande iniciativa econômica ou política que pudesse colocar essas relações em outro patamar.

Período recente: continuidade da inércia e pontos de conflito

A continuidade da gestão lulo-petista na presidência do Brasil, a partir de 2011, não veio trazer, a despeito das mesmas manifestações retóricas em favor das “boas relações”, nenhuma grande novidade nesse quadro de morosidade diplomática e de ausência de qualquer iniciativa de relevo, ainda que acordos de cooperação setorial tenham sido assinados episodicamente. Desde os ataques terroristas de 2001, os pontos preferenciais da agenda americana para a região se situam mais no terreno da segurança e do combate ao crime organizado – inclusive o narcoterrorismo – do que na promoção do desenvolvimento mediante políticas de sustentação ativa de investimentos, ao passo que o Brasil e outros países da região provavelmente prefeririam, por sua parte, insistir no apoio a políticas de desenvolvimento, transferência de tecnologia e, sobretudo, acesso a mercados, como condição de superação das amarras do subdesenvolvimento.

Esse tipo de desencontro tem sido uma constante desde o imediato pós-Segunda Guerra, quando os países latino-americanos insistiam por uma réplica do Plano Marshall aplicado à região e os EUA retrucavam com recomendações de abertura econômica, acolhimento do investimento estrangeiro, liberalização comercial e luta contra a corrupção e as desigualdades sociais. Nessa época, no imediato pós-Segunda Guerra, assim como tinha ocorrido nos tempos do Barão do Rio Branco, no início do século 20, falou-se muito de um relacionamento especial, uma espécie de “aliança não-escrita, entre o Brasil e os Estados Unidos, muito embora fossem evidentes os diferenciais de poder e as orientações diversas das agendas diplomáticas respectivas.

Um século depois, esse relacionamento parecia ter se esvaído completamente, quando do episódio da espionagem americana sobre as comunicações oficiais do Brasil, inclusive de empresas relevantes, como a Petrobras, justamente quando a presidente Dilma Rousseff se encontrava preparando uma visita de Estado a Washington, em meados de 2013. A viagem foi obviamente suspensa, mas a amplitude e a acrimônia da reação brasileira – bem mais intensas do que as registradas em países e por líderes políticos aliados, igualmente espionados, como a chanceler alemã Angela Merkel, por exemplo – provavelmente tem mais a ver com considerações de natureza política doméstica do que propriamente com questões diretamente diplomáticas ou como resultado de um desentendimento fundamental em relação a temas diversos da agenda diplomática internacional. Afinal de contas, não é segredo para ninguém que os EUA, como grande potência mundial, arrogante e unilateralista como podem ser os hegemons, se dedicam a esses exercícios de espionagem – da mesma forma como todas as demais potências relevantes – e vão continuar recorrendo a esse tipo de expediente, à margem e independentemente da natureza de suas relações – de amizade, de cooperação ou de desconfiança ou mesmo de animosidade momentânea – com parceiros, aliados e, a mais forte razão, com países com os quais mantenham relações marcadas pela ambiguidade. Ora, não é tampouco segredo para ninguém que o regime lulo-petista tem entre seus aliados preferenciais alguns dos piores inimigos dos EUA – como cubanos, bolivarianos e adeptos de regimes “anti-hegemônicos” como China e Rússia,

por exemplo – e com eles colabora abertamente em temas e agendas que têm como objetivo declarado “mudar a relação de forças” no mundo, num sentido “pós-imperial”.

Não se pode esperar, nessas circunstâncias, que o “império” mantenha o projeto de uma relação especial, estratégica ou cooperativa, com um governo que trabalha para minimizar as fontes e o exercício desse poder hegemônico em diferentes âmbitos do cenário mundial. De certo modo, foi o Brasil quem alimentou, historicamente, vãs esperanças e ilusões ingênuas de uma relação especial com os EUA. Recorde-se, por exemplo, a questão nem sempre bem colocada, e de certo modo totalmente artificial, da “opção” (ou da oposição) entre uma “política externa tradicional” – por definição “alinhada” – e uma “política externa independente”, problema dramatizado por anos de enfrentamento bipolar no cenário geopolítico global.

Superado, contudo, o invólucro ideológico da postura externa do Brasil nesse período ultrapassado (mas que parece estar voltando a partir das novas posturas da Rússia e da China), e mesmo os diversos “rótulos” com os quais se procurou classificar a diplomacia da era militar, assume importância primordial, atualmente, a questão do desenvolvimento econômico, verdadeiro *leit motiv* da diplomacia brasileira contemporânea. É por esse prisma que o Brasil identifica seus interesses prioritários e é nessa postura que ele espera confortar seus temores mais manifestos, entre eles o de uma dominação econômica americana, mais imaginada do que realmente realizada, sequer em estado potencial. Parece incrível, nesse particular, que os mesmos críticos da postura “arrogante” e “unilateralista” do império do passado (e do presente) não reconheçam na China os mesmos elementos de dominação econômica que sempre caracterizaram a presença das principais potências capitalistas ocidentais em direção do Terceiro Mundo em geral, e de alguns países periféricos em particular (em especial aqueles especialmente suscetíveis de serem inseridos de maneira produtiva na grande divisão internacional do trabalho).

Um século atrás, os colonialismos europeus, e os imperialismos ocidentais de maneira ampla, mantinham as mesmas práticas comerciais e

faziam os mesmos tipos de investimentos utilitários em transportes e comunicações, em infraestrutura no seu sentido amplo, em direção da periferia colonizada ou semicolonial que hoje motivam a China e seus ávidos novos capitalistas nos grandes programas de penetração dos mesmos territórios e regiões suscetíveis de serem absorvidos pela grande máquina de produção de massa localizada no gigante da Ásia do Pacífico. O que haveria de fundamentalmente diferente com a atual postura chinesa, a não ser a ausência de uma motivação colonialista explícita?

De resto, no que se refere aos objetivos propriamente econômicos dos dois tipos de empreendimento, não parece ser muito diferente, no início do século 21, em relação ao que se praticava um século atrás, embora as condições geopolíticas tenham sido fundamentalmente alteradas depois do encerramento dos dois grandes conflitos globais do início do século 20. No que se refere, por sua vez, a projetos de desenvolvimento em escala nacional, alguns países latino-americanos da atualidade continuam a mostrar-se mais propensos a um modelo de desenvolvimento, menos dominado pelos mercados e pelos empresários privados e mais orientado pelos governos e burocracia nacionais e, de certa forma, parcialmente afastados das redes de integração produtiva que se desenham em outras regiões, em especial na Ásia Pacífico, justamente. Nem todos, porém, seguem as mesmas reticências protecionistas e temores de “desnacionalização”, que parecem motivar atualmente líderes da Argentina e do Brasil, entre outros; vários outros, aos quais se poderia aplicar o qualificativo de “globalizadores”, parecem bem mais propensos a se integrarem nessas redes, como são os membros da Aliança do Pacífico: Chile, Peru, Colômbia e México.

No caso da atual diplomacia brasileira, ao início do século 21, e em grande medida graças ao exercício da diplomacia presidencial tanto por parte de FHC, como por Lula, o relacionamento do Brasil com os EUA parece ter se tornado mais maduro e isento de preconceitos ideológicos e de ilusões quanto a qualquer tipo de “relação especial”, como ocorreu em diversas ocasiões de um passado não tão remoto. A expectativa, registre-se, é bem mais, ou exclusivamente, brasileira, do que americana, uma vez que a grande potência do Norte não tem, ao Sul, nenhuma ameaça à sua segurança e portanto não

atribui, às suas fronteiras meridionais o mesmo grau de atenção estratégica do que a outras regiões, a começar pela Ásia Pacífico, pelo Oriente Médio ou mesmo pela Europa central e oriental.

O Mercosul e a formação de um espaço econômico integrado na América do Sul há muito deixaram de vistos, na agenda diplomática “imperial”, como um desafio à sua hegemonia hemisférica, passando a serem vistos, naturalmente, como alavancas de um processo de desenvolvimento que pode beneficiar a todos. Eliminada a hipótese de uma grande área de livre comércio hemisférica, a Alca, patrocinada pelos Estados Unidos em moldes similares aos da primeira tentativa efetuada na conferência americana de 1889-90, o que ficou foi uma colcha de retalhos feita de diversos acordos minilateralistas com parceiros mais propensos a aceitarem essa relação pragmática proposta pelo império. Os temores, alimentados de forma recorrente durante anos, ou quiçá décadas, por parte de líderes políticos, de uma “dominação econômica” do Brasil pelo gigante hemisférico, há muito se esvaneceram, e começam a ser imaginados, doravante, os incômodos de uma grande dependência econômica e financeira da China, menos imperial, talvez, mas igualmente ambiciosa em suas pretensões econômicas unilaterais.

O relacionamento bilateral Brasil-EUA padecia, durante muito tempo, de uma “crosta” feita de declarações contínuas de interesse recíproco de parte e outra, mas de um afastamento também contínuo ao longo do tempo, bem mais alimentado pelo Brasil do que pelos EUA (que de fato teriam uma “não-percepção do Brasil”). Existiria, talvez, um receio do Brasil de que uma aproximação com os EUA se faria em detrimento dos interesses do País, daí as tendências a querer ganhar tempo, achando que “mais tarde estaríamos mais fortes e mais preparados. Isso obviamente nunca ocorreu, como tampouco ocorrerá em relação à China. Enquanto o Brasil não se lançar decisivamente nos circuitos sempre revoltos da globalização produtiva e da interdependência capitalista, ele nunca estará preparado, psicologicamente, para inserir-se de maneira autônoma nos grandes circuitos competitivos da economia global.

Os conflitos comerciais bilaterais ou multilaterais com os EUA e mesmo, dentro de certos limites, certa oposição de interesses estratégicos são, nessa visão, compatíveis com um bom nível geral de relacionamento político-diplomático, quando não com um entendimento no plano estratégico, ainda que essa vertente seja por muitos considerada prematura (pelas mesmas razões, percebidas e reais, de “assimetria estrutural”). Em todo caso, os dois países parecem ter dado início a um estilo de relações desprovido de *a-prioris* ou de condicionalidades estranhas ao próprio contexto bilateral e regional. O terreno foi semeado nesse sentido ao longo das últimas décadas de reformas econômicas no Brasil e pode estar sendo preparado, na atual fase de importantes ajustes econômicos por parte do Brasil, para uma nova etapa de colheitas políticas e diplomáticas que contribuirão provavelmente de maneira decisiva para a definição de uma nova relação dos EUA com o Brasil e com a América Latina.

O desafio da China nos planos global, regional e bilateral, não deixa de colocar novos elementos na agenda bilateral Brasil-EUA, e pode estar criando uma realidade inédita no hemisfério, ainda a ser confirmada pelos fatos e processos nos próximos anos: a de que os dois maiores países do continente precisam manter um nível adequado de entendimento em torno de questões relevantes nas áreas da segurança estratégica, da estabilidade democrática e do desenvolvimento econômico e social, inclusive para superar décadas, senão séculos, de divisão entre as duas partes do hemisfério. Se bem sucedido esse cenário, ele talvez nos leve de volta ao tipo de relação imaginado no começo do século 20 por um chanceler tão distinguido quanto Rio Branco, que via na relação dos dois países uma das chaves para uma projeção estratégica favorável do Brasil na América do Sul.

Do ponto de vista da administração americana, por sua vez, a seleção de um “parceiro privilegiado” no continente não é matéria fácil, nos planos diplomático ou militar, e provavelmente ela não se fará de modo explícito, nem acarretará instrumentos exclusivos de coordenação político-militar. Mas, o fato de o governo brasileiro estar sendo ocupado por lideranças extraídas dos mesmos grupos que, no passado, relutavam na adesão a certas teses econômicas ou políticas de extração “liberal” – para não dizer que se opunham

claramente ao “projeto americano” para a região – e o fato de que essas mesmas lideranças demonstrem, agora, maior dose de pragmatismo na condução dos negócios econômicos e da agenda diplomática, podem eventualmente significar que o Brasil passa a simbolizar, aos olhos dos EUA, a superação de velhos comportamentos atávicos na região, tendentes a equiparar anti-imperialismo e antiamericanismo ou a adesão a regras responsáveis de gestão governamental a uma suposta submissão a ditames econômicos emanados de um fantasmagórico “Consenso de Washington”.

Pode ser que essas ingenuidades esquerdistas e essas bobagens econômicas estejam sendo, finalmente, superadas em favor de uma agenda bilateral mais realista do que aquela imaginada pelos ideólogos anacrônicos do velho partido neobolchevique que pretendia “revolucionar” a região contra o império, e que ela passe a estar totalmente focada em resultados concretos. Pode ser: como no famoso teste britânico do pudim, a resposta só pode vir da prática que resulte na sua efetivação. Vamos esperar para ver...

Moniz Bandeira: O Brasil e as ameaças de projeto imperial dos EUA

A definição do Brasil como alvo de espionagem dos EUA não é de hoje, diz o historiador e cientista político Moniz Bandeira, em entrevista à Carta Maior.

Marco Aurélio Weissheimer - 26/10/2013 - Copyleft

Em 2005, o cientista político e historiador Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira apontou em seu livro “**Formação do Império Americano**” as práticas de espionagem exercidas pelas agências de inteligência dos Estados Unidos. Uma prática que, segundo ele, já tem aproximadamente meio século de existência.

Desde os fins dos anos 60, diz Moniz Bandeira, a coleta de inteligência econômica e informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico de outros países, adversos e aliados, tornou-se uma prioridade do trabalho dessas agências.

Em seu novo livro, **“A Segunda Guerra Fria - Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e Oriente Médio”** (Civilização Brasileira), Moniz Bandeira defende a tese de que os Estados Unidos continuam a implementar a estratégia da full spectrum dominance (dominação de espectro total) contra a presença da Rússia e da China naquelas regiões. “As revoltas da Primavera Árabe”, afirma o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que assina o prefácio do livro, “não foram nem espontâneas e ainda muito menos democráticas, mas que nelas tiveram papel fundamental os Estados Unidos, na promoção da agitação e da subversão, por meio do envio de armas e de pessoal, direta ou indiretamente, através do Qatar e da Arábia Saudita”,

Nesta nova obra, Moniz Bandeira aprofunda e atualiza as questões apresentadas em **“Formação do Império Americano”**. “Em face das revoltas ocorridas na África do Norte e no Oriente Médio a partir de 2010, julguei necessário expandir e atualizar o estudo. Tratei de fazê-lo, entre e março e novembro de 2012”, afirma o autor. É neste contexto que o cientista político analisa as recentes denúncias de espionagem praticadas pelos EUA em vários países, inclusive o Brasil.

A definição do Brasil como alvo de espionagem também não é de hoje. Em entrevista à Carta Maior, Moniz Bandeira assinala que a Agência Nacional de Segurança (NSA) interveio na concorrência para a montagem do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), pelo Brasil, e assegurou a vitória da Raytheon, a companhia encarregada da manutenção e serviços de engenharia da estação de interceptação de satélites do sistema Echelon. Na entrevista, o cientista político conta um pouco da história desse esquema de espionagem que, para ele, está a serviço de um projeto de poder imperial de proporções planetárias. Moniz Bandeira defende que o Brasil, especialmente a partir da descoberta das reservas de petróleo do pré-sal, deve se preparar para defender seus interesses contra esse projeto imperial. “As ameaças existem, conquanto possam parecer remotas. Mas o Direito Internacional só é respeitado quando uma nação tem capacidade de retaliar”, afirma.

Carta Maior: O seu livro "Formação do Império Americano" já tratava, em 2005, do tema da espionagem praticada por agências de inteligência dos Estados Unidos. Qual o paralelo que pode ser traçado entre a situação

daquele período e as revelações que vêm sendo feitas hoje?

Moniz Bandeira: Sim, em “Formação do Império Americano”, cuja primeira edição foi lançada em 1995, mostrei, com fundamento em diversas fontes e nas revelações pelo professor visitante da Universidade de Berkeley (Califórnia), James Bamford, que o sistema de espionagem, estabelecido pela National Security Agency (NSA), começou a funcionar há mais de meio século. O objetivo inicial era captar mensagens e comunicações diplomáticas entre os governos estrangeiros, informações, que pudessem afetar a segurança nacional dos Estados Unidos, e dar assistência às atividades da CIA.

Com o desenvolvimento da tecnologia eletrônica, passou a ser usado para interceptar comunicações internacionais via satélite, tais como telefonemas, faxes, mensagens através da Internet. Os equipamentos estão instalados em Elmendorf (Alaska), Yakima (Estado de Washington), Sugar Grove (Virginia ocidental), Porto Rico e Guam (Oceano Pacífico), bem como nas embaixadas, bases aéreas militares e navios dos Estados Unidos.

A diferença com a situação atual consiste na sua comprovação, com os documentos revelados por Edward Snowden, através do notável jornalista Glenn Greenwald, que a espionagem é feita em larga escala, com a maior amplitude.

Desde os fins dos anos 60, porém, a coleta de inteligência econômica e informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico de outros países, adversos e aliados, tornou-se mais e mais um dos principais objetivos da COMINT (communications intelligence), operado pela NSA), dos Estados Unidos, e pelo Government Communications Headquarters (GCHQ), da Grã-Bretanha, que em 1948 haviam firmado um pacto secreto, conhecido como UKUSA (UK-USA) - Signals Intelligence (SIGINT). Esses dois países formaram um pool - conhecido como UKUSA - para interceptação de mensagens da União Soviética e demais países do Bloco Socialista, a primeira grande aliança de serviços de inteligência e à qual aderiram, posteriormente, agências de outros países, tais como Communications Security Establishment (CSE), do Canadá, Defense Security Directorate (DSD), da Austrália e do General Communications Security Bureau (GCSB), da Nova Zelândia. Essa rede de espionagem, de Five Eyes e conhecida também como ECHELON - só se tornou publicamente conhecida, em março de 1999, quando o governo da Austrália nela integrou o Defence Signals Directorate (DSD), sua organização de SIGINT.

Carta Maior: Qual sua avaliação a respeito da reação (ou da falta de) da União

Europeia diante das denúncias de espionagem?

Moniz Bandeira: Os serviços de inteligência da União Europeia sempre colaboraram, intimamente, com a CIA e demais órgãos dos Estados Unidos. Os governos da Alemanha, França, Espanha, Itália e outros evidentemente sabiam da existência do ECHELON e deviam intuir que o ECHELON - os Five Eyes - trabalhasse também para as corporações industriais. As informações do ECHELON, sobretudo a partir do governo do presidente Bill Clinton, eram canalizadas para o Trade Promotion Co-ordinating Committee (TPCC), uma agência inter-governamental criada em 1992 pelo Export Enhancement Act e dirigida pelo Departamento de Comércio, com o objetivo de unificar e coordenar as atividades de exportação e financiamento do dos Estados Unidos. Corporações, como Lockheed, Boeing, Loral, TRW, e Raytheon, empenhadas no desenvolvimento de tecnologia, receberam comumente importantes informações comerciais, obtidas da Alemanha, França e outros países através do ECHELON.

O presidente Clinton recorreu amplamente aos serviços da NSA para espionar os concorrentes e promover os interesses das corporações americanas. Em 1993, pediu à CIA que espionasse os fabricantes japoneses, que projetavam a fabricação de automóveis com zero-emissão de gás, e transmitiu a informação para a Ford, General Motors e Chrysler. Também ordenou que a NSA e o FBI, em 1993, espionassem a conferência da Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC), Seattle, onde aparelhos foram instalados secretamente em todos os quartos do hotel, visando a obter informação relacionada com negócios para a construção no Vietnã, da hidroelétrica Yaly. As informações foram passadas para os contribuintes de alto nível do Partido Democrata. E, em 1994, a NSA não só interceptou faxes e chamadas telefônicas entre o consórcio europeus Airbus e o governo da Arábia Saudita, permitindo ao governo americano intervir em favor da Boeing Co, como interveio na concorrência para a montagem do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), pelo Brasil, e assegurou a vitória da Raytheon, a companhia encarregada da manutenção e serviços de engenharia da estação de interceptação de satélites do sistema ECHELON, em Sugar Grove.

Carta Maior: Um dos temas centrais de seus últimos trabalhos é a configuração do Império Americano. Qual é a particularidade desse Império Americano hoje? Trata-se de um Império no sentido tradicional do termo ou de um novo tipo?

Moniz Bandeira: Todos os impérios têm particularidades, que são determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas. Assim, não obstante a estabilidade

das palavras, o conceito deve evoluir conforme a realidade que ele trata de representar. O império, na atualidade, tem outras características, as características do ultra-imperialismo, o cartel das potências industriais, sob a hegemonia dos Estados Unidos, que configuram a única potência capaz de executar uma política de poder, com o objetivo estratégico de assegurar fontes de energia e de matérias primas, bem como os investimentos e mercados de suas grandes corporações, mediante a manutenção de bases militares, nas mais diversas regiões do mundo, nas quais avança seus interesses, através da mídia, ações encobertas dos serviços de inteligência, lobbies, corrupção, pressões econômicas diretas ou indiretas, por meio de organizações internacionais, como Banco Mundial, FMI, onde detém posição majoritária. As guerras, para o consumo dos armamentos e aquecimento da economia, foram transferidas para a periferia do sistema capitalista.

É óbvio, portanto, que o Império Americano é diferente do Império Romano e do Império Britânico. Ainda que informal, isto é, não declarado, os Estados Unidos constituem um império. São a única potência, com bases militares em todas as regiões do mundo e cujas Forças Armadas não têm como finalidade a defesa das fronteiras nacionais, mas a intervenção em outros países. Desde sua fundação, em 1776, os Estados Unidos estiveram at war 214 em seus 236 anos do calendário de sua existência, até dezembro de 2012. Somente 21 anos não promoveram qualquer guerra. E, atualmente, o governo do presidente Barack Obama promove guerras secretas em mais de 129 países. O Império Americano (e, em larga medida, as potências industriais da Europa) necessita de guerras para manter sua economia em funcionamento, evitar o colapso da indústria bélica e de sua cadeia produtiva, bem como evitar o aumento do número de desempregados e a bancarrota de muitos Estados americanos, como a Califórnia, cuja receita depende da produção de armamentos.

Ademais do incomparável poderio militar, os Estados Unidos também detém o monopólio da moeda de reserva internacional, o dólar, que somente Washington pode determinar a emissão e com a emissão de papéis podres e postos em circulação, sem lastro, financiar seus déficits orçamentários e a dívida pública. Trata-se de um "previligégio exorbitante", conforme o general Charles de Gaulle definiu esse unipolar global currency system, que permite aos Estados Unidos a supremacia sobre o sistema financeiro internacional.

Carta Maior: Qual a perspectiva de longo prazo desse império?

Moniz Bandeira: Os Estados Unidos, como demonstrei nesse meu novo livro “A

Segunda Guerra Fria”, lançado pela editora Civilização Brasileira, estão empenhados em consolidar uma ordem global, um império planetário, sob sua hegemonia e da Grã-Bretanha, conforme preconizara o geopolítico Nicholas J. Spykman, tendo os países da União Européia e outros como vassallos. O próprio presidente Obama reafirmou, perante o Parlamento britânico, em Westminster (maio de 2011) que a “special relationship” dos dois países (Estados Unidos e Grã-Bretanha), sua ação e liderança eram indispensáveis à causa da dignidade humana, e os ideais e o caráter de seus povos tornavam “the United States and the United Kingdom indispensable to this moment in history”. Entrementes, o processo de globalização econômica e política, fomentado pelo sistema financeiro internacional e pelas grandes corporações multinacionais, estava a debilitar cada vez mais o poder dos Estados nacionais, levando-os a perder a soberania sobre suas próprias questões econômicas e sociais, bem como de ordem jurídica.

O Project for the New American Century , dos neo-conservadores e executado pelo ex-presidente George W. Bush inseriu os Estados Unidos em um estado de guerra permanente, uma guerra infinita e indefinida, contra um inimigo assimétrico, sem esquadras e sem força aérea, com o objetivo de implantar a full spectrum dominance, isto é, o domínio completo da terra, mar, ar e ciberespaço pelos Estados Unidos, que se arrogaram à condição de única potência verdadeiramente soberana sobre a Terra, de "indispensable nation" e “exceptional”.

O presidente Barack Obama endossou-o, tal como explicitado na Joint Vision 2010 e ratificado pela Joint Vision 2020, do Estado Maior-Conjunto, sob a chefia do general de exército Henry Shelton. E o NSA é um dos instrumentos para implantar a full spectrum dominance, uma vez que possibilitar monitorar as comunicações de todos os governantes tanto aliados quanto rivis. Informação é poder

Carta Maior: Qual o contraponto possível a esse império no ambiente geopolítico atual?

Moniz Bandeira: Quando em 2006 recebi o Troféu Juca Pato, eleito pela União Brasileira de Escritores "Intelectual do ano 2005", por causa do meu livro “**Formação do Império Americano**”, pronunciei um discurso, no qual previ que, se o declínio do Império Romano durou muitos séculos, mas o declínio do Império Americano provavelmente levará provavelmente algumas décadas. O desenvolvimento das ferramentas eletrônicas, da tecnologia digital, imprimiu velocidade ao tempo, e a sua queda será tão vertiginosa, dramática e violenta quanto sua ascensão. Contudo, não será destruído militarmente por nenhuma outra potência. Essa perspectiva não há. O Império Americano esbarrondará sob o

peso de suas próprias contradições econômicas, de suas dívidas, pois não poderá indefinidamente emitir dólares sem lastros para comprar petróleo e todas as mercadorias das quais depende, e depender do financiamento de outros países, que compram os bonus do Tesouro americano, para financiar seu consumo, que excede a produção, financiar suas guerras.

É com isto que a China conta. Ela é o maior credor dos Estados Unidos, com reservas de cerca US\$ 3,5 trilhões, das quais apenas US\$ 1,145 trilhão estavam investidos em U.S. Treasuries. E o ex-primeiro-ministro Wen Jiabao previu o “primeiro estágio do socialismo para dentro de 100 anos”, ao afirmar que o Partido Comunista persistiria executando as reformas e inovação a fim de assegurar o vigor e vitalidade e assegurar o socialismo com as características chinesas, pois “sem a sustentação e pleno desenvolvimento das forças produtivas, seria impossível alcançar a equidade e justiça social, requisitos essenciais do socialismo.”

Carta Maior: Na sua opinião, o que um país como o Brasil pode fazer para enfrentar esse cenário?

Moniz Bandeira: O ministro-plenipotenciário do Brasil em Washington, Sérgio Teixeira de Macedo, escreveu, em 1849, que não acreditava que houvesse “um só país civilizado onde a idéia de provocações e de guerras seja tão popular como nos Estados Unidos”. Conforme percebeu, a “democracia”, orgulhosa do seu desenvolvimento, só pensava em conquista, intervenção e guerra estrangeira, e preparava, de um lado, a anexação de toda a América do Norte e, do outro, uma política de influência sobre a América do Sul, que se confundia com suserania.

O embaixador do Brasil em Washington, Domício da Gama, comentou, em 1912, que o povo americano, formado com o concurso de tantos povos, se julgava diferente de todos eles e superior a eles. E acrescentou que “o duro egoísmo individual ampliou-se às proporções do que se poderia chamar de egoísmo nacional”. Assim os Estados Unidos sempre tenderam e tendem a não aceitar normas ou limitações jurídicas internacionais, o Direito Internacional, não obstante o trabalho de Woodrow Wilson para formar a Liga das Nações e de Franklin D. Roosevelt para constituir a ONU. E o Brasil, desde 1849, esteve a enfrentar a ameaça dos Estados Unidos que pretendiam assenhorear-se da Amazônia.

Agora, a situação é diferente, mas, como adverti diversas vezes, uma potência, tecnologicamente superior, é muito mais perigosa quando está em declínio, a perder sua hegemonia e quer conservá-la, do que quando expandia seu império.

Com as descobertas das jazidas pré-sal, o Brasil entrou no mapa geopolítico do petróleo. As ameaças existem, conquanto possam parecer remotas. Mas o Direito Internacional só é respeitado quando uma nação tem capacidade de retaliar. O Brasil, portanto, deve estar preparado para enfrentar, no mar e em terra, e no ciberespaço, os desafios que se configuram, lembrando a máxima “se queres a paz prepara-te para a guerra” (*Si vis pacem,para bellum*).

A setor privado dos EUA, Dilma enfatiza a 'nova' política econômica

VALOR/06/2015

Em duas reuniões com executivos de peso dos EUA, a presidente Dilma Rousseff se empenhou ontem, em Nova York, em mostrar o seu compromisso com o ajuste fiscal e em melhorar o ambiente de negócios do país, ouvindo elogios pela mudança na política econômica no segundo mandato. Por iniciativa própria, falou das mudanças na governança da Petrobras e da questão da corrupção, afirmando que o Brasil tem instituições fortes e os órgãos de investigação atuam com independência. Também citou o programa de concessões em infraestrutura.

O consultor-sênior do Citigroup, Bill Rhodes, classificou como "muito boa" a apresentação realizada por Dilma no encontro com 12 representantes do mercado financeiro americano. Um dos principais nomes da renegociação da dívida externa do Brasil e de outros emergentes na década de 80, lembrou que neste ano o Citi completou cem anos de atuação no país. Rhodes foi o único dos presentes na reunião com pesos pesados de Wall Street a falar com jornalistas. O ex-secretário do Tesouro Tim Geithner, hoje na Warburg Pincus, e Larry Fink, da Blackrock ,saíram sem dar declarações.

O segundo encontro do dia contou com 21 executivos de empresas do setor produtivo e o de serviços, como o presidente do braço internacional do Walmart, David Cheesewright. Ele afirmou que a reunião foi "muito positiva", dizendo-se "encorajado por algumas das reformas" promovidas pelo país. Segundo Cheesewright, Dilma falou das iniciativas para tornar mais simples fazer negócios no Brasil e melhorar o sistema tributário. "O Brasil é um mercado muito importante para nós. Tudo o que for feito para facilitar o nosso trabalho e permitir que crescamos mais rapidamente será muito valorizado", disse ele, lembrando que a empresa tem 550 lojas e emprega 80 mil pessoas.

Durante a reunião, alguns participantes elogiaram a mudança da política econômica e fizeram pedidos para redução da burocracia, segundo fontes. Os participantes foram selecionados pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e um dos objetivos foi reforçar o compromisso da presidente com o ajuste fiscal. Mas Dilma também falou de inclusão social, do projeto de transformar o Brasil num país de classe média.

Presidente da Anheuser-Busch Inbev, Carlos Brito também disse que o encontro foi muito positivo. "Achei importante a iniciativa de se aproximar de empresas aqui nos EUA, de estar aberto a sugestões." O executivo considera o baixo crescimento do Brasil "totalmente" transitório. "Nós sempre somos muito otimistas com o Brasil. Os fundamentos, como a classe média, a demografia, os recursos naturais, não mudam."

Em rápida entrevista, Levy disse que os encontros foram muito bons, com "gente muito confiante no Brasil". Segundo ele, a presidente destacou os investimentos no país e que o Brasil está tomando todas as medidas para retomar o crescimento.

O ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, enfatizou que os participantes do encontro têm uma visão de prazo mais longo sobre o Brasil, e reconhecem os esforços que o Brasil está promovendo para equilibrar a economia. "Nós sabemos que o Brasil tem de perseverar no ajuste, tomar medidas para contenção da inflação e sobretudo criar um melhor ambiente de negócios nos Brasil", disse.

Segundo Monteiro, nas reuniões a presidente "tomou a iniciativa de dizer que o Brasil está aperfeiçoando, que a Petrobras está aperfeiçoando sua governança, adotando medidas de compliance, renovando o conselho, a gestão". No caso do combate à corrupção, ela enfatizou "o aperfeiçoamento no plano legislativo e sobretudo da autonomia do Ministério Público e da institucionalidade no Brasil, um país onde órgãos de investigação são autônomos e atuam independentemente do governo".

Depois dos encontros, Dilma encerrou seminário de oportunidades em infraestrutura no país, falando do Programa de Investimento em Logística (PIL), com cerca de 460 participantes, dos quais 81% estrangeiros. Disse que Brasil e EUA têm muitas semelhanças. "Nós temos um grande mercado consumidor, somos uma economia de mercado, temos tradição de transparência, respeitamos contratos e temos uma institucionalidade bastante forte no que se refere à segurança jurídica", disse ela. Em entrevista, afirmou ter dito aos investidores que o ajuste fiscal tem uma parte conjuntural e outra que é estrutural, como as mudanças no seguro-desemprego e na pensão por morte, citando ainda o realinhamento de preços relativos, o esforço para ampliar a participação do crédito privado no crédito total e na ampliação do mercado de capitais.

--